



DICIONÁRIO DE SOCIOLÓGIA

A

Absentismo: A noção de absentismo é estudada pelos sociólogos no sentido específico de ausência do trabalho.

O estudo do absentismo põe problemas de definição e de medida. Antes de fazer a soma dos tempos de ausência, é preciso saber que tipos de ausência serão contabilizados: assim, as mulheres têm a reputação de se ausentarem mais que os homens, mas, se se excluirmos as licenças de maternidade, a diferença apresentar-se-á bem pequena. A medida do absentismo implica que se disponha do meio de controlar as ausências de um assalariado, o que nem sempre acontece: assim, determinada categoria poderá parecer mais absentista que uma outra simplesmente porque as suas ausências são mais perceptíveis.

Um estudo efectuado pelo INSEE permitiu, entretanto, estabelecer que o absentismo representava, em 1978, cerca de vinte dias úteis por ano, ou seja, 8,5 por cento do tempo de trabalho. Calcula-se que esta cifra média baixou sem dúvida a partir de então. Pôde verificar-se que os assalariados se ausentam com maior frequência quando são pouco qualificados, quando estão há pouco tempo ainda no seu posto de trabalho, quando são muito jovens ou, pelo contrário, muito idosos, quando trabalham numa grande empresa, quando os salários são baixos e as taxas de doença profissional e de acidente de trabalho elevadas.

Nos estudos económicos, a ausência do trabalho é principalmente encarada como uma perda para o aparelho de produção e um comportamento desviante que convém canalizar. No quadro da sociologia das organizações, o absentismo pode ser compreendido como uma das saídas do

sistema de interacção que constitui a organização, como uma estratégia racional de compensação.

Abstencionismo: Chama-se abstencionista ao cidadão que, gozando do direito de voto, não participa numa consulta eleitoral.

O estudo do abstencionismo põe problemas de medida, de conteúdo, de observação e de interpretação. Nos Estados Unidos da América, o abstencionismo é medido pela diferença entre o número de cidadãos com idade de votar, fornecido pelo recenseamento, e o número de votantes. Na França só são contabilizados os eleitores inscritos numa lista eleitoral e que não participam no escrutínio; ora, pôde estabelecer-se que cerca de um francês em dez não estava inscrito nas listas eleitorais. Sobreavaliado sem dúvida no primeiro caso, o abstencionismo é subavaliado no segundo. Em alguns países, como a Bélgica, o voto é obrigatório. O abstencionismo encontra-se, portanto, lá limitado aos casos de força maior. Por outro lado, nos regimes de partido único o abstencionismo não tem evidentemente o mesmo significado que nas democracias pluralistas. Os meios de que se dispõe para o estudo do abstencionismo são reduzidos: as informações fornecidas pelas listas de votantes efectivos são mais que limitadas e os dados de sondagens só com prudência podem ser utilizados.

O abstencionismo foi durante muito tempo considerado como um disfuncionamento do sistema democrático. Nessa lógica foi interpretado como um indício de despolitização, de insuficiente integração política, que seria a consequência de uma débil inserção social. O estudo

sociológico do abstencionismo parece confirmar parcialmente essa tese. As categorias sociais mais abstencionistas são os jovens, os velhos, as mulheres - sobretudo quando são não activas, idosas, divorciadas - e os grupos de fraco nível sociocultural.

Admite-se actualmente que a relação verificada entre uma débil inserção social e o abstencionismo não poderá ser tida como uma explicação suficiente do fenómeno. Não permite, de facto, compreender nem as diferenças de abstencionismo verificadas entre os vários escrutínios nem o abstencionismo intermitente, que é o mais frequente. Longe de ser necessariamente um sinal de despolitização, a recusa da opção partidária proposta pode efectivamente assentar numa postura política racional. É por isso que, nos trabalhos mais recentes, o abstencionismo é analisado como um comportamento político autónomo, uma opção estratégica do cidadão em face da oferta política que lhe é proposta.

D. D.

- Lancelot (1968), Lancelot, Memmi (1985), Subileau, Toinet (1985).

Ação colectiva: Ação comum que visa atingir fins partilhados. Segundo A. Bentley (1949), grupo e interesse são inseparáveis. Os membros do grupo são solidários na acção e para a acção a empreender. Nesse caso, a mobilização em ordem a uma acção colectiva não levanta nenhum problema.

A ideia segundo a qual um grupo (ou uma classe) constitui uma unidade de análise é combatida por algumas teorias utilitaristas. M. Olson (1966) mostra que a lógica da acção colectiva não pode reduzir-se à lógica da acção individual.

Não basta que um conjunto de indivíduos partilhe um interesse comum para que estes se empenhem numa acção colectiva em ordem a satisfazer esse interesse. A entrada na acção colectiva implica, para cada um dos membros do grupo latente, um certo custo de participação (tempo, dinheiro, etc.). Ora, se se verifica que o bem obtido graças à acção colectiva pode aproveitar a todos, não se vê porque é que cada um dos membros do grupo não seria tentado a deixar aos outros o cuidado de suportar o custo da acção colectiva. Torna-se evidente, nestas condições, que a pura expectativa generalizada gerará um "efeito perverso" (Boudon 1977): com efeito, se todos os membros optarem pela estratégia do "bilhete gratuito" (*free rider*), o bem colectivo deixará de ter qualquer possibilidade de ser obtido. A dimensão do grupo deve ser tida em conta: nos pequenos grupos, cada um terá de facto compreendido que "a acção de cada indivíduo conta", o que já não acontecerá nos grandes grupos (por exemplo, os grupos de consumidores), em que os indivíduos terão tendência para pensar que a sua participação apenas pode ter uma eficácia despicienda. O recurso às medidas coercitivas ou aos incitamentos selectivos permite aos grupos organizados limitar essas estratégias de defecção. Um oferecimento paralelo de bens individuais (lugar de responsabilidade ou qualquer outra marca de distinção que confere prestígio e respeito) será um meio para estimular os recalcitrantes: é assim que a esperança de ter acesso a posições electivas poderá levar um indivíduo a aceitar o custo implicado por um militantismo activo dentro de um partido político. Um tal oferecimento só é possível se o grupo se dotou de uma estrutura organizacional.

Minimizados na teoria da escolha racional (fundada no paradigma económico), os incitamentos morais e "solidários" desempenham, na realidade, um papel importante na emergência da acção colectiva. Agir colectivamente numa colectividade, em que predominam os laços de solidariedade e de amizade pode constituir uma obrigação moral para o indivíduo, podendo tornar-se igualmente, para ele, um prazer. Sob este aspecto, é a não participação que será custosa, pois que poderá pôr em questão a imagem e a estima que o indivíduo tem de si próprio. A. Oberschall (1973) mostra que a ausência de laços e a decomposição das redes de interacção são um obstáculo importante à mobilização. A capacidade de conduzir uma acção concertada depende, pois, estreitamente do grau e do tipo de organização inerentes à colectividade considerada. Se a ameaça de uma repressão da parte do poder político constitui um outro obstáculo à mobilização, razões de ordem ética ou ideológica são sempre capazes de desviar os actores dos seus interesses pessoais. A escala de avaliação "custos/vantagens" é, portanto, sempre susceptível de ser perturbada por uma ideologia portadora da esperança de um mundo melhor.

P. M.

- Birnbaum (1971), Chazel (1986), Hirschman (1970).

Acção (sociologia da): Praticar uma sociologia da acção equivale a tentar explicar os factos sociológicos enquanto acções produzidas por indivíduos em resposta a uma dada situação - por outras palavras, a concentrar o interesse da investigação nas decisões individuais dos actores, na sequência de autores como M. Weber e G. Simmel, e não na

acção hipotética de factores gerais como as leis da história, as ideologias, etc. Uma sociologia da acção deve preencher duas condições:

1. não recorrer a uma explicação de tipo historicista, muitas vezes tautológica (por exemplo: as classes oprimidas não se revoltam neste ou naquele estádio histórico porque ainda não tomaram consciência da sua opressão). Isso não significa, todavia, que nos desinteressemos dos dados históricos concretos;

2. produzir uma explicação compreensível das decisões individuais que estão na origem dos fenómenos estudados, graças a modelos análogos aos da economia; nesses modelos, o actor escolhe uma solução porque sabe ou julga saber que é esse o seu interesse.

Infalivelmente aparece aqui a teoria da compreensão weberiana, que tem o estatuto de modelo e não o de estudo psicológico de cada um dos autores. A sociologia da acção proporá, portanto, hipóteses que pretendem explicar os fenómenos verificados e não reproduzir exactamente a sua realidade intrínseca. A sociologia da acção de T. Parsons tende, assim, a elaborar uma lista de tipos de acção possíveis neste ou naquele meio.

Esta tomada em consideração das escolhas individuais nem por isso desemboca numa colecção desordenada de fenómenos cujo fio condutor não poderíamos propor. Os indivíduos não fazem seja o que for porque agem dentro de um sistema constituído pelo estado da sociedade na qual se encontram, sistema que limita o número das possibilidades que lhes são oferecidas. Os indivíduos têm, pois, tendência a escolher de preferência determinada solução que se vê aparecer sob a forma de dados estatísticos ao nível do

conjunto do sistema. As regularidades verificadas explicam-se pelo número limitado de opções concretamente disponíveis. Os valores ambientais não podem explicar mecanicamente as escolhas individuais, ainda que as orientem.

A sociologia da acção visa, pois, determinar como é que uma acumulação de reacções individuais a uma situação geral produz um fenómeno geral. Porquê este desvio pelo indivíduo? Porque, se a relação entre a acção individual e o efeito geral é muitas vezes imediatamente perceptível, noutros casos, uma explicação que faz a economia da decisão individual falha perante um fenómeno aparentemente inexplicável: a soma das decisões individuais ultrapassa ou contradiz as decisões individuais dos actores e conduz ao *overshooting* ou efeitos perversos. Por exemplo, o eleitor descontente com a política seguida recentemente pelo seu partido decide abster-se a título de aviso; mas, quando vários dos eleitores do mesmo partido adoptam este mesmo raciocínio, este último acaba por ser derrotado. A intenção consciente de cada um dos actores é então ultrapassada, porque eles não podiam combinar entre si e porque as possibilidades se limitam a três: a favor, contra, abstenção.

L. D.-G.

- Boudon (1984), Crozier, Friedberg (1977), Parsons (1949).

Aculturação: Segundo o "Memorandum" de R. Redfield, R. Linton e M. J. Herskovits, publicado no *American Anthropologist* de 1936, a aculturação é o conjunto das mudanças que se produzem nos modelos culturais (*patterns of culture*) originais, quando grupos de indivíduos de

culturas diferentes entram em contacto directo e contínuo. Esta definição implica que cada cultura constitua um sistema, cujos vários elementos se reelaboram por ocasião desses contactos. Sublinha ainda que, sejam quais forem as ocasiões (invasão, colonização, migração), há aquisições, trocas e reinterpretações entre as duas culturas e que nenhuma cultura se impõe completamente à outra, embora, com toda a evidência, dado que as condições históricas criam sempre uma situação objectiva de desigualdade, o contributo de umas e de outras seja desigual (Redfield, Linton, Herskovits 1936; Herskovits 1952).

Os processos de aculturação assumem formas variadas. Na sequência de R. Bastide (1970), fala-se da aculturação material quando populações adoptam marcas e modelos da cultura dominante na vida pública e nas relações secundárias, mantendo, no entanto, o seu código cultural de origem no domínio do privado e das relações primárias. É com muita frequência o que se passa com as populações imigradas. Fala-se de aculturação formal quando as populações em presença modificam as próprias estruturas do seu modo de pensamento e da sua sensibilidade, o que traz consigo uma nova cultura, síntese das duas culturas de origem. É a forma de aculturação dos filhos de imigrados (vd. migração). Noutros casos, verifica-se um processo de sincretismo: populações pertencentes a duas culturas diferentes, colocadas em contacto prolongado, elaboram uma outra, diferente das duas culturas de origem. Assim, por exemplo, temos o caso do mundo religioso brasileiro, saído ao mesmo tempo do catolicismo e dos mitos e ritos negro-africanos (Abov 1981).

O conceito de aculturação é muitas vezes utilizado de

maneira mais ampla para designar todos os processos de aquisições, trocas e reinterpretações que conduzem à elaboração cultural ou colectiva, o que acaba por fazer dele um quase-sinónimo do conceito de cultura. Substitui, aliás, com vantagem o de cultura, quando este último designa, segundo a tradição da antropologia social, o conjunto das maneiras de pensar, de agir e de sentir de uma comunidade na sua tripla relação com a natureza, com o homem e com o absoluto. Por um lado, a polissemia do termo "cultura" torna muitas vezes a sua utilização imprecisa e ambígua; por outro lado, empregar o termo "aculturação" lembra que uma cultura não é nunca um dado ou uma coisa adquirida, mas um processo em elaboração e reelaboração contínuas.

D. S.

Acumulação do capital: Na terminologia marxista, reprodução dos meios de produção e de troca graças ao investimento da parte não consumida do lucro. Não deve ser confundida com as diferentes formas de entesourização. Para que haja acumulação do capital, é preciso que o investimento procure a máxima rendibilidade, ou seja, desemboque na produção do máximo de mercadorias vendíveis no mercado, nas melhores condições possíveis. Os múltiplos capitais em presença devem confrontar-se na concorrência sobre a melhor maneira de combinar o trabalho morto (os meios de produção) com o trabalho vivo, de maneira a subtrair aos trabalhadores assalariados a maior quantidade possível de trabalho não pago. A acumulação do capital deve ser encarada como uma actividade determinada por fortes estrangimentos objectivos. Os capitais que não se reproduzem de maneira alargada são chamados a

desvalorizar-se ou a desaparecer. Não pode, pois, tratar-se de atribuir à subjectividade dos capitalistas o papel principal na dinâmica da acumulação. Tudo se passa, diz Marx, como se um imenso autómato imprimisse o seu movimento à economia e à sociedade, controlando e refreando as iniciativas humanas. A produção dos conhecimentos e a ciência, nas suas orientações e aplicações, são também elas apanhadas nesta lógica mais forte que as relações sociais.

J.-M. V.

Administração: A palavra "administração" designa ao mesmo tempo uma actividade (a de administrar ou de gerir) e o organismo encarregado de efectuar essa actividade. Nesta segunda concepção "orgânica", esta palavra designa na França o conjunto dos organismos encarregados da gestão dos negócios públicos.

Em virtude, nomeadamente, da tradição centralista, a administração do Estado desempenha um papel preponderante em França. Implantada aos níveis central e local, inclui os serviços centrais dos vários ministérios, por um lado, e os seus serviços externos departamentais e regionais, por outro. Em 1986, empregava cerca de 2,2 milhões de agentes, perto de metade dos quais na Educação Nacional. Criando um quadro único para a gestão dos pessoais públicos, o "estatuto geral da função pública" codifica os direitos e os deveres dos funcionários, garantindo-lhes, designadamente, a segurança de emprego, garantia de continuidade e de um mínimo de independência em relação às flutuações políticas. Desde 1945, os domínios, prerrogativas e modalidades de intervenção da administração foram consideravelmente aumentados e diversificados. Daí

resulta uma fragmentação crescente do aparelho administrativo (Dupuy, Thoenig 1985) e uma interpenetração cada vez mais pronunciada entre as várias administrações sectoriais e os seus meios

de intervenção. Isso manifesta-se, nomeadamente, no facto de um número cada vez maior de postos dirigentes nos sectores industriais e financeiros serem ocupados por antigos altos funcionários, membros dos chamados grandes corpos do Estado (por exemplo, a Inspeção das Finanças, o Corpo das Minas, o Conselho de Estado, entre outros), que de elites administrativas se transformaram em elites sociais sem mais.

De resto, a fronteira entre a administração e a política tem-se confundido cada vez mais. Por um lado, os gabinetes ministeriais, espécie de charneira entre uma administração e o seu ministro, desempenham um papel cada vez mais importante desde a chegada da V República. Por outro lado, o número dos antigos altos funcionários no Governo e no Parlamento aumentou de maneira paralela, a ponto de ter-se podido falar de uma "funcionarização da política", que contrabalança uma politização acrescida da administração (Baecque, Quermonne 1982).

Por fim, as leis de descentralização votadas em 1982 modificaram a repartição das competências entre os escalões centrais e locais a favor destes últimos e aumentaram a autonomia das colectividades locais e dos seus representantes eleitos face à administração central (Rondin 1986).

E. F.

- Crozier, Friedberg, Grémion *et al.* (1974), Dreyfus, d'Arcy (1987).

Adolescência: Período que separa a infância da idade adulta. Esta caracterização levanta vários problemas. No séc. XVIII (o *Émile* de Rousseau), assimilava-se a adolescência à crise da puberdade, que era mais tardia que actualmente. Só em finais do séc. XIX, particularmente sob o efeito do prolongamento dos estudos que mantém os alunos numa espécie de infância prolongada, é que a adolescência emergiu verdadeiramente como classe etária e como cadinho de uma cultura específica. Entre as duas guerras espalhou-se a ideia de que a adolescência não era necessariamente uma transição entre duas idades mas que a pessoa podia sentir-se bem nela e nela instalar-se deliberadamente durante um período relativamente longo. Essa dificuldade ou essas reticências em sair da adolescência é hoje ligada ao facto de os acontecimentos que poderiam funcionar como "ritos de passagem", como ritos de entrada na idade adulta, terem sofrido nas nossas sociedades uma dupla alteração. Revestem cada vez menos o carácter de provas, arriscadas e probatórias (a evolução do serviço militar é disso testemunha). Por outro lado, apagou-se, mais ou menos, o seu carácter de cerimónias públicas (o casamento, por exemplo, é cada vez menos uma cerimónia solene). Assim, a maioria dos indivíduos passa insensivelmente da adolescência a uma aparente maturidade atravessando uma idade mal definida que alguns denominam "pós-adolescência" (e que pode durar até aos 35 anos, por vezes mais).

A. B.

- Le Bras, Béjin, Yonnet (1983), Erikson (1968).

Agregação: A combinação de um conjunto de acções individuais pode, enquanto tal, produzir efeitos colectivos não procurados pelos próprios actores sociais e que podem *a posteriori* apresentar-se como desejáveis ou indesejáveis. A esses efeitos dá-se muitas vezes o nome de "efeitos de agregação", ou de composição.

Assim, quando vários indivíduos escolhem simultaneamente orientar-se para tal tipo de carreira, contribuem todos, sem desejá-lo, para obstruir a carreira em questão, para exacerbar a "competição", pelos lugares disponíveis, eventualmente para criar desemprego. Estes efeitos de agregação revestem uma grande importância nas ciências sociais, e designadamente na análise da mudança social. Assim, M. Weber (1920) vê no desenvolvimento do capitalismo um efeito não desejado dos princípios éticos inspirados pelos puritanos. K. Marx e H. Spencer interpretam ambos o devir histórico como um tecido de efeitos de agregação. Assim, segundo Marx, o progresso técnico é um efeito não desejado da concorrência a que os capitalistas se dedicam entre si. A noção de "efeito de agregação" tem, relativamente à de "efeito não desejado", a vantagem de sublinhar que os efeitos em questão resultam da combinação de uma pluralidade de acções individuais. Quando os efeitos de agregação são indesejáveis, fala-se de efeitos perversos.

R. B.

- Boudon (1977), Schelling (1978).

Alienação: O termo alienação pertence a diversos registos de linguagem (jurídico, médico, teológico, etc.). Em filosofia e em sociologia, descobrimo-lo em J.-J. Rousseau, que o

define assim no Contrato Social (1766): cada associado, "dando-se a todos, não se dá a ninguém" e abandona os seus direitos naturais para fazer nascer o corpo político. Mas é na filosofia alemã (Fichte, Hegel e depois Marx) que ele recebe a significação que hoje lhe é atribuída: a transformação da actividade própria do homem num poder que lhe seria estranho, e que o domina.

É em Marx que a noção se torna, de algum modo, numa noção de sociologia. Em O Capital (1867), lê-se: "A alienação do operário significa não apenas que o seu trabalho se torna um objecto, uma existência exterior, mas que o seu trabalho existe fora dele, independentemente dele, estranho a ele e se torna um poder autónomo em relação a ele; que a vida que ele conferiu ao seu objecto se lhe opõe, hostil e estranha." A partir de então, a alienação vai tornar-se o sintoma de todos os "incómodos" do homem moderno e das diferentes variedades do seu sentimento de espoliamento de si próprio.

A extensão de um conceito faz-se sempre à custa do seu rigor. Falar-se-á da alienação colonial, da alienação feminina, da alienação da "sociedade de consumo" ou da "sociedade do espectáculo". Seja como for, a noção mantém-se inseparável dos pressupostos teológicos ou filosóficos que presidiram ao seu êxito: uma concepção do sentido da história e do destino do homem, da sua queda na alienação à sua redenção.

A. A.

Anarquismo: O anarquismo é uma doutrina política que repudia toda a ideia de autoridade contrária ao princípio da liberdade individual, e em primeiro lugar a autoridade do

Estado.

Saint-Simon dá uma imagem dessa sociedade libertária: "Não há acção útil [...] para além da do homem exercida sobre as coisas. A acção do homem sobre o homem é sempre em si mesma prejudicial à espécie." Tal sociedade é concebida como um grande conjunto de contratos específicos, nem imutáveis nem definitivos, saídos de debates livres em que os interessados acabam por pôr-se de acordo e que correspondem à heterogeneidade da vida social.

16

Profissionais, regionais, nacionais, aparentemente incoerentes, esses múltiplos contratos geram o federalismo que se substitui ao Estado tal como o concebe Hobbes no *Leviathan*. O anarquismo vê na política um espaço perverso onde se perde a autonomia da pessoa. Por isso, privilegia a acção sindical, a acção mutualista e todas as formas de solidariedade e de associação que lhe parecem "vivas", não "abstractas e anónimas". Daí resulta uma utopia cujos contornos nos são dados por M. Bakunine (1873): "Quando os Estados tiverem desaparecido, a unidade viva, fecunda, benfazeja, tanto das regiões como das nações e da internacionalidade, primeiro de todo o mundo civilizado e depois de todos os povos da Terra, pela via da livre federação e da organização de baixo para cima, desenvolver-se-á em toda a sua majestade..."

P. J. Proudhon (1846), M. Stirner (1842), Bakunine (1873), etc., o teórico anarquista, seja ele qual for, opõe-se radicalmente aos teóricos do colectivismo e do comunismo, que, na sua opinião, levam até ao fim o espoliamento do

indivíduo pela sociedade.

A. A.

Sergent, Hammel (1949).

Anomia: Pela sua etimologia, a palavra significa ausência de normas, de regras ou de leis; mas a história singular deste termo conferiu-lhe significações diversas e mesmo contraditórias.

J.-M. Guyau (1885) forja a palavra para designar a individualização, inevitável e desejável das regras morais e das crenças. E. Durkheim toma-lhe de empréstimo a palavra empregando-a em sentido oposto àquele individualismo anarquizante, pois que, a seu ver, todo o facto moral consiste numa regra de conduta sancionada. Na obra de Durkheim *De la division du travail social* (1893), a anomia é uma das formas patológicas da divisão do trabalho, a saber: a carência temporária de uma regulamentação social capaz de assegurar a cooperação entre funções especializadas. Tem como origem a insuficiência dos contactos entre os papéis sociais. Em *Le Suicide* (1897), a anomia é concebida como um mal do infinito proveniente da ilimitação do desejo humano e da indeterminação dos objectivos a atingir. É característica do sistema de valores, das instituições e do funcionamento das sociedades industriais modernas.

Desaparecida da obra de Durkheim a partir de 1902, a palavra anomia é redescoberta nos anos 30 pelos sociólogos de Harvard, nomeadamente por T. Parsons e R. K. Merton. O texto deste último, *Structure sociale et anomie*, contribuiu muito para difundir a noção de anomia alterando o seu conteúdo. Sem dar dela uma definição clara, tende a identificá-la a uma situação em que o indivíduo não encontra

as possibilidades de atingir um objectivo definido e mesmo prescrito pela cultura. Esta contradição entre o objectivo cultural e a ausência de meios lícitos pode gerar comportamentos desviantes pelo recurso a meios ilícitos. À noção durkheimiana de ilimitação dos fins substitui-se a de limitação dos meios.

A revolução semântica é plenamente levada a cabo com o uso de escalas de atitude que é suposto medirem a contrapartida psíquica da anomia social, sendo a mais célebre a escala de anomia, elaborada por L. Srole. Esta escala reflecte uma visão pessimista do mundo, o sentimento de que não se pode tomar em mãos a sua sorte e a renúncia

17

a toda a esperança, característicos em Durkheim de uma situação fatalista, oposta à anomia.

O sucesso desta palavra da tribo sociológica nos anos 60, particularmente na sociologia americana, teve mais a ver com o seu cariz decorativo que com o seu poder cognitivo.

PH. BD.

- Besnard (1987), Merton (1949).

Anti-semitismo: De criação recente - foi provavelmente formada por volta de 1870 por um jornalista alemão, W. Marr -, a própria palavra "anti-semitismo" é inadequada, mas foi imposta pelo uso. Designa a atitude hostil para com uma minoria particular, a minoria judaica, hostilidade que, ao longo da história, fez apelo aos motivos mais diversos e se traduziu por comportamentos variados, indo da rejeição e da marginalização social até à exterminação. Alguns, como H.

Arendt (1951), propuseram que se reservasse esta palavra para designar a hostilidade contra os judeus, que, na época moderna, surge no contexto específico da sua emancipação quando aparecem dificuldades económicas, políticas ou sociais - sendo então denominada de antijudaísmo a hostilidade de base religiosa que prevaleceu na Idade Média. Mas pode defender-se a ideia de que há uma continuidade para além das diferenças, de que o antijudaísmo da Idade Média e o anti-semitismo moderno são uma mesma rejeição do grupo judeu que se exprime ora em categorias de pensamento ainda religiosas ora em categorias já laicizadas.

Y. C.

- Chevalier (1988), Isaac (1940), Poliakov (1956-1977).

Antropologia e sociologia: Entendida no sentido restrito de antropologia social e cultural, de que a palavra "etnologia" é sinónimo em França, a antropologia constituiu-se em relação estreita com a sua irmã, a sociologia. No séc. XIX, uma necessidade de reorganização social após as revoluções política e industrial suscita o nascimento da sociologia. Pouco depois, o interesse romântico pelo exótico converge com o desejo kantiano de criação de uma antropologia e com o projecto colonial na fundação da etnologia. Esta tem como padrinhos a história natural e o espírito de antiquário; a sociologia, por seu turno, enraíza-se no reformismo social e na filosofia. O pensamento reflexivo (pesquisas classificativas, esquemas de evolução, valorização dos tipos sociais, tais como raças e etnias) escora a acção de reforma social e visa "civilizar" os ditos primitivos. Embora as primeiras pesquisas de J. J. Bachofen, E. B. Tylor, L. H. Morgan, nos anos de 1860-1870, sejam contemporâneas das

de F. Le Play, K. Marx, H. Spencer, a etnologia e a sociologia afirmam-se diferentes pelo seu campo de investigação. Para a primeira: as sociedades relativamente homogêneas em de pequena escala, sem história conhecida, ditas primitivas, tradicionais, sem escrita; para a outra: as sociedades complexas, heterogêneas, ditas civilizadas, industrializadas, modernas. O objecto do sociólogo apresenta-se mais visível que o do etnólogo, e a sociologia escolhe para método preferido a sondagem aferida, ao passo que a etnologia pretende operar inventários descritivos completos das culturas de pequena dimensão.

Mas as duas ciências humanas caminham a par seguindo sucessivamente a via dos grandes frescos históricos e depois a da acumulação de documentos. Mantêm-se ligadas às teorias e às políticas da sua época, encontram perspectivas comuns

18

(organização, integração, adaptação), constroem-se por trâmites de comparação e de crítica bastante semelhantes. O interesse dos sociólogos e dos etnólogos converge doravante para a pesquisa das estruturas e funções sociais e para uma análise da dinâmica das sociedades actuais. Ao mesmo tempo, no início dos anos 50, os antropólogos começam a dedicar-se ao estudo das sociedades complexas (redes políticas na Índia, parentesco americano, economia informal), os sociólogos debruçam-se sobre os aspectos simbólicos do comportamento, sobre as micro-relações de ordem ritual, jurídica, cultural e adaptam os seus métodos para abordar a política, o económico, o cultural nas

sociedades do Terceiro Mundo.

C. R.

- Boudon (1969), Cuisenier, Segalen (1986), Grawitz (1986), Mead (1964).

Apolitismo: Atitude de neutralidade, ou mesmo de recuo, em relação à política. Um fraco grau de empenhamento e uma escassa competência cognitiva constituem as suas duas principais dimensões. Na incapacidade de posicionar-se num eixo esquerda-direita, porque privado dos conhecimentos indispensáveis à expressão de preferências partidárias, o indivíduo apolítico seria tentado pela abstenção eleitoral. Alguns autores sublinham, no entanto, que, se se ligar demasiado estreitamente participação política e competência cognitiva, em última análise já não poderá explicar-se o empenhamento de certos operários comunistas. A razão deste mal-entendido tem a ver em parte com a extensão variável que pode ser conferida à noção de campo político. Encarada unicamente no espaço estreito da política "política" em si, a competência política é muitas vezes concebida como o domínio de uma sábia utensilagem política, e a participação vê-se reduzida unicamente ao comportamento eleitoral. Sob este aspecto, o apolitismo doutrinal do anarquista pode levantar alguns problemas de interpretação (ao recusar situar-se no espaço político instituído, o anarquista toma posição em relação ao político).

P. M.

- Lancelot, Memmi (1985), Gaxie (1978), Lipset (1960), Michelat, Simon (1977).

ARON (Raymond), sociólogo francês (Paris 1905 - id.

1983): Rompendo com os herdeiros de A. Comte (É. Durkheim, F. Simiand), Aron introduz na França a sociologia alemã, dominada pela figura de M. Weber (*La Sociologie allemande contemporaine*, 1935). Sobre a interrogação, saída de W. Dilthey, sobre a objectividade das ciências históricas, ele articula uma reflexão sobre a acção humana na história e as condições da opção política (*Introduction à la philosophie de l'histoire*, 1938a; *La Philosophie critique de l'histoire*, 1938b).

Depois da guerra, Aron ajuda a descobrir, através do seu ensino, as obras de Tocqueville ou de V. Pareto (*Les Étapes de la pensée sociologique*, 1967). As suas pesquisas orientam-se para o estudo das sociedades industriais, das relações que nelas se instauram entre a estrutura social e o regime político (*Dix-Huit Leçons sur la société industrielle*, 1962). Confrontando a experiência dos regimes "constitucionais-pluralistas" com os processos habituais dos totalitarismos (*Démocratie et totalitarisme*, 1965), as suas análises comparativas fazem ressaltar a fragilidade e as hipóteses das sociedades democráticas: a igual distância de um sistema negador das liberdades e de um Estado

19

que não se encarregasse de "atenuar os rigores do acaso social", a realidade das sociedades ocidentais esboça uma síntese cuja fórmula as utopias políticas falharam demasiadas vezes.

S. M.

Artesão e artesanato: Mais que para outras categorias

sociais, as definições mantêm-se tributárias de considerações jurídicas e administrativas contingentes. O artesanato coincide praticamente com o sector das profissões e supõe uma inscrição no "Registo" do mesmo nome. Daí resulta que o artesão é em primeiro lugar um trabalhador manual, formado no trabalho, por aprendizagem directa; é um independente, exercendo por sua conta, sozinho ou com a ajuda de membros da sua família e de alguns companheiros. O artesanato assim designado é uma denominação recente que remonta ao período entre as duas guerras. Até à Revolução Industrial, o termo "artesão" aplicava-se ao operário, sem referência a uma profissão. No séc. XIX, assinalava um estatuto (o de "patrão") que o distinguia da massa dos assalariados e o aproximava do lojista: uma confusão motivada pelo facto de os actos de produção e de venda se recobrirem largamente; donde também um problema difícil de delimitação que, ainda hoje, não está totalmente resolvido. A dar crédito aos recenseamentos, o número dos artesãos regrediu bastante depressa de 1954 a 1975. O seu efectivo estabilizou-se em seguida. Uma certa retoma é mesmo sensível desde 1982 (beneficiando dela, sobretudo, os chefes de empresas artesanais de mais de cinco assalariados). No total, a população activa compreende 760 mil artesãos autênticos, uma vez descontadas as ajudas familiares que são cerca de 150 mil. A parte dos jovens de menos de 35 anos é de 26 por cento. Em relação às outras categorias patronais, esta proporção não é fraca, mas mantêm-se inferior à revelada na maior parte das categorias de assalariados. A falta de jovens explica-se pelo facto de a instalação por sua conta exigir um capital económico que se adquire por herança ou por acumulação. Trata-se de factores

que jogam nitidamente em desfavor das mulheres: estas não representam mais de 10 por cento dos artesãos instalados e encontramos-las reunidas nas actividades de serviço, o têxtil e o vestuário. Quanto ao resto, a construção civil acolhe os efectivos mais numerosos (312 mil), ao passo que os artesãos de fabrico não ultrapassam os 100 mil, se se excluirmos os ofícios de arte. Dir-se-á, pois, que o artesão resiste muito melhor onde não entra em concorrência directa com a indústria e onde pode evidenciar uma grande competência individual.

A sociologia não se interessou verdadeiramente por uma actividade e por um grupo que a história parecia condenar. As raras análises propostas divergem tanto pela sua orientação teórica como pelo seu ponto de vista metodológico. B. Zarca (1983) insiste na necessidade de tomar em consideração a identidade do grupo, que ele julga encontrar no espírito de profissão visto como instrumento de legitimidade e também como elemento de distinção e de reconhecimento mútuo. Para C. Jaeger (1982), em contrapartida, a especificidade do artesanato consiste no facto de ele não permitir acumulação do capital e menos ainda a reprodução alargada da empresa. A referência aos valores de profissão permanece secundária relativamente às condições reais que permitem à pequena produção mercantil

20

viver nos interstícios do capitalismo moderno. Mas pode igualmente procurar-se fora da situação de trabalho e da empresa os elementos necessários à compreensão do artesanato (Gresle 1981). O grupo assinala-se por uma

morfologia e uma condição sociais próprias. A função de produção tal como a prática do ofício perdem então a sua função distintiva em benefício de determinantes familiares e patrimoniais que esclarecem o seu verdadeiro alcance.

F. G.

Arte (sociologia da): A sociologia da arte realizou grandes progressos ao longo dos últimos vinte anos desde que abandonou a reflexão sobre a relação entre a arte e a sociedade para interessar-se, com meios especificamente sociológicos, pelos contextos sociais do nascimento e da recepção das obras.

Foi assim que no decurso dos anos 60 a sociologia da arte se afastou das grandes sínteses de inspiração marxista, que vêem na arte o reflexo da sociedade ou que, de maneira menos simplificadora, avançam a hipótese de uma relação de homologia entre as estruturas formais das obras e as estruturas sociais. Desenvolveu pesquisas empíricas, pondo em acção os conceitos e os métodos experimentados em outros domínios da sociologia.

Num primeiro tempo, a sociologia da arte foi fortemente solicitada pela exigência institucional à procura de uma avaliação das políticas de democratização cultural. As análises sociológicas dos públicos tiveram um lugar importante na investigação e originaram a publicação de obras clássicas (Bourdieu, Darbel 1966). Desde então, trabalhos históricos e sociológicos já não se orientam apenas para o estudo do "consumo cultural" (a frequência dos museus ou dos concertos), mas também para o da percepção estética.

A extensão do Estado-providência cultural à protecção

social dos criadores, a intervenção dos poderes públicos (particularmente na França) e das empresas (em particular nos Estados Unidos da América) nos mercados do trabalho artístico chamaram, mais recentemente, investigadores para temas novos: morfologia das populações artísticas, divisão do trabalho artístico, profissões e carreiras de artistas, mercados das artes, políticas culturais (Moulin 1985). O desenvolvimento da disciplina e o aumento do número dos pesquisadores favoreceram a concorrência das interpretações, e assiste-se hoje a uma grande diversidade teórica. A teoria do "campo artístico" e das suas articulações com os outros campos sociais que relaciona a análise das estratégias com um sistema de posições (Bourdieu 1979) e, importada mais recentemente, a do "mundo social da arte" que se interessa numa rede de interacção entre os actores que cooperam na produção social do valor artístico (Becker 1982) fornecem os principais quadros de descrição e de interpretação.

Dois grandes traços caracterizam a actual sociologia da arte. Por um lado, está menos afastada hoje que ontem dos outros segmentos da sociologia: a institucionalização da arte, a racionalização dos mercados, a profissionalização (ou desprofissionalização) dos artistas põem aos sociólogos problemas familiares. A sociologia da arte contribui assim para esclarecer os actores dos mundos da arte sobre as situações com as quais estão confrontados. Por outro lado, a extensão do conceito de arte, na sua definição actual, alarga o campo das pesquisas sociológicas muito para além da noção,

historicamente constituída, de "belas-artes". A análise das práticas não eruditas (a literatura popular, a música de variedades, o *jazz*, o *rock*, a banda desenhada, etc.) caminha a par com a análise socioeconómica das indústrias do livro, do disco, da fotografia, do cinema, do audiovisual. O regresso da palavra "arte" para designar aquilo que se chamava, durante os anos 60-70, sociologia da cultura significa em primeiro lugar que a tónica é colocada no estudo dos mecanismos sociais da etiquetagem artística. Temos de felicitar-nos pelos esforços levados a cabo para escapar à redução determinista; mas não podemos evitar a interrogação sobre aquilo que, pelo efeito conjugado do relativismo sociológico (que é um postulado de método) e o hiper-relativismo estético (que caracteriza o séc. XX), é ladeado na maioria das análises, isto é, a qualidade da obra.

R. M.

Aspiração: A aspiração é um processo pelo qual um indivíduo ou um grupo social é atraído para um fim e marca a si próprio objectivos. Chama-se nível de aspiração o grau de êxito que o sujeito ambiciona atingir nos diferentes sectores das suas actividades (escolar, profissional, cultural, político, etc.). Objectos de numerosos estudos de psicologia, as aspirações nem por isso deixam de fazer parte do domínio da sociologia, na medida em que "é impossível estudá-las sem situar os homens que as exprimem no conjunto das estruturas sociais, na sua cultura particular e no movimento histórico em que estão implicados" (Chombart de Lauwe 1969).

A génese das aspirações situa-se ao nível do

comportamento do indivíduo, que, tendo em conta os constrangimentos estruturais e económicos, as representações sociais, escolhe os seus fins calculando os seus custos, as vantagens e os riscos. O grau de autonomia do sujeito nesta escolha depende do grau de generalidade e de maleabilidade das regras e normas da sociedade. As aspirações, que envolvem quando as estruturas sociais mudam, podem ser elas próprias factores de mudança social.

C. P.-B.

Associação: Em sentido restrito, o termo designa um agrupamento de duas ou várias pessoas que põem em comum, de maneira permanente, os seus conhecimentos e a sua actividade numa finalidade que não seja a de partilhar lucros. Juridicamente, a associação opõe-se, portanto, à sociedade, cujo objectivo é o enriquecimento dos associados. Em sentido amplo, o termo designa todo e qualquer agrupamento, sejam quais forem a sua forma jurídica e a sua finalidade.

O fenómeno associativo, que responde à propensão dos homens para se agruparem para a defesa dos seus direitos, a propagação das suas ideias e a realização em comum de um objectivo colectivo, desempenha um papel importante nas sociedades modernas, ao mesmo tempo complexas e fragmentadas. Por um lado, as associações constituem um escalão intermédio entre o Estado e o indivíduo (ou os grupos primários); por outro lado, facilitam a integração social de cada um e a aprendizagem da vida colectiva. É assim que as associações constituem o lugar reconhecido de uma expressão que pode ter uma certa influência sobre as decisões políticas e ser fonte de uma mudança social.

Y. C.

Atitude: Nas ciências sociais, o termo designa uma orientação das

22

condutas ou dos juízos, quando estes apresentam uma certa coerência e uma certa estabilidade. É, pois, uma variável inobservável, suposta subjacente a condutas ou a expressões verbais. O termo designa com frequência uma orientação geral, por exemplo, a atitude antidemocrática.

Procurou-se distinguir a atitude de outras características individuais, como os *traços de personalidade*, supostamente mais estáveis, ou as *opiniões*, que flutuam segundo as circunstâncias ou os acontecimentos. Mas estas noções não têm definição satisfatória. Praticamente, mede-se com frequência, e portanto define-se operacionalmente, uma atitude pelo que é comum a um conjunto de opiniões expressas verbalmente ou, mais raramente, a um conjunto de comportamentos. A propósito das atitudes põem-se dois problemas principais: como é que elas mudam e em que medida é que elas determinam os comportamentos. As pesquisas sobre as mudanças de atitude confundem-se com as investigações sobre a influência: mostrou-se a influência de informações novas, da credibilidade da fonte, o papel do conformismo, isto é, da tendência a por-se de acordo com a maioria, ou, noutras circunstâncias, a possibilidade para uma minoria, se se mostrar suficientemente coerente, de modificar as atitudes de outrem. Mostrou-se também uma tendência para pôr as suas atitudes de acordo com a sua

conduta, portanto para manter uma certa coerência, o que constitui um outro mecanismo de modificação das atitudes.

As relações entre atitudes e comportamentos suscitaram pesquisas muito numerosas, cujos resultados se apresentam como contraditórios. À primeira vista, as primeiras deveriam determinar os segundos. Mas uma atitude não é, em geral, o único determinante de um comportamento:

constrangimentos, interesses, outras atitudes podem também intervir, assim como as atitudes para com os outros comportamentos possíveis. Além disso, se a ideia de que as atitudes determinam o comportamento é a mais imediata, a relação inversa é também possível.

B. M.

Montmollin (1985).

Autogestão: Em sentido restrito, a autogestão é a gestão das empresas por aqueles que nelas trabalham; em sentido amplo, é um modelo que, opondo-se ao modelo leninista de um socialismo "estatal", "burocrático", "autoritário", define uma gestão descentralizada da sociedade e da sua economia socializada. A autogestão confunde-se, então, com o "federalismo" de Proudhon, que via nela um regime "que permite suprimir o entrave constituído pela propriedade sem cair nas contradições da comunidade".

A. A.

Autoridade: O tema da autoridade foi abordado sob ângulos tão variados no quadro da filosofia política e das ciências sociais que deu lugar a uma pluralidade de concepções; mas podemos procurar por detrás da diversidade um núcleo comum.

Conformar-se ou submeter-se à autoridade equivale a "reconhecer" na vontade ou no juízo de uma outra pessoa um princípio pertinente de acção ou de apreciações, sem que se tenham previamente pesado os prós e os contras; a atenção volta-se então para a fonte da comunicação, muito mais que para o seu conteúdo: é de facto a ela que se obtempera ou se aquiesce. É essa, sem dúvida, a característica fundamental da autoridade;

23

mas as opiniões divergem quando se trata de responder à questão dos seus fundamentos. Um primeiro tipo de concepção consiste em fazer da autoridade um modo de regulação normativa: assim, T. Parsons acaba por definir a autoridade como "a institucionalização dos direitos" dos dirigentes políticos "a controlar as acções dos membros da sociedade em tudo o que se refere à realização dos fins colectivos" (1960); nesta perspectiva, a autoridade instaura uma responsabilidade diferencial a partir de um acordo prévio sobre os objectivos prioritários. Uma segunda concepção, muitas vezes qualificada de "realista", tende a encarar a autoridade sob o ângulo da imposição. Se se acompanhar esta corrente de pensamento, o fundamento essencial da autoridade deve de facto procurar-se do lado do poder de impor, fazendo apelo, se for caso disso, à coerção: assim, M. Weber (1922d) distingue, ao lado da dominação económica, a "dominação em virtude da autoridade" que se reconhece precisamente no poder de ordenar e no dever de obedecer; ela consiste, segundo os seus próprios termos, num "poder de mandar dotado de autoridade" (*autoritärer*

Befehls Gewalt). Não poderá, pois, estabelecer-se dicotomia radical entre autoridade e coerção; mas, como mostra Weber, a insistência no mando não exclui a consideração da legitimidade e das formas mais importantes que ela pode revestir. Por fim, segundo uma terceira concepção, a autoridade seria primeiramente fundada na competência. A autoridade profissional (médico, advogado) tem muito a ver com este modelo; assentando num saber especializado, é sobretudo de tipo fiduciário: o cliente confia globalmente na competência superior do especialista, sendo ao mesmo tempo incapaz de avaliar a pertinência das suas directivas. Mas este modelo de autoridade-competência não pode ser generalizado à autoridade política, nem à autoridade burocrática a despeito de uma tendência recorrente no pensamento social desde Saint-Simon.

F. C.

- Bourricaud (1961), Friedrich (1858), Jouvenel (1935), Sennett (1980).

Autoritária (personalidade): A expressão "personalidade autoritária" foi lançada pelo livro devido a T. W. Adorno e a uma equipa de psicólogos e psicossociólogos de Berkeley (1950). O objectivo destes autores era referenciar e medir as correntes ideológicas antidemocráticas por meio de escalas de atitude e pô-las em relação com outras atitudes e com as tendências profundas da personalidade. A escala de autoritarismo, também chamada escala F (de "fascismo potencial"), compreende várias componentes, tais como a submissão à autoridade, a superstição e a adesão a estereótipos, a projecção nos outros das suas pulsões inconscientes, a agressividade em relação aos desviantes, etc.

Está fortemente relacionada com escalas que medem o anti-semitismo e o etnocentrismo (pre-conceitos para com os negros, outras minorias e pseudopatriotismo). Esta escala F foi, sob uma forma condensada, a escala de atitude mais utilizada nos inquéritos sociológicos dos anos 50 e 60. Apresentava, no entanto, sérias dificuldades técnicas (escala do tipo Likert, em que as propostas eram unilaterais e estereotipadas); estava enviesada pela tendência para a aprovação.

PH. BD.

- Alexandre (1971), Lancelot (1962).

25

B

Bando: Grupo de jovens mais ou menos estruturado que a sociologia caracteriza em relação ao meio em que vive.

Após primeiros estudos sobretudo sensíveis à desorganização social de certas zonas urbanas, insistiu-se em dois aspectos: por um lado, a resposta subcultural à frustração proletária ou a reacção a condições de vida que impedem o acesso ao êxito social; por outro, a manifestação de um conflito entre os jovens e a sociedade adulta. A tónica colocada na dramatização hostil por parte da sociedade local, ou mesmo dos *media* e das instituições oficiais, sofre seguramente de um certo unilateralismo. Uma visão mais equilibrada consiste em analisar o bando através de uma

radicalização das atitudes segregativas que actua entre o interior e o exterior do bando. Este modelo é susceptível de integrar um ou outro dos elementos libertos ou uma das suas combinações.

PH. R.

- Lagrée, Lew Fai (1985), Maugé, Fossé (1977), Monod (1968), Robert, Lascoumes (1974).

Behaviorismo: Teoria psicológica segundo a qual todo o comportamento (ingl. *behavior*) é uma resposta a estímulos exteriores que actuam sobre os órgãos dos sentidos (Watson).

Influenciou uma importante corrente da sociologia americana consagrada ao estudo do condicionamento social das condutas individuais e colectivas. Contudo, o behaviorismo social toma em conta os factos de consciência, na medida em que as situações sociais só influenciam essas condutas em função da significação que lhes atribuem actores socializantes numa cultura e que têm papéis específicos (Mead 1934). Psicologia, sociologia e antropologia devem, pois, concorrer neste domínio graças à elaboração de conceitos, tais como os de atitude, de aprendizagem ou ainda de valor social. Mas é no plano epistemológico que o behaviorismo marcou mais essas disciplinas ao insistir na necessidade de testar empiricamente toda a hipótese e de construir apenas conceitos operacionalizáveis; é a lição retida pelo behaviorismo em ciência política.

C.-H. C.

Biografia: A biografia constitui uma das fontes que os etnólogos utilizam de maneira privilegiada mas que pode

também contribuir para o conhecimento sociológico e histórico. As histórias de vida pertencem à tradição sociológica. Por exemplo, a obra de W. Thomas e F. Znaniecki (1918-1921) sobre *Le Paysan polonais en Europe et en Amérique* é em grande parte fundada sobre narrativas de vida e documentos pessoais; a sociologia e a antropologia social americana utilizaram-na muito a partir dos anos de 1925-1930. Como escreveu C. Lévi-Strauss, a autobiografia permite reconstituir uma cultura do interior e analisar a maneira como se articulam e se interiorizam as instituições e os costumes analisados pelo investigador. A sua utilização levanta, contudo, dois problemas, um de metodologia e outro epistemológico.

A utilização das biografias corre o risco de suscitar sempre uma dupla ilusão: a de tocar a própria realidade, a de atingir a totalidade. Ora, as narrativas não são o reflexo da própria realidade; ou do "vivido", por definição inacessível. Como o tinham já sublinhado no fim do

26

séc. XIX G. Simmel e W. Dilthey, estas narrativas propõem uma reconstrução intelectual de um passado, inevitavelmente orientada pela presença do investigador quando se trata de uma conversa e, em todos os casos, pelo trabalho da memória e pelo significado que a evolução do presente dá ao passado.

A utilização da biografia corre também o risco de dar ao investigador a ilusão de que pode ter acesso à "essência" do indivíduo, do grupo familiar e mesmo do grupo social na sua totalidade e de que pode assim fazer a economia do esforço

de análise e de inteligibilidade específica do trabalho científico. A biografia não constitui de maneira nenhuma o equivalente do conhecimento: é um documento em bruto, com frequência evocador ou emocionante, literariamente superior à análise rigorosa, mas que tem de ser tratado como todos os documentos, todas as informações, todos os dados em bruto: tem de ser criticado, avaliado, inserido na análise ou na demonstração. Não deve fascinar o investigador a ponto de fazê-lo renunciar ao trabalho de conhecimento propriamente científico.

O outro problema incide sobre a significação do caso individual para o conhecimento dos fenómenos colectivos, objecto primeiro do conhecimento sociológico: que é que se conhece de generalizável a uma sociedade ou a uma cultura dada a partir de um relato feito por um indivíduo sobre si próprio ou de um relato centrado sobre um indivíduo? Os métodos das ciências humanas só se justificam pelo objecto da pesquisa. As biografias são documentos particularmente ricos para analisar as relações entre o indivíduo e a sua cultura.

Quando se trata de estudar outros problemas sociológicos, os contributos das biografias são mais fracos.

D. S.

Bruxaria: Enquanto poder de causar dano aos outros por meio de uma acção espiritual, a bruxaria distingue-se do feitiço produzido pelo lançador de maus olhados, que utiliza meios materiais. Os Azandé, estudados por E. E. Evans-Pritchard (1937), crêem-na ligada a uma substância que o corpo de certos indivíduos contém e que se herda do progenitor do mesmo sexo. Ninguém sabe, a não ser por

autópsia *post mortem*, se possui tal substância. Enquanto inconscientes das suas acções nocivas, os bruxos não são objecto de nenhuma reprovação moral, mas a bruxaria é uma fonte importante de preocupações.

Condenada como acto ofensivo, maléfica para o grupo social na medida em que se supõe ser responsável pela doença, pela morte, pela má colheita, pelo fracasso nos negócios..., a agressão pelo bruxedo supõe-se empreendida por um indivíduo ou um grupo de indivíduos que se suspeita devorarem as almas (vampirismo), terem o dom da dupla visão, circularem de noite, poderem desaparecer à sua vontade (inversão e acção "em duplicado"), metamorfosearem-se. As orgias de bruxaria evocam-se em fim de festim canibalesco após o assassinio de uma pessoa. Entre os critérios de reconhecimento dos bruxos figuram os desvios em relação às normas: os excessos de afeição, de pobreza ou de riqueza, a esterilidade, o encarniçamento na luta pelo poder, o rancor tenaz contra um membro da família. Meio de detectar os bruxos, o oráculo indica também os meios rituais para proteger-se deles (encantamento, exorcismo, banimento, morte).

A teologia do séc. XVI juntava a propósito das bruxas o delírio do espírito, a heresia e o frenesim sexual.

27

A obsessão do diabo favorecia a caça às bruxas e o sacrifício ritual visava acalmar os medos saídos das perturbações deste período de mutação.

A bruxaria mantém o temor dos desvios e das tensões nocivas à sociedade e joga assim a favor da manutenção da

ordem social. Sociologicamente, é tranquilizante na medida em que se tem a sensação de ter identificado um mal e poder remediá-lo. Psicologicamente, funciona como elemento dissuasor ao nomear os motivos de ansiedade e ao desviar a hostilidade para um factor preciso de nocividade.

Ideologicamente explica, pela acção de espíritos maus, a selectividade dos acidentes, das desgraças, das calamidades que atingem uns e não outros. Explica-se também pelos infortúnios da libido e pela projecção das paixões.

C. R.

- Favret-Saada (1977), Mair (1969).

Burguesia: Nas sociedades agrárias da Idade Média, o termo designa os habitantes de uma cidade que pela sua actividade não agrícola gozam de privilégios particulares. De K. Marx a W. Sombart (1913), ganhou-se o hábito de fazer do burguês o portador do espírito capitalista. A burguesia é vista como uma força de progresso que leva à liquidação do modo de produção feudal, substituindo-o por um modo revolucionário, porque fundado na grande indústria e no domínio do capital. Marx mantém-se, no entanto, sensível à variedade da burguesia, da qual isola três fracções de interesses diferentes: a imobiliária, a financeira e a industrial. M. Perrot (1961) e J. P. Chaline (1982) confirmam a hipótese da diversidade da classe, no seu pleno florescimento, no séc. XIX. Os seus pilares são então a advocacia, a medicina e a empresa. O seu domínio não assenta apenas na posse dos meios de produção nem no dinheiro. Os costumes, a educação, o modo de vida distinguem nitidamente os burgueses (Goblot 1925), sem falar da consciência de constituírem um escol apto a dirigir as sociedades modernas.

Estes traços não desapareceram nos nossos dias. Mas o sociólogo utiliza pouco um conceito que tem o mérito de lembrar a permanência dos grandes tipos sociais.

F. G.

Burocracia: Na linguagem corrente, a palavra "burocracia" ganhou uma conotação pejorativa. É sinónimo de lentidão, de processos inutilmente complicados e a burocratização designa então o processo pelo qual uma actividade ou uma organização se tornam rígidas. Na visão mais normativa do sociólogo, estes fenómenos são considerados como "disfunções burocráticas", isto é, como efeitos negativos não previsíveis produzidos por um modo de organização cada vez mais espalhado nas sociedades modernas.

Com M. Weber (1922a), poder-se-ia caracterizá-la pelos traços seguintes: pela continuidade (insere-se numa ordem legal que o detentor da autoridade hierárquica não faz mais que aplicar), pelo predomínio do processo escrito, pela existência de um corpo de regras impessoais que delimitam com precisão as esferas de competências e os direitos e deveres de cada um, por uma hierarquia das funções que cria laços de subordinação claros, pelo facto de o acesso aos vários postos se fazer exclusivamente em função da qualificação publicamente constatada (exames ou concursos), finalmente pela separação entre as funções de direcção e a posse dos meios de produção. Para Weber, um tal modo

28

de organização, que caracteriza, sem dúvida, as

administrações públicas, mas também a maior parte das organizações industriais e comerciais de uma certa dimensão, é superior às organizações tradicionais, porque, graças à formalização e à standardização das actividades, permite um funcionamento regido por regras mais objectivas, e portanto mais regular e mais previsível. Está destinado a desenvolver-se justamente em virtude da sua maior eficácia. R. Merton (1949) e M. Crozier (1964) puseram em evidência que as características organizacionais de formalismo e de impersonalidade traziam consigo consequências "disfuncionais" sobre os componentes dos membros da organização que iam não apenas contra a eficácia desta mas que produziam, além disso, círculos viciosos de burocratização (sendo estas consequências não previstas combatidas por uma acentuação dos traços organizativos de partida). Em segundo lugar, mostraram que estas características preenchiam funções latentes para os membros da organização, ou seja, que permitiam reduzir as tensões interpessoais inerentes às necessidades da subordinação e do controlo nas actividades organizadas. A burocracia, longe de ser uma fatalidade em virtude da sua eficácia, apresenta-se nesta perspectiva simplesmente como uma das soluções possíveis para o problema da acção colectiva, isto é, da organização de uma cooperação entre actores por certo interdependentes, mas ao mesmo tempo relativamente autónomos. E, como tal, ela é um fenómeno profundamente cultural, no sentido em que o seu desenvolvimento é condicionado pelas capacidades relacionais e organizacionais dos membros de uma sociedade. Por isso pôde ligar-se o desenvolvimento da burocracia à francesa com os traços culturais profundos da

sociedade francesa (Crozier 1964).

Mas é também nesta perspectiva que se pode procurar compreender o desenvolvimento recente de modos de organização cada vez menos burocráticos num número crescente de empresas industriais e comerciais, ou mesmo de serviços administrativos.

E. F.

29

C

Camponês: R. Redfield (1956) distingue o camponês do agricultor. O primeiro goza de uma relativa autonomia no seio de uma sociedade global, não industrial, que o domina sem esmagá-lo. A especialização das suas tarefas, quando existe, faz-se no quadro do grupo doméstico que é a unidade de base de uma rede aldeã de interconhecimento. Os seus contactos necessários com o exterior são assegurados pelos notáveis, que são os seus intermediários reconhecidos. Neste modelo, todos os membros da comunidade, seja qual for a sua relação com a terra, são "camponeses" e a sociedade dita camponesa modela os valores e os costumes dos que são seus membros. A hipótese é sedutora. Mas, se se definirem os camponeses pela sua inclusão numa sociedade mais ampla (Mendras 1976), não se vê como é que eles poderiam constituir uma sociedade específica. Convém pois considerar, para a época actual, que subsistem colectividades camponesas compostas principalmente por agricultores, isto é, por trabalhadores da terra, proprietários dos seus meios de

produção. Em toda a parte, o advento das sociedades industriais conduziu à sua derrocada numérica. A originalidade da França neste capítulo consiste no facto de este recuo ter sido nela mais sensível que noutros lados. Em 1954, a população activa compreendia 4 milhões de agricultores. Este efectivo caiu para 3 milhões em 1962 e para 1,7 milhões em 1975, ou seja, verificou-se uma diminuição anual média de 4,4 por cento. Apesar de um certo afrouxamento na descida destes últimos anos (-2,3 por cento), os agricultores não passavam de 1,3 milhões em 1985, altura em que representavam menos de 7 por cento da população activa. Embora seja difícil medir a participação exacta das mulheres, a agricultura continua a ser muito masculina (37 por cento dos exploradores agrícolas declarados são mulheres), à qual os estrangeiros não têm praticamente acesso (são menos de 1 por cento).

Este rápido declínio foi acompanhado de um nítido envelhecimento da população envolvida. Em 1982, apenas um agricultor em cinco tinha menos de 35 anos, e poucos filhos aceitam suceder a seus pais na exploração da terra. Mas estes traços duráveis não poderão esconder as transformações em curso. Se as entradas na agricultura são agora pouco numerosas, elas verificam-se numa idade mais tardia e parecem mais firmes. Há que ver em tal facto o resultado de uma formação mais adaptada (58 por cento dos menos de 35 anos têm um diploma profissional contra os 14 por cento dos mais velhos) e de uma evolução das explorações que são mais modernas e menos exíguas que no passado, sobretudo quando pertencem a jovens. A imagem do agricultor já de idade, chefe de uma família de grande dimensão, de fracos rendimentos (se bem que mal captados)

já não é realista. E mantêm-se fortes disparidades que desmentem a proclamada unidade do mundo camponês (Gervais *et al.* 1976).

Baseando-se nesta verificação, os sociólogos divergem nos seus juízos sobre o futuro do campesinato ocidental. Para uns, ele deixou praticamente de existir (Mendras 1967), ainda que a utopia (rousseaunista?) de comunidades autónomas subsista e alimente os projectos fantasmáticos daqueles que procuram abolir as barreiras que separam o rural do urbano. Outros, mais próximos do marxismo, consideram que se produziram

30

mutações decisivas após a última guerra, quando os camponeses tornados agricultores foram integrados à força no sistema capitalista. Obrigados a abandonar a policultura autárquica, foram autoritariamente orientados para a produção de valores de troca regulados pelo mercado (Jollivet *et al.* 1974). Mas, se a proletarização de uma fracção dos camponeses é inegável, ela revela-se incapaz de traduzir por si só o abalo que o campesinato conhece actualmente.

F. G.

Capitalismo: O termo, aparecido no início do séc. XIX, acabou por impor-se para designar uma certa organização das actividades económicas. Paralelamente, a noção de capitalismo serviu de ponto de reunião para todos aqueles que rejeitavam este ou aquele aspecto do mundo moderno. Recebeu portanto, ao longo do mesmo séc. XIX, uma acepção cada vez mais negativa, de que parece difícil e inútil

libertá-la.

O termo designa, de facto, quatro realidades ao mesmo tempo económicas, políticas e culturais. No primeiro sentido, o capitalismo é definido pela apropriação privada dos meios de produção. Essa apropriação é acompanhada por uma separação entre o ou os detentores do capital e o trabalho indispensável à sua activação. O anticapitalismo visa eliminar esta separação, quer ao permitir a todos os trabalhadores de uma unidade de produção tornarem-se os proprietários colectivos do seu capital quer ao transferir para o Estado a propriedade de todo o capital de um país.

Num segundo sentido, o capitalismo é compreendido como uma economia de mercado, em que os produtores e os consumidores se encontram em mercados regulados, para trocar e partilhar bens e serviços. Estes encontros dão lugar a inúmeras negociações que acabam por concluir-se e exprimir-se em preços. Cada preço é uma informação que traduz raridades relativas que permite aos agentes económicos tomar decisões de compra, de venda, de investimentos, de poupança, cuja agregação favorece a eficácia do aparelho económico no seu conjunto. O anticapitalismo propõe-se substituir o mercado por uma planificação gerida pelas autoridades políticas.

Numa terceira acepção, o capitalismo é o regime económico animado pelos capitalistas ou pelos empreendedores ou pelos capitães de indústria. Um empreendedor é um actor social que faz a aposta de que, ao combinar capital, trabalho, matérias-primas, máquinas, patentes, etc., oferecerá um bem ou um serviço susceptível de encontrar no mercado uma procura solvível. O lucro é a recompensa monetária de uma aposta mantida. Como uma

iniciativa lucrativa suscita de imediato outras iniciativas, a concorrência tende constantemente a dissolver o lucro. Este só pode renascer a partir de uma nova iniciativa, a menos que os proponentes de bens ou de serviços consigam impedir a entrada no mercado de novos concorrentes. O anticapitalismo propõe-se substituir os empreendedores quer por funcionários públicos quer por responsáveis eleitos pelos membros da empresa. Estas três primeiras definições do capitalismo não são reservadas ao mundo moderno que emergiu na Europa no fim do séc. XVIII e no séc. XIX. Encontramos exemplos seus um pouco por toda a parte na história dos diferentes povos.

A última acepção, própria do mundo moderno, designa uma civilização que parece atribuir-se como

31

objectivo prioritário o aumento indefinido da produção e do consumo de bens e de serviços. Este crescimento sem fim é tornado possível pelo desenvolvimento científico e técnico, que permite aumentar a eficácia do aparelho de produção, oferecer preços relativos cada vez mais baixos e alargar o círculo do consumo a candidatos cada vez mais numerosos, mais repletos e menos satisfeitos. O anticapitalismo considera que uma civilização centrada na economia não dá resposta aos fins autênticos do homem. Propõe aos homens que se regresse a valores mais nobres, religiosos, éticos, militares, políticos ou estéticos.

J. B.

- Braudel (1979), Mantoux (1906), Marx (1867), Schumpeter (1942).

Carácter nacional: A ideia de carácter nacional liga-se a três correntes principais.

1. Na corrente germânica da psicologia dos povos desenvolvida à volta de M. Lazarus, H. Steithal, nos anos 1860, as noções de espírito de um povo (*Völkgeist*) e de alma de um povo (*Völkseele*) aparecem como centrais.

Para elaborar uma psicologia da cultura, W. Wundt interessa-se nas criações do espírito colectivo: a língua, a arte, o mito e os costumes. A ideia de carácter nacional torna-se o objecto a construir por uma *Völkercharakterologie*. Mas seguidamente, ao identificar certas nações com raças puras, que não existem em lado nenhum, e ao ligarem-se a mitos a que votavam um culto idolátrico, os membros deste grupo desacreditaram-se pelo seu racismo pangermânico.

2. A antropologia culturalista americana, nos anos 40 (e entre os seus representantes A. Kardiner e R. Benedict, nomeadamente), procura identificar as estruturas reaccionais comuns provenientes do mundo da educação das crianças, que se traduzem por comportamentos adultos do mesmo tipo e que contribuem para a manutenção das estruturas sociais. Produto da família, dos usos, da educação, a personalidade de base é especificada num quadro cultural, nacional para as sociedades modernas (o Japonês, o Brasileiro), étnica para as sociedades tradicionais (tipo apolíneo do Hopi). Seriam mais especialmente características suas: as técnicas de pensamento ou constelações de ideias, a formação do superego, as atitudes para com os seres sobrenaturais.

3. A escola francesa de etnopsicologia à volta de A. Miroglio (1958) procura construir uma ciência das

diferenças entre tipos etnopsíquicos. O carácter nacional definir-se-ia pelas crenças, reacções e condutas distintivas, pelas propriedades psicológicas ou somáticas, comuns aos membros de um grupo considerado, constituindo um conjunto mais ou menos estruturado e relativamente estável através da diversidade das situações. Mas como ler o homogéneo no diverso?

C. R.

- Gorer (1949), Riesman (1955), Stoetzel (1954).

Carisma: O carisma representa uma forma de poder pessoal graças ao qual o guia, o herói, o chefe de qualidades supostamente extraordinárias e sobre-humanas, atrai para ele a multidão dos seus fiéis. O líder carismático não pertence apenas às épocas recuadas da história: nos nossos dias, encontramos-lo ainda em sociedades em vias de desenvolvimento e nas sociedades consideradas as mais modernas. É que, mesmo que não se exprima através do direito e da lei, o poder do líder

32

carismático é também ele considerado como legítimo nas sociedades mais racionalizadas. Só que, estando ligado à personalidade do seu detentor, permanece muito frágil e provisório. Como é quase impossível torná-lo permanente, institucionalizá-lo e transmiti-lo, sobrevêm crises na maioria das vezes quando o herói desaparece.

P. B.

Casamento: Nas sociedades simples, como nas sociedades

camponesas tradicionais, o casamento apresenta-se como um acto de ordem política e económica; as decisões neste domínio são tomadas pelas linhagens e pelos grupos familiares, que controlam assim directamente o processo da sua reprodução. Nas sociedades desenvolvidas como a França, escolha do cônjuge e formação do casal tornaram-se um assunto de ordem privada, o que não os impede de continuarem a ser um elo fundamental da reprodução da sociedade.

Em França, as pessoas casam-se menos que no passado. E, no entanto, os casais mantiveram-se quase tão numerosos como dantes, porque o défice em casais casados foi globalmente compensado pelo aumento dos casais que vivem em simples coabitação. O casamento, quando se verifica, já não é de resto aquele rito imponente que determinava para cada um dos parceiros a entrada numa nova vida. Nos anos 80, a maioria dos casamentos faz-se na sequência de um período de coabitação juvenil. Esta maior flexibilidade da entrada na vida conjugal inscreve-se numa recomposição dos modos de passagem à idade adulta. Maior precocidade das primeiras relações sexuais e atraso na obtenção do primeiro emprego estável introduzem uma discordância de calendário, que o desenvolvimento da união informal permite regular parcialmente.

A entrada na vida conjugal é um fenómeno mais carregado de consequências para as mulheres que para os homens. Quando a situação social das mulheres se modifica, as suas práticas matrimoniais transformam-se igualmente. Ora, a relação das mulheres com o trabalho mudou muito a partir dos anos 60. Ao mesmo tempo que a sua proporção se elevava na população activa, os empregos mudavam. As

configurações conjugais outrora dominantes, associando um homem e uma mulher numa mesma unidade produtiva familiar, ou então um homem trabalhando no exterior enquanto a mulher se consagrava ao seu lar, reclamavam uma forma de compromisso bastante estável e bastante rígida entre os cônjuges. O casamento preenchia esse papel protegendo a mulher, mas consagrando ao mesmo tempo a perda da sua autonomia. Actualmente, quando ambos os parceiros são assalariados e as mulheres ganharam a sua autonomia financeira, estas têm menos necessidade de uma forma conjugal constrangedora e podem contentar-se com um "casamento sem papéis". Decididamente, a união sem casamento deve uma boa parte do seu sucesso ao facto de ser uma forma flexível e neutra, ideologicamente heterogénea, que corresponde segundo os casos a uma primeira tentativa de vida comum ou a um compromisso quase matrimonial.

O desenvolvimento da união informal e a evolução dos comportamentos sexuais não levaram de modo nenhum a um enfraquecimento da homogamia social, cuja força A. Girard constatava já num inquérito realizado em 1959. Continua-se a escolher parceiros socialmente próximos. O que mudou foram os mecanismos que produzem essa homogamia.

33

Pode ver-se isso mesmo examinando os lugares em que se encontra pela primeira vez o seu cônjuge. Actualmente, os encontros fazem-se num amplo leque de lugares. Aos lugares de estudo ou de trabalho há que acrescentar a diversidade das actividades de lazer e dos lugares públicos. Mas tal diversidade é muito recente. Nos anos 20, dois casamentos

em três eram concluídos na sequência de um encontro no baile, no quadro do trabalho, na vizinhança ou por ocasião de uma visita a um particular. Cinquenta anos mais tarde, estas quatro circunstâncias representam apenas um terço dos encontros. O facto marcante é o declínio regular dos encontros de vizinhança. Era o mais importante modo de encontro dos anos 20: quase desapareceu nos nossos dias. Na longa duração, a instituição produtiva por excelência é o baile. O seu contributo para a formação dos casais atinge o seu máximo histórico nos anos 60 (não menos que um encontro em cinco), para depois cair para metade. A medida que o baile declina, o seu público é cada vez mais rural. O êxito matrimonial dos bailes afirmou-se nos campos com o aumento do êxodo rural e o declínio do interconhecimento. O desenvolvimento considerável dos encontros em lugares públicos (rua, cidade, bairro, café, centro comercial, hospital, etc.) nos anos 60 traz ao declínio dos encontros entre vizinhos uma compensação mais estável que o baile. No espaço privado, o encontro proporcionado por um membro ou um amigo mais velho da família cede o lugar ao serão dançante autogerido pela jovem geração. Do olhar vigilante da família e da vizinhança, passou-se à intervenção mais maleável dos grupos de pares. Não se escolhe um lugar qualquer para encontrar o seu cônjuge. As classes populares descobrem o seu cônjuge nos lugares públicos abertos a todos: festas públicas, feiras, bailes, rua, cafés, centros comerciais, passeios, cinema, meios de transporte, etc. As classes superiores, por seu turno, travam conhecimento com o seu cônjuge nos lugares reservados onde não entra qualquer um (associação, lugar de trabalho, restaurante, *boîte*, concerto, etc.), cujo acesso é regulado por um

numerus clausus obtido formalmente, por selecção ou cooptação ou, de modo igualmente seguro, pelo efeito dissuasor que exercem certas regras de comportamento próprias da instituição. Por detrás da multiplicidade dos cenários de encontro patenteia-se uma lógica social da homogamia. A oposição fundamental do fechado e do aberto tende a segmentar o mercado matrimonial sem que seja preciso necessariamente ver nisso o efeito de estratégias específicas: uma parte considerável do trabalho de selecção realiza-se já a montante, através de práticas de sociabilidade. O "mercado matrimonial" poderia funcionar se tivesse de contar unicamente com as estratégias dos interessados?

M. B.

- Bozon, Hérau (1987-1988), Roussel (1975), Singly (1987).

Casta: A palavra designa uma organização social original, que se encontra apenas na Índia, desde há cerca de dois mil anos. A palavra - que significa "puro" em português - é infeliz, porque mistura duas realidades muito diferentes numa designação única e põe a tónica numa dimensão religiosa real mas secundária.

O regime das castas é, em primeiro lugar, um regime de ordens ou de estados em que as pessoas são catalogadas hereditariamente em algumas categorias definidas legalmente,

34

sancionadas politicamente e especializadas funcionalmente. Na Índia, estas ordens ou estados chamam-se *varna* e são em

número de quatro. Os brâmanes são especialistas do sagrado; os *kṣatriya* reservam para si a guerra e a política; os *vaiśya* são os produtores, agricultores, criadores de gado, artífices, negociantes; os *sudra* são os servidores dos três primeiros *varna*. Com o tempo, os excluídos do sistema, os "fora-castas", acabaram por constituir uma quase-*varna* de intocáveis. De facto, este regime de *varna* nunca teve realidade permanente, a não ser nos escritos dos brâmanes. Praticamente, nunca houve, desde os últimos séculos que precederam a era cristã, senão brâmanes, *sudra* e intocáveis. Um regime de ordens é coisa corrente. Único na Índia é o regime das *jati*, a que deveria ser reservada a palavra casta. A *jati* é um grupo humano articulado em dois níveis. Ao nível da circunscrição, englobando uma centena de aldeias ou mais, é um grupo estritamente endógamo, composto de famílias alargadas exógamas; separado dos outros grupos de igual definição por um conjunto complexo e rígido de regras de poluição; especializado em certas actividades económicas, colocado numa hierarquia no cume da qual figura sempre uma *jati* de brâmanes; tendo uma organização própria, capaz de resolver os diferendos internos e de gerir os interesses comuns. Ao nível da aldeia, cada *jati* é representada por um segmento. Todos os segmentos da aldeia estão ligados uns aos outros por um sistema de prestações e de contraprestações em bens e em serviços. Estas trocas são dissimétricas e jogam a favor dos segmentos da *jati* proprietários da terra.

O regime das *jati* é próprio da Índia. Tem de notável o facto de permitir a perpetuação de unidades sociais e regionais, assegurando-lhes uma autarcia económica, religiosa, demográfica e afectiva quase completa, fora de

todos os enquadramentos políticos estáveis.

J. B.

- Baechler (1988), Bouglé (1908), Dumont (1966), Senart (1896).

Categorias socioprofissionais: Elaboradas pelo INSEE, têm como objectivo classificar o conjunto da população activa francesa num número restrito de grandes categorias que têm uma certa homogeneidade social. As pessoas que pertencem a uma mesma categoria presume-se poderem manter relações entre si, terem comportamentos e opiniões aproximadas, considerarem-se como pertencendo a uma mesma categoria e serem consideradas como tais pelos outros. Não se trata de uma simples classificação estatística. As categorias consideradas reflectem a representação que a sociedade pode ter de si própria num dado momento. A nomenclatura corresponde a palavras usuais da língua francesa (operários, empregados, quadros, etc.) de maneira que as pessoas que pertencem a essas categorias terão tendência a utilizar esses mesmos termos para designar a sua situação profissional.

Este sistema de classificação é o desembocar de uma longa acumulação histórica. Integra e sintetiza as diferentes maneiras como as profissões foram sendo registadas à maneira que a sociedade se diversificava. Não é pois de espantar que uma tal nomenclatura remeta para múltiplas dimensões: é ao mesmo tempo uma divisão em profissões, uma grelha de qualificações, uma hierarquia de aptidões, uma escala de estatutos sociais e um recorte em meios que agrupam pessoas próximas pelos seus comportamentos sociais. De um ponto de vista

35

teórico, este sistema assenta numa lógica da estratificação social: diferentemente de uma decomposição em classes sociais, é uma classificação total, contínua e ordenada. De um ponto de vista prático, o código corresponde a uma dupla preocupação: obter uma classificação que dê correlações fortes com diversas categorias (económicas, políticas, demográficas, etc.) e satisfazer os utilizadores que pedem uma descrição simplificada em alguns grandes grupos, com uma cifragem fácil e facilmente interpretável.

Pensada para satisfazer o máximo de utilizações, a classificação socioprofissional é necessariamente imperfeita para cada um desses usos em particular. O código das categorias socioprofissionais foi utilizado em todos os campos da sociologia, nomeadamente na sociologia da educação, na sociologia eleitoral ou para o estudo da mobilidade social. Foi a partir dessas categorias que se definiram as percentagens dos modelos de inquérito. Esta classificação apresenta, além disso, a vantagem de facilitar o confronto de inquéritos diversos e de permitir úteis comparações no tempo. Para tal tem de conciliar dois imperativos contraditórios: a estabilidade das categorias e a adaptação à evolução da estrutura social. É por isso que, desde a sua criação em 1954 até 1982, o código conheceu apenas ligeiras modificações. Em 1982, foi objecto de uma reforma que conduziu a uma nova nomenclatura dita das "Profissões e categorias socioprofissionais" (PCS).

D. D.

- Porte (1961), Desrosières, Thévenot (1988).

Causalidade: Dizer que o estatuto socioeconómico da família dos alunos determina o seu êxito escolar significa, pelo menos, três coisas. Em primeiro lugar, a primeira variável, dita independente ou explicativa, é logicamente e/ou cronologicamente anterior à segunda variável, que se qualifica de dependente ou a explicar. Em segundo lugar, a correlação entre os dois fenómenos é verdadeira e não falaciosa: é-o de facto se, ao introduzir uma terceira variável de controlo, pertinente, a correlação não se anula. No exemplo seguinte, observa-se uma relação forte entre o sexo e a proporção de acidentes de trânsito: proporcionalmente, as mulheres têm menos acidentes que os homens. Mas quando se toma em conta o número de quilómetros percorridos por ano, a relação anteriormente verificada desaparece: em igual distância percorrida, as mulheres têm tantos acidentes como os homens. Em terceiro lugar, a relação causal entre duas variáveis não é uma relação de implicação lógica como em certas ciências exactas. Nas ciências sociais, a relação de implicação é débil e envolve apenas conjuntos e não determinado indivíduo particular. Esta causalidade estatística remete para a média calculada a partir de observações relativas a grupos. Verifica-se que a média do grupo de crianças saídas da classe superior é mais elevada que a de alunos da classe média, que é ela própria mais elevada que a de alunos das classes populares. Não significa, pois, que um aluno qualquer do primeiro grupo tem maior êxito escolar que não importa que aluno da segunda ou da terceira classe. A causa não é nem uma condição necessária (pode-se de facto ter bons resultados escolares independentemente da sua classe de origem) nem uma condição suficiente (não basta ser rico para ter êxito), e ainda menos uma condição

necessária e suficiente. Com todo o rigor, falar-se-á mais de relação de

36

dependência que de causalidade na medida em que esta supõe uma experimentação que não é praticamente possível nas ciências sociais. Ao analisar a variável dependente em função não de uma mas de duas variáveis independentes, vêem-se aparecer estruturas causais estritamente aditivas (a variável dependente é uma função da soma dos pesos respectivos das variáveis independentes) ou interactivas (a influência da primeira variável independente sobre a variável dependente é ela própria influenciada pela segunda variável independente).

As técnicas de análise causal mais frequentemente utilizadas são a regressão, a análise de dependência e a análise log-linear.

M. C.

- Boudon (1968, 1969), Lazarsfeld, Rosenberg (1955).

Celibatário: Segundo as agências matrimoniais, a situação celibatária reveste formas particulares segundo as diferenças sociais dos homens e das mulheres. Com efeito, essas diferenças são muito mais denunciadas entre as mulheres que entre os homens. Ao passo que as possibilidades estatísticas de ser celibatário (após os trinta e cinco anos) são mais fracas para os homens quadros que para os homens operários, tais hipóteses são mais fortes para as mulheres muito diplomadas que para as mulheres pouco diplomadas. A lógica social das alianças é tal que nenhuma correspondência

entre estes dois grupos de celibatários pode ser estabelecida.

Se o casamento é um bem social, a exclusão dos homens mais pobres parece compreensível: o seu valor profissional é demasiado fraco para poder ser objecto de troca no mercado matrimonial. Para explicar o facto de o acesso à vida conjugal ser menos fácil para as mulheres mais dotadas, dois argumentos devem ser avançados, remetendo cada um deles directamente para os interesses em presença (De Singly 1987):

1. masculinos. Os homens procuram evitar mulheres demasiado diplomadas, "intelectuais", porque temem perder uma parte do seu poder no seio do casal;

2. femininos. Quando têm diplomas suficientes, as mulheres procuram evitar o casamento que lhes impede o prosseguimento de uma carreira profissional, dada a divisão do trabalho entre os cônjuges.

Um outro elemento intervém na produção social deste celibato: é o desfasamento entre o calendário escolar e o calendário matrimonial, desfasamento maior para as mulheres que para os homens. Os investimentos nos estudos e nos inícios da vida profissional têm tendência para retardar a decisão matrimonial das mulheres. Donde um desnível em relação à idade média do casamento, mais jovem para o sexo feminino considerado no seu conjunto.

As representações sociais dão um sentido ao celibato. Os anos 80 contribuíram para legitimar o celibato feminino ao encorajar a união em detrimento do casamento. Alguns *slogans* vão nesse sentido: "O Verão a dois é natural"; "A sua vida profissional corre-lhe bem, mas isola-o e já não lhe basta". Estas declarações favorecem uma nova gestão da vida privada, não excluindo a vida conjugal na condição de

ela não impedir nenhum dos parceiros de levar a sua existência como muito bem entender (De Singly 1987). Mais ainda que os homens, as mulheres celibatárias representam este ideal do individualismo (enaltecido sobretudo pelas pessoas mais diplomadas) na medida em que elas parecem ter escolhido essa situação, contrariamente aos homens.

37

No séc. XIX, "os celibatários... são marginais que vivem na periferia de uma sociedade cujo centro é a família" (Perrot 1987). Em contra-partida, na nossa época, a relação para com o celibato transformou-se. Com efeito, a família institucional já não ocupa um lugar central. Os celibatários apresentam-se como os mensageiros dos novos valores que regem a vida privada (independência dos sentimentos e crítica da instituição matrimonial; independência dos cônjuges e crítica da divisão sexual do trabalho).

F. S.

- Borie (1976).

Centro/Periferia: Em todo o sistema político moderno, os lugares de exercício do poder estruturam-se sempre num centro e numa periferia que são interdependentes e que se condicionam mutuamente. A análise da articulação destes dois níveis e dos seus mecanismos de interacção (por exemplo, P. Grémion 1976, para a França) fornece um enquadramento conceptual útil e realista para a comparação dos regimes políticos, ao permitir, nomeadamente, ultrapassar a oposição muitas vezes demasiado formal entre regimes centralizados e descentralizados e caracterizar de

maneira mais concreta a dinâmica da vida política e institucional.

E. F.

- Grémion (1976).

Chicago (escola de): Nascida no seio do departamento de sociologia da Universidade de Chicago, a escola da ecologia urbana conheceu o seu apogeu durante os decénios 1920-1930. Na sequência dos trabalhos empreendidos por W. Thomas desde antes da Primeira Guerra Mundial, sociólogos (R. E. Park, L. Wirth) e geógrafos (E. Burgess) empenham-se em descrever e em compreender as mudanças sociais e culturais consideráveis que acompanham o crescimento das cidades americanas, e em primeiríssimo lugar de Chicago. Os seus estudos de famílias de imigrantes, as suas monografias de bairros, as suas análises da delinquência e da marginalidade vão a par com uma reflexão teórica sobre os processos de desorganização e de reorganização que afectam tanto as atitudes individuais e os modos de vida como os espaços urbanos. Analisam a cidade ao mesmo tempo como um sistema de indivíduos e de instituições em interdependência e como uma ordem espacial. Os cidadãos distribuem-se no aglomerado em função de processos de filtragem, de reagrupamento e de segregação que se fundam na diversidade das origens geográficas, sociais ou culturais, os reordenam e produzem novas diferenciações. Os sociólogos da escola de Chicago inspiram-se muito directamente na ecologia para caracterizar as relações entre grupos sociais, por um lado, e as transformações do espaço urbano (invasão, sucessão, simbiose, competição, etc.), por outro. Produto das actividades humanas, o meio urbano

exerce em contraponto múltiplos efeitos sobre os comportamentos e as mentalidades. O estudo dos grupos e das situações não exclui, portanto, uma reflexão de natureza mais antropológica sobre a "personalidade cidadina". A cidade é ao mesmo tempo configuração espacial, organização social e "estado de espírito". Só uma aproximação global permite compreender o seu funcionamento e a sua transformação. Para além das fronteiras entre disciplinas, o objectivo era, portanto, constituir uma verdadeira ecologia humana, e mais precisamente urbana, a fim de captar as relações do homem com o seu meio. Os trabalhos da escola de Chicago influenciaram

38

a sociologia urbana, principalmente nos Estados Unidos da América.

Y. G.

- Grafmeyer, Joseph (1979).

Ciclo: Um ciclo é a flutuação de um fenómeno que se compõe de fases de expansão seguidas de fases de recessão, de contracção e de retomada.

É em geral gerado por um efeito de retroacção negativa como no mais simples caso de um processo de ajustamento que põe em acção duas variáveis A e B, em que A determina B, e B por sua vez influencia negativamente A. Um exemplo célebre é o modelo de Cobwed, pelo qual o preço de um bem se estabelece teoricamente quando há equilíbrio entre a oferta e a procura desse bem. De facto, existe sempre um

desnível ou um atraso da procura em relação à oferta (ou inversamente) que dá origem a oscilações. Noutros casos, o ciclo é uma consequência da inversão da tendência que choca com um tecto ou um pavimento. É o que se passa com a contracção demográfica, que, segundo T. R. Malthus, é o resultado de uma pauperização gerada por um muito forte crescimento da população ou com um dos modelos paretianos da circulação das elites. O ciclo é o primeiro modelo de evolução das sociedades que mais atraiu a atenção dos pensadores desde Hesíodo: com variantes, mais ou menos complexas, encontramos geralmente descrita uma sucessão de fases de grandeza e de decadência das sociedades, dinastias, regimes políticos, ideologias, ou, mais prosaicamente, das modas, tais como o vestuário ou a escolha do nome. A regularidade do ciclo é explicada quer por causas exógenas, que são elas próprias cíclicas, quer por factores endógenos.

De uma maneira geral, uma análise empírica das séries cronológicas faz com que apareçam mudanças que se dividem actualmente em quatro classes, sendo cada uma delas a consequência específica de um conjunto de factores que actua independentemente dos outros: trata-se da tendência que é uma mudança da série para o crescimento, a baixa ou a estabilidade cujos determinantes actuam sempre no mesmo sentido; do ciclo propriamente dito; das flutuações sazonais que se repetem periodicamente em cada mês ou em cada ano; finalmente, flutuações irregulares que são provocadas por acontecimentos importantes (guerra, catástrofe natural, etc.) ou por uma infinidade de causas indetermináveis. As economias distinguem três grandes categorias de ciclos: os ciclos de Kondratieff têm uma

duração de 50 anos; os de Juglar, o mais próximo do ciclo dos negócios, uma duração de 10 anos; por fim, os de Kitchin, de 3 a 4 anos. Quer sejam monetaristas, não monetaristas ou psicológicas, as teorias económicas dos ciclos desenvolvem, sobretudo, explicações por meio de variáveis endógenas.

M. C.

- Besnard Desplanques (1986), Malthus (1798), Pareto (1916), Schumpeter (1939), Sorokin (1937-1941).

Cidade: Uma cidade é um ajuntamento durável e relativamente denso de população num espaço circunscrito: outrora muralhas separavam-na do campo, depois da transição dos arrabaldes; actualmente, os seus limites são muito mais indecisos, obrigando o geógrafo e o sociólogo a complicar a sua nomenclatura: centro, periferia, subúrbios, zona "urbana" (ao mesmo tempo cidade e campo), cidade satélite, megalópole, bairro de lata, etc.

39

(Bastié, Dézert 1980). A cidade na sua forma tradicional já não é mais que uma malha, um nó do tecido urbano.

Densidade de população significa geralmente (mas nem sempre) acentuação da divisão do trabalho, complexidade e complementaridade das funções económicas e das ocupações profissionais, diversificação dos estatutos sociais e das relações de classe, acompanhadas muitas vezes de fortes clivagens - ou até de "lutas urbanas" - entre o povo "gordo" e o povo "magro", entre o poder e as minorias activas.

Predominando a urbanização (que quer dizer proliferação do

tecido urbano e aumento da sua densidade média, especialmente em favor das grandes cidades) no séc. XX mais ainda que no séc. XIX, o sociólogo é tentado, por um lado, a medir o seu impacte sobre as outras dimensões da vida social (economia, migrações, progresso técnico, estabilidade política, religião, etc.) e, por outro lado, adoptando a postura inversa, a considerá-la não já como a causa mas como a resultante desses mesmos fenómenos sociais. Nasceu dessa dupla preocupação uma literatura considerável (M. Halbwachs, P. Geddes, W. Sombart, M. Weber, G. Simmel, R. Park, E. Burgess, etc.). Mantém-se largamente descritiva com dificuldade em delimitar o seu objecto: é, de facto, o conjunto do funcionamento social que se pode qualificar de "urbano" nos grandes países industriais, onde o rural tende a reduzir-se e a encolher-se irremediavelmente. Por isso, parece realista atribuir um campo mais restrito à sociologia urbana, limitando-a ao estudo dos actores sociais (a sua origem, as suas atitudes, os seus comportamentos, etc.) que desempenham um papel directo na elaboração, funcionamento e crescimento do tecido urbano. Nesta óptica, a maioria dos trabalhos publicados em França desde os anos 60 inspirou-se numa problemática marxista (Lefebvre 1968). Apresentando-se doravante a especulação predial e os investimentos imobiliários como um dos domínios mais remuneradores para o capitalismo bancário, o conjunto dos actores interessados pela explosão urbana sofreriam a influência, directa ou indirecta, do capitalismo financeiro e das suas exigências, a todos os níveis da vida social: formação, carreira, ideologia, etc. (Castells 1972). Esta sociologia atribui um lugar central aos "movimentos urbanos", nascidos

das contradições geradas pela especulação urbana. O urbanismo, esforço racional para adaptar a cidade aos seus habitantes, sofreria igualmente o impacto da ideologia dominante.

A partir dos anos 80, este tipo de interpretação esbate-se. A sociologia urbana toma cada vez mais consciência da identidade dos desafios urbanos em todos os países industriais, capitalistas ou socialistas. Interroga-se com uma crescente inquietação sobre as dificuldades enfrentadas pelas cidades do Terceiro Mundo que conhecem uma demografia galopante.

J.-R. T.

Ciências (sociologia das): Constituída apenas por volta de 1940 com os trabalhos de R. K. Merton (1949), a sociologia das ciências propõe-se como objectivo estudar as ciências (incluindo as ciências sociais e nomeadamente a sociologia) enquanto elas constituem realidades sociais. Esta proposição simples distingue-a nitidamente de especialidades próximas como a história e a filosofia das ciências. Mas pode ter sentidos diferentes, correspondendo a ambições maiores ou menores. Uma vez, é a actividade

40

dos cientistas enquanto actores sociais, cooperando ou rivalizando segundo modalidades particulares em instituições específicas, que está no centro da análise. Outras vezes, é a relação entre os cientistas e o conjunto da sociedade. Outras vezes por fim, são os próprios conhecimentos científicos, no seu conteúdo e na sua

estrutura, que se pretende submeter à análise sociológica. Autores como É. Durkheim (1911), M. Weber, M. Scheler, K. Mannheim, P. A. Sorokin reconhecem sem dúvida aos conhecimentos científicos uma qualidade de certeza absoluta e universal (Merton 1949). Mas, para além disso, emitem a ideia de que os outros tipos de conhecimento e os pontos de vista dos actores sociais (designadamente em matéria estética, ética, política ou religiosa) são "determinados" pela sua posição na sociedade. Essa interrogação constitui a sociologia do conhecimento. É pelas suas relações complexas com ela que a sociologia das ciências pode mais comodamente definir-se (Lécuyer 1978, 1988a).

De início, trata-se com Merton de uma ruptura temporária mas deliberada. Ele encontra os fundamentos de uma inserção correcta da ciência na sociedade, na noção de uma "estrutura normativa da ciência". A sociologia das ciências incide essencialmente durante este primeiro período sobre as disfunções introduzidas pelos desfasamentos dos comportamentos efectivos dos cientistas para com essas normas ideais. Este sistema inicialmente estático torna-se dinâmico com o princípio de prioridade: só contam para o crédito de um investigador as descobertas ou inovações que ele é o primeiro a dar a conhecer. T. Kuhn (1962) traz elementos novos à análise de Merton. Kuhn opõe as suas análises de historiador às do lógico e filósofo das ciências K. R. Popper (1934). Para este último, o progresso dos conhecimentos científicos não assenta na demonstração do fundamento das proposições ou das teorias avançadas, mas na demonstração da sua falsidade ("falsificação"). A ciência é para ele uma actividade essencialmente crítica (Popper fala de "revolução permanente") e individual. No seu livro

consagrado às revoluções científicas, Kuhn (1962) interessa-se paradoxalmente por aquilo que se passa entre cada uma delas durante os períodos que ele chama de "ciência normal". Durante esses períodos, a ciência transmite-se de maneira colectiva e dogmática pela via de "paradigmas", conjuntos estruturados de teorias e de *savoir-faire* aceites por uma dada comunidade científica. A revolução científica intervém quando o paradigma se revela inadequado para resolver um número corrente de enigmas. As duas noções associadas de paradigmas e de comunidade científica enriquecem consideravelmente os trabalhos sociológicos. Com efeito, os conhecimentos (ou paradigmas) têm um alcance local concretizado por grupos identificáveis de cientistas. Inversamente, a coesão destes grupos assenta nos paradigmas (Edge, Mulkay 1976; Callon, Latour 1982; Lemaine *et al.* 1977).

A partir de 1970 desenvolve-se uma corrente nova: a sociologia dos conhecimentos científicos. Esta corrente pretende reatar com as ambições da sociologia do conhecimento ao estender as suas análises ao estudo dos conhecimentos mesmo científicos. O "núcleo duro" do programa construtivista assenta no postulado segundo o qual os factos científicos não são o resultado de uma observação da natureza mas o de uma construção de natureza social;

41

é o "programa forte" enunciado por D. Bloor (1978). Nem todos os sociólogos do conhecimento científico adoptam a totalidade do programa de Bloor, mas têm em comum: 1. a preocupação de estudar a ciência "tal qual ela se faz" na sua

quotidianidade, para além das racionalizações dos próprios lógicos e cientistas; 2. a vontade de dessacralizar a ciência e de estudá-la como uma argumentação entre outras; 3. a vontade de demonstrar que mesmo os conhecimentos científicos são susceptíveis de uma análise sociológica de natureza causal. Estas preocupações renovaram o estudo das controvérsias científicas e o dos processos de interacção social que levam progressivamente os investigadores à elaboração de um facto científico (Callon, Latour 1982).

A sociologia do conhecimento científico completou as outras tendências da sociologia das ciências. Contra a influência até então predominante dos filósofos e dos lógicos das ciências, ela contribuiu para fazer aparecer as afirmações produzidas pela actividade científica, que pretendem ser conhecimentos válidos, como menos seguras, menos racionalmente fundadas, mais dependentes do contexto social do que habitualmente se admite.

B.-P.L.

- Callon, Latour (1985), Lécuyer, Latour, Callon (1986).

Clã: O clã designa um conjunto de indivíduos que se consideram saídos unilinearmente em linha paterna (patriclã) ou materna (matriclã) de um antepassado comum lendário ou mítico. Essa comunidade de sangue exprime-se por um nome genérico. Vários clãs podem formar uma tribo; várias tribos, uma etnia.

Nas sociedades arcaicas, o clã totémico é aquele cujos membros pertencem ao mesmo totem e respeitam os mesmos interditos matrimoniais e alimentares. Mas a exogamia (obrigação de procurar o seu cônjuge fora do seu grupo) é sobretudo uma obrigação entre linhagens que constituem

elementos do clã, de menor profundidade genealógica. A pertença ao clã determina a transmissão da herança e de funções diversas: rituais, económicas, políticas, guerreiras, etc. Gera também um espírito de solidariedade activa, como na Irlanda ou na Escócia do Norte, onde se observam sobrevivências da organização clânica apesar da sua abolição legal em 1747. Em sociologia, a palavra "clã" designa um subgrupo que não se conforma inteiramente ao meio a que pretence (clã político, clã literário, espírito de clã).

C.R.

- Adler (1982), Frazer (1910), Löwie (1937).

Classe média: No início do séc. XIX, designa-se assim a burguesia, por oposição à aristocracia agrária, que, no plano político, vive as suas últimas horas de classe dirigente. As primeiras reflexões sobre a classe incidem sobre este grupo, cujo conteúdo não cessa de alargar-se, a ponto de englobar a pequena burguesia independente e os empregados superiores. Seguidamente, e para numerosos autores, como Marx, a tomada em conta de uma classe média constitui problema, porquanto se integra mal nos esquemas habituais da estratificação que reduzem a divisão da sociedade a duas grandes classes: a burguesia (que assimilou e depois suplantou a aristocracia) e o proletariado, que a revolução industrial remodelou completamente.

No seio do conglomerado constituído pelas classes médias, é corrente distinguir dois subconjuntos

42

(Lavau *et al.* 1983): a pequena burguesia dita tradicional,

que reúne os chefes das empresas artesanais ou comerciais, aos quais se associa por vezes os camponeses abastados; as "novas camadas sociais", constituídas por intelectuais, quadros ou técnicos. Durante o século passado, mas bastante tardiamente, a composição do grupo mudou no sentido esperado. Os pequenos patrões perderam, nomeadamente desde há quarenta anos, mais de 20 por cento do seu efectivo, ao passo que as categorias médias assalariadas, sobretudo graças ao sector público, mais que dobraram em número. E, se se incluir na estatística a parte mais qualificada dos empregados, as camadas médias reúnem actualmente cerca de metade da população activa. Será preciso ainda interrogar-se sobre a pertinência do reagrupamento proposto? Não residirá o seu único e verdadeiro denominador comum, paradoxalmente, na heterogeneidade dos índices de posição social que caracterizam cada uma delas? A esta pergunta, vários sociólogos procuraram dar uma resposta. Pode avançar-se à maneira de F. Simiand (1929), que define as outras classes (campesinato, burguesia, operariado) antes de considerar que o que resta constitui a classe média. Inspirando-se neste exemplo, mas numa perspectiva marxista, C. Baudelot *et al.* (1974) caracterizam o grupo, que denominam "pequena burguesia". Só a burguesia e o proletariado devem considerar-se como classes propriamente ditas: uma, reunindo os possidentes, a outra, agrupando os excluídos da "retrocesso da mais-valia". Todos os autores partilham no fundo a ilusão de crer que basta conhecer as categorias extremas para que, por defeito, sejam definidas as camadas intermédias. Recentemente, Monjardet e Benguigui (1982) quiseram situar as camadas médias na intersecção dos eixos

que estruturariam as sociedades contemporâneas: o das relações de classe à volta da oposição capital/trabalho e o da relação entre o Estado e a sociedade civil. A zona em que se cruzam os dois eixos seria o lugar de implantação dos "aparelhos", cujos agentes ocupam os lugares compreendidos entre as funções dirigentes e os empregos de execução. A vantagem principal desta análise é fornecer elementos de apreciação positivos das camadas médias, pelo menos das que se encontram no aparelho de Estado ou na empresa capitalista. Mas ao excluir várias categorias, cruciais de facto como os não assalariados, os autores limitam demasiado a sua ambição, ao mesmo tempo que confirmam a disparidade profunda das classes médias.

F. G.

- *Revue Française de Sociologie* (1983, 1984).

Classe social: O termo é utilizado, num sentido geral, para designar todo o conjunto de indivíduos que manifestam características e comportamentos idênticos ou comparáveis. Em sentido restrito, a classe opõe-se às castas, estados ou ordens, marcados pela transmissão hereditária e uma fraca ou nula mobilidade social.

Designando as grandes linhas das divisões sociais, o termo "classe" levanta questões essenciais concernentes à natureza dos grupos assim designados e das suas relações. Por isso, as teorias sociológicas não deixaram de trazer definições divergentes, que correspondem às suas concepções próprias. A obra de Marx é exemplar de uma concepção da classe social que pode qualificar-se de "realista" (Aron 1966). Em 'O Capital', faz da relação de

43

propriedade a relação social determinante que opõe, no modo de produção capitalista, os proprietários dos meios de produção e os proletários detentores unicamente da sua força de trabalho. Entre estas duas classes essenciais, a classe média seria chamada a regredir em número e em importância política à medida do desenvolvimento da indústria e da intensificação da luta de classes. A classe é assim de definida como o conjunto dos agentes colocados nas mesmas condições no processo de produção. Marx não duvidava de que a luta económica devesse transformar-se em luta política e numa revolução social que provoque o afundamento do modo de produção capitalista e o desaparecimento das classes.

A partir de 1831, Alexis de Tocqueville, estudando a evolução da sociedade americana, descobria, pelo contrário, um aumento da mobilidade social, a extensão do individualismo, a regressão dos fenómenos de classe (Tocqueville 1835).

M. Weber opõe à concepção realista de Marx a crítica que ele próprio formula a respeito de toda a transformação dos colectivos em entidades, em sujeitos. A classe social não poderá ser confundida com uma realidade subjectiva que prossiga objectivos, nem mesmo com uma comunidade efectiva. Fiel a este princípio, Weber propõe a análise não da classe considerada como uma realidade mas a "situação de classe", ou seja, a probabilidade, a possibilidade, para indivíduos, de manifestar interesses similares, de possuir, por exemplo, um monopólio positivo ou negativo. Nesta perspectiva, o conceito de classe designa apenas o conjunto

das pessoas que se encontram na mesma situação ou em condições comparáveis. Outros agrupamentos podem ser também socialmente importantes, tais como os conjuntos de estatutos, as comunidades ou os agrupamentos profissionais.

Entre estas duas posições opostas, realista e nominalista, numerosíssimas pesquisas teóricas propuseram que se definissem as classes segundo critérios opostos de diferenciação: a divisão do trabalho social, por exemplo, o nível dos rendimentos, a desigualdade de detenção dos poderes, os tipos de vida, os comportamentos culturais, ou ainda as diferenças na hierarquia dos prestígios. Também se propôs a diferenciação segundo os sexos, retendo o termo "classe sexual" (Balandier 1974).

Estas diferentes concepções das classes sociais distinguem-se assim pelo tipo de fenómenos que consideram como o mais importante para diferenciar esses agrupamentos.

Uma concepção estruturalista do espaço social, que estuda os fenómenos de reprodução das posições sociais e das desigualdades, propõe-se analisar os mecanismos e as estratégias de renovação das classes na sua hierarquia e na sua distinção (Bourdieu 1979). A este estruturalismo genético atribuir-se-á também a tarefa de desvendar as estratégias pelas quais os agentes de diferentes classes, portadores da sua cultura de classe, renovam as diferenças e as distinções que os separam e os hierarquizam. Neste sentido, as classes sociais são definidas como o lugar das determinações essenciais dos comportamentos, dos modelos de percepção e de acção de todos os agentes sociais.

Uma concepção dinâmica das sociedades globais que considera a sociedade como um sistema de acção (Touraine

1973) propõe que se oponha a classe dirigente e as classes dirigidas. Numa tal concepção, a classe social encontra-se definida pelas relações de poder, pelos meios

44

de gestão, dos quais ela será o actor ou o objecto. A classe é então definida pelo lugar que ocupa no sistema de acção.

Uma concepção resolutamente individualista da sociologia (Boudon 1979) apela a que se tomem como princípio de explicação as condutas individuais e as próprias razões dos indivíduos. Numa tal perspectiva, interrogar-nos-emos sobre os efeitos das posições nas opções individuais, mas repudiando toda a concepção "realista" da classe.

P. A.

- Gurvitch (1966), Halbwachs (1938a), Veblen (1899).

Clientela: Entre indivíduos desiguais do ponto de vista da riqueza, do poder, do estatuto estabelecem-se relações ditas "de clientela" em virtude das quais o superior concede uma protecção ao inferior em troca de prestações determinadas pelo costume. A clientela inscreve-se em relações de dependência mútua assimétrica. Ordenado à satisfação de necessidades, o clientelismo define-se como exigência da ajuda de outrem para existir plenamente (o cliente), mas supõe, além disso, uma fidelidade relativamente constante (a clientela).

Na Roma antiga, o cliente era a pessoa ou a família que se encontrava sob o patrocínio de um patrício, de uma personagem altamente colocada, ou então, no caso de um liberto, do seu antigo senhor. Sob a monarquia, os senhores

concedem vantagens aos que lhes estão devotados. Nas sociedades industrializadas, os clientes de um homem de negócios, de um grande cirurgião, de um político, de uma celebridade do espectáculo esperam do seu patrono diferentes tipos de protecção mediante diferentes géneros de serviços. O acordo muitas vezes tácito não é nem formal nem público e não tem consequências jurídicas. No Terceiro Mundo, as clientelas fundam-se, com frequência, numa relação de parentesco, de aliança ou de comum origem tribal.

C. R.

- Maquet (1970).

Colectivismo: Doutrina que propõe que se ponham em comum os meios de produção a partir da análise seguinte: a produção industrial tem um carácter colectivo que choca contra a manutenção da propriedade privada. É preciso, pois, para ultrapassar esta contradição, que todos os cidadãos sejam proclamados co-proprietários indivisamente. Então a liberdade de cada um harmonizar-se-á com a liberdade de todos. Na época de Marx, o colectivismo (é o caso de Bakunine, por exemplo) designa uma forma de sociedade fundada na associação e que se situa no oposto do comunismo centralizador dos marxistas. Em 1869, no congresso de Bâle, chamam-se colectivistas aqueles que, contra os lassallianos que defendem um socialismo autoritário e estatal, enaltecem um socialismo libertário e federador. Ora, algumas décadas mais tarde, a palavra é retomada, em França, num sentido muito diferente, pois que receberá uma conotação marxista e tornar-se-á sinónimo de "comunismo" com o seguinte matiz: o comunismo remete principalmente para a dimensão económica e o colectivismo

para a dimensão social da sociedade sonhada.

A. A.

Comparativo (método): Pode ser definido como um processo cognitivo pelo qual nos esforçamos por compreender um fenómeno pela confrontação de situações diferentes em que ele aparece.

A comparação está no princípio de todo o conhecimento: é de facto

45

por comparação que o homem adquire os pontos de referência indispensáveis à compreensão do mundo que o rodeia. A comparação é *a fortiori* a postura universal de todo o conhecimento científico. A este respeito, a distinção de Durkheim entre a experimentação, processo habitual das ciências exactas, e a comparação, substituto da experimentação nas ciências sociais, não é de facto muito pertinente. O químico e o físico procedem também eles a comparações entre as várias experiências que efectuaram. A única diferença é que o físico pode provocar os fenómenos que compara, ao passo que o sociólogo apenas pode comparar fenómenos que se produzem independentemente da sua vontade.

A sociologia só pode ser comparativa e metódica. O método comparativo em sociologia confunde-se, portanto, com o método sociológico. A abordagem comparativa em sociologia pode tomar formas diferentes. A primeira atitude consiste, pela comparação de situações concretas, em analisar as diferenças, em procurar os elementos constantes,

em estabelecer os tipos. Estas comparações podem ser internacionais, intranacionais ou históricas. Por exemplo, procurando analisar o efeito da religião sobre o comportamento eleitoral, poder-se-á comparar o voto em diferentes países católicos; poder-se-á igualmente, num mesmo país, comparar o nível respectivo de prática religiosa e o comportamento eleitoral dos homens e das mulheres, dos operários e dos quadros, dos Normandos e dos habitantes de Auvergne; poder-se-á finalmente comparar o estado do fenómeno no início da III República e nos nossos dias. Todas estas tentativas, que se aparentam à análise causal, podem ser qualificadas de experimentações indirectas.

Este tipo de abordagem choca com duas dificuldades principais. Em primeiro lugar, o risco de sociocentrismo, isto é, a projecção pelo comparatista da lógica própria da sua cultura nacional e do sistema de valores do seu grupo social, e a utilização de categorias analíticas (por exemplo, os conceitos de modernização, de desenvolvimento) ou de instrumentos de medida (por exemplo, o produto nacional bruto), que não são necessariamente pertinentes para avaliar a situação de outras sociedades. A segunda dificuldade, inerente a toda a análise de tipo causal, diz respeito ao alcance da experimentação indirecta como processo de validação. Se, avançando a hipótese de uma relação entre a urbanização e a criminalidade, o investigador observa, num certo número de casos concretos, a presença simultânea dos dois fenómenos, será, sem dúvida, levado a estabelecer entre eles uma relação de causa e efeito, a considerar essa relação como uma explicação da criminalidade e a enunciar a observação dessas semelhanças sob a forma de uma lei. No entanto, uma tal relação só pode ser tida por verdadeira se

várias condições estiverem reunidas. A presença de invariantes não pode ser considerada como uma prova suficiente das propostas avançadas.

O método comparativo não se limita entretanto, à experimentação indirecta. Para compreender a realidade observada, podemos confrontá-la com um modelo teórico, obtido por extensão de alguns traços essenciais: o ideal-tipo weberiano corresponde a este tipo de aproximação. Pode igualmente, a partir de uma função que representa um sistema dado de relações, comparar-se os estados sucessivos do sistema, fazendo variar hipoteticamente o valor das variáveis ou a

46

forma funcional, o que permite explorar o comportamento do sistema sob condições diferentes das condições observadas.

Qualificar-se-á este modo de proceder como quase-experimentação.

D. D.

- Boudon (1973), Dogan, Pelassy (1982), Durkheim (1895), Weber (1922a, 1922b).

Comportamento colectivo: Termo genérico que designa tipos de comportamento próprios de actores que, sob a influência de uma convicção partilhada, actuam por vezes de maneira "concertada". Estes tipos de comportamentos são em número de quatro: 1. movimento de pânico; 2. arrebatamentos (fenómenos de moda e outras formas de entusiasmo colectivo); 3. motins e outras formas de expressão de agressividade colectiva (linchagens,

perseguições); 4. movimentos sociais.

O conceito confronta o sociólogo com duas espécies de dificuldades. A primeira é de ordem terminológica: a partir do momento em que se admite com É. Durkheim que as maneiras de agir em sociedade não são de modo nenhum dependentes "de cada vontade particular tomada à parte", verifica-se que todo o comportamento social dotado de uma certa generalidade terá necessariamente um carácter colectivo. Aspecto particular do comportamento social, o comportamento colectivo deve, pois, ser distinguido do comportamento convencional (que faz apelo a modelos sociais organizados de maneira estável). A referência a um campo no qual as condutas não estão - ou não estão ainda - institucionalizadas (N. Smelser, por exemplo) pode, portanto, constituir um primeiro elemento na caracterização do fenómeno. Nesta perspectiva, a dinâmica do comportamento colectivo remete para as percepções, motivações e expectativas dos actores.

A segunda dificuldade diz respeito à relação existente entre conduta e crença colectivas. Porque têm a capacidade de reestruturar cognitivamente as situações incertas, é suposto as crenças partilhadas desempenharem um papel decisivo. Mas tais crenças não implicam necessariamente, da parte dos actores, a implementação de uma acção concertada. Os movimentos de pânico são a melhor prova disso, sem dúvida. Inteiramente diferente é o caso dos movimentos sociais, para os quais a implementação da uma acção concertada é uma condição imperativa.

As teorias individualista e utilitarista da acção colectiva lançaram uma dúvida sobre o alcance do paradigma do comportamento colectivo. O debate pôs em evidência toda a

dificuldade que há em articular "interesse" e "crença". Nestas condições, M. Olson distingue os casos cuja análise depende do paradigma económico (por exemplo, os grupos de pressão) dos casos em que a análise faz, pelo contrário, apelo a uma interpretação mais psicossocial (por exemplo, os movimentos colectivos de base irracional). Uma tal distinção não se afigura muito pertinente: os autores concordam actualmente em reconhecer que há no comportamento colectivo componentes ao mesmo tempo racionais e não racionais.

P. M.

- Smelser (1962), Stoetzel (1978), Thiec, Treanton (1983), Turner Killian (1957).

Compreensão: Compreender é apreender a significação das acções humanas.

A definição sociológica desta noção

47

foi elaborada no decurso da controvérsia sobre a especificidade das ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*) relativamente às ciências da natureza. Para estas, o objectivo é construir relações quantitativas sob a forma de uma lei matemática. Para aquelas, não basta pôr em evidência regularidades estatísticas nos comportamentos e mesmo prevê-los; é ainda necessário interpretá-los, isto é, perguntar-se porque é que os homens agiram assim. Compreender é reconduzir o fenómeno social às acções individuais e examinar os motivos dos actores colocando-se no lugar deles. A

sociologia compreensiva considera o indivíduo como a unidade de base, porque ele é o único portador de um comportamento significativo. É por abuso de linguagem que coisificamos as estruturas e os conceitos colectivos, como o Estado ou as classes sociais. Há três tipos de interpretação: a que estabelece por revivescência o motivo a que o actor obedeceu; a interpretação axiológica que põe em evidência os valores que guiaram os homens nas suas acções; finalmente, a interpretação racional ou teleológica que envolve a relação de meios a fim. Se a compreensão é imediata ou evidente, continua, no entanto, a ser uma hipótese que requer ser controlada por outros métodos.

M. C.

- Weber (1922a).

Comunicação de massa: Conjunto das técnicas (redes de transmissão, equipamentos individuais e autónomos) que permitem pôr à disposição de um público bastante vasto toda a espécie de mensagens, seja qual for a sua forma ou finalidade. A esta expressão os sociólogos americanos, seguidos na maioria das vezes pelo uso na França, preferem a de *mass media*.

A comunicação social reveste várias formas. A primeira, espontânea e não formalizada, não parece obedecer a nenhuma outra regra que a do hábito social; inscreve-se no quadro das relações interpessoais. É bastante limitada, precária, espontânea e prescritiva. No outro extremo, instituições regulam relações inter e intra-organizacionais: entre as nações, entre as cidades, entre as empresas, entre governantes e governados, dentro de cada uma das organizações sociais e fora de cada uma delas. A

comunicação institucionalizada define o regime económico, social e político de que uma sociedade é dotada. O que nos aproxima da *communitas*, no seu sentido original: a comunidade. É entre estas duas formas da comunicação social que é preciso situar a comunicação de massa. A sua singularidade é a de recorrer ao uso de técnicas mais ou menos sofisticadas e acessíveis para estabelecer a comunicação no seio da organização social ou para estabelecer e ampliar o diálogo entre os indivíduos ou os grupos que a compõem. É verdade que a comunicação de massa participa também ela de uma certa cultura. Mas praticamente não tem autonomia, nem o equivalente a um princípio constituinte; ocupa apenas esse espaço deixado vago pela comunicação interpessoal e pela comunicação institucionalizada, com o risco de influenciar cada uma delas por sua vez. Ela torna-se assim aquilo que uma e outra, conjuntamente, permitem e querem que ela seja.

A atenção dos sociólogos concentrou-se, desde o advento dos grandes jornais diários, no dealbar do séc. XX, no estudo da influência dos meios de comunicação de massa: influência da imprensa, da rádio e da televisão nos comportamentos ou nas atitudes de todos e

48

de cada um. Antes de 1920, eles consideram os efeitos felizes da extensão à maioria desse privilégio, para cada um, de poder "comunicar" com todos, graças à multiplicação dos livros e dos jornais. O intervalo entre as duas guerras denuncia o aviltamento crescente da cultura e da sociedade, uma e outra submetidas à influência dos novos meios de

comunicação de massa, nomeadamente do cinema e da rádio. T. W. Adorno, um dos representantes da escola de Francoforte, evoca essa "barbárie estilizada" em que desemboca, na sua opinião, a industrialização progressiva da cultura.

A sociologia das comunicações utiliza uma via radicalmente diferente, com C. Hovland e P. Lazarsfeld, alguns anos antes da Segunda Guerra Mundial. Conduzido por ocasião da campanha de F. D. Roosevelt em 1940, o estudo de Lazarsfeld (1944) opõe um desmentido categórico às ideias sobre o voto dos refugiados. Graças ao exame dos resultados de um inquérito por sondagens conduzido junto dos eleitores, o estudo mostra que estes últimos acabam sempre por votar como os que os rodeiam, aqueles com quem vivem. Ao sublinhar a importância dos contactos pessoais sobre os indecisos, o estudo identifica os guias de opinião, verdadeiros intercessores entre os grandes *media* e o público. O êxito deste estudo abriu o caminho a um florescimento de estudos sociológicos que confirmam as suas conclusões. Desde 1960, multiplicam-se as advertências contra a pretensão dos investigadores de dirimir a questão da influência dos *media*, à força de inquéritos ou de observações fatalmente limitados. Os ensaios de M. Mac Luhan e de J. Ellul, a partir de 1962-1964, marcam profundamente a reflexão. O professor Mac Luhan remete para o exame dos próprios *media*, das suas características técnicas e da maneira como mobilizam os sentidos dos seus utentes; "a mensagem, é o *medium*". Ellul põe em dúvida a pertinência dos estudos americanos, na sua opinião demasiado prisioneiros de uma visão mecanicista da acção dos *media*: o "propagandeado" existe antes do propagandista.

Remete para o exame da sociedade, da sua organização e das várias condições que favorecem a vinda das propagandas.

Com o advento dos novos *media* interactivos, a sociologia empenha-se mais, actualmente, em considerar simultaneamente os sujeitos da comunicação, os emissores e os receptores, assim como o seu objecto, que é sempre particular. Graças a uma abordagem interaccionista, ela descobre de novo que o importante é também aquilo que as pessoas esperam dos meios de comunicação de massa, aquilo que deles captam e aquilo que pensam deles.

F. B.

- Moles (1967), Silberman (1981).

Comunidade: Primeiro considerada como uma totalidade, uma entidade substancial que F. Tönnies (1887) opôs à sociedade, a comunidade é hoje encarada como um conjunto de relações sociais complexas cuja natureza e orientações são examinadas em enquadramentos específicos: religioso, económico, científico, etc.

Nos seus inícios, o estudo das comunidades não esteve isento de segundas intenções políticas. A intenção reformista é evidente, na França, em F. Le Play e nos seus seguidores, e de uma maneira geral na Europa (Stahl 1939); não está totalmente ausente dos trabalhos efectuados por W. L. Warner e

49

P. S. Lunt (1941-1959), depois por W. H. Whyte nos Estados Unidos da América, onde o desenvolvimento da análise psicossociológica foi também acompanhado da procura de

um ideal de integração social. Mas, quer se trate de unidades rurais ou urbanas, de aldeias ou de bairros, a sociologia das comunidades viu-se confrontada com diferentes problemas; primeiro, de definição: Hillery catalogou perto de uma centena; de método, também: dificuldade de observação-participação; e, ainda, de referência teórica: nem as comunidades camponesas nem as comunidades familiares oferecem um modelo satisfatório para explicar todos os processos de participação, de institucionalização e de organização.

B. V.

Comunismo: No sentido mais geral, o comunismo designa uma organização económica e social da sociedade fundada na propriedade colectiva.

O comunismo tende, actualmente, a identificar-se com o projecto de uma sociedade futura liberta dos conflitos de classes pelo desaparecimento destas, graças à abolição da propriedade privada dos meios de produção. Mas não poderá esquecer-se que o termo designou igualmente uma forma postulada como originária da história dos homens. Assim se vê a estranha estrutura das filosofias da História onde o que está no fim estava já no começo e onde a palavra "revolução" tem a ambiguidade dos seus dois sentidos: o sentido que tem em história (advento do novo) e o sentido que tem em astronomia (retorno cíclico do mesmo).

Fazer uma enumeração das teorias utópicas do comunismo seria fazer a história das ideias desde o Renascimento. Longa seria a lista que conduz a 1848 quando é publicado o Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels, e que começa uma outra história, a dos grandes movimentos

sociais e políticos ou das místicas que neles se dissimularão.

A. A.

Conflito: Os conflitos são as manifestações de antagonismos abertos entre dois actores (individuais ou colectivos) de interesses momentaneamente incompatíveis quanto à posse ou à gestão de bens raros - materiais ou simbólicos. Podem fazer com que se confrontem Estados (guerras) ou, no seio de uma mesma sociedade, grupos religiosos, nacionais ou étnicos, classes sociais ou quaisquer outras instituições sociais (Igrejas, partidos, empresas, organizações e associações diversas). No seio de uma mesma colectividade (família, sindicato), podem pôr em confronto categorias de indivíduos de estatutos e funções diferentes. Os conflitos sociais (quaisquer rivalidades colectivas declaradas por motivos políticos, económicos ou sociais), de intensidade e violência variáveis (do debate científico à revolução política, passando pela greve ou pelo *lock-out*, pelo motim e pela guerra civil), não são, no entanto, consequências necessárias das condições objectivas que lhes dão origem: só aparecem na medida em que um dos parceiros quer impor a sua vontade contra a resistência do outro. Para a tradição marxista, o conflito está inscrito na própria natureza do social e procede do carácter essencialmente contraditório das relações sociais de produção. Os conflitos sociais historicamente importantes são, portanto, reduzidos todos eles a conflitos de classes definidos pela propriedade ou pela não propriedade dos meios de produção,

50

e desembocam inexoravelmente nas revoluções que transformam a organização económica, política e social (Marx 1848). Além de pôr em evidência o aspecto estrutural dos conflitos sociais e o seu papel na mudança social, Marx mostra também a necessidade, para que contradições objectivas gerem conflitos, da tomada de consciência pelos actores dos seus interesses colectivos de classe. Contudo, podemos facilmente denunciar em Marx, à semelhança de R. Dahrendorf (1957), a redução dos conflitos sociais aos conflitos de classes e destes últimos aos conflitos de propriedade. Em primeiro lugar, a evolução do capitalismo mostra que a propriedade e controlo dos meios de produção podem dissociar-se, e que é este último que constitui a parada dominante dos conflitos de classes; em seguida, os conflitos sociais não têm como autores unicamente as classes: em toda a associação, é a distribuição necessariamente desigual da autoridade que cria as suas condições essenciais. O conflito de classes não seria, portanto, mais que a consequência da sobreposição dos diferentes conflitos que opõem os diferentes grupos de interesses; por isso, a análise deveria partir do fenómeno da repartição dicotómica da autoridade em cada um dos sectores da sociedade e não da sociedade global.

No pensamento funcionalista clássico, os conflitos sociais testemunham antes um disfuncionamento dos sistemas de regulação pelos quais é assegurado o consenso sobre as normas que dirigem a acção e sobre os valores que a orientam. É. Durkheim (1893) vê neles o efeito patológico de um enfraquecimento da solidariedade social quando a anomia, consecutiva às crises da mudança social, substitui a cooperação pela concorrência, por falta de regras colectivas

que se imponham aos actores sociais. Este modo geral de análise tem o mérito de mostrar que a ordem social resulta de uma institucionalização das normas e dos valores próprios para prevenir conflitos de interesses sempre latentes, e que as divergências ou oposições de interesses só se transformam em conflitos em função da interpretação pelos actores. Além disso, o funcionalismo moderno sublinha os numerosos contributos positivos do conflito, em particular pelo reforço da integração dos grupos sociais envolvidos e pela instigação da mudança social (Coser 1956).

A aplicação da teoria dos jogos à análise dos conflitos sociais (Schelling 1960) mostra que estes são na maioria das vezes "jogos de soma não nula (ou mistos)" na medida em que a oposição dos interesses raramente é total. A estrutura de interdependência das expectativas impõe aos protagonistas, portanto, um certo grau de cooperação que leve cada um a elaborar a sua estratégia em função dos objectivos do outro. Assim, no domínio do trabalho, G. Adam e J. D. Reymaud (1978) analisam o conflito como "o prosseguimento da negociação por outros meios". Estes autores afirmam que o conflito pode constituir um processo perfeitamente racional de mudança social: com efeito, quer respeite as regras institucionalizadas ("jogo fixo") quer venha a violá-las ("jogo deslizante"), todo o conflito tem por objecto mudar as relações de força no campo social.

C.-H. C.

Conformismo: Adesão, consciente ou não, aos valores, normas e comportamentos predominantes no grupo de pertença ou de referência.

O conformismo opõe-se ao desvio,

51

ainda que o hiperconformismo possa ser considerado como uma forma de desvio: o recém-chegado com excesso de zelo será geralmente objecto de sanções. O conformismo é um tema recorrente ou implícito de toda a sociologia. A psicossociologia experimental estudou em laboratório, de maneira elementar mas precisa, a tendência para o conformismo. As experiências de S. Asch sobre a percepção puseram em evidência a pressão para a uniformidade de juízo que uma maioria unânime exerce sobre um sujeito ingénuo. As muito espectaculares experiências de S. Milgram (1974) revelaram a importância da submissão a uma maioria, sobretudo quando ela parece caucionada por uma autoridade científica. Mas pode também haver influência recíproca, como mostrou a experiência clássica de M. Sherif sobre a formação das normas. A normalização das respostas, face a um estímulo ambíguo, traduz uma tendência para o ajustamento mútuo na interacção entre os sujeitos, que pode compreender-se como uma estratégia de evitamento do conflito.

PH. BD.

- Doise ec al. (1978), Leyens (1979).

Conhecimento (sociologia do): Esta subdisciplina pode definir-se por um programa: explicar certas ideias, teorias, mais em geral, certos produtos mentais a partir de variáveis sociais. O programa é definido e assente na herança baptismal por K. Mannheim (1929). Neste autor, ele apoia-se numa distinção entre duas espécies de ideias: as ideias que

podem ter pretensões à verdade ou a uma validade universal, como as proposições matemáticas, por exemplo, e as que não o podem, e que, no entanto, não têm qualquer razão para serem consideradas como arbitrárias. Assim, certas normas morais podem ter um sentido num dado contexto mas não num outro. É o caso das regras referentes, por exemplo, ao empréstimo a juros: é frequentemente considerado como imoral nos sistemas caracterizados por uma economia de subsistência e como moral nas economias de troca. O papel da sociologia do conhecimento é, num caso como aquele, explicar essa relação. Para Mannheim, a zona de jurisdição da sociologia do conhecimento coincide com o conjunto das ideias do segundo tipo. Exclui portanto, em particular do seu domínio, o conjunto das ciências. Mannheim não faz de resto mais que retomar precisando-as certas ideias de Marx. O projecto da sociologia do conhecimento encontra-se, de facto, em estado implícito em Marx, que, também ele, tinha proposto procurar a origem social dessas ideias que ele reagrupava na categoria da ideologia. Como mais tarde Mannheim, Marx, tal como F. Engels, precisa, no entanto, várias vezes que a ciência e, em larga medida, o direito e a arte devem ser concebidos como tendo uma capacidade de desenvolvimento autónoma e liberta dos determinismos sociais. Assim, nestes autores clássicos, sociologia do conhecimento e epistemologia são tratadas como disciplinas complementares. A primeira não é considerada como tendo vocação para absorver a segunda.

É indispensável precisar este ponto, porquanto há também uma segunda forma, que se pode chamar maximalista, da sociologia do conhecimento, segundo a qual nenhum produto mental é excluído da jurisdição desta disciplina. Este

programa maximalista é por vezes proposto por neomarxistas, como

52

L. Goldman (1967), mas acompanha com frequência, de maneira imediatamente compreensível, as epistemologias de tipo relativista. Assim, a partir do momento em que, como os "convencionalistas" do início do século, se analisam as "verdades" científicas como convenções, segue-se daí que as ciências caem no seu conjunto sob a jurisdição da sociologia do conhecimento, porque à pergunta epistemológica "em que é que tal teoria é preferível a tal outra?" substitui-se então a pergunta "porque é que tal sistema de convenções é preferível a tal outro?". Esta concepção relativista do saber científico vai reaparecendo regularmente, ao passo que a sociologia do conhecimento maximalista regressa por seu turno de maneira periódica, como actualmente em B. Barnes (1974) ou D. Bloor (1980), entre outros. Em geral, este programa maximalista é considerado excessivo. Assim, é de facto verdade que os Gregos interpretavam a irracionalidade de $\sqrt{2}$ de maneira diferente de hoje e que viam nisso a prova de que as grandezas e os números constituem dois universos diferentes, o que não podiam deixar de fazer em virtude da sua definição da noção de número. Mas, para além desta diferença de interpretação, a proposição segundo a qual esta quantidade não pode ser a solução de nenhuma equação de tipo p/q (com p e q inteiros) é uma verdade absoluta, tanto para eles como para nós. Porque, se é verdade que todas as ideias são de origem social, algumas mantêm-se e são aceites porque são verdadeiras. É possível, como pensa A. Koyré,

que o dogma da encarnação tenha facilitado o aparecimento e a difusão de uma concepção heliocêntrica do mundo. Mas não podem menos prezar-se as vantagens desta concepção heliocêntrica quanto à "crítica racional". O programa maximalista, que é sociologista mais que sociológico, contribuiu, em cada um dos seus rodeios, para desacreditar a sociologia do conhecimento pelos seus próprios excessos.

Mais útil é a sociologia do conhecimento quando procura compreender não porque é que a proposição $2+2=4$ é captada como verdadeira, mas porque é que todas as espécies de ideias frágeis, duvidosas ou falsas são concebidas como verdadeiras. Por outras palavras, quando se interroga sobre o ponto de saber porque é que uma teoria, uma ideia, etc., que não se defende por si própria pelo seu carácter verdadeiro, válido ou irrecusável pode no entanto ser captada como tal. A este respeito, podem distinguir-se dois tipos de teorias que representam as respostas mais frequentes a esta questão. As que fazem dessas divagações o produto da intervenção de causas "irracionais" como os sentimentos no sentido de V. Pareto (1916), os interesses de classe no sentido da tradição marxista, a influência da "sociedade" no sentido de É. Durkheim sobre as crenças colectivas, ou, mais vulgarmente, o fanatismo ou a paixão. Estas teorias revestem um certo poder explicativo. Mas é indispensável ver também a importância das teorias que tentam mostrar que, em muitos casos, essas crenças explicam-se por boas razões, mesmo quando elas parecem à primeira vista estranhas ao observador.

É essa, com muita frequência, a perspectiva de Marx, de M. Weber ou de Mannheim. Para estes autores, a adesão do actor a interpretações ou a crenças que podem parecer-nos

surpreendentes explica-se muitas vezes pelo facto de, sobre certos assuntos, não poder haver verdade objectiva e de, sobre outros,

53

sob a influência das necessidades da vida, o actor ter de concentrar-se com verdades aproximativas que ele capta como credíveis com base em critérios razoáveis mas que a lógica desaprova.

R. B.

- Merton (1949).

Consciência: O termo "consciência" é pouco utilizado sem qualificativo em sociologia. Assim, falar-se-á de consciência colectiva na esteira de É. Durkheim para designar "o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade". Numa tradição hegeliano-marxista, utilizar-se-á o termo "falsa consciência" a propósito do estatuto ideológico da alienação capitalista e o termo "consciência de classe", sem dúvida, para qualificar o sentimento de pertença de um agente social a um grupo económico determinado, mas sobretudo para denominar essa consciência particular que é a consciência de classe do proletariado, consciência que é ao mesmo tempo "particular e interessada" e "universal".

Se todo o sociólogo parte da verificação de que a consciência que os sujeitos sociais têm da sua acção não é ciência, não resulta daí um acordo geral sobre o estatuto da consciência. Para os principais dentre eles, a consciência deve ser compreendida como verdadeira a partir do momento

em que ela se liga à maneira como um agente social calcula os seus interesses. Para outros, há uma dimensão ontológica da consciência falsa, e isto a partir de pressupostos tirados da teoria marxista das ideologias.

A. A.

Consenso: Acordo explícito ou tácito dos membros de um grupo ou de uma sociedade sobre certas instituições sociais, o consenso representa a dimensão coesiva dos sistemas sociais. Pode incidir sobre valores, regras ou decisões comuns. A. Comte (1830-1842) vê nele a condição essencial da ordem social: resultando da assimilação das consciências individuais entre si na que É. Durkheim (1893) chamará "consciência colectiva", estabelece a preeminência do conjunto sobre as partes.

Todavia, nem todo o consenso provém de uma pura e simples adesão a valores interiorizados pelos actores, pois que pode também caracterizar sociedades de forte heterogeneidade cultural. Procede então mais de um alto grau de aceitação das regras comuns e de vontade de resolver os conflitos. Também não é redutível ao fruto unicamente do contrato entre indivíduos. Pode, com efeito (Hirschman 1970), ser afectado pela conduta dos membros protestatários de um grupo (ou pelo destino que lhes é dado). Estes membros protestatários, ao entrarem em dissidência ou ao serem excluídos, poderão restabelecer o consenso ou reforçá-lo dentro do grupo; mas o consenso pode também ser reforçado pela intervenção contestatária (*voice*) de certos membros.

C.-H. C.

- Shils, Young (1953).

Conservadorismo: O conservadorismo é uma doutrina política e social que se constitui pela defesa da ordem tradicional das nações europeias; é um "tradicionalismo tornado consciente" (K. Mannheim) por oposição à Revolução Francesa, mais em geral ao projecto político moderno. Os temas fundamentais da doutrina conservadora foram elaborados e fixados pelos pensadores da Contra-Reforma (E. Burke, J. de Maistre, L. de Bonald). Por

54

outras palavras, o pensamento contra-revolucionário definiu as três críticas fundamentais que o pensamento conservador não deixará de fazer à modernidade:

1. Uma crítica epistemológica: a razão é exterior ao indivíduo. As pretensões da Razão moderna não são mais que a manifestação de um orgulho insensato. A sabedoria ensina a modéstia, a submissão à experiência acumulada na tradição ou/e à vontade da Providência.

2. Uma crítica política: o poder justo é exterior aos indivíduos. A democracia sapa a verdadeira autoridade política que deve conter, controlar as paixões humanas. O poder legítimo é aquele que se liga a uma origem transcendente.

3. Uma crítica sociológica: a boa sociedade não é um agregado de indivíduos, mas uma comunidade viva e ordenada. O individualismo moderno é inapto para fundamentar uma sociedade sólida e condena o homem a ser "o soberano da sua própria desgraça (F. Lamennais). Na raiz desta oposição fundamental às ideias modernas há a

convicção de que o homem é um elemento de alguma coisa que o ultrapassa e que ele deve submeter-se à ordem da Criação e à sabedoria da história. Pensar a sociedade, o mundo, a partir do indivíduo é desistir da condição humana.

PH. BN.

- Mannheim (1953), Nisbet (1986).

Consumo: A alimentação, o vestuário, o alojamento, a saúde, os transportes e os tempos livres definem cada um deles um domínio do consumo. É claro que nem todos os lares repartem as suas despesas da mesma maneira por cada um destes sectores. A alimentação ocupa uma parte do orçamento tanto mais fraca quanto o nível das despesas totais é mais elevado.

Em 1856, E. Engel estabelece essa lei ao examinar o orçamento médio dos lares consoante o seu nível de recursos (Berthomieu 1966). Essa formulação, estabelecida a partir de dados coligidos por E. Ducpétiaux e comprovada seguidamente por numerosos outros inquéritos sobre os gastos, encontra de imediato um enorme sucesso entre as administrações, encarregadas de informar os poderes públicos sobre a evolução do nível de vida e de prever a evolução do consumo (Stigler 1954). O rendimento e o preço relativo dos bens vendíveis são os dois factores principais retidos pelo economista para explicar as disparidades instantâneas entre os diferentes orçamentos e a evolução da sua estrutura no tempo.

Quanto aos gostos, considera-se que sejam homogéneos e estáveis. O estudo sociológico do consumo chama de preferência a atenção para a heterogeneidade social das preferências e das suas transformações.

As especificidades do consumo estão em função das normas sociais, dos valores do grupo ou da sua cultura. M. Halbwachs (1913) estabelece que com rendimento igual as famílias operárias gastam sistematicamente menos para o seu alojamento que os empregados. Em contrapartida, a alimentação ocupa no seu orçamento um lugar desproporcionado. Seguramente, as famílias numerosas são frequentes no meio operário. Mas a dimensão no grupo familiar não basta para explicar a especificidade do orçamento operário. A alimentação deve uma parte da sua importância ao facto de por ocasião das refeições o grupo familiar cumprir um acto ritual onde se exprimem valores comuns.

Os trabalhos ulteriores de sociologia empírica afastam-se pouco desta abordagem (Chombart de

55

Lauwe 1956; Bourdieu 1979). Entretanto, entram no pormenor dos consumos e fazem variar a definição dos meios sociais. Os estilos de consumo diversificam-se tanto mais quanto os recursos disponíveis são mais elevados. Em contrapartida, quando os gastos são descritos em cinco ou seis grandes agregados, a repartição em partes orçamentais evolui para a uniformidade. Esta tendência geral aparece nos estudos longitudinais do consumo. L. Lévy-Garboua (1983) estabelece-a quando compara a evolução dos orçamentos familiares nos países europeus e nos Estados Unidos da América. Uma comparação dentro de um país como a França chega a conclusões similares (Herpin et al. 1987): o crescimento económico aproximou a estrutura orçamental

das várias categorias socioprofissionais. Com base em dados de longo prazo, a abordagem económica parece, portanto, levar a melhor sobre a dos sociólogos: a hierarquia das necessidades não parece fundamentalmente afectada pelas tradições dos meios sociais.

O crescimento não torna necessariamente o consumidor mais satisfeito. Com efeito, as necessidades não serão menos bem e não tão bem satisfeitas quando o constrangimento orçamental se alivia e são acessíveis mais produtos? Esta consequência do crescimento constitui um paradoxo para a abordagem neoclássica do consumo.

O economista T. Scitovsky (1976) explica esta observação pelo facto de o consumidor consagrar uma parte cada vez maior dos seus recursos à preservação do seu conforto e cada vez menos a renovar ou a alargar as suas experiências. Para A. O. Hirschman (1982), o cansaço do consumidor é uma consequência do próprio êxito do consumo; ele desinteressase da sua vida privada e volta-se para a acção colectiva. O movimento pendular deveria ulteriormente levar o militante a cansar-se da acção colectiva e fazer redescobrir ao cidadão as delícias do consumo.

N. H.

Contágio - Difusão

Conteúdo (análise de): O significado de um texto, seja ele qual for, não é dado, constrói-se. B. Berelson (1952) estabeleceu as regras dessa construção: "A análise de conteúdo é uma técnica de investigação para a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações que tem por fim interpretá-las." O seu

objectivo, em reacção contra a análise literária de texto, é o rigor. Dois investigadores que trabalham sobre o mesmo texto deveriam chegar ao mesmo resultado. O texto será dividido em unidades de significação (palavra, frase, parágrafo), e estas unidades classificadas em categorias lexicais, semânticas ou sintácticas estritamente definidas. Estas categorias serão exaustivas, homogéneas, exclusivas uma da outra; serão objecto de um tratamento estatístico.

Foram feitas numerosas críticas a este processo. Ele atém-se ao conteúdo manifesto, isola os elementos do seu contexto e liga o sentido à frequência. O desenvolvimento dos vários ramos da linguística permitiu afinar as categorias utilizadas. A análise automática do discurso de M. Pêcheux (1969), os trabalhos de A. J. Greimas (1979) inspirados por *Myrhologiques* de C. Lévi-Strauss, a abordagem sintáctica de R. Ghiglione, R. Matalon e N. Bacri (1985) são disso testemunho. E os progressos da informática tornaram as técnicas de contagem mais sofisticadas, como o mostram

56

as análises lexicométricas conduzidas na escola normal superior de Saint-Cloud, tomando em linha de conta, tanto como a frequência, a ausência ou as co-ocorrências dos elementos do texto.

A escolha de uma técnica de análise depende da natureza do texto: canções, artigos de imprensa e colóquios não directivos não se analisam da mesma maneira. Depende também do objectivo do investigador: um gramático, um psicólogo e um sociólogo analisarão diferentemente um mesmo texto. Mas debater-se-á sempre com o mesmo

dilema. A ferramenta logicomatemática é pobre para exprimir a riqueza dos usos da língua e das suas significações. Mas, sem ela, a análise de conteúdo está condenada muitas vezes a não ser mais que uma metalinguagem que parafraseia o texto estudado até ao infinito (Bon 1977), sem outro critério de validade para além da sua exaustividade e da sua coerência interna.

N. M.

- Bardin (1977), Ghiglione, Beauvais, Chabrol, Trognon (1980), Henry, Moscovici (1968).

Contracultura: Designam-se geralmente por este termo, assimilando-os sumariamente, os fenómenos de dissidência cultural que, ao longo dos anos 60 e 70, se produziram no seio da juventude americana abastada, antes de se estenderem à da Europa Ocidental.

Sem unidade real, movimentos de contestação, de marginalização, de libertação manifestaram então uma oposição mais ou menos radical aos processos de integração sociocultural, nomeadamente escolar e universitária. Contra as normas instrumentais, apelou-se à expressão de novos valores; da recusa de todas as formas de alienação, passou-se à ruptura com o sistema cultural que os reproduz; a fronteira que separa o privado do público, o normal do patológico, o permitido do proscrito foi deslocada ou eliminada.

Se algumas correntes evoluíram, em razão da conjuntura internacional (Guerra do Vietname), para a radicalização política, outras foram aspiradas por um hedonismo vago e quiseram promover, contra a cultura apanágio de um escol, novos modos de pensar e de comunicar. A velha exigência de autenticidade e de maior transcendência nas relações

interpessoais encontra-se neste protesto colectivo. A contracultura contemporânea, de que H. Marcuse foi um dos principais inspiradores, apresenta afinidades com dissidências passadas - os socialismos utópicos do séc. XIX, particularmente.

B. V.

Contrato: Forma de relação que estabelece obrigações entre partes contratantes que actuam de sua própria vontade, o contrato tem de facto a ver com uma reflexão sociológica preocupada em compreender os elementos constitutivos das relações sociais.

O contrato é assim uma variedade de permuta cuja génese e evoluções a antropologia contribuiu para reconstituir (Mauss 1950; Lévi-Strauss 1950), interessando-se a sociologia em mostrar em que ela era correlativa de certos tipos de solidariedades e de organização sociais (Durkheim 1893; Gurvitch 1932). O contrato é revelador dos mecanismos sociais em acção na gestão dos interesses privados, da sujeição desta à vida em sociedade, da procura permanente da compatibilidade com o interesse geral da sociedade. No Século das Luzes, as relações sociais podiam ser concebidas com base no modelo do contrato,

57

a sociedade (liberal) como uma sociedade de contrato. Mas a este modelo político da ordem social e da autoridade política viria progressivamente a substituir-se um outro modelo em que se afirmava de maneira crescente a autoridade do Estado sobre os actos estabelecidos pela vontade dos indivíduos. É

um renovo da ideia de contrato que parece, no entanto, dever observar-se no período recente. Pode assim conceber-se uma sociologia das práticas contratuais, particularmente nas relações privadas. Mas o sentido geral destas práticas só pode ser encontrado na análise das regulações da sociedade global inspirando-se, sem dúvida, naquilo que pode dizer-nos uma sociologia das racionalidades políticas em acção (Ewald 1986).

J. CE.

Convicção (ética da): Segundo M. Weber, há uma antinomia entre a ética da convicção (*Gesinungsethik*) e a ética da responsabilidade (*Verantwortungsethik*). A primeira fundamenta a acção do indivíduo num valor sem tomar em consideração as consequências; a segunda encara a acção unicamente segundo a relação entre meios eficazes e fins prosseguidos. O pacifista que recusa ir à guerra em conformidade com a sua consciência e com uma representação global do mundo é incontestável enquanto ele acreditar que assim pode mudar o mundo. O político que, para atingir um objectivo nacional, utiliza meios eficazes, mesmo reprovados pela moral, age segundo a ética da responsabilidade.

M. C.

- Weber (1921b, 1922b).

Cooperativo (movimento): Nascidas na primeira metade do séc. XX, no prolongamento das teorias de C. Fourier em França e de R. Owen na Grã-Bretanha, as cooperativas constituíram um meio de organização e de defesa dos trabalhadores fundado no conceito de autogestão. Além dos

objectivos propriamente económicos, o movimento cooperativo desempenhou muitas vezes o papel de uma mutualidade, de um sindicato e de uma universidade popular. Actualmente, o movimento cooperativo fez questão em conservar uma missão de educação social. Divide-se em duas grandes categorias: as cooperativas que agrupam os produtores para o fabrico e/ou escoamento da produção (cooperativas agrícolas, artesanais, operárias de produção, de serviços, comunidades de trabalho) e as cooperativas que agrupam os consumidores ou utilizadores (cooperativas escolares, de consumo, de crédito). Ainda que o movimento cooperativo não constitua em parte nenhuma um modelo dominante, ele representa, de facto, um modelo original, uma espécie de terceira via em que a motivação militante leva a melhor, ou seja, ao mesmo tempo a convicção e a democracia. Agrupado numa Aliança Cooperativa Internacional, o movimento cooperativo foi solicitado a dar o seu contributo para participar no esforço de descolagem económica dos países em vias de desenvolvimento.

Y. C.

- Desroche (1976), Lasserre (1978).

Coorte: Conjunto de indivíduos que viveram, no decurso do mesmo período, um acontecimento fundamental da sua história, como, por exemplo, o nascimento, o casamento, o fim dos estudos, a entrada no mercado do trabalho, etc. Por exemplo, o grupo das mulheres nascidas no Vaucluse entre 1945 e

1949 constitui uma coorte. A análise por coortes é o estudo quantitativo, para um grupo assim definido, da ocorrência de cenas características através do tempo. A comparação entre coortes permite, nomeadamente, apreciar os efeitos respectivos do ciclo de vida e de pertença a uma geração.

D. D.

Corpo: A maior parte das práticas sociais põe em acção o corpo (gestos de trabalho, movimentos, cuidados corporais). É M. Mauss (1936) que apresenta a primeira sistematização dos factos corporais definidos como "técnicas do corpo". Mais tarde, observar-se-ão igualmente as representações: ao corpo recalcado do ascetismo tende a substituir-se a imagem do corpo liberto e sacralizado promovida pelos *media*. Mantê-lo em forma constitui uma aposta social: aprender a apresentar-se "bem", modificar a sua configuração (dietas), cuidar da sua aparência (vestuário e cosméticos) não têm o mesmo sentido consoante o sexo, as classes sociais e as gerações (Bourdieu 1979). O corpo é também produtor de informações muitas vezes implícitas (confiança, defesa, prudência) necessárias à interacção (Goffman 1956). Vê-se melhor actualmente a motivação das práticas desportivas (a sua extensão ligada à procura de bem-estar) e das terapêuticas (construção não médica dos sintomas, medicinas alternativas): o que suscita interrogações sobre a nova alienação do corpo contemporâneo (Berthelot *et al.* 1985).

M. D.

- Loux (1979).

Corporativismo: Princípio de organização do mercado do trabalho que assenta nos agrupamentos profissionais ou de

ofício (por exemplo: os marinheiros, os funcionários, os médicos). Por extensão, o termo designa toda a intervenção tendente a promover os interesses de uma profissão ou a reforçar as regras que a regem (condições de entrada e de saída, desenrolar das carreiras; ajustamento da retribuição às tarefas, sujeições e responsabilidades).

A noção vem do Antigo Regime, que, com a concessão dos privilégios, tinha organizado o acesso aos ofícios. Por assimilação, qualificou-se de "corporativista" o regime de Vichy (que pretendia abolir a luta de classes em favor de sistemas de cooperação sectoriais). Fala-se de "neocorporativismo" a propósito da regulamentação de ordem pública negociada entre o Estado, o patronato e os sindicatos. A esta luz, o corporativismo não é redutível às estratégias dos grupos que defendem situações de monopólio. A acção das coligações profissionais é indissociável dos mecanismos e da regulação sociopolítica. Ela contribui, por outro lado, para a produção e para a defesa das identidades colectivas (Segrestin 1985).

D. SN.

Costumes: Que há dissemelhanças na maneira de ser, de viver e de sentir, assim como nos costumes, comportamentos e práticas de todas as espécies dos vários povos, e nas diferentes épocas, não é uma ideia recente. Os costumes observados por Heródoto não são os dos Gregos ou dos Romanos. Montesquieu, Voltaire, Rousseau põem em evidência os factores que exprimem e regem a variedade dos costumes das nações e a diversidade do seu desenvolvimento. Enfim, a sociologia como ciência entende estabelecer leis gerais da sociedade. Avança o princípio de

que existe uma natureza social, sujeita a leis como a natureza

59

física. O seu objecto é reconhecer hábitos colectivos e as transformações pelas quais eles passam. Fundada no método histórico comparativo, como a linguística ou o estudo das religiões, confunde-se de algum modo com aquilo a que É. Durkheim e L. Lévy-Bruhl chamaram física dos costumes ou ciência dos costumes. Cada indivíduo encontra ao nascer costumes, fixados em instituições - familiares, domésticas, económicas, religiosas ou políticas - que se lhe impõem e lhe apontam regras de conduta, modelos a imitar, em linguagem actual dos valores, normas interiorizadas. Transmitidos pela educação, sem que tenha necessidade de tomar consciência deles, pode transgredi-los mas não ignorá-los. Constituem morais práticas, variáveis no tempo e segundo as épocas.

A sociologia científica investiga a maneira como eles se constituíram ao longo da história e como é que os indivíduos os aplicam. O seu conhecimento permite esperar que sejam melhor compreendidos e aplicados igualmente a todas as necessidades da vida social. Não congelados, mudam porque as etapas dos progressos modificam as suas condições do exercício. A ciência dos costumes deve permitir orientar melhor as suas transformações, e até edificar uma sociedade menos imperfeita. Trata-se de um ideal acerca do qual podemos interrogar-nos se será de facto plenamente realizável.

A. G.

- Durkheim (1950), Fauconnet, Mauss (1901), Lévy-Bruhl (1903).

Crença: Denominar-se-ão crenças as proposições - formuladas ou não - a que um indivíduo ou um grupo dá um assentimento perfeito e que tem por verdadeiras mesmo quando a prova da sua verdade não tem a ver com uma lógica de tipo científico. A partir do momento em que estas crenças emergem da simples convicção vivida, os indivíduos tendem a estabelecer a sua autenticidade numa dupla direcção: psicológica, racionalizando-as; social, preservando-as por montagens institucionais de ascendente mais ou menos forte, que se vêem assim elas próprias fortalecidas (Deconchy, 1980).

Entre os inventários formais de crenças, é preciso citar o de M. Rokeach (1969), que distingue cinco tipos: as crenças primitivas de consenso máximo ("a felicidade é um estado desejável"); as crenças primitivas de consenso mínimo (a criança mimada que pensa que "ninguém gosta dela"); as crenças que incidem sobre a autoridade e os seus direitos (de personagens reais ou míticas); as crenças derivadas ou transmitidas (que só se "aguentam" porque dependem de uma tradição); as crenças anedóticas (aquilo a que poderiam chamar-se "as matérias de gosto").

Num determinado local cultural, o inventário das crenças pode ser estabelecido por vários métodos (Decroly, 1987), consoante o grau de assentimento que suscitam, a frequência dos adeptos que reúnem e as sistematizações que introduzem. Tais métodos vão da recolha etnográfica por observação ou entrevistas não directivas ou semidirectivas a escalas ou questionários estandardizados. Estes são elaborados à volta de uma fenomenologia implícita (por exemplo, em matéria religiosa: os de M. R. James ou R.

Otto) ou a partir de enunciados julgados típicos de um *corpus* de crenças particular. Mais recentemente, foram utilizadas técnicas experimentais para pôr em evidência os filtros que intervêm na percepção das interacções e dos acontecimentos sociais, de tal maneira

60

que não sejam postas em causa as crenças dominantes. Esta técnica permite pôr em evidência os efeitos das crenças.

A ideia comum pretenderia que as crenças de um indivíduo tivessem, sobretudo, efeitos subjectivos e que os seus comportamentos seriam reflexo disso. De facto, os efeitos do "crer", são de uma grande extensão.

J.-P. D.

Crime: Acção ou modo de vida que a lei autoriza a sancionar com esta ou aquela pena.

É. Durkheim (1895) adopta este tipo de definição como ponto de partida da concepção sociológica do crime. R. Gonfarolo, por seu turno, considera apenas alguns crimes referindo-se ao sentido moral; Durkheim, em contrapartida, adianta que a análise sociológica deve considerar tudo o que é objecto de uma pena. Proclama também, contra G. de Tarde, que o crime deve ser estudado como um fenómeno social ao mesmo título que os outros, que nenhuma sociedade pode dispensar e que desempenha uma função positiva: reavivar os estados fortes da consciência colectiva e, em certos casos, preparar a sua evolução. Durkheim (1895) define o crime como "um acto que ofende certos sentimentos colectivos dotados de uma energia e de uma

força particulares": define-o, portanto, pela reacção que suscita. Nisso, afasta-se dos primeiros criminólogos, que procuravam, sobretudo, saber se o comportamento do criminoso dependia de causas sociais ou individuais.

Procurar os determinantes do comportamento criminoso constitui, no entanto, a preocupação principal das sociologias especializadas. Durante muito tempo estas puseram a tónica nas razões culturais: aprendizagem negativa do respeito da lei em certos grupos culturais (Sutherland, Cressey 1924), conflitos de cultura (Sellin 1938). Uma outra teoria apresenta o comportamento criminoso como o resultado de uma disjunção anómica entre fins socialmente valorizados e meios de alcançá-los (Merton 1949). Pode ainda explicar-se o crime como o feito de um afrouxamento dos controlos primários (família, escola, etc.; Hirschi 1969). A maior parte destas teorias considera apenas uma parte dos comportamentos susceptíveis de provocar uma pena (roubos, violências, em geral). Mas, ao mesmo tempo, estas teorias ultrapassam os limites do crime (violação da norma jurídica) e apresentam-se como teorias dos desvios (violações das normas sociais). Considera-se o crime, portanto, como uma espécie de desvio entre outros e a norma jurídica como análoga às normas sociais em sentido amplo e ao mesmo tempo específico (Boudon, Bourricaud 1982): contrariamente às normas sociais, esta norma jurídica é dotada de uma universalidade que manifesta a diversidade dos grupos sociais (heteronomia). Uma teoria geral do desvio não é pois, provavelmente, suficiente para explicar a especificidade do crime enquanto crime.

A pôr a tónica na reacção discriminatória do meio ambiente e no papel das instituições oficiais na produção do

desvio, o interaccionismo dos anos 60 (Becker 1963) reintroduziu a consideração durkheimiana da reacção social no estudo sociológico do crime. É verdade que se tratava ainda de uma teoria indiferenciada do desvio. Entretanto, levou pouco a pouco a procurar a especificidade do crime como tal no exame dos processos sociais de criação (criminalização primária ou

61

abstracta) e de aplicação da lei penal (criminalização secundária ou concreta), ou seja, numa sociologia do direito (penal na ocorrência). Reencontra-se assim a intuição de Durkheim que caracteriza o crime pela respectiva pena e que procura a especificidade comum a todos os comportamentos criminosos, ao mesmo tempo que afasta a crença numa consciência colectiva cujos elementos mais fortes o legislador traduziria infalivelmente. Esta dualidade de concepções do crime - ora objecto comportamental ora objecto normativo e jurídico - tende a ser ultrapassada por uma sociologia dos actores concretos que participam na criação da lei, por um lado, e na sua aplicação, por outro. Estes actores são não apenas os profissionais da lei e da justiça mas também os actores mais ou menos ocasionais (vítimas e delinquentes...).

PH. R.

- Debuyst (1985), Robert (1984).

Crise: As crises que afectam os grupos sociais diferem pelas suas causas e pelas suas durações. Em contrapartida, podem nelas distinguir-se geralmente as mesmas fases de

incubação, de efervescência e de resolução. Está em crise todo o grupo do qual pelo menos os membros dirigentes ou minorias activas têm consciência de que os seus mecanismos de regulação e a identidade estão sujeitos a uma prova geralmente não prevista, captada como transitória, temível e de resolução incerta. Permanecendo o sentido dessa prova escondido da maioria dos seus membros, ela exige decisões rápidas, envolvendo muitas vezes o recurso à violência, uma transformação na composição e na estrutura do grupo (entre outras coisas, uma renovação mais rápida das suas elites), assim como uma modificação das relações com o seu meio (natural e social) ambiente. Toda a crise é acompanhada de uma consciência de crise e provoca a surpresa: má para muitos mas feliz para outros. De facto, durante a fase de incubação da crise, predominam a dúvida, o mal-estar, a desorientação dos espíritos. Este período de indecisão é, no entanto, visto como uma altura em que é necessário tomar decisões "curativas", medidas de urgência. Por isso se recorre, com frequência, a personalidades "carismáticas" (no sentido de Max Weber) cuja legitimidade se apoia, acima de tudo, não nas tradições ou nas leis em vigor mas na lucidez manifestada (são, com muita frequência, "profetas da desgraça" que vêm com justeza antecipadamente, e na sua presumida aptidão para purificar o grupo do seu mal-estar, detectando os "verdadeiros responsáveis da crise" (bodes expiatórios, eventualmente), designando os "verdadeiros inimigos" do grupo e cortando a direita. Simultaneamente, brotam de todos os lados projectos, muitas vezes utópicos, de regeneração e de reconstrução da sociedade acompanhados de um retorno às evidências fundamentais e aos valores ditos "seguros". Este período de indecisão

aparecerá, retrospectivamente, como decisivo, porquanto terá permitido uma redistribuição das cartas entre os indivíduos e os grupos envolvidos, que resultará dos conflitos, eventualmente das revoluções e das guerras, que terão contribuído para resolver a crise e para revelar o seu sentido oculto.

A. B.

- Béjin Morin (1976), Dobry (1986).

Culto: Em sentido amplo, um culto é constituído pelo conjunto das marcas de submissão e de deferência

62

em relação a um poder sacralizado que se honra. Num sentido mais restrito, designa as cerimónias e os ritos destinados a prestar homenagem a seres sagrados (Deus, santos, antepassados, heróis) ou a objectos (ídolos, relíquias) cujo poder se supõe emanar da sua relação com uma entidade sobrenatural ou com a pessoa à qual se reportam. Sob a expressão "culto popular", classificam-se práticas, ditas por vezes supersticiosas, à margem das religiões instituídas e muitas vezes toleradas por elas, como a veneração das imagens piedosas, dos animais amigos dos santos, dos testemunhos simbólicos de poderes sagrados: fogo, fonte, rochedo, sol, etc.

No cristianismo, o culto público inclui as orações, exortações, sacrifícios, oferendas, procissões, sacramentos, etc., incorporados na liturgia. O culto interior exprime-se por pensamentos de fé, de esperança, de caridade; o culto exterior pela sua expressão em comportamentos. O acto

principal do culto no catolicismo é a missa, celebrando o mistério da morte de Cristo e da sua ressurreição pela redenção dos homens. O protestantismo insiste, para além da oração e da pregação, no ofício, para que a existência quotidiana seja uma obra de piedade para a glória de Deus.

C. R.

- Bastide (1960), Kirghassner (1962), Rivière (1981), Thomas (1982).

Cultura: A palavra "cultura" aparece no fim do séc. XI. Designa, nomeadamente, um pedaço de terra trabalhada para produzir vegetais e torna-se sinónimo de agricultura (cultura alimentar, cultura forrageira, policultura). Em meados do séc. XVI, o sentido figurado de cultura do espírito começa a ser empregado pelos humanistas do Renascimento. É no séc. XVIII que a cultura em ciências, letras e artes se torna um símbolo da filosofia das Luzes e que Hobbes designa por "cultura" o trabalho de educação do espírito em particular durante a infância. O homem cultivado tem gosto e opinião, requinte e boas maneiras. No séc. XIX, a palavra "cultura" (*Kultur* em alemão) tem por sinónimo "civilização" (termo preferido pelos franceses). Mas, ao passo que E. F. Tylor (1871) define a cultura através do desenvolvimento mental e organizacional das sociedades, como "esse todo complexo que inclui os conhecimentos, as crenças religiosas, a arte, a moral, os costumes e todas as outras capacidades e hábitos que o homem adquire enquanto membro da sociedade", a antropologia cultural americana, uns sessenta anos mais tarde, insiste no desenvolvimento material e técnico e na transmissão do património social. Segundo os culturalistas, a cultura, enquanto modo de vida de um povo, é uma

aquisição humana, relativamente estável mas sujeita a mudanças contínuas que determina o curso das nossas vidas sem se impor ao nosso pensamento consciente.

O sentido moderno do termo reporta aos modos de comunicação do saber nas sociedades em rápida transformação e aos objectos simbólicos produzidos por uma sociedade para veicular valores. A atenção incide nos mitos, noções, imagens e modelos espalhados em certos grupos sociais (cultura popular, cultura de elite) e por certos canais de difusão do saber: a cultura de massa é simultaneamente a que é transmitida pelos *media* e a que se dirige a um largo público. Ligada à sociedade do conhecimento, a sociologia da cultura considera os criadores

63

das obras simbólicas pelas quais se exprimem representações do mundo, a relação das obras e do autor com a sociedade na qual eles operam, o sistema de produção das obras do espírito e o campo ideológico onde se situam os emissores e receptores de obras culturais.

C. R.

- Bénétou (1975), Herskovits (1948), Linton (1945), Malinowski (1944), Sapir (1936), Tylor (1871).

Culturalismo: O culturalismo é uma corrente de pensamento antropológico especificamente americana, que tende a explicar a cultura como sistema de comportamentos aprendido e transmitido pela educação, pela imitação e pelo condicionamento num dado meio social. A modelação da personalidade opera-se, inconsciente ou conscientemente,

por instituições e pelo jogo das regras ou das práticas habituais.

Os principais representantes são R. Linton (1936), A. Kardiner, R. Benedict (1934), M. Mead. A originalidade de Linton reside: 1. no conteúdo psicológico que dá à cultura pela insistência na transmissão e na estruturação das condutas graças à educação; 2. na importância que atribui aos modelos ou *patterns* culturais, maneiras típicas de pensar e de agir próprias de uma cultura e diferentes dos puros ideais de comportamento; 3. na distinção que estabelece entre cultura real com os seus modelos interiorizados pelos indivíduos e cultura construída a partir de frequências máximas de aparecimento de certos comportamentos; 4. na sua teoria da aculturação, mudança cultural por contacto e influência, construída com R. Redfield e M. Herskovits (1948). Deve-se a Kardiner o ter distinguido na cultura as instituições primárias (família, educação, etc.), que modelam os indivíduos em primeiro lugar, e as instituições secundárias (religião, ideologias, folclore, etc.), efeito das anteriores. A sua originalidade situa-se, sobretudo, na sua óptica psicanalítica e na sua elaboração do conceito de personalidade de base: "configuração psicológica particular própria dos membros de uma dada sociedade e que se manifesta por um ceno estilo de vida ao qual os indivíduos acrescentam as suas variantes singulares".

Benedict propõe a noção de tipo psicológico e procura definir a especificidade de uma cultura a partir de modelos dominantes numa sociedade. Conformistas, racionalistas, reservados, os Pueblos podem ser ditos apolinianos, ao passo que o tipo dionisiaco aparece entre os Índios das Planícies, que valorizam a emoção, a violência, a agressividade.

Discípula de F. Boas na medida em que presta atenção aos factos materiais e às técnicas, Mead é, sobretudo, discípula de Benedict, porquanto estuda a partir de grupos oceânicos as relações de coerência entre *patterns* culturais e a maneira como a educação desemboca numa estruturação da personalidade adulta reconhecida como normal numa sociedade.

Os culturalistas simplificaram demasiado o problema da formação da personalidade, definiram mal os *patterns*, descuraram o incodificável e presumiram a anterioridade lógica da cultura em relação ao psiquismo.

C. R.

- Clapier-Valladon (1976), Dufrenne (1953).

65

D

Darwinismo social: As teorias sociais darwinistas constituem aplicações, às sociedades humanas e às suas culturas, do princípio da selecção natural que o naturalista inglês Charles Darwin enunciou em *A Origem das Espécies* (1859). Essas teorias são geralmente materialistas, reducionistas e deterministas. Postulam que os indivíduos são física e mentalmente desiguais na maioria das vezes e que as aptidões são hereditárias. Por fim, estabelecem que a evolução das espécies e das sociedades procede das selecções: selecções pela morte (a luta pela existência no

sentido estrito) e pela fecundidade diferencial (aquilo a que G. Vacher de Lapouge chama a luta pela descendência e que "consiste em ter mais descendentes que os seus rivais). Dos anos 1860 a meados dos anos 1880 passou-se, progressivamente, de um primeiro darwinismo social, mais liberal, para um segundo mais socialista e dirigista. Seguidamente, e até à Primeira Guerra Mundial, dominou este segundo darwinismo social, com frequência "eugenista", "racista" e/ou "imperialista".

Têm relação com esta corrente de pensamento, que influenciou na constituição das teorias sociológicas do conflito e da circulação das elites, nomeadamente alguns escritos de H. Spencer e, sobretudo, de Vacher de Lapouge (1896).

A.B.

- Hankins (1926), Ory (1987), Sorokin (1928), Spencer (1873, 1874, 1875), Sutter (1950).

Decisão: A decisão é um problema que se encontra no cerne das ciências da acção, na junção da economia, da psicologia e da sociologia. A teoria económica contém em pontilhado as premissas muitas vezes implícitas de um modelo do decisor racional que poderia resumir da seguinte maneira. A decisão é considerada como o produto, num momento t , de um actor individual que tem preferências claramente hierarquizadas, que opera uma separação entre os fins e os meios à sua disposição, que dispõe de uma informação completa e pode, portanto, proceder a um recenseamento exaustivo e sinóptico de todas as soluções possíveis e das suas prováveis consequências, e que após um cálculo custo/vantagens para cada uma das soluções escolhe a melhor: optimiza em

função das suas preferências. Este modelo, que no entanto se encontra na base da teoria clássica da firma assim como de numerosos instrumentos de *management* e de ajuda à decisão, apresenta-se como exorbitante. E, de facto, desde muito cedo foi sujeito a um grande número de críticas que partiam de considerações psicológicas, sociológicas e de estudos empíricos. Integrando os contributos dessas diferentes críticas que foram apresentadas de maneira clara por C. Grémion (1979) e M. Ghertmann (1981), chega-se a um modelo mais complexo e sociológico que se poderia resumir do modo seguinte: a decisão é um processo social que se desenrola no tempo, no qual as soluções alternativas são constituídas e descobertas progressivamente e em que participam actores múltiplos que são relativamente autónomos uns em relação aos outros mas ligados estrategicamente entre si. Estes actores prosseguem objectivos diversos, ou mesmo conflituais e muitas vezes ambíguos, têm apenas um conhecimento e uma informação imperfeitos, e só são capazes de uma racionalidade limitada. Isso quer dizer que cada um raciocina

66

de maneira apenas sequencial num número limitado de soluções alternativas entre as quais escolhe a primeira que satisfaz os seus critérios mínimos de satisfação. Nesta perspectiva, não há já solução óptima para um problema: não há mais do que soluções satisfatórias, isto é, boas soluções. E impor-se-á aquela em favor da qual se tiver constituído uma coligação capaz de impor às outras os seus critérios de satisfação, que se tornam então os critérios de racionalidade

e de escolha do conjunto.

E. F.

Delinquência: vd. Crime, Desvio

Democracia: A democracia é um regime político, ou seja, uma certa maneira de organizar as relações de poder no seio de um grupo social soberano, ou política. O princípio fundador da democracia é a afirmação de que toda a relação de poder entre societários e entre cidadãos se enraíza naqueles que obedecem e não naqueles que mandam, quer o façam em seu nome próprio ou em nome de um princípio transcendente, Deus, a Nação, a História, a Classe ou a Raça.

Como cada um é senhor de obedecer ou de não obedecer, cada qual só obedece se julgar vantajoso fazê-lo. A democracia é, por tal facto, uma sociedade de responsabilidade limitada, em que cada um entra para atingir certos fins. Esses fins são de duas ordens. Uns são próprios dos indivíduos ou dos grupos intermédios (famílias, empresas, clubes, Igrejas), outros são comuns a todos. Os fins próprios são interesses particulares. Estes últimos são divergentes, contraditórios. A única forma possível de conciliação pacífica desses interesses é fazer com que se encontrem em mercados regulados, onde, na sequência de inúmeras negociações, eles se convertem em interesses médios. Os fins comuns são interesses comuns que só podem ser assegurados em comum, como a defesa para com o exterior, a definição de regras do jogo internas e o castigo dos batoteiros. A democracia é assim caracterizada por uma distinção bem marcada entre o privado, onde interesses particulares se convertem em interesses médios, e o público,

onde os cidadãos definem e procuram realizar os seus interesses comuns.

Tanto no privado como no público, instauram-se relações de poder porque a realização dos interesses particulares e comuns assenta em repartições de tarefas e divisões do trabalho que exigem coordenação. Segundo o princípio de base da democracia, os coordenadores só podem ser delegados, a título temporário, circunscrito e reversível, que os societários e os cidadãos escolhem pela sua suposta competência. A técnica de escolha dos delegados é variável segundo as actividades sociais. Na esfera política, que tem a seu cargo os interesses comuns, a eleição dos delegados pelos cidadãos é a solução mais eficaz. No domínio económico, o mercado permite aos consumidores-societários seleccionar pelas suas compras e pelas suas recusas de compra os empreendedores que lhes parecem os mais competentes, para lhes oferecer ao melhor custo o maior número de bens e de serviços, que sejam da melhor qualidade possível.

J. s.

- Aron (1965), Rousseau (1766), Sartori (1962), Tocqueville (1835).

Democratização: Pertencente ao pensamento reformista, este termo designa em sociologia um processo peculiar de mudança social: democratização da escola, do desporto, do sistema de assistência, etc.

67

Neste sentido, há que ver nela a descoberta dos limites da

democracia formal: se esta assenta nos princípios de livre acesso e de igualdade de direitos, choca, no entanto, com a verificação das desigualdades reais e dos privilégios de facto. Medir as primeiras, identificar e reduzir os segundos tornam-se os objectivos da democratização. A medida faz-se na maioria das vezes utilizando o cálculo das probabilidades: este revela, num campo dado, o desnível entre as possibilidades teóricas e as possibilidades reais de acesso a um bem; permite, além disso, captar as determinantes sociais (origem social, sexo, classe etária, pertença étnica, etc.) que intervêm nas desigualdades verificadas e orientar a acção de reforma. Arma de dois gumes, mede igualmente os seus limites, fazendo assim da democratização uma tarefa incessantemente recomeçada.

J.-M. B.

Demografia e sociologia: Uma origem comum aproxima desde a sua origem democracia e sociologia. Desde sempre, pensadores e políticos reflectiram sobre as condições da vida em sociedade e meditaram sobre os fenómenos de população. O número e a multiplicação dos homens apresentaram-se sempre como fenómenos primordiais em relação com o poder ou a riqueza dos Estados. Mas só no séc. XIX são inventados e entram em uso os termos sociologia (Comte 1830-1842) e demografia (Guillard 1855). Duas condições eram, de facto, necessárias para que nascessem e se desenvolvessem como ciências a sociologia e a demografia: uma organização administrativa suficientemente implantada para o estabelecimento de estatísticas rigorosas e o trabalho crítico da filosofia das Luzes. A vida social e política deixa de ser considerada como

resultando de uma ordem natural ou divina, mas da vontade humana capaz de agir sobre ela e de a mudar, senão mesmo de transformá-la radicalmente.

Considerando a espécie humana, do nascimento à morte, "do ponto de vista do número" (Halbwachs 1936), isto é, natalidade, reprodução e deslocamentos, mortalidade, a demografia tem os seus métodos próprios. Aplicando a análise matemática ao estudo quantitativo dos homens e dos seus comportamentos, implementa instrumentos de medida, cuja complexidade cresce com o aumento dos factores tomados em consideração. A partir dos anos passados e presentes, dentro dos limites de hipóteses nitidamente delineadas, estabelece perspectivas sobre o povoamento futuro e sobre as mudanças de estrutura que podem esperar-se. Investiga dentro do corpo social na sua extensão e nas suas partes, na sua morfologia e nas suas transformações. Os factos demográficos explicam-se primeiro por eles próprios, mas não são isolados nem independentes. Tal como não há acontecimento puro, fora das circunstâncias de tempo e de lugar, não há facto demográfico puro. Uma taxa de natalidade, uma proporção de jovens e de velhos não têm significado como tais. Só ganham o seu alcance uma vez coordenadas entre si, comparadas e situadas no contexto global em que se produzem. Os dados biológicos melhor estabelecidos, que pareceriam escapar aos controlos sociais, estão, na realidade, sob a sua estreita dependência. Uma guerra ou uma migração um pouco selectiva bastam para modificar a relação dos sexos, próxima do equilíbrio. As uniões não obedecem apenas a um processo de maturidade sexual dos rapazes e das raparigas, mas estão sujeitas, nas várias

68

culturas e nos diferentes meios sociais, a contingências económicas ou a regras impostas que mudam a sua intensidade e baixam ou elevam a sua idade. A natalidade e a mortalidade variam de maneira surpreendente ao longo do tempo, de país para país, e consoante o rendimento, a profissão, o nível de instrução ou a prática religiosa. Interesses, representações comuns, a obediência inconsciente ou reconhecida a normas admitidas enformam o corpo social por dentro e dão-lhe a coesão necessária à sua duração. A. Saury (1952) quis mostrar que a população só poderia ser estudada da mesma forma que a realidade social viva. O movimento "natural" da população é também um movimento "sociocultural". Os factos demográficos são factos sociais, e aquilo que os determina e os explica é em grande medida de natureza sociológica.

Inversamente, os factores demográficos actuam sobre a evolução social. Para É. Durkheim, desenvolvendo uma observação de Comte, o aumento do volume e da densidade da população produz a divisão do trabalho, ela própria geradora do avanço da civilização. E. Dupréel (1928) julgara captar no crescimento demográfico a causa essencial do progresso. D. Riesman (1955) estabelece uma ligação de causa e efeito entre o carácter social e o regime demográfico das épocas sucessivas. Ainda que os fenómenos demográficos, intimamente misturados com outros fenómenos, não sejam os únicos a intervir, é seguro que estreitas relações unem o número e as formas da vida social. A demografia fornece à sociologia uma base rigorosa para

assentar a sua reflexão, a ponto de que "todo o sociólogo deveria ser também um demógrafo".(Stoetzel). Demografia e sociologia não são nem dependentes nem independentes uma da outra. A relação entre elas é de reciprocidade. Uma e outra, ciências humanas ou ciências sociais, distinguem-se pelos seus métodos específicos, e formam entre elas com todas as outras ciências sociais um conjunto cujo objectivo último é o mesmo e que não poderá ser dissociado das outras ciências sociais.

A.G.

Densidade: No sentido demográfico corrente, a densidade é a relação da população total com a extensão do território que ocupa. A densidade dinâmica ou moral, tal como a define É. Durkheim, é o grau de concentração da massa ou "restringimento material e moral". Um indicador deste conceito é a densidade material que é uma combinação da densidade da população, da população urbana, e do número e da rapidez das comunicações e transmissões. Quando a densidade material aumenta, o número de interacções entre os indivíduos cresce igualmente. A densidade moral caracteriza-se também pela natureza das relações sociais, ou tipo de sociabilidade. Estes conceitos estão na base da teoria da morfologia social em Durkheim e seus discípulos.

M. C.

- Durkheim (1893, 1897), Durkheim, Mauss (1901), Spencer (1874-1875).

Desemprego: As discussões à volta do número "real" dos desempregados não são apenas devidas à vontade dos governos de enaltecer a sua acção e ao esforço dos

opositores no sentido de demonstrar a insuficiência da acção governamental, mas estão estreitamente ligadas à ambiguidade da realidade social e à dificuldade de elaborar uma definição sociológica do desemprego (Schnapper 1982). As definições administrativas

69

do desemprego não são mais que o reflexo da concepção que a sociedade tem do desemprego num dado momento. A própria noção de desemprego não existia no séc. XIX, antes de se constituir um verdadeiro mercado do trabalho, definido pela oferta e pela procura de uma mão-de-obra cuja qualificação é precisa e a localização estável. Ainda em 1932, só eram reconhecidos e contados como desempregados os homens, operários ou empregados sem emprego desde há menos de dois anos, excluindo mulheres e trabalhadores independentes (Salais, Baverez, Marpsat 1986). Actualmente, utilizam-se definições administrativas diferentes. A do BIT, sobre a qual se fundam as comparações internacionais, define a população sem emprego à procura de um emprego (PSERE): segundo esta definição, é desempregado aquele que procura um emprego, faz tentativas efectivas para consegui-lo, está disponível para aceitar um emprego e não teve nenhuma actividade profissional no decurso da última semana. A administração francesa utiliza outros critérios. Mas, seja qual for a definição adoptada, ela não faz mais que traduzir uma situação administrativa - os que são reconhecidos como desempregados pela regulamentação em vigor. A realidade social, essa, é ambígua: como qualificar os que procuram um

trabalho em condições difíceis ou impossíveis de preencher? Terão de qualificar-se como desempregadas as mulheres que só aceitariam um emprego se ele fosse próximo do seu domicílio? Deverão chamar-se desempregados os que procuram um emprego que já não existe no mercado do trabalho? Os jovens à procura de um emprego em tempo parcial que lhes permita prosseguir estudos em melhores condições?

Os economistas esforçam-se por definir as origens do desemprego, atribuindo-o alguns à insuficiência da procura global, e vendo outros nele de preferência a incapacidade do mercado do trabalho em adaptar-se à evolução da estrutura profissional provocada pelo progresso técnico. Os sociólogos, que durante muito tempo distinguiram o desemprego de crise do desemprego de subemprego, do desemprego estrutural e do desemprego de reserva (Ledrut 1966), renunciaram a elaborar teorias gerais e, actualmente, dedicam-se à análise das experiências vividas dos desempregados e às suas possibilidades de mobilização social e política. Segundo os resultados de numerosos inquéritos, o desemprego traz consigo uma condição anómica que se traduz pela experiência da humilhação, do aborrecimento e da dessocialização; é pois pouco susceptível de servir de fundamento a uma acção colectiva (Lazarsfeld 1933; Schnapper 1981). Nas sociedades modernas, que, por natureza produtivistas, são dominadas pelos valores ligados ao trabalho e ao emprego, o desemprego é encarado e vivido negativamente.

D. S.

Desencantamento: A palavra pertence ao vocabulário de M.

Weber. Um mundo encantado é aquele em que a magia penetra todas as coisas, em que o homem não é especializado e em que a precisão nem sempre é possível. Desencantar é escorraçar a magia, racionalizar, especializar o homem.

Sendo deliberadamente hostis à magia, impondo uma forma de racionalização da condução da vida, explica Weber, as grandes profecias racionais (judaísmo) constituem a primeira grande etapa deste processo. Uma outra etapa que estas religiões (o protestantismo ascético)

70

representam é a unificação das relações entre Deus e o mundo e entre este e a religião. Cabe à ciência e à racionalização intelectualista continuar a despojar o mundo dos seus encantos. Esse processo não é nem linear nem irreversível, pois que uma burocratização excessiva pode conduzir ao retorno dos profetas e dos Césares dotados de carisma*.

M. C.

- Weber (1920, 1921b, 1923).

Desenvolvimento: A ideia de desenvolvimento saiu em primeiro lugar de uma metáfora, que identificava a sociedade com um organismo vivo que portanto se transforma, segundo um processo de maturação progressiva, para atingir pouco a pouco um estado de modernidade. Considera-se que tais mutações envolvem todos os sectores da sociedade (economia, estratificação social, ordem política).

O desenvolvimento económico traduz-se, no plano qualitativo, pelo florescimento de uma economia de

mercado, pela passagem de uma agricultura de subsistência a uma economia de mercado e pelos progressos da industrialização. No plano quantitativo, mede-se pelo recurso a diferentes índices, designadamente a elevação do produto nacional bruto (PNB).

Remetendo assim para a construção da sociedade industrial, o desenvolvimento económico reveste também consequências sociais: enfraquecimento dos laços de dependência tradicional, individualização das relações sociais, progresso da divisão do trabalho social e, portanto, especialização das tarefas, urbanização, aparecimento de um certo nível de mobilidade social. O conceito foi retomado em sociologia política para explicar a realização progressiva de uma hipotética modernidade política. Tratava-se, então, quer de designar a passagem de um regime autoritário a um regime democrático, quer de elaborar indicadores que medissem a capacidade dos sistemas políticos (por exemplo, nos domínios da extracção, da distribuição ou da comunicação), quer de descrever as etapas que marcam a construção de um sistema político (formação de uma identidade nacional, de um poder legítimo, de uma burocracia eficiente, etc.), quer, finalmente, de conceber propriedades mais ou menos abstractas, comuns a todos os processos de mutações que devem afectar os sistemas políticos (secularização, institucionalização, etc.).

Elaboradas no fim dos anos 50, com o início da descolonização, todas estas concepções são cada vez mais contestadas: adaptação um pouco ingénua da ideia ocidental de progresso, avatar de um evolucionismo já abandonado, elas assentam nos postulados inaceitáveis de uma mudança uniforme, programada, finalizada; têm em pouca conta a

diversidade das culturas, a extrema complexidade das histórias e a imprevisibilidade das acções sociais. A essas concepções demasiado gerais, o sociólogo prefere doravante estudos de casos que ponham em evidência a especificidade de cada modo de desenvolvimento.

B. B.

- Guillaumont (1985), Badie(1988).

Desigualdades sociais: É desigual toda a repartição de um recurso que não é uniforme. A repartição do rendimento é desigual na medida em que um ou vários indivíduos têm uma parte maior que os outros. A desigualdade é uma diferença que os indivíduos e grupos sociais julgam segundo escalas de valor. Um Negro e um Branco diferem

71

pela pigmentação da sua pele. Esta diferença natural não implica qualquer desigualdade. No entanto, em numerosas sociedades cada um deles goza de um estatuto diferente ao qual estão ligadas vantagens e desvantagens. As desigualdades são pois, essencialmente, sociais e estão ligadas à existência de estratificações económica, política, de prestígio, etc.

Para examinar as condições em que a desigualdade por exemplo de rendimento aumenta, diminui ou permanece estável, é necessário analisar a forma de repartição do recurso em questão. Definem-se em geral duas medidas de desigualdade. A medida absoluta é igual à diferença entre o rendimento do indivíduo A (10 mil F) e o do indivíduo B (12 mil F). A medida absoluta é a mesma se A tem um

rendimento de 1000 F e B um rendimento de 3000 F. Ora, é claro que esta medida não traduz correctamente a desigualdade entre os dois casos. É portanto necessário introduzir o conceito de medida relativa. No primeiro caso, B tem um salário superior em 20 por cento ao de A; no segundo, B tem um rendimento superior em 200 por cento. Os trabalhos sobre a evolução das desigualdades de certos recursos, tais como o rendimento ou o nível de instrução, estabeleceram a existência de uma tendência para a redução das desigualdades, como o predizia Tocqueville, com tempos fortes e fracos, no entanto, e diferenças consoante o tipo de recurso. Mostrou-se assim que, desde há um meio século, a desigualdade das hipóteses escolares baixou muito mais fortemente que a desigualdade dos rendimentos. Alguns propuseram explicações dessas reduções, na sua mudança respectiva, construindo modelos que combinam variáveis ligadas aos projectos individuais, aos estrangimentos do mercado e a mecanismos institucionais (por exemplo, natureza e forma da redistribuição). Quanto ao problema da origem das desigualdades, recebeu várias respostas contraditórias: além do fundamento natural, em Aristóteles, por exemplo, que se relaciona com um discurso pré-sociológico, J.-J. Rousseau e Marx viram na propriedade a origem da desigualdade; para É. Durkheim, é a divisão do trabalho; para T. Parsons, a desigualdade é um princípio necessário à manutenção de toda a estrutura social.

M. C.

- Blau (1977), Boudon (1973), Durkheim (1893), Girod (1984), Tocqueville (1856).

Desorganização: As noções de desorganização social e de

desorganização pessoal foram popularizadas pelo célebre estudo de W. I. Thomas e F. W. Znaniecki sobre o camponês polaco na Europa e nos Estados Unidos da América (1918-1921). A primeira é nele definida como a perda de influência das regras sociais de conduta existentes sobre os membros do grupo; a segunda é a incapacidade para o indivíduo de construir um projecto de vida: na ausência de regras estáveis e interiorizadas, o indivíduo fica desorientado e "desmoralizado". A desorganização social é posta em evidência na sociedade camponesa polaca; tem a sua origem no desenvolvimento de atitudes individualistas e hedonistas que resultam dos contactos com o exterior, nomeadamente pelas migrações sazonais na Alemanha. A desorganização pessoal é estudada nos imigrantes polacos nos Estados Unidos. Traduz-se nos adultos, transplantados e privados das suas antigas regras de conduta, por comportamentos violentos,

72

pela dependência económica, pela instabilidade profissional e conjugal; nas crianças, amorais na ausência de todas as regras sancionadas, pela delinquência e pela vagabundagem. Na sequência deste estudo, a desorganização social tornou-se um tema de pesquisa importante na sociologia americana, nomeadamente em Chicago, ao mesmo tempo que uma noção rubrica que recobre fenómenos tais como a delinquência, o suicídio, o divórcio, a mobilidade residencial.

PH. BD.

Despotismo oriental: A noção de despotismo oriental passou por três etapas. Nas narrativas de viagem de J.-B. Tavernier e nos escritos de Montesquieu, designa os regimes políticos dos impérios médio-orientais e orientais, vistos como autocracias arbitrárias, cruéis, faustosas, ruinosas para os seus povos. São opostos aos regimes aristocráticos da Europa, temperados, humanizados e prósperos. Na visão evolucionista da história desenvolvida por Marx e seus epígonos, a expressão designa todas as experiências imperiais, marcadas acima de tudo pelo monopólio público dos meios de produção, que não entravam no esquema rígido da sucessão ordenada do comunismo primitivo, do escravismo, do feudalismo, do capitalismo, do socialismo, do comunismo. Porém, mais recentemente, tentou-se reutilizar a noção, para aplicá-la simultaneamente aos impérios tradicionais e aos totalitarismos contemporâneos.

Estas três acepções devem ser igualmente rejeitadas: os totalitarismos não se parecem de todo com os regimes imperiais; estes não são despotismos sanguinários e aberrantes; os impérios permitiram o desenvolvimento de altas civilizações e de economias que suportam a comparação com as da Europa antes do séc. XIX. "Despotismo oriental" é uma expressão infeliz sob todos os aspectos, que é melhor abandonar.

J. B.

- Tavernier (1676), Wittfogel (1957).

Desvio: Transgressão, identificada como tal e portanto sancionada, das normas em vigor num dado sistema social.

A palavra é de uso recente. Aparece na sociologia americana no fim dos anos 50, substituindo-se a outras

noções rubricas tais como desorganização ou patologia social. O seu rápido êxito deve-se ao facto de a noção que recobre ser muito mais extensiva que as de delinquência ou de criminalidade. A sanção social não se limita às sanções penais ou legais; pode tratar-se de uma simples reprovação. A noção de desvio permite também reagrupar todas as espécies de comportamentos, grande número dos quais não são tidos comumente como delituosos. Vê-se isso nas tipologias do desvio propostas por R. K. Merton (1949) ou T. Parson (1951), que prevêm, ao lado dos comportamentos "inovadores", caracterizados pelo uso de meios ilícitos, o ritualismo (hiperconformismo passivo segundo Parsons), o recuo (alienação passiva) ou a rebelião (alienação activa).

A noção sociológica de desvio não é uma categoria estatística. Não se aplica às condutas ou aos indivíduos que se afastam, mesmo nitidamente, da média. Para que haja desvio, é preciso que haja uma norma de grupo e não uma simples opinião maioritária.

As teorias sociológicas do desvio podem ser reagrupadas em três correntes principais: as teorias da regulação social, as teorias da contradição social e as teorias culturais.

73

A primeira perspectiva, a mais tradicional, funda-se na oposição entre os desejos ou as pulsões individuais e os constrangimentos impostos pela pertença a um grupo social. O desvio resulta do falhanço da sociedade em conter e regular as paixões humanas. Produz-se quando os laços do indivíduo com a ordem social são rompidos. As teorias da contradição social rejeitam a ideia de que a motivação para o

desvio está inscrita na natureza humana e vêm nela, pelo contrário, um produto da sociedade. Os homens seriam conformistas se não fossem empurrados para o desvio pela pressão de desejos legítimos, encorajados ou mesmo prescritos pela sociedade, mas não satisfeitos em virtude da falta de meios para realizá-los. Nesta perspectiva, ilustrada nomeadamente por Metron, o vício é o produto da virtude. As teorias culturais, por seu turno, põem em causa o postulado da uniformidade das normas no seio de uma sociedade. A interiorização das normas do seu grupo pode pôr o indivíduo em conflito com as normas dominantes ou legais da sociedade. O desvio, neste sentido, é o fruto de uma aprendizagem cultural, tão moral como toda a aprendizagem social. Podem ligar-se a esta terceira corrente as teorias interaccionistas do desvio, ditas teorias da reacção social ou da marcação (*labeling*). Sublinham elas que o desvio não é uma propriedade característica do acto de uma pessoa mas antes a consequência das reacções dos outros a esse acto. Como escreve H. Becker (1963), o desviado é aquele a quem a etiqueta de desviado foi aplicada com sucesso. O desvio é uma categoria construída num processo de interacção colectiva que implica aqueles que acabarão por ser etiquetados como desviados, os que os rodeiam, os que fazem respeitar as normas, os que querem impor novas normas. Esta perspectiva, dominante na sociologia do desvio no fim dos anos 60, contribuiu para uma reorientação da pesquisa sobre a delinquência. Verificou-se um afastamento da etiologia social da delinquência para estudar os agentes e os mecanismos do controlo social.

PH. BD.

- Besnard (1987), Cohen (1966).

Diferenciação social: A diferenciação é um dos elementos da estratificação social. É o processo pelo qual as posições sociais são definidas e distinguidas umas das outras atribuindo-se a cada uma delas um papel ou um conjunto de papéis específicos.

Nenhuma vida social é possível sem diferenciação mesmo mínima das funções, tais como a reprodução biológica, a socialização das crianças. A diferenciação supõe que sejam conhecidos o responsável da função ou papel, os seus direitos e obrigações. Distingue-se da hierarquização. Esta funda-se numa comparação entre os estatutos já diferenciados e procura repartir os indivíduos entre as diferentes posições segundo as suas aptidões, qualificações, etc. Um papel considerado física ou intelectualmente mais difícil que um outro será, pelo menos teoricamente, atribuído a determinado indivíduo e não a um outro em função desses critérios. Mas a comparação não implica juízo de valor, dependendo este, de facto, de critérios próprios de cada sociedade. A diferenciação é, portanto, um conceito mais geral e mais neutro que a divisão do trabalho, a hierarquização, a estratificação.

M. C.

- Durkheim (1893).

Difusão: Processo pelo qual uma informação, uma opinião, um comportamento,

74

uma prática, uma inovação, um novo produto, uma moda,

etc., se propagam numa dada população. Estes processos fascinaram de longa data os sociólogos sem que estes disponham sempre dos materiais necessários para desvendar os seus mecanismos.

O que pode dar uma certa ideia é o andamento da curva da difusão, mais precisamente a curva da distribuição no tempo das proporções acumuladas de pessoas atingidas pela informação ou pela inovação consideradas. Se a via real da influência é a relação directa entre um emissor (os *media*) e os indivíduos tomados isoladamente, essa curva aparentar-se-á a um arco: sendo, num dado momento, o aumento das conversões proporcional ao número de pessoas ainda não atingidas, a velocidade do processo, forte de início, tende a diminuir. Se, pelo contrário, o fenómeno se propaga, sobretudo, por contactos interpessoais, teremos uma curva em S, típica de um contágio. O aumento do número de pessoas atingidas é proporcional, ao mesmo tempo, à população dos contaminados e à dos não contaminados.

A difusão, lenta no início, acelera-se até ao momento em que metade da população contaminável é atingida, afrouxando depois. Um estudo de J. Colemann *et al.* (1966) identificou mais ou menos estes dois tipos de curvas a propósito da adopção de um novo medicamento pelos médicos americanos. Muitas observações e estudos, designadamente sobre inovações agrícolas, encontraram curvas de difusão em S, ou curvas logísticas, características das epidemias. Uma curva deste género permite discriminar facilmente diversas categorias de posições em relação à difusão (inovadores, retardatário, etc.) e fez-se um esforço no sentido de captar as características pessoais e sociais dos inovadores (Rogers, Shoemaker 1971). A curva logística não

reveste provavelmente a generalidade que muitas vezes se lhe atribui e pode interpretar-se de diversas maneiras.

Poderia reflectir a importância das relações interpessoais nos processos de comunicação e de influência, quer se trate de decisões de compra ou de intenção de voto, posta em evidência por P. Lazarsfeld e seus colaboradores (Katz, Lazarsfeld 1955). Esta abordagem põe a tónica no fluxo horizontal na difusão da inovação. A novidade é adoptada num mesmo momento por pessoas influentes ou líderes de opinião que pertencem a diversos grupos sociais e que exercem a sua influência no seio do seu grupo. Estes agentes influentes podem ser "cosmopolitas", à espreita das informações, ou "locais", legitimando a inovação (Merton 1949).

Este modelo de difusão horizontal ou segmentada opõe-se - ou sobre põe-se - ao modelo mais tradicional da difusão vertical ou hierárquica segundo o qual a inovação se espalha em cascata de cima para baixo da pirâmide social (vd. moda). Verifica-se muito geralmente que novos produtos colocados no mercado são adoptados primeiro pelas camadas sociais mais favorecidas e difundem-se verticalmente. O factor rendimento basta para explicar este fenómeno, designadamente quando se trata de bens de equipamento. Entretanto, o estudo de um acto gratuito, a escolha de um nome para o seu filho, que permite eliminar toda a influência do rendimento, mostrou que o modelo hierárquico era, *grosso modo*, confirmado pela difusão social dos nomes novos ou que entram na moda (Besnard, Desplanques 1986). Este estudo sugere também que o grau

de sociabilidade, as ocasiões de contacto com outrem têm um papel motor na difusão da inovação; e não é fácil isolar posição na escala social e grau de sociabilidade a fim de apreciar a parte respectiva do fluxo horizontal e do fluxo vertical, do contágio e da cascata dos sinais de distinção.

PH. BD.

- Cherkaoui (1982), Mendras (1967), Mendras, Forsé (1983).

Difusionismo: A corrente difusionista estuda a distribuição geográfica dos traços culturais postulando uma sucessão de contributos de um grupo para o outro a partir de alguns raros focos de invenção supostamente originários. A atenção é dirigida para a circulação dos traços culturais: itinerários, velocidade e áreas de difusão, modificações sobrevindas, obstáculos e condições favoráveis à difusão.

Esta corrente apareceu no início do séc. XX e é representada por três escolas:

1. inglesa, tendo por chefes de fila W. J. Perry e G. Elliot-Smith, que afirmam a origem egípcia de toda a civilização e a crença numa ascendência solar do soberano;

2. alemã, desenvolvida à volta de F. Graebner e W. Schmidt, que se apoiam na linguística, na arqueologia e na história para identificar complexos culturais em círculos de difusão de certos traços culturais;

3. americana, que reagrupa discípulos de F. Boas: A. Kroeber, E. Sapir, os quais admitem a possibilidade de aparecimento das mesmas invenções nas diferentes culturas, distinguem círculos de difusão concêntrica e sublinham que um traço só aparece depois de certas aquisições técnicas que

o tornam possível ("seriação cultural" de Sapir).

Estas teorias subestimam as capacidades inventivas do homem, esquematizam até ao excesso os mecanismos de difusão, menosprezam migrações e desigualdades de ritmos de difusão e têm em pouca conta mecanismos psicológicos da adopção ou da rejeição selectiva de certos traços culturais.

C. R.

DILTHEY (Wilhelm), filósofo alemão (Biebrich 1833 - Seis, Tirol, 1911): Desde a sua primeira formulação (Introdução às Ciências do Espírito, 1883), o projecto de Dilthey visa garantir a autonomia daquilo a que ele chama "ciências do espírito". Por tais disciplinas, ele entende aquelas cujo objecto (a realidade histórica e social) lhe parece excluir que possam desenvolver-se com base no modelo das ciências da natureza.

Contra a ciência positivista de A. Comte, sublinha que nesses domínios o conhecimento não pode consistir numa reprodução do dado: o historiador, por exemplo, reconstrói o passado, organiza-o por referência às perspectivas que são as suas e em função dos valores a que adere. Contudo, as ciências humanas não devem renunciar a toda a forma de objectividade: é-lhes necessário elaborar métodos específicos, adaptados à originalidade do seu objecto. Rejeitando uma simples transposição da postura explicativa praticada pelas ciências da natureza, Dilthey considera que os factos de que trata a sociologia têm como característica principal o serem significantes: independentemente da procura das suas causas, devem dar lugar, portanto, a uma compreensão que liberta o seu sentido. No estágio inicial da sua reflexão, Dilthey concebe a compreensão como um

esforço para reencontrar, por detrás dos fenómenos a estudar, a significação que

76

os actores sociais lhes atribuem. O historiador ou o sociólogo devem reviver o que outros viveram: a compreensão suporia uma participação directa, por "simpatia", na vida psíquica de outrem. A sociologia torna-se assim directamente dependente da psicologia como ciência descritiva dos processos psíquicos (Ideias a Respeito de Uma Psicologia Descritiva e Analítica, (1894). Nas suas últimas obras (Edificação do Mundo Histórico das Ciências do Espírito, 1910; Teoria das Concepções do Mundo, 1911), Dilthey tenta estabelecer a sociologia desta submissão à psicologia, tornando ao mesmo tempo a compreensão menos subjectiva. Trata-se não já de coincidir com os actores mas de recolocar os fenómenos considerados em conjuntos mais vastos onde eles encontram a sua significação: compreender o "espírito" de uma reforma jurídica consistirá menos em descobrir os motivos dos seus autores que em construir o contexto histórico, social, cultural de que se apresenta como inseparável.

Ao articular à investigação causal uma interrogação sobre o sentido dos factos sociais, Dilthey inaugura a tradição alemã da "sociologia compreensiva" (M. Weber).

S. M.

Direito (sociologia do): A dificuldade de fornecer uma definição única da sociologia do direito remete para as incertezas desta sociologia especializada confrontada com

um objecto que pode ser considerado igualmente como ciência do social. Estas incertezas estão já presentes na história da disciplina. Quando É. Durkheim se empenha em relacionar tipos de direito e formas de solidariedade no seio da sociedade global, desenvolve uma sociologia que faz do direito um indicador privilegiado do conjunto da realidade social (Durkheim 1893). A sua posição de pesquisa assemelha-se a este respeito à de M. Weber, para quem a questão do direito ocupa um lugar estratégico na compreensão das racionalidades políticas das sociedades (Weber 1922c). G. Gurvitch (1940) empenha-se ele próprio nesta via quando associa tipos de sociedades globais a sistemas de direito. Mas a referência ao pensamento de L. Duguit (1889) permite compreender as razões da existência de uma outra concepção da sociologia do direito. Este autor sublinha o interesse de uma "teoria sociológica do direito" que, rompendo com a abordagem dogmática, deve permitir ajustar a produção do direito à realidade social, na medida em que "as leis positivas produzidas pelo legislador devem estar conformes com as leis sociológicas e com o estado social para o qual são feitas". Trata-se da expressão de uma concepção da sociologia do direito ao serviço da produção do direito, como disciplina auxiliar do direito. É uma tradição cuja marca encontramos em H. Lévy-Bruhl (1961), o qual propõe a instituição de uma "jurística", "verdadeira ciência do direito". Ao elogiar os méritos de uma "sociologia legislativa" feita de investigações próprias para informar o legislador, J. Carbonnier (1972), ao mesmo tempo que favorece um desenvolvimento amplo e pluralista da sociologia do direito francesa contemporânea, contribui para inscrever uma parte desta na tradição. Temos pois de aceitar

várias definições da sociologia do direito. Proporemos três que não se excluem propriamente umas às outras, mas representam antes maneiras diferentes de encarar um mesmo objecto, ao mesmo tempo que estão marcadas por concepções opostas referentes

77

às relações direito-sociologia: 1. estudo das relações entre os factos sociais e o direito do ponto de vista da sua produção e das suas diferentes formas de implementação; 2. estudo das formas jurídicas, das suas disposições, dos seus usos sociais, das instituições e dos profissionais do direito, como fenómenos sociais particulares; 3. estudo do direito, das práticas das instituições jurídicas e dos profissionais, como elementos entre outros de gestão da ordem social.

Estas definições estão subjacentes à produção da investigação actual que poderia ser repartida da seguinte maneira:

1. uma sociologia aplicada do direito ligada principalmente à análise das relações entre comportamentos sociais e estado do direito, à da influência da mudança socioeconómica ou tecnológica sobre o direito ou sobre as instituições judiciais (problemas de eficácia e de efectividade), à dos modos de liquidação dos conflitos;

2. uma jurissociologia, fundada numa atenta tomada em consideração da técnica do direito e dos seus modos de agir (processos de transformação do contencioso em jurisprudência, modos de tratamentos não jurisdicionais dos conflitos, confrontação de sistemas jurídicos com o direito estatal, etc.). Esta jurissociologia, concebida assim como

ciência de análise do jurídico, é reivindicada igualmente como sociologia jurídica (Arnaud 1981);

3. uma sociologia do campo normativo em que as análises dos processos de criação das normas jurídicas, das produções do direito e dos agentes que o põem em acção desembocam ou participam de bom grado numa abordagem de processos sociais mais gerais (modos de controlo social ou de regulação social das sociedades globais, formas de dominação simbólica como mecanismos de reprodução social, etc.) que essas análises contribuem para esclarecer. Nesta última orientação, estabelecem-se definitivamente distâncias com o dogmático jurídico; a aproximação com a sociologia geral acabaria por manifestar os limites de uma demasiado grande especialização da sociologia do direito e uma espécie de justo regresso à tradição dos fundadores da sociologia.

J. CE.

- Arnaud (1988), *Droite et société* (1985).

Discriminação: Embora o termo implique apenas por si mesmo a faculdade de fazer distinções, ganhou em sociologia um sentido crítico. Designa as distinções feitas na vida social em detrimento de certos grupos, que são julgadas inaceitáveis pela maioria, porque violam as normas sociais e o princípio da igualdade perante a lei, ao mesmo tempo que certos subgrupos da população as justificam. É o caso dos comportamentos em relação à população negra nos Estados Unidos da América até aos anos 60; assim como das atitudes anti-semitas. Os critérios de discriminação variam segundo as sociedades e segundo as épocas. Na Índia moderna, que legalmente suprimiu o sistema das castas, os antigos

intocáveis são discriminados por causa do passado, que continua vivo ao nível dos costumes. Nos Estados Unidos, a discriminação durante longo tempo exercida contra os negros tinha a sua origem na sua antiga condição de escravos. Um *numerus clausus* é imposto na Rússia à entrada nas universidades de alunos judeus e arménios. A discriminação pode fundar-se na raça, na religião, na origem nacional ou na cultura (Simpson, Yinger 1965).

78

O facto de se ter podido definir a discriminação social como a maneira de tratar desigualmente indivíduos iguais mostra até que ponto se trata de um conceito estreitamente ligado à sociedade moderna, que põe a igualdade no centro dos seus valores: nas sociedades fundadas nas diferenças de estatuto ou de casta, a discriminação é um conceito neutro, descritivo, desprovido da conotação pejorativa que lhe atribuímos nas nossas sociedades.

D. S.

Disfunção: vd. Função.

Dissonância cognitiva: Este termo, devido ao psicólogo americano L. Festinger (1957), designa uma contradição entre dois elementos cognitivos presentes no campo de representação de um indivíduo. Por elemento cognitivo, Festinger entende tudo aquilo que pode ser objecto de conhecimento: comportamento, crença, opinião, sensação, etc. O postulado da teoria de Festinger é que o indivíduo tende a resolver ou a reduzir a dissonância porque ela é fonte

de mal-estar. Em cada situação dissonante, o indivíduo dispõe geralmente de vários modos possíveis de redução da dissonância. Um fumador que conhece os perigos do tabaco pode deixar de fumar ou procurar elementos consonantes com o facto de fumar.

Esta teoria muito simples e de alcance muito geral foi objecto de numerosas discussões e provas experimentais. Os investigadores interessaram-se nomeadamente pelas consequências de uma escolha (toda a escolha gera uma dissonância), pela exposição selectiva à informação (procura de informações consonantes, evitando as dissonantes), pelos efeitos de obediência forçada, finalmente pela procura de um apoio social para reduzir a dissonância. Festinger e os seus colaboradores mostraram, num estudo sobre uma seita que esperava o fim do mundo, que a interacção de grupo e o proselitismo tinham permitido aos adeptos ultrapassar a tremenda dissonância provocada pela não realização da profecia. No que se refere à obediência forçada, a teoria da dissonância explica fenómenos inexplicáveis por uma abordagem behaviorista fundada na noção de reforço: um indivíduo levado a defender em público uma posição que não é a sua, sem nenhuma justificação ou remuneração, modificará a sua opinião privada no sentido da sua declaração pública. Uma forte remuneração basta para reduzir a dissonância; se a remuneração é fraca ou nula, a mudança de opinião torna-se o único modo de redução da dissonância.

A teoria de Festinger, tal como outras teorias análogas, designadamente a de F. Heider, funda-se no postulado de uma necessidade de coerência cognitiva que foi posta em causa (Poitou 1974).

PH. BD.

Distância social: No seu sentido mais geral e mais imediato, a distância social é o intervalo maior ou menor que separa, no espaço social, as posições de duas ou várias pessoas que pertencem a diferentes classes sociais, etnias, confissões religiosas ou subculturas.

Alguns autores falaram de distância social vertical para introduzir a noção de diferenças na hierarquia do estatuto, do poder ou dos recursos. Entretanto, o termo difundiu-se, sobretudo, em sociologia numa acepção mais psicológica, em virtude da elaboração por E. S. Bogardus de uma escala de distância social. A distância social é então

79

concebida como o grau de compreensão simpática que existe entre duas pessoas, ou uma pessoa e um grupo, pertencentes a culturas, grupos sociais ou étnicos diferentes. Na prática, a escala de atitude construída por Bogardus consistia em medir o grau de aceitação (como esposo, como amigo, como vizinho, como colega, etc.) ou de exclusão de pessoas pertencentes a duas nacionalidades ou etnias.

PH. BD.

- Alexandre (1971), Park, Burgess (1921).

Divisão do trabalho: Pode fazer-se remontar a noção de divisão do trabalho a Platão e a Aristóteles, que a consideravam não como meio para aumentar a produção mas com o aumento da eficácia do indivíduo na medida em que este se especializa naquilo que corresponde melhor à sua

natureza. Mas foi de facto na sequência das análises de A. Smith que a divisão do trabalho se popularizou nas ciências sociais (1776; nomeadamente os três primeiros capítulos do livro I consagrados ao estudo das causas e consequências da divisão do trabalho). Para Smith, ela é um método em que cada indivíduo está especializado numa fase determinada do processo de produção. Tem três funções primordiais: aumenta a habilidade de cada operário; economiza o tempo; é a causa fundamental da invenção que máquinas que facilitam e abreviam o trabalho e permitem a um único homem desempenhar a tarefa de vários. Todos estes factores concorrem para aumentar a produção de bens e melhorar a qualidade dos produtos, pois que, ao especializar-se numa tarefa simples, o operário adquire uma destreza que o não especialista jamais pode atingir mesmo que goze naturalmente de mais talentos. É que, nota Smith, a diferença dos dons (naturais) entre os indivíduos é mais pequena que a diferença entre indivíduos que exercem ofícios diferentes gerados pela divisão do trabalho. A divisão do trabalho é um efeito e não a causa da permuta. É portanto o mercado que a determina e a limita. A acumulação do capital é uma condição necessária da divisão do trabalho.

Esta tese foi retomada e reformulada num quadro mais amplo que o da economia por economistas e sociólogos como H. Spencer (1874-1875), G. Schmoller e, sobretudo, É. Durkheim (1893), que utiliza certas críticas que a escola histórica alemã dirigiu à teoria económica clássica para iniciar um debate com os utilitaristas, em particular Smith e Spencer. A divisão do trabalho é analisada por Durkheim quando se interroga sobre a especificidade das sociedades industriais em relação às outras sociedades. Ele distingue

dois tipos ideais de sociedades: a sociedade de solidariedade mecânica e a sociedade de solidariedade orgânica. A primeira caracteriza-se por um volume e uma densidade baixos, uma organização social pouco diferenciada, um direito repressivo e uma consciência colectiva que integra fortemente o indivíduo. A segunda distingue-se por um volume e uma densidade elevados, funções sociais muito diferenciadas, um direito cooperativo e a emancipação do indivíduo. A divisão do trabalho envolve todas as esferas: social, económica, política, artística, científica, etc.

Para Durkheim, ela está positivamente correlacionada com o volume e com a densidade. Tornando-se mais densa e demograficamente mais volumosa, a sociedade assiste ao aparecimento de conflitos no seu seio. Se para satisfazer uma mesma necessidade

80

um maior número de homens faz o mesmo trabalho, eles serão levados a lutar uns contra os outros. A divisão do trabalho é precisamente uma solução pacífica para essa luta, pois reduz os desequilíbrios sociais. Em Durkheim, tal como em Smith, ela gera não apenas a especialização mas também a solidariedade, isto é, uma organização que coordena as funções e liga os indivíduos uns aos outros. É o que os teóricos da organização científica do trabalho, nomeadamente F. W. Taylor, tinham de facto sublinhado.

A especialização que fragmenta o trabalho foi objecto de críticas por parte de numerosos sociólogos como sendo uma causa fundamental da alienação do homem moderno. Impôs, além disso, uma separação entre os executantes

(trabalhadores manuais) e as outras categorias (técnicos, administrativos, comerciais) acompanhada de uma hierarquização social. Durkheim notara que a divisão do trabalho poderia em certos casos gerar três formas anormais: a divisão do trabalho anómico, que é a desregulação do mercado e das relações sociais (crises económicas e sociais); a divisão do trabalho constrangimento, que é uma repartição injusta e desigual dos homens entre as funções; finalmente, a divisão do trabalho "burocrática", que se distingue por uma superabundância de agentes e uma baixa produtividade.

M. C.

- Blau (1977).

Divórcio: Segundo a tradição católica, o casamento é indissolúvel. Na França, a Revolução laiciza o estado civil e institui em 1792 o divórcio, que pode ser pronunciado por consentimento mútuo, como todo o contrato entre pessoas. Sujeito a restrições em 1803, proibido de novo em 1816, o divórcio volta a tornar-se legal em 1884 (lei Naquet), tendo por motivo a culpa de pelo menos um dos cônjuges ("divórcio sanção"). Uma lei de 1975 testemunha a evolução dos costumes ao torná-lo mais fácil e ao reintroduzir o consentimento mútuo.

Verifica-se uma subida lenta e regular do número de divórcios após 1884, independentemente dos fogachos consecutivos das duas guerras, depois uma estabilização em torno de 1 em 10 casamentos nos decénios 1950 e 1960; mas, a partir de 1970, dá-se um aumento contínuo muito forte, sem efeito aparente da lei de 1975, até 3 divórcios por 10 casamentos, em 1985; são estes os factos observados. Os divorciados tornam actualmente a casar-se com menos

frequência. A coabitação em todas as idades, e nomeadamente juvenil (Roussel 1978), substitui-se muitas vezes ao casamento, que como instituição parece em crise. Fundadas mais no sentimento e nas conveniências individuais, as uniões tornam-se mais frágeis.

O aumento do trabalho feminino assalariado fora do lar, que dá mais independência às mulheres, o prolongamento da esperança de vida, que aumenta a duração média de uma união contraída na juventude, são factores a relacionar com a subida do número dos divórcios. Uma proporção considerável de crianças cresce mais frequentemente na companhia de um só dos seus dois progenitores. Mas viuvez e recasamentos frequentes provocavam outrora situações análogas. A um destino aceite correspondem hoje decisões voluntárias, de consequências psicológicas e sociais difíceis de apreciar. Os divórcios, tal como as uniões, têm cada vez mais a ver com o domínio privado; mas a perpetuação do grupo e a transmissão

81

de um património biológico e cultural estão em causa. A sociedade deverá encontrar formas jurídicas em relação com os novos comportamentos. A França encontra-se numa posição média no conjunto dos países industrializados. Com ligeiros desfasamentos no tempo e tendo em conta a situação de partida, a alta dos divórcios é geral na Europa Ocidental, e os desníveis cada vez menos sensíveis, se se exceptuarem os países nórdicos, que vão com avanço sob este aspecto. Nos Estados Unidos da América, os divórcios envolvem um em cada dois casamentos. Na URSS, as suas oscilações

acompanham bastante de perto as modificações legislativas que os tornam ora mais ora menos fáceis.

A. G.

- Commaille (1978), Commaille *et al.* (1983).

Dom: vd. Troca, *Potlatch*.

Dominação: M. Weber (1922a) define a dominação como "a possibilidade de encontrar pessoas determináveis, prontas a obedecer a uma ordem".

Nesta perspectiva, o que é constitutivo da dominação é a presença efectiva "de um indivíduo que manda em outros com sucesso"; mas a dominação exerce-se muitas vezes no quadro de um agrupamento, cujos membros, pela própria aplicação dos regulamentos, estão sujeitos a relações de domínio. A dominação não é, portanto, sempre nem necessariamente política: só se torna tal em ligação com um agrupamento territorial, cuja direcção administrativa é susceptível de recorrer ao constrangimento físico. Weber reconhece em particular a importância da dominação de fundamento económico, "em virtude de uma constelação de interesses", mas tende a privilegiar nos seus escritos "a dominação em virtude da autoridade", duplamente caracterizada pelo "poder de mandar", e pelo "dever de obedecer". A relação do mando e da obediência é para ele o traço fundamental da dominação: está em particular na base de toda a dominação política, ainda que esta tente, geralmente, fortalecer-se por uma reivindicação específica de legitimidade.

Pode igualmente, à maneira de A. Giddens (1979, 1984), ver-se na dominação uma propriedade estrutural dos

sistemas sociais: deixa então de ser encarada sob o aspecto das relações entre actores para sê-lo em termos de recursos e consiste numa distribuição assimétrica de recursos de duas ordens distintas, uma das quais implica o controlo dos objectos e dos bens (recursos de abono) e a outra o domínio sobre as pessoas (recursos de autoridade). Esta concepção permite pensar a relação entre dominação e poder em termos de complementaridade: o poder só opera com base nas assimetrias de recursos inerentes às estruturas de dominação; e reciprocamente a dominação depende, para a sua própria manutenção, do jogo das relações de poder e da implementação dos recursos que elas implicam. Convém acrescentar (Chazel 1983), no entanto, que o poder não contribui apenas para reconstituir ou para reproduzir as estruturas de dominação existentes; ele pode participar na constituição e na produção de estruturas de dominação diferentes. Com efeito, as estruturas de dominação estão destinadas a ser transformadas ou destruídas: são - ou serão - historicamente circunscritas.

De uma maneira geral, o conceito de dominação deve ser manejado com prudência, o que está longe de ter acontecido num período recente:

82

a dominação é, sem dúvida, uma dimensão significativa da análise sociológica, mas não poderá tornar-se no seu princípio central, ou mesmo único; e, se devemos com Weber reconhecer a importância dos processos de reforço simbólico da dominação, a expressão "dominação simbólica" é demasiadas vezes empregada sem precaução, sem

conhecimento do campo de aplicação pertinente da noção.

F. C.

- Bourdieu (1980), Clegg (1974, 1979).

DURKHEIM (Émile), sociólogo francês (Épinal 1858 - Paris 1917): Se se quiser resumir com uma palavra as múltiplas facetas da teoria do fundador da sociologia francesa, escolher-se-á seguramente o conceito de integração. Porquê e como é que os indivíduos são integrados na sociedade? Esta interrogação atravessa do princípio ao fim todas as pesquisas conduzidas por Durkheim. A partir da sua tese, *De la division du travail social* (1893), onde se interroga sobre a natureza e as causas da evolução das sociedades modernas para uma maior diferenciação das funções sociais, Durkheim levanta de novo a questão da origem da ordem social, contesta as explicações artificialistas por meio do contrato e propõe uma teoria fundada na norma e na sanção como condições primeiras de toda a vida em sociedade. Se vai buscar a H. Spencer a tese geral da evolução das sociedades modernas para uma maior divisão do trabalho, separa-se dela na explicação. Para Durkheim, esta mudança macrossocial advém não porque seja útil e corresponda a uma qualquer finalidade mas porque é gerada por causas mecânicas, como o aumento do volume, da densidade da população e das relações sociais. Estas ideias são retomadas e aprofundadas em *Le Suicide* (1897). Durkheim vê neste fenómeno e seu crescimento no séc. XIX a confirmação da sua tese relativa às consequências do individualismo e da má integração dos indivíduos nas sociedades modernas. Esta forma de suicídio que ele qualifica de egoísta distingue-se do suicídio altruísta que é a

consequência de uma demasiado forte integração estrutural (por exemplo, o suicídio no exército e nas sociedades arcaicas) e do suicídio anómico que decorre de uma ausência de regulação normativa (por exemplo, anomias económica e sexual). A integração está ainda presente em *Les Formes élémentaires de la vie religieuse* (1912), onde define a essência do religioso pelo sagrado, pois que nem o sobrenatural nem o transcendente preenchem as condições de uma definição universal da religião. Ao sagrado, convém juntar as crenças, o ritual e uma Igreja, símbolo da comunidade dos fiéis. Para Durkheim, o sagrado é um elemento colectivo e impessoal; é a própria sociedade. A integração é por fim um conceito-chave da sua sociologia da educação e da família, duas instituições que contribuem para a socialização dos indivíduos da qual Durkheim umas vezes descreveu com precisão, outras vezes penetrou os mecanismos que as pesquisas contemporâneas redescobrem, explicitam e teorizam a um nível de abstracção mais elevado.

M. C.

- Durkheim (1922, 1925, 1938).

83

E

Ecologia: A ecologia é a ciência que estuda as relações entre os seres vivos e o seu ambiente; mostra como é que se estabelecem sistemas de dependência entre os vários elementos de um meio. A ecologia designa também um movimento de opinião empenhado em defender os

equilíbrios naturais, de que os homens fazem parte, e que estão ameaçados pelo desenvolvimento económico incontrolado.

No início dos anos 70, o Clube de Roma lançou um grito de alarme contra as poluições irreversíveis. O homem não pode continuar a ser concebido como um conquistador face a uma natureza hostil ou generosa, mas como um elemento dos sistemas naturais que asseguram a sua sobrevivência. Os movimentos ecológicos podem aparecer como um dos efeitos da crise da cultura industrial voltando ao tema dos equilíbrios imutáveis. Mas, na maioria dos países industriais, foram, além dessa reacção de crise, opondo-se à indústria nuclear cujos perigos para hoje e para as gerações futuras sublinharam. Puseram também em causa os poderes e os aparelhos que decidiram acerca dos programas nucleares sem controlo político e democrático. Multiplicaram-se manifestações na França e na Alemanha Federal, ao mesmo tempo que os militantes propunham diversas alternativas energéticas e sociais pela adopção de um modelo de vida mais comunitário. Entretanto, para já, a passagem à acção política só se fez significativamente na Alemanha.

F. D.

Economia e sociologia: As relações entre estas duas disciplinas apresentam-se como mais ou menos harmoniosas segundo os contextos e as épocas. O sociólogo italiano V. Pareto é ao mesmo tempo um grande economista. Em Marx, economia e sociologia combinam-se estreitamente. Os sociólogos clássicos alemães G. Simmel e M. Weber interessam-se pelos trabalhos dos marginalistas austríacos e sugerem que a psicologia pode tirar deles lições de método.

Em contrapartida, a economia quase não tem lugar em A. Comte. E É. Durkheim considera a teoria económica como uma especulação metafísica destinada a ser ultrapassada pelos progressos da sociologia, disciplina à qual, como Comte, confere um papel imperial.

Actualmente, a sociologia tornou-se, em geral, menos intolerante para com a economia. Por um lado, porque a importância do paradigma do individualismo metodológico é melhor compreendida pelos sociólogos. Ora, a teoria económica acompanha muito frequentemente este modo de pensamento que os sociólogos conceberam muitas vezes como contraditório com a essência de uma disciplina votada a interessar-se pelos fenómenos colectivos (como se os fenómenos económicos não fossem, também eles, colectivos). Por outro lado, os sociólogos medem melhor os inconvenientes que há em conceber o actor social, o *homo sociologicus*, como um sujeito inteiramente passivo, manipulado por forças sociais que escapam ao seu controlo e largamente inconscientes. O *homo sociologicus* tende hoje a ser concebido como capaz de intenções, de estratégia, de cálculo. Assim, aproxima-se do *homo oeconomicus* tradicional.

Será isto dizer que as duas disciplinas devem confundir-se? Não. Por um lado, porque elas estão interessadas em objectos diferentes.

84

Por outro lado, e principalmente, porque o modelo clássico do *homo oeconomicus* (que supõe o comportamento do actor guiado por uma racionalidade definida de maneira estreita),

se é útil para analisar não apenas os fenômenos econômicos que têm sobretudo a ver com a sociologia, é também em muitos outros casos insuficiente. Os esforços recentes feitos pelos economistas para aplicar este modelo, por exemplo, ao divórcio, ao casamento ou ao crime deram apenas resultados modestos. Porque, em muitos casos, o actor social é confrontado com situações cuja complexidade é tal que não pode dominá-las por processos racionais (em sentido estrito). Ora, uma das contribuições da sociologia para a família das ciências sociais é o ter esboçado uma teoria aberta da racionalidade.

R. B.

- Boudon (1979), Simmel (1900), Weber (1922a).

Educação (sociologia da): A educação interessa a duplo título as ciências sociais e mais particularmente a sociologia: sejam quais forem os costumes, os usos e os modos de pensamento dos povos, numa palavra, a sua cultura, esta é-lhes primeiramente transmitida; por outro lado, esta transmissão faz-se pela mediação de instituições, algumas das quais desempenham um papel social crescente.

Este duplo aspecto pode recobrir uma clivagem disciplinar: etnólogos e psicossociólogos interessar-se-ão mais pela transmissão e seus efeitos individuais; economistas e sociólogos, pelo funcionamento das instituições e pelo seu contexto social. Mas trata-se de pistas que, segundo a época e o ponto de vista, caminharão em paralelo ou misturarão o seu curso. O ponto de vista da sociologia da educação revela uma tal confluência; para E. Durkheim (1895), a educação é um fenómeno social fundamental: o meio social "tende a modelar a criança à sua imagem". Simultaneamente, é obra

de instituições históricas que, como a escola, integram o homem moderno em toda a espessura de uma tradição (Durkheim, 1922). A aliança da psicanálise, da psicologia social e da antropologia vai, num primeiro tempo, promover a primeira pista. A modelação evocada por Durkheim pode encontrar ecos na restrição social das pulsões e contribuir para orientar a investigação para o papel desempenhado pelas diversas culturas na constituição de personalidades específicas. Esta direcção foi nomeadamente, entre as duas guerras, a da antropologia cultural americana.

A segunda pista era pouco seguida durante o mesmo período. Faltava-lhe, sem dúvida, o estímulo de uma pressão social que, pouco tempo após a Segunda Guerra Mundial, se tornou cada vez mais forte. Os anos 50 assistiram à implantação de um fenómeno cuja amplitude não deixará de aumentar: a escolarização de massa. Caracterizada pelo aumento contínuo dos efectivos escolares e pelo prolongamento crescente da escolaridade, está ligada a diversas causas: modificação do equilíbrio dos grandes sectores económicos e emergência poderosa do terciário; elevação geral do nível de vida nos países industrializados e crescimento dos investimentos escolares; desejo de ruptura das barreiras sociais e promoção de ideais democráticos. Mas, muito rapidamente, este crescimento escolar revela profundas inadaptações: os sistemas escolares europeus datam do séc. XIX e apresentam-se já vetustos; replem ainda milhares de jovens saídos dos meios populares quando faltam, de facto, técnicos,

engenheiros, quadros, professores; privilegiam uma cultura humanista no exacto momento em que a indústria requer competências técnicas. Mas, para além de tais verificações, transparece a urgência de conhecer melhor a escola e o seu funcionamento, a fim de poder agir sobre ela e transformá-la. Em menos de quinze anos, sucederam-se inquéritos e reformas escolares na maior parte dos países industrializados, que fornecem à sociologia da educação um novo impulso e matéria renovada. Os inquéritos de demografia escolar (INED, 1970) revelam a selecção social operada pelos vários sistemas escolares e a confusão de competências que isso representa. Democratizar a escola torna-se então a palavra-chave das reformas. Mas, uma vez estas implantadas, as transformações revelam-se lentas e de pouco efeito: será de facto a escola um instrumento de democratização? A sua função social profunda não será antes reproduzir as desigualdades inerentes a uma sociedade de classes (Bourdieu, Passeron 1970; Baudelot, Establet 1971)? Inscrita num sistema em que estratificação social e hierarquia das competências caminham a par, poderá a escola ter um outro efeito (Boudon 1973)? Parada e objecto permanente de estratégias de açambarcamento, funcionará como uma armadilha (Berthelot 1983)? Estas perguntas sugerem não apenas respostas mas abordagens diferentes. Algumas reencontram a confluência originária das pistas: a escola reproduz as desigualdades sociais difundindo uma cultura de classe que modela os indivíduos no mais profundo e que estabelece como legítimas as desigualdades (Bourdieu, Passeron 1970). Outras, inversamente, aplicam a este campo um modelo de análise saído da economia: os indivíduos são actores que procuram rendibilizar o melhor possível o seu

investimento escolar; os factores de conjunto verificados resultam da agregação de múltiplas decisões individuais no seio do espaço social definido pela escola (Boudon 1973; Cherkaoui 1982). Entretanto, a escolarização impõe-se em cada situação como objecto privilegiado da sociologia da educação. Os anos 80 registam uma nova evolução: a escolarização de massa parece ter transformado os sistemas escolares em monstros impossíveis de gerir, que segregam o fracasso e a incompetência; mas, simultaneamente, os novos rigores do ambiente socioeconómico tendem a fazer apelo à escola ou às suas variantes para gerir a todos os níveis a formação ou a reciclagem de contingentes cada vez mais numerosos e diversos. Gigantismo escolar e multiplicação das funções criam assim uma opacidade e uma complexidade novas.

Segundo diversos pontos de vista, e com base em vários objectos, implanta-se então uma espécie de quadriculado dos sistemas de formação: ensino inicial e formação contínua, ensino geral e ensino profissional, itinerários de formação e processos de orientação, os trabalhos multiplicam-se, tendem muitas vezes, ao contrário das grandes construções anteriores, a penetrar no mais profundo das situações escolares concretas para aí captar tanto o seu modelo de construção social como a razão dos seus feitos (Mollo 1986).

J.-M. B.

- Isambert-Jamati (1970), Plaisance (1986), Tanguy (1986).

Egoísmo: A palavra egoísmo não teria sentido específico em sociologia se É. Durkheim não tivesse feito uso dela na sua obra, não sem alguns equívocos. Nos seus primeiros textos é

caracterizado como

86

egoísta o indivíduo movido pelos seus interesses próprios tal como o concebem os economistas e os utilitaristas. Nos seus textos tardios, o egoísmo é identificado com as paixões e as tendências que derivam da constituição individual, orgânica, do homem por oposição à sua constituição social. Em ambos os casos, o egoísmo aplica-se a um indivíduo pré-social.

Mas o egoísmo pode ser também um produto da sociedade. O culto da pessoa humana torna-se o valor central das sociedades modernas. Este individualismo moral não se confunde com o egoísmo mas contribui para o seu desenvolvimento. Vê-se isso bem em *Le Suicide* (1987) com o tipo de suicídio que Durkheim chama egoísta. É aquele que procede de uma integração insuficiente do grupo social de pertença. Essa falta de coesão social gera uma ligação insuficiente do indivíduo ao seu grupo. Neste sentido, o tema do egoísmo como doença das sociedades modernas é central na sociologia de Durkheim. Para lhe dar remédio, é preciso fazer com que o indivíduo saia de si próprio levando-o à prossecução de grandes objectivos colectivos.

PH. BD.

- Besnard (1987), Durkheim (1925).

Eleitoral (sociologia): Ramo da sociologia que tem por objecto a explicação do voto.

Distinguiremos dois tipos de abordagem consoante a natureza dos dados utilizados. O primeiro, que se inscreve na tradição dos trabalhos de A. Siegfried (1913), assenta em

dados colectivos e procura estabelecer relações entre a distribuição dos votos e certas características sociais, políticas, geográficas ou históricas no quadro de unidades territoriais definidas: embora recorrendo a técnicas diferentes, a geografia eleitoral, que se apoia essencialmente na representação geográfica dos fenómenos, e a ecologia eleitoral, que faz apelo a diversas técnicas estatísticas, pertencem a esta mesma categoria. A segunda abordagem, de inspiração psicossociológica e de tradição anglo-saxónica, assenta em dados individuais recolhidos por meio de inquérito. Estes dois tipos de abordagem apresentam-se como complementares.

Paradoxalmente, se a sociologia eleitoral conheceu um desenvolvimento considerável desde o início do século, o paradigma sobre o qual ela fundamenta a sua posição não mudou praticamente: consiste, no essencial, em procurar as determinações do voto. Esta postura pôde recorrer a vias diferentes. Procurar-se-á na maioria das vezes os determinantes sociais do comportamento eleitoral: os numerosos estudos de tipo sociográfico que põem em relação a orientação eleitoral com uma bateria de variáveis explicativas tais como a classe, a religião o património, o rendimento, etc., pertencem a esta categoria. Por vezes a orientação irá no sentido da análise de determinantes psicossociais: o modelo de Michigan (Compbell *et al.* 1960), segundo o qual o eleitor americano, geralmente pouco interessado pela política e incapaz de ter uma opinião pessoal, é guiado pela sua identificação, herdada, forte e estável, com um dos dois partidos, é representativo deste tipo de problemática. Diferentes nos seus conteúdos, ambos os modelos fazem apelo ao mesmo tipo de explicação.

A acumulação dos trabalhos sobre as determinações do voto não é desprovida de interesse heurístico. Ao comprovar algumas proposições tais como "o nível de prática religiosa

87

exerce sobre o voto uma influência maior que a pertença a uma classe social", ela fixou úteis pontos de referência. Mas o principal contributo desta postura é o de ter revelado os seus próprios limites: verificou-se que tendo em consideração as variáveis explicativas mais consistentes não se podia praticamente explicar mais que um terço da variação do voto; tomou-se igualmente consciência da fragilidade das relações mais bem asseguradas, da dificuldade de interpretá-las e do seu limitado alcance explicativo. Ao descobrir que não podia haver sobreposição entre a morfologia social e as clivagens eleitorais, foi-se levado a uma relativização progressiva dos esquemas iniciais e a uma visão menos mecanicista dos efeitos de estrutura. Ao mesmo tempo, de resto, a análise das determinações que tinha contribuído para privilegiar as continuidades, o aspecto estático das estruturas de distribuição dos votos, parecia contrariada pelo desenvolvimento da instabilidade eleitoral, da "fluidez" ou "volatilidade". Começar-se-á então a considerar que cada eleição é peculiar, a dar mais atenção ao tipo e ao modo de escrutínio, à oferta eleitoral e à conjuntura.

A tomada em consideração da configuração dos mercados políticos, do voto de risco (*issue voting*), do eleitor "avaliador" (em inglês *responsive*) como princípios explicativos, está ainda nos seus inícios. Mas ao passar da

noção de eleitorados, caracterizada por determinações colectivas, para a do eleitor autónomo, capaz de seguir uma estratégia, a sociologia eleitoral parece orientar-se para um novo modo de compreensão susceptível de renovar profundamente a disciplina.

D. D.

- Gaxie (1985), Lavau (1986).

Elite: V. Pareto (1916) define a elite ou as elites de duas maneiras diferentes mas complementares. Segundo a primeira, que é estritamente estatística, a elite é uma categoria social composta por indivíduos que têm a nota mais elevada no seu ramo de actividade. São, por exemplo, os grandes artistas, sábios, homens de Estado, oficiais superiores do exército, jogadores de xadrez ou desportistas os que têm maiores rendimentos, seja a origem das suas riquezas honesta ou desonesta. Esta definição ampla, objectiva e neutra, que sublinha a desigualdade entre os indivíduos, é rapidamente abandonada por Pareto a favor de uma outra, fundada no exercício do poder. A elite é constituída, nesse caso, pelos indivíduos que exercem funções dirigentes. Ele divide esta classe em duas: a elite governamental, que desempenha um papel fundamental na direcção do Estado, e a elite não governamental.

Para Pareto, a elite existe e governa em todas as sociedades seja qual for o regime político (democracia, monarquia, república, etc.) ou as instituições económicas (capitalismo, socialismo, etc.). A distribuição desigual das riquezas, do poder e do prestígio é possível porque o pequeno número governa a massa recorrendo à força ou à astúcia. Sem dúvida, tais elites não são nem eternas nem

estáveis. Se a história é, segundo a sua expressão, um cemitério de aristocracias, é porque estas desaparecem por razões demográficas e psicológicas. Para perdurar, a classe governante tem de ser mantida em número e em qualidade por famílias das classes inferiores, que se tornaram poderosas. Tem também de relegar para a massa aqueles dentre os seus que perderam as qualidades requeridas para fazer parte da elite. No

88

caso de um destes movimentos deixar de fazer-se ou, pior ainda, de ambos ficarem bloqueados, a classe governante ficará arruinada. Se, no conjunto, G. Mosca (1896) chega às mesmas conclusões, reconhece, no entanto, a especificidade do sistema democrático que permite às diferentes forças sociais participar na vida política e, portanto, equilibrar-se e limitar as suas influências respectivas.

A teoria da elite com as suas variantes propõe-se como objectivo uma crítica em regra da concepção marxista das sociedades e, sobretudo, do poder. A dominação política para Marx não é mais que uma consequência da dominação económica da classe que detém os meios de produção. O poder político não depende de nenhuma esfera autónoma. Pareto e Mosca rejeitam esta redução, sublinham a especificidade do poder como dimensão essencial da estrutura e do funcionamento das sociedades. A bem dizer, nem Marx nem os seus sucessores encontraram resposta satisfatória para os problemas das elites quando foram com eles confrontados sob um dos seus aspectos mais importantes: o do papel dos intelectuais no partido e na

revolução. Para Lenine (1902, 1918), o proletariado, deixado sozinho, desenvolve uma consciência *trade-unioniste*. Só um partido revolucionário disciplinado poderia levar os sectores mais avançados do proletariado a conduzir uma luta pela tomada do poder. O partido é a vanguarda da classe operária; não se confunde com ela. O ideal socialista da auto-emancipação do proletariado é de facto negado, o que fará dizer a R. Luxemburgo que a ditadura do proletariado se transforma em ditadura do partido. Assim fica ilustrado o sólido fundamento das análises dos teóricos das elites. A antinomia fundamental elite-massa não fica resolvida. E mesmo os esforços de A. Gramsci (1914, 1926), que se afastará mais tarde da concepção leninista, virão perder-se neste impasse cuja saída ilusória ele só vê na liquidação do partido. Alguns estudos sobre as elites, como os de C. W. Mills, tentam em vão construir uma síntese entre a escola elitista e o marxismo. Outros, pelo contrário, ao afastarem-se do ecumenismo forçado, contribuem para clarificar o problema das elites nas sociedades contemporâneas: analisam a diversidade dos critérios de estratificação das instituições ao interrogarem-se sobre a especialização, a concorrência, a multiposicionalidade ou a coerência das elites que dirigem as diferentes instituições. Ora, estes problemas estão no cerne do debate sobre a natureza do regime político, particularmente a democracia. À tese marxizante de certos sociólogos, segundo a qual as diferentes elites têm um interesse comum, o da sua pertença, alguns opuseram a existência de grupos de pressão de interesses muitas vezes contraditórios. Esta multiplicidade dos centros de interesse e de decisão mais ou menos autónomos é uma garantia de moderação e de equilíbrio,

resultante este não de um artifício constitucional mas de realidades socioeconómicas. A teoria da poliarquia de R. Dahl (1956), que deve ser entendida como ideal-tipo e não como princípios constitucionais historicamente observáveis, encontra aí uma das ideias-chave de Tocqueville (1856).

M. C.

Emigração - vd. Imigração, Migração.

Empatia: Compreensão por parte de um indivíduo do comportamento

89

de outrem, fundada na sua própria experiência.

Esta palavra entrou no vocabulário da psicossociologia como uma tradução do termo alemão *Einfühlung*, que designa inicialmente o processo pelo qual um indivíduo que observa os gestos de outrem liga-os a sensações vividas e projecta sobre outrem essas sensações. A palavra "empatia" foi utilizada, de facto, no sentido mais geral de aptidão para se pôr no lugar de outrem, tornando-se quase sinónimo de simpatia. Os testes sociométricos permitem medir a empatia entendida como a capacidade de prever as escolhas ou rejeições dos outros membros do grupo, isto é, os seus sentimentos positivos ou negativos em relação a si ou em relação aos outros.

PH. BD.

Empreendedor: Deve-se a J. Schumpeter (1942) a apresentação mais sugestiva daquilo que deve entender-se

por empreendedor. Numa economia capitalista, a função de empresa deve ser distinguida da propriedade ao serviço da qual ela se coloca. O empreendedor é um demiurgo que sabe tirar partido das inovações tecnológicas, reunir os capitais disponíveis, encontrar e organizar a força de trabalho indispensável à implementação de um projecto orientado para a procura constante do lucro. Mas, se é um criador, continua a ser também um fiel servidor do capitalismo que gere em nome e no interesse dos proprietários. Esta concepção, original para a época, anuncia as teses sobre o manageriado das empresas, que J. Galbraith popularizará nos anos 60. Ao concentrar-se no empreendedor, põe a tónica na dimensão instrumental, quase necessária, da função no plano económico, independentemente das suas implicações humanas ou políticas. Contudo, como já o assinalava C. Gide no início do século, o empreendedor representa mais que isso. Pelo facto de utilizar uma força de trabalho assalariada, ele não é apenas um dador de ordens; é igualmente um "patrão", obrigado a assumir responsabilidades sociais alargadas. O interesse de um tal alargamento é evidente. Trabalhos recentes mostram que os próprios empreendedores não concebem a sua função sem a propriedade dos meios de produção, que consideram como um factor de equilíbrio social, quando não lhes parece estar mesmo na base das hierarquias existentes (Bunel, Saglio 1979). Inscrevem também a sua acção num desígnio mais vasto que o da sua empresa e que só tem sentido sob a óptica do destino das famílias que lhes concedem o seu apoio. Integrar a dimensão familiar é pôr a tónica no carácter necessário das alianças e na espessura plurigeracional de um projecto que não deixa de desenrolar-se na duração. A

elite dos empreendedores enraíza-se, designadamente, num meio burguês que a ultrapassa por todos os lados e de que ela pouco se diferencia, tanto no ponto de vista dos valores como no dos comportamentos (Bourdieu, Saint-Martin 1978). Até ao presente, a quebra tecnocrática que deveria ter acompanhado a passagem a formas não familiares de propriedade não trouxe consigo perturbações visíveis do meio patronal. Contentar-nos-emos pois, à semelhança de Saint-Simon, em considerar os patrões-empresários como a fracção industrial da burguesia.

F. G.

- Galbraith (1967).

Empregado: A observação feita por M. Crozier (1965), segundo a

90

qual não há definição satisfatória do empregado, mantém-se actual. É preciso desconfiar, nomeadamente, das confusões provocados pela sua assimilação aos "colarinhos brancos" (Mills 1951) ou aos "terciários" (Praderie 1968).

Durante muito tempo, o termo designou o conjunto dos trabalhadores assalariados não manuais do sector privado, que se situavam na base da linha hierárquica. Mas a fronteira que separa os empregados ou o pessoal de serviço assim designado dos funcionários subalternos (civis ou militares) apresenta-se débil sob o aspecto das similaridades das suas condições de emprego e das finalidades do seu trabalho, que os distinguem dos operários em particular. Por isso, habituámo-nos, na esteira do INSEE, a englobar por

comodidade esses diversos subgrupos para melhor opô-los às categorias "profissionais" e técnicas, por um lado, e às categorias manuais, por outro. A longo prazo, é inegável a expansão deste grupo. Como o tinha pressentido M. Weber no início do século, ela acompanhou de início a burocratização da administração pública. Estendeu-se seguidamente às empresas, que muito contribuíram para o aumento dos efectivos, para a transformação das tarefas terciárias e para a redução das diferenças de remuneração entre os agentes administrativos, na França, durante os últimos trinta anos. Os empregados, que eram perto de 3 milhões em 1968, ascendiam a 5,5 milhões de pessoas em 1985, ao passo que a população activa total não chegara a aumentar de um milhão entre essas duas datas. Actualmente, mais de um trabalhador em quatro pode ser catalogado entre os empregados, que são mulheres na sua maioria (78 por cento). A maior parte ocupa empregos de escritório, que parecem em regressão desde 1983, ao passo que os empregos oferecidos pelo comércio continuam a progredir fortemente. O que distingue ainda o grupo é a sua relativa juventude, que ressalta mais no sector privado (59 por cento têm menos de 35 anos) que na função pública (47 por cento). Donde a fraqueza dos salários declarados, que são muito inferiores aos dos operários qualificados e que se explica em parte pela mediocridade dos seus diplomas. Do ponto de vista das condições de trabalho, os empregados diferenciam-se pouco dos operários, grupo donde saíram 81 por cento deles. No seu conjunto, pela sua idade, pela sua mobilidade profissional e geográfica (grande número dentre eles são cidadãos de fresca data), pelo seu estado de celibatários, de locatários, eles constituem manifestamente um meio de

transição sujeito a uma incessante renovação dos seus efectivos. Compreendem-se então as dificuldades com que a sociologia se debateu quando se interessou por esse conjunto. A partir de 1912, E. Lederer (1912) consegue isolar um grupo de empregados do conglomerado das classes médias. Pela análise de orçamentos familiares, ele mostra a heterogeneidade da categoria que apresenta como que balançando entre a burguesia e o proletariado. Para M. Halbwachs (1938), a originalidade dos empregados está ligada ao facto de trabalharem não sobre uma matéria inerte como os operários mas sobre as regras sociais, as relações humanas suscitadas por toda a actividade moderna. Ideia que se encontra de novo em M. Crozier, para o qual o grupo se distingue menos do mundo operário pelo seu estatuto que pelas suas expectativas e possibilidades objectivas de mudar de condição.

F. G.

91

Emprego do tempo: As actividades da vida quotidiana ocupam cada uma durações diferentes: o emprego do tempo faz a sua medição.

Vários métodos de observação foram empregados desde os primeiros inquéritos por sondagem, nos anos 20 na União Soviética e no início dos anos 50 na França. Um inquérito sobre os empregos do tempo foi realizado, em 1985, pelo INSEE. Cada pessoa interrogado preenche uma grelha do seu emprego do tempo, quarto de hora por quarto de hora, para a duração de um dia. Estes dados permitem calcular

tempos médios passados no trabalho, nas tarefas domésticas, nas necessidades pessoais e nos tempos livres. Graças a estes inquéritos, o tempo de transporte, nomeadamente entre o domicílio e o local de trabalho, é melhor conhecido; e teve-se isso em conta na disposição do território nos anos 60. A acumulação dos inquéritos torna possíveis as comparações longitudinais. Os empregos do tempo permitem estabelecer a evolução da repartição entre o trabalho e o não trabalho, a partilha das tarefas domésticas entre os membros do lar e a arbitragem entre as várias actividades de tempos livres.

N. H.

Entrevista: A entrevista é utilizada em ciências sociais com o objectivo de recolher informações verbais. Põe frente a frente um inquiridor e um inquirido.

Existem vários tipos de entrevista que podemos classificar consoante o grau de liberdade que deixam aos parceiros. O recurso ao questionário fechado é o mais limitativo: a formulação, o número e a ordem das perguntas, o leque das respostas são previamente fixados. A entrevista não directiva, inspirada numa técnica de terapia apurada por C. Rogers (1942), é a mais aberta. O inquiridor contenta-se em propor um tema de exploração ao inquirido, intervindo apenas para facilitar a sua expressão e relançá-la reformulando os seus propósitos. A riqueza da informação recolhida, o seu nível de profundidade estão em função da liberdade deixada ao inquirido (Michelat 1975). Esta é, no entanto, relativa. A iniciativa da entrevista, o seu objecto escapam-lhe. A idade, o sexo, o meio social, o tipo físico do inquiridor e mesmo as suas convicções políticas e religiosas influenciam as suas respostas (Hyman 1954). *A fortiori*, o

comportamento verbal e não verbal do inquiridor ao longo da entrevista (relançamento ou silêncio, sorriso, etc.) mostra-se determinante. A não directividade pura não existe (Kandel 1972).

Entre estes pólos, encontram-se formas intermédias como o questionário aberto, que dá ao entrevistado liberdade para as suas respostas, a entrevista semidirectiva, estruturada por um guia de entrevista, a entrevista-*"stress"*, em que o inquiridor contradiz deliberadamente o inquirido, a entrevista de grupo, em que os participantes se relançam entre si. Estas técnicas são complementares e a sua escolha depende do tipo de conhecimento visado. Para explorar um universo simbólico, religioso, profissional ou político, a entrevista não directiva, junto de um pequeno número de casos, é o instrumento ideal. Para medir a intensidade e a frequência das atitudes manifestadas, será o questionário estandardizado junto de uma ampla amostra, que permite um tratamento estatístico das respostas. E, para testar a sua coerência, será a entrevista-*stress*.

N. M.

- Bianchet *et al.* (1985), Cannel (1953), Pagès (1970).

92

Equilíbrio - vd. Sistemas (teoria dos), Tríade.

Escravatura: A escravatura designa uma situação jurídica, explícita ou tácita, na qual um ser humano é catalogado na categoria dos bens móveis e imóveis, de que um proprietário pode usar à sua vontade. Historicamente, a escravatura

nasceu com a guerra, quando os vencedores puderam considerar vantajoso poupar a vida dos vencidos e utilizá-los em seu proveito. Na imensa maioria dos casos, os escravos foram destinados primeiro que tudo para usos domésticos. Raros são os casos de grupos de escravos adstritos aos trabalhos dos campos. Só quase os encontramos na Antiguidade greco-romana, na Baixa Mesopotâmia na época abássida, nas plantações do Novo Mundo. A instituição desempenha um papel económico absolutamente despiciendo nos impérios. Esta rareza pode explicar-se pelos custos de aquisição, de manutenção e de vigilância das equipas numerosas de escravos. Uma população de agricultores livres ou semilivres não é muito mais rendível para uma elite dominante. A escravatura não pode ser transformada, pois, na noção de escravismo, que designaria um estágio da evolução das sociedades humanas. É uma instituição ligada a um cálculo de rendibilidade que assenta na liberdade e na não liberdade do trabalho humano. É por isso que os campos de concentração dos totalitarismos contemporâneos devem ser considerados como formas renovadas de escravatura.

J. B.

- Centre de recherche d'histoire ancienne (1972),
Meillassoux (1986), Verlinden (1955).

Estado-providência: O termo "Estado-providência" aplica-se, grosso modo, aos Estados que implantaram sistemas alargados de protecção social e aos que praticam políticas de redução das desigualdades económicas e sociais. O Estado-providência é um Estado social que em nome da segurança ou da igualdade se substitui parcialmente ao mercado e/ou

corrige os seus resultados. A expressão "Estado-providência" é relativamente recente; nasceu de uma tradução aproximativa do inglês *Welfare State*. Esta noção não está isenta de ambiguidades e evoluiu à medida que se foi desenvolvendo o Estado social.

Esquemáticamente, podem distinguir-se duas principais formas de Estado-providência, que se sucederam na maioria dos países ocidentais: o Estado protector e o Estado redistributivo. O Estado protector, que se desenvolveu a . dos anos 30, visava primeiro que tudo limitar os custos sociais do mercado e garantir uma certa segurança face aos mais importantes riscos económicos (desemprego, doença, velhice etc.). O Estado redistributivo (desenvolvido nos anos 60 e 70) procura estabelecer uma certa igualdade: a redução das desigualdades económicas (e sociais) torna-se então uma das missões essenciais da acção pública, à qual tendem a ser ligadas ou subordinadas as políticas sociais no seu conjunto. Esta evolução foi travada ou estorvada em fins dos anos 70 (um pouco mais tarde na França) em razão da crise económica e também da tomada de consciência dos "efeitos perversos" das políticas igualitárias dos anos precedentes.

PH. BN.

Estado (sociologia do): Na origem da sociologia política moderna,

93

M. Weber dedicou-se ao estudo dos factos de dominação, de autoridade e de poder, que o levou a ver no Estado uma das manifestações históricas do político que ele define como um

"agrupamento de dominação política de carácter institucional" na medida em que os seus governantes reivindicam com sucesso o "monopólio da violência física legítima". Elaborando a sua famosa apologia das formas de legitimidade, sublinha as relações de influência entre tipos de crenças, formas de organização e sistemas económicos, que lhe permitem pensar a articulação entre Estado, burocracia e capitalismo. Por meio desta "sistematização flexível", chega à integração da diversidade histórica num quadro conceptual único sem, no entanto, perder aquilo que faz a singularidade de cada regime.

O estudo do Estado ordenou-se à volta de duas grandes perspectivas: a abordagem de tipo social, largamente dominante do imediato pós-guerra ao fim dos anos 60, parte da sociedade para compreender as funções e os papéis desempenhados pelos Estados modernos; a outra, mais recente, que se desenvolve, sobretudo, a partir dos anos 70, constitui uma abordagem mais política, considerando o Estado não já como uma "resultante" mas como uma variável a explicar do mesmo modo que é explicativa. Encarando o Estado como um actor e uma instituição, esta última interroga-se mais concretamente sobre a capacidade "dos" Estados para realizar objectivos que a si próprios fixaram assim como sobre o seu impacte tanto sobre a formação e a estruturação das classes sociais como sobre os modos de protesto social ou sobre a cultura política. Os autores marxistas, que se interessarão pelo Estado na sequência de uma leitura de A. Gramsci e da contribuição do estruturalismo de Althusser, partilharão esta mesma tendência para a generalização que os conduziu, na maioria das vezes, a discussões confusas a propósito das funções que

todos os Estados deviam partilhar dentro de um modo de produção, numa fase de acumulação capitalista, ou em ligação com a sua posição no sistema capitalista mundial. Serão levados a afirmar "a autonomia relativa do Estado", como N. Poulantzas: farão desta um traço necessário do modo de produção capitalista reconhecendo ao mesmo tempo de maneira pouco convincente que o Estado funciona invariavelmente para estabilizar o sistema político no seu conjunto.

O desenvolvimento de uma abordagem mais estritamente política está ligado à irrupção do tema da "crise do Estado-providência". No entanto, a própria natureza deste último levou por vezes a um deslizar para o tema, mais específico, mas também mais polémico, da "governabilidade das democracias". Ligado ao sentimento aparentemente paradoxal de um Estado cada vez mais intervencionista e cada vez menos eficaz, o pôr em causa do "Estado-providência" é da iniciativa daqueles que, na esteira de J. Habermas, viam na situação presente o indício de uma "crise fiscal" susceptível de desembocar numa "crise de legitimidade", apta a revelar as contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo avançado. Este pôr em causa vem também dos que deploravam a sobrecarga dos governos por excesso de democracia, ou ainda daqueles que, na escola do "*Public Choice*", aplicando os raciocínios do individualismo metodológico à exploração das escolhas políticas e institucionais, responsabilizavam as burocracias públicas e os mecanismos

de representação política pelo peso excessivo dos orçamentos públicos.

Mas a tónica colocada nas especificidades de construção estatal permitiu, graças à análise comparativa, circunscrever melhor o estilo de intervenção pública ("*policy style*") próprio de cada país, proporcionando ao mesmo tempo um quadro de estudo mais realista do funcionamento do Estado. A perspectiva da análise das políticas públicas, por uma utilização fecunda da sociologia da decisão e da sociologia das organizações, contribuiu certamente para renovar a abordagem de um Estado, que se encontra muitas vezes mais bem descrito pelos seus políticos. A avaliação comparativa das políticas públicas permite, além disso, revelar os mecanismos próprios de cada Estado, através dos quais são definidos e tratados os problemas públicos, e portanto explicar melhor como é que países relativamente próximos do ponto de vista económico e político podem produzir soluções diferentes para problemas idênticos.

Entretanto, considerar o Estado como uma variável levou ao desenvolvimento de uma outra aproximação que consiste em circunscrever melhor as relações de estruturação recíproca entre o Estado e a sociedade. O Estado já não se define apenas como um conjunto de organizações através das quais agentes públicos se mostram mais ou menos capazes de pôr em acção políticas, mas também pela maneira como ele vai afectar a cultura política, encorajar a formação de certos grupos, permitir ou não a acção colectiva, ao mesmo tempo que torna possível a emergência de certos problemas públicos e não outros. A análise do Estado beneficiou, particularmente, dos progressos inegáveis feitos no domínio da sociologia da acção colectiva.

P. D.

Estatística moral: Expressão que aparece quase simultaneamente em L. A. Quetelet, em 1831, e em A. H. Guerry, em 1833, e que designa durante todo o séc. XIX o equivalente da sociologia actual de observação quantitativa. Quetelet (1835, 1869) dá uma definição explícita da estatística moral, que Guerry se contenta em ilustrar pelo exemplo. Trata-se para Quetelet da estatística dos factos sociais não físicos, tais como o nível de instrução, o tempo consagrado à leitura, o alcoolismo, a inclinação para a coragem e, mais particularmente, a inclinação para o crime: as estatísticas judiciárias viriam de facto a conhecer um rápido desenvolvimento na Europa e nos Estados Unidos da América a partir de 1830. Estes factos sociais não físicos são mais exactamente, segundo Quetelet, as qualidades do homem que "não podem ser medidas directamente" e, por isso, "só podem ser conhecidas pelos seus efeitos" (Quetelet 1835). P. Lazarsfeld (1970) mostrou o equivalente formal entre as formulações de Quetelet e a formalização moderna das variáveis latentes, tais como as disposições, as atitudes, etc. Para Quetelet, a taxa de criminalidade registada é um resultado aleatório de uma causa constante que ele denomina a inclinação para o crime (hoje dir-se-ia a predisposição para matar) e de causas perturbadoras. Ao raciocinar assim, Quetelet não faz mais que transpor a posição de P. S. Laplace da mecânica celeste para a "física social", de que a "estatística moral" é a subdivisão mais importante. Em Guerry tal como em Quetelet, a estatística moral mostra a constância em longos períodos de taxas, tais como as dos crimes capitais e das condenações à morte. Guerry

acrescenta o cruzamento de variáveis

95

duas a duas, nomeadamente para cada departamento entre o nível de instrução e a taxa de criminalidade. Quetelet pretende construir a estatística moral com base no modelo da mecânica celeste. Constata que as séries se distribuem nela, tal como nas observações astronómicas, à volta de um valor médio. Desse valor abstracto devido à observação em Laplace-Gauss, ele faz um tipo real. Edifica assim o homem médio à volta do qual se distribuem, segundo a curva dita normal, os valores reais da estatística moral. Na Alemanha, a *Moralstatistik* dos discípulos de Quetelet levantou uma longa polémica sobre o problema do livre arbítrio. Em França, É. Durkheim (1897) e M. Halbwachs (1912) criticaram ambos o homem médio de Quetelet invocando a coesão social cuja força explicativa é para eles superior à do homem médio. Actualmente, as estatísticas sociais publicados pelo INSEE são o prolongamento moderno da estatística moral.

B.-P. L.

- Lebrun (1974), Lottin (1912).

Estatuto: O estatuto é a posição que um indivíduo ocupa numa das dimensões do sistema social, como a profissão, o nível de instrução, o sexo ou a idade. Define, portanto, a identidade social, o papel explícito, os direitos e deveres do indivíduo. Tem duas dimensões: a primeira é vertical e traduz as relações hierárquicas; a segunda é horizontal e exprime as interacções entre iguais. O papel é o conceito mais fortemente associado ao estatuto. O primeiro é

dinâmico, o segundo estrutural. Constituem duas faces de uma mesma realidade ainda que não exista entre eles correspondência estrita, pois que a um estatuto podem corresponder vários papéis. Um professor, por exemplo, está em relação com os seus alunos; mas está-o igualmente com os seus colegas e a sua administração.

O estatuto não é unicamente o conjunto de atributos que permitem ao actor social desempenhar um papel; define também processos de atribuição. Ser médico é uma posição que determina direitos e obrigações, nomeadamente em relação aos pacientes. Mas, se o médico executa mal o seu papel cometendo faltas profissionais, o estatuto pode ser-lhe retirado. Por vezes, a atribuição do estatuto é difícil em virtude da sua ambiguidade.

Podemos, na esteira de M. Weber, examinar o estatuto em relação às duas outras dimensões da estratificação social que são a economia e a política. Uma posição sobre a dimensão económica é definida pelos interesses económicos relativos à propriedade de bens e às possibilidades de se criar um lucro. Uma posição na ordem estatutária é função do prestígio e da honra que são avaliações comuns num grupo social e supõem um consenso mais ou menos geral relativo às normas e valores. Os grupos de estatuto distinguem-se pelos seus estilos de vida diferentes (nível de instrução, prestígio do nascimento, da profissão, modalidades de consumo, etc.). É evidente que as três dimensões não são independentes umas das outras: a posição económica determina muitas vezes o estatuto; mas este, tal como a posição política, pode por vezes ser utilizado para obter vantagens económicas. Reconhecer o carácter multidimensional da estratificação é aceitar a possibilidade da existência da não congruência dos

estatutos: ter um nível de instrução muito elevado não significa necessariamente ter um salário elevado. A ausência de

96

congruência pode mesmo ser uma fonte de tensão. Metodologicamente, a existência da não congruência pode ser posta em evidência graças à análise dos efeitos de interação, no sentido estatístico, entre os estatutos e a variável que se procura explicar. É graças ao conceito de não congruência que se pode explicar porque é que indivíduos saídos da classe operária mas fazendo a experiência de uma mobilidade social ascendente se comportam politicamente de maneira hiperconservadora.

M. C.

- Lenski (1954), Linton (1936), Lipset (1960), Merton (1949), Weber (1922b).

Estratificação social: A estratificação social é a diferenciação das funções ao mesmo tempo hierarquizada e avaliada segundo critérios específicos de cada sociedade. Em toda a sociedade, seja ela escravista, de castas, de Estados, de ordens ou de classes, verificam-se repartições desiguais de recursos.

Alguns, como J. J. Rousseau e Marx, vêem na propriedade privada a origem da desigualdade; outros, como G. von Schomoller, K. Davis e G. E. Moore, julgam encontrar o seu fundamento na diferenciação das posições de importância desigual pela sociedade, que requerem competências diferentes e retribuições desiguais; outros ainda, como É.

Durkheim (1893) e R. Dahrendorf, na necessidade para todo o grupo social de ter normas de comportamento e sanções que dividem os indivíduos em conformistas e desviados e geram assim uma desigualdade. O problema da origem é em grande parte abandonado pelos teóricos contemporâneos, que orientam as suas pesquisas no sentido da clarificação das dimensões da estratificação e suas consequências. Para Marx, a estrutura de classes define-se pela relação à propriedade dos objectos e meios de trabalho. O capitalismo é aquele que os detém; o operário, por seu lado, apenas possui a sua força de trabalho. Esta tese falha ao deduzir da dimensão económica as outras relações sociais e políticas. Para os teóricos das elites, Marx, ao encerrar-se no económico, condenou-se a não compreender as relações de força políticas e as condições necessárias à acção que estruturam a sociedade em elites e massas. É a M. Weber que cabe o mérito de ter posto em evidência o carácter multidimensional da estratificação, a autonomia relativa de cada uma das três dimensões: económica, estatutária e política. Se alguns tiveram razão em sublinhar a importância da dimensão económica, em contrapartida não a tiveram ao querer fazer dela a fonte de todas as repartições desiguais. É verdade que uma posição elevada nesta ordem pode favorecer a detenção de posições do mesmo nível nas ordens política e de prestígio. Mas esta relação não é nem necessária nem de sentido único: uma posição na ordem política exerce igualmente influência sobre a detenção dos recursos económicos e sobre o prestígio de que goza um indivíduo. A relativa autonomia das três ordens pode dar origem a distorções entre as posições detidas por um mesmo indivíduo que apresenta o conceito de não congruência do estatuto: o

mesmo indivíduo pode ocupar posições de valor diferente nas três dimensões. A não congruência está por vezes na origem de comportamentos contestatários: um grupo economicamente poderoso, que se acha por isso no direito de participar no exercício do poder, contestará o modo de recrutamento de

97

um patriarcado que detém as funções políticas.

Os efeitos da estratificação são tão diversos e importantes que não é viável enumerá-los todos, pois que eles vão da fecundidade até à morte.

M. C.

- Marx (1867), Pareto (1916), Weber (1922a), Lipset, Bendix (1959), Dahrendorf (1957).

Estruturalismo: Como faz notar J. Piaget (1968), "o estruturalismo é um método, não uma doutrina" - e aqui é preciso entender o termo "método" no seu sentido de abordagem, de aproximação, de maneira de apreender os problemas. Foi primeiramente em linguística que esta noção foi fecunda: os sons não são em si mesmos significantes; é a sua combinação, o seu arranjo, a sua interdependência - a estrutura da língua - que lhes dá um sentido. C. Lévi-Strauss aplicou este processo ao estudo das estruturas do parentesco (1949) e sobretudo à análise dos mitos (1958, 1964-1971).

São as regras formais de combinação dos elementos (de parentesco, de mito) que dão sentido ao conjunto assim constituído. Em todos os casos, foram soluções particulares que tal língua, tal sociedade, adoptou para resolver um

problema de comunicação ou de funcionamento.

Metodologia da análise, o estruturalismo consiste, portanto, em considerar o objecto como uma totalidade que pode ser descrita, formalizada, a partir dos elementos que a constituem e das relações de interdependência que esses elementos mantêm entre si. Desta totalidade, procura pôr-se em evidência a coerência interna e a permanência no tempo. Por isso, privilegia-se a dimensão sincrónica do objecto de estudo e a sua descrição num dado momento; mas não se toma em linha de conta (ou só muito dificilmente) a sua evolução no tempo. Donde a dificuldade, e mesmo o fracasso, da extensão de uma tal metodologia a outros domínios como a economia ou a sociologia. Assim, a interpretação estruturalista de Marx põe em evidência que as "formações sociais" capitalistas e socialistas podem corresponder a "estruturas" diferentes, mas esconde o processo diacrónico que permite a análise da passagem de uma à outra dessas formações, o que para Marx era fundamental.

Quanto ao desvio filosófico ou "metafísico" do estruturalismo que pôde observar-se em França no decurso dos anos 60, é inaceitável dado que leva a atribuir uma realidade àquilo que não é mais que uma ferramenta de análise. Para os defensores desta corrente, como M. Foucault (1966), as estruturas, sem serem directamente observáveis mas tendo um fundamento objectivo aquém da consciência e do pensamento, constituem o real tornado inteligível por uma organização lógica que torna manifesto o que está apenas implícito.

Y. C.

Estrutura social: Para A. R. Radcliffe-Brown (1940), "a estrutura social designa a rede complexa de relações sociais que existe realmente e une seres humanos individuais num certo meio natural".

Mais geralmente, a expressão "estrutura social" é empregada como sinónimo de organização social: conjunto das modalidades de organização de um grupo social e dos tipos de relações que existem no interior e entre diversos domínios de toda a sociedade (tanto ao nível do parentesco como da organização económica e política). Numa perspectiva

98

analítica, o estudo da estrutura social de uma sociedade procura explicar a sua organização e o seu funcionamento, a disposição das suas várias partes (grupos e instituições), a sua coerência interna, as suas divisões e contradições, o seu movimento e as suas mudanças. Numa perspectiva comparativa, procura identificar os traços comuns e os diferentes entre várias sociedades concretas, com o fim de reagrupá-los em algumas grandes classes ou tipos.

Num sentido mais restrito, falar-se-á de estrutura social para designar os elementos estruturais da organização socioeconómica - em particular a estrutura socioprofissional - das sociedades, por oposição aos elementos culturais: valores, representações, que são comuns a um dado grupo social.

Y. C.

Ethos: Para M. Weber (1920, 1921b), o *ethos* é uma ordem

normativa interiorizada, um conjunto de princípios mais ou menos sistematizados que regulam a conduta da vida. Weber distinguiu *ethos* e ética, sendo esta última noção tomada no sentido etimológico de máximas morais. O *ethos* é um conceito abstracto a que correspondem indicadores empíricos nas esferas económica, religiosa, moral, etc.: é o caso do puritanismo, no qual indivíduos foram socializados, das suas acções, em particular das suas atitudes em relação ao trabalho, à riqueza, ao consumo, às relações com outrem. Foi esse *ethos* que faltou às economias das civilizações pré-capitalistas.

Para explicar e compreender a relação macrosociológica entre religião e economia, Weber é obrigado a traduzi-la ao nível individual introduzindo o conceito de *ethos*. Este desempenha o papel de variável independente para o comportamento económico dos actores.

M. C.

Etnia: A etnia define-se, geralmente, como uma população designada por um nome (etnónimo), que se reclama de uma mesma origem, que possui uma tradição cultural comum, especificado por uma consciência de pertença ao mesmo grupo cuja unidade se apoia em geral numa língua, num território e numa história idênticos. Contudo, cada um destes critérios deve ser ponderado. O etnónimo pode ter sido um reagrupamento operado pelas necessidades da administração colonial. O nome pelo qual um grupo se designa valorizando-se pode diferir daquele pelo qual os vizinhos o designam. Em muitas etnias, de dimensão variável, nas doze mil que se enumeram em todo o mundo, a unidade foi reconstruída miticamente e as tradições locais propagaram

mitos errados envolvendo tanto as cisões como os reagrupamentos após conquista, migração, federação, aliança. Por vezes, os membros de uma etnia dominada adoptaram a língua do seu dominador (por exemplo, no Futa-Djalon guineense). O mesmo território pode ser partilhado em várias etnias e a mesma etnia pode encontrar-se em espaços afastados (Arménios, Peules). Tendo a história oral sido sujeita a manipulações, é a identificação dos membros com uma etnia e o seu sentimento de pertença bilateral que especifica a etnia enquanto tal.

C. R.

- Amselle, Bazin (1985), Heuse (1953), Nicolas (1973).

Etnometodologia: Esta escola da sociologia americana deve muito ao seu fundador, H. Garfinkel (1967) - que foi discípulo de

99

T. Parsons -, e em menor medida a autores como A. Cicourel (1973) H. Sacks (*in* Turner 1974).

Garfinkel inspirou-se na obra do fenomenologista A. Schütz (1971) mas também na tradição pragmatista e na filosofia analítica (L. Wittgenstein, em particular). O termo foi inventado em 1954, por analogia com o de etnobotânica, para designar os métodos habituais que servem para gerir os assuntos da vida quotidiana, como manter uma conversação ou esclarecer um assunto criminal quando se é jurado num tribunal. A etnometodologia não é portanto, primeiramente, uma metodologia sociológica, mas um estudo das modalidades práticas (rotinas, encenações, glosas ou

explicações. da conduta social. Garfinkel está impressionado com o paralelismo que existe entre os métodos da sociologia erudita (descrever e interpretar os factos sociais) e os da "sociologia" ordinária (como saber reconhecer as situações sociais da maneira a adoptar uma conduta pertinente). A etnometodologia substituiu ao funcionalismo de T. Parsons a ideia de que a ordem social é uma criação concertada e mantida em permanência pela actividade quotidiana dos "membros" (por exemplo, membros de uma comunidade de linguagem). Mais do que procurar estabelecer as normas sociais que dirigiriam a conduta dos membros, a etnometodologia prefere estudar a maneira como eles próprios constroem essa ordem normativa. Experimentando com os seus estudantes rupturas da ordem quotidiana, Garfinkel põe em evidência o carácter imperioso mas não determinável das pressuposições da vida quotidiana, que são "vistas sem serem notadas". Num estudo célebre consagrado à história de uma transexual, Garfinkel mostra como os papéis normativos que cabem à divisão sexual são o resultado de um trabalho prático quotidiano de constituição. Reencontra-se aqui a influência da fenomenologia para a qual as realidades objectivas incorporam sempre elementos subjectivos. Mas a etnometodologia interessa-se menos pela subjectividade que pela intersubjectividade e pela linguagem que torna visível o sentido das condutas. Garfinkel é um empirista convencido que recomenda que se estudem as propriedades formais da intercompreensão, mais que recorrer a interpretações sobre os motivos das condutas. Afasta-se assim da tradição da sociologia compreensiva à qual, no entanto, deve muito.

A etnometodologia deu lugar nos Estados Unidos da

América a muitos estudos sobre as instituições sociais, jurídicas ou sanitárias, mas também, mais recentemente, a novos trabalhos em sociologia das ciências. Abriu igualmente, sob o impulso de H. Sacks, um domínio completamente novo de pesquisas: a análise de conversação. Propagada inicialmente na Grã-Bretanha e na Alemanha, a etnometodologia começa agora a ser conhecida na França (CEMS 1984), mas os seus textos principais estão ainda à espera de serem traduzidos em francês.

P. P.

Evolucionismo: Fundada na crença dos sécs. XVII e XVIII na universalidade do tipo humano e no progresso das civilizações expresso por Condorcet (1795), a corrente evolucionista apoia-se no transformismo de Lamarck e nas pesquisas de C. Darwin (1859) a respeito da origem das espécies por via de selecção natural. Da mesma maneira que se observa no mundo natural uma diversificação das espécies e

100

um aperfeiçoamento constante da adaptação ao meio, verifica-se no meio humano uma passagem do simples ao complexo (Spencer 1874-1875, Durkheim 1893) e uma melhoria dos sistemas sociais, nos domínios económicos, políticos, parentais e religiosos.

Ao mesmo tempo que F. Hegel afirma a sua confiança nos benefícios da civilização e situa os não civilizados fora da história, exprime-se paradoxalmente, sob a influência de J.-J. Rousseau, uma nostalgia de um estado mítico de natureza e

do antigo que subsiste noutros sítios, donde as teorias do primitivismo e a procura das sobrevivências. O evolucionismo encontra-se dilacerado entre, por um lado, uma filosofia teleológica da história marcada por uma crença no destino ascendente da civilização e, por outro, uma determinação da história por algum factor predominante (biológico: Darwin 1859; técnico: Morgan 1877; económico: Marx 1867; espiritual: Frazer 1911-1915). Numa linha evolutiva única situam-se etapas de desenvolvimento, diferentes segundo os autores: estádios teológico, metafísico, positivo (Comte 1830-1842); selvajaria, barbárie, civilização (L. Morgan); sociedades escravista, feudal, capitalista, socialista (Marx), etc.

Para compreender esta evolução, são elaboradas, a partir do saber documental acumulado na época, hipóteses muitas vezes arriscadas tendentes a definir, após pesquisa das origens, passagens reconhecidas na evolução da humanidade com reconstituição dos elos que faltam (J. Frazer). Na base do parentesco, haveria uma fase de promiscuidade sexual primitiva não regulada, depois o matriarcado e finalmente a família patriarcal (Bachofen 1861, retomado por Morgan 1877).

Segundo E. B. Tylor, o animismo com a crença no duplo seria o princípio de toda a religião que teria passado pelas fases do manismo, do feiticismo, do politeísmo e depois do monoteísmo. Para Frazer, a ciência corrigiria a religião e esta derivaria de uma magia inicial. Dando uma atenção privilegiada às sociedades mais arcaicas, designadamente australianas, aos sistemas de parentesco e à religião, o evolucionismo visa estabelecer um *corpus* etnográfico da humanidade e uma apologia inteligível das sociedades. A sua

teoria da civilização dá cobertura à acção colonial.

C. R.

Êxito social: O êxito, definido por critérios objectivos (posição hierárquica, riqueza, poder ou notoriedade), estará prometido igualmente a todos, em conformidade com o ideal democrático? A questão foi posta por numerosas pesquisas sobre os homens ilustres do passado e sobre as personalidades dirigentes nos vários domínios: económico, político, religioso, científico, artístico. Estatístico, o método consiste em recolher todos os dados pormenorizados sobre as origens geográficas, familiares e profissionais de todas as pessoas que figuram em dicionários biográficos. As comparações internacionais e as flutuações no tempo devem ser interpretadas com prudência, porquanto as modalidades de recrutamento e os critérios de selecção variam de país para país e com a extensão das amostras. Mas, juntando-se aos dos estudos de mobilidade social, os resultados concordam e não deixam lugar a qualquer dúvida. Factores por vezes invocados, tais como a dimensão da família, categoria de nascimento, idade dos pais, não trazem consigo diferença significativa. Nem todas as

101

regiões de um mesmo país estão igualmente representadas, mas o meio urbano é propício, e tanto mais quanto mais denso for, ao aparecimento de personalidades mercantes. Em França, país centralizado, o predomínio de Paris é estrepitoso. Em toda a parte, um factor social domina sobre todos os outros. Cerca de dois terços, com fracas flutuações

de 60 a 75 por cento, dos homens ilustres do passado e dos dirigentes de ontem e de hoje saíram de uma franja muito estreita da população, os grupos situados no topo da escala social. Perto de um quarto provém dos meios colocados imediatamente abaixo e apenas menos de um décimo das camadas menos desfavorecidas, operários e camponeses, que representam cerca de dois terços da população. O acesso ao êxito não está pois inteiramente fechado, particularmente às classes intermédias, mas a desigualdade nem por isso é menos flagrante. Os êxitos surpreendentes de alguns, que partiram do nada, continuam a ser excepcionais e não prevalecem contra a regra geral. A persistência das desigualdades de facto explica-se, sem dúvida, por aquilo que poderia ser na realidade uma lei da natureza social. Uma geração não pode ocupar o espaço social independentemente das gerações precedentes. Os filhos recebem dos seus pais, no seio da família, uma herança cultural que não é a mesma para todos e não oferece portanto a todos as mesmas virtualidades.

A. G.

- Bottomore (1964), Escarpit (1958), Girard (1961, 1967), Thélot (1982).

Experimentação: Intervenção do investigador, que suscita as condições necessárias para comprovar as suas hipóteses relativas às propriedades ou às causas de um fenómeno.

Essencial nas ciências da natureza, a experimentação é considerada, com frequência, impossível em sociologia. Contudo, durante uma boa parte do séc. XIX, reformadores sociais, na esteira de C. Fourier em particular, preconizaram, e por vezes tentaram, a experimentação de novas formas de

organização social. Esforços de investigação experimental da vida social manifestam-se nos nossos dias. Administrações ou empresas, antes de adoptar uma regulamentação, de decidir acerca de uma política ou de lançar um produto, "experimentam-no" em escala reduzida. A psicologia social, por seu turno, faz largo uso da experimentação, desta vez em laboratório criam-se situações com condições mínimas, simplificados relativamente às situações reais, que permitem mostrar a influência de um pequeno número de factores bem identificados. Foi assim que foram estudados os processos de influência ao tentar modificar o juízo sobre a amplitude do movimento de um ponto luminoso na obscuridade. Mantém-se assim apenas a relação com os juízos de outrem.

B. M.

- Campbell (1969), Cook, Campbell (1979), Lemaine (G.), Lemaine (J. M.) [1969], Matamon (1988).

Explicação: A noção de explicação coloca-se no centro de uma discussão de método importante que agitou os sociólogos alemães da época clássica na viragem do século. Tratava-se de saber se as "ciências do espírito" em geral e a sociologia em particular devem ou não ser concebidas como distintas das "ciências da natureza". Os positivistas franceses, como É. Durkheim (1895), defendem uma posição monista: a sociologia não se distingue das ciências da natureza a não ser pela complexidade do seu objecto. Na maioria das vezes,

102

os alemães adoptam quer uma posição dualista, como W.

Dilthey, quer a recusa de um dilema que consideram simplista, como G. Simmel (1892) ou M. Weber (1922b). Para os dualistas, o objectivo das ciências da natureza seria explicar; o das ciências do homem, compreender; o físico procura as causas dos fenómenos físicos; o sociólogo teria antes por tarefa restabelecer o sentido dos fenómenos sociais. Designa-se por vezes esta concepção da sociologia pela expressão de sociologia compreensiva.

Com efeito, as ciências sociais, tal como as ciências da natureza procuram, muito frequentemente, explicar os fenómenos que estudam, ou seja, encontrar as suas causas. Assim, a sociologia interrogou-se muito sobre as causas do desenvolvimento do capitalismo, da expansão recente da procura escolar, das variações no espaço e no tempo da mobilidade social, etc. O que distingue as ciências do homem das ciências da natureza é que as causas dos fenómenos sociais são representadas por crenças ou acções humanas. Assim, a explicação (no sentido amplo) de um fenómeno social consiste, em geral, na combinação de dois momentos: 1. um momento explicativo (em sentido estrito) em que se reduz o fenómeno às suas causas individuais (o que não exclui, evidentemente, que os indivíduos pertençam a conjuntos ou a grupos); 2. um momento compreensivo em que se procura determinar as razões dos comportamentos individuais responsáveis do fenómeno em questão.

R. B.

Exploração (teoria da): Explorar um trabalhador consiste em apropriar-se de uma parte pelo menos do produto do seu trabalho.

É dos saint-simonianos, por intermédio de P. J. Proudhon

(1840), que Marx (1867) retoma a noção de exploração assim concebida. Para Marx é inerente a toda a sociedade de classes. Numa sociedade escravista ou feudal, o dono ou o senhor goza de direitos de propriedade sobre a própria pessoa dos trabalhadores e pode recorrer, portanto, à coacção directa para extorquir-lhes uma parte do que produzem. Numa sociedade capitalista, pelo contrário, os trabalhadores são "livres". Os capitalistas não têm sobre eles qualquer direito de propriedade, e toda a transacção entre capitalistas e trabalhadores deverá pois ser voluntária de parte a parte. Como é que uma sociedade de mercado livre pode ser uma sociedade de exploração? Por outras palavras, como explicar os lucros dos capitalistas? É uma das questões centrais de O Capital.

Para lhe responder, Marx faz apelo à sua teoria do valor-trabalho. O valor de uma mercadoria é nela definido como a quantidade de trabalho que requer em média, no actual estado das técnicas, a produção dessa mercadoria. Sob certas condições, afirma a teoria, o livre jogo do mercado leva a dar a cada bem um valor de troca (ou preço relativo) estritamente proporcional ao seu valor-trabalho assim definido: a troca não forçada tende a ser uma troca de equivalentes. O valor-trabalho da força de trabalho é, no entanto, a quantidade de trabalho necessária em média para produzir os bens necessários à sobrevivência dos trabalhadores. Ora, essa quantidade é muito inferior à quantidade de trabalho fornecido pelos trabalhadores, e é-o tanto mais quanto a acumulação do capital permite aumentar a produtividade do trabalho. Marx chama mais-valia à diferença entre essas duas quantidades.

103

Ao comprar pelo seu valor a força de trabalho e ao vender pelo seu valor os bens que ela produz, o capitalista apropria-se dessa mais-valia. Longe, portanto, de excluí-la, o livre jogo do mercado traz necessariamente consigo a exploração.

A teoria marxista da exploração foi alvo de críticas virulentas. Censura-se-lhes, em particular, o facto de assentar numa teoria do valor cuja pertinência já não é praticamente sustentada por ninguém. A teoria da exploração constituiu recentemente, no entanto, objecto de uma reformulação coerente e rigorosa, que a liberta da teoria do valor-trabalho, na obra de J. Roemer (1982).

PH. P.

- Chavance (1985), Reeve (1987).

104

105

F

Facilitação social: Expressão introduzida por F. Allport para designar a superioridade da situação colectiva sobre a situação individual na realização de uma tarefa. Com efeito, a facilitação social designa um campo de pesquisas, o mais antigo, da psicologia social experimental: aquele que estuda a influência, sobre o rendimento de um indivíduo, da presença de espectadores passivos (efeitos de audiência) ou

de pessoas que trabalham na mesma tarefa (efeitos de coacção). Falou-se primeiro de facilitação social porque tais efeitos pareciam positivos; mas outras pesquisas trouxeram resultados contrários. Para R. B. Zajonc (1966), a audiência e a coacção aumentam a activação fisiológica, a motivação do indivíduo e, além disso, favorecem o aparecimento da resposta dominante. Essa resposta dominante pode ser correcta no caso de uma tarefa bem controlada e adquirida, e há então, de facto, facilitação; no caso contrário, a presença de outrem pode prejudicar a aprendizagem, ao provocar uma resposta dominante incorrecta.

PH. BD.

- Leyens (1979).

Família (sociologia da): A definição mais corrente da família - grupo caracterizado pela residência comum e pela cooperação de adultos de ambos os sexos e dos filhos que eles geraram ou adoptaram (Mundock 1949) - explicita pouco a extrema diversidade das suas formas históricas e parece pôr de fora certas variações familiares importantes.

Do ponto de vista estrutural ou formal, distinguimos correntemente os géneros de famílias segundo: 1. o seu modo de composição: a família nuclear compreende exclusivamente os cônjuges e os seus filhos não casados, ao passo que a família alargada inclui, integralmente ou em parte, duas ou várias dessas unidades elementares; 2. o seu modo de constituição: o casamento arranjado caracteriza as situações em que a escolha do cônjuge é definida por regras sociais explícitas ou pela vontade dos pais e o casamento de afinidade os casos em que os indivíduos escolhem eles próprios o seu estado e o seu esposo; 3. o seu sistema de

filiação (transmissão do parentesco): no sistema unilinear, os filhos são incorporados no grupo de parentes definidos pela mãe ou pelo pai, ao passo que no sistema indiferenciado participam, ao mesmo título, nas duas linhagens (Lévi-Strauss 1949).

Do ponto de vista funcional, opôs-se com frequência, a "família-empresa" das sociedades tradicionais - vista como um grupo controlado pela comunidade ou pela parentela e cujo objectivo é primeiramente a produção económica e a segurança das pessoas - à família "conjugal" das sociedades contemporâneas (caracterizadas pelo salariado), cujo papel principal seria assegurar o equilíbrio socioafectivo dos seus membros. Esta mudança de prioridade dos objectivos familiares permitiria, segundo Wilson Goode (1963), compreender a generalização do casamento de afinidade, a nuclearidade do grupo familiar, a tónica colocada progressivamente no ideal de democracia nas relações domésticas, a mobilidade relacional (divórcios e recasamentos) e a privatização das mentalidades. Numerosos autores censuraram a esta perspectiva, no entanto, o facto de explicar apenas as famílias das camadas médias das sociedades industriais

106

e de caracterizar inadequadamente a ruptura entre sociedades tradicionais e sociedades modernas. Para corrigir tal perspectiva, pôs-se em evidência, nomeadamente, que: 1. a industrialização e a urbanização não são condições necessárias da família nuclear (já majoritária na Europa pré-industrial, Burguière *et al.* 1986); 2. o casamento de

afinidade não equivale a uma ausência de impacto das clivagens sociais sobre os cônjuges: pelo contrário, a homogamia - isto é, o facto de desposar alguém do mesmo meio social, da mesma nacionalidade, da mesma idade, etc. - caracteriza uma grande maioria das uniões (Girard 1964; Singly 1987); 3. o papel directo (trabalho doméstico) e indirecto (produção da força do trabalho, reprodução dos valores sociais) da família na produção económica continua a ser considerável (Michel 1978; Ségalen 1981); 4. a nuclearidade das famílias não é sinónimo de ruptura dos laços de parentesco ou de isolamento (Roussel, Bourguignon 1976). Parece mais adequado, portanto, sem negar o movimento geral de sentimentalização e de mobilidade das relações familiares, falar de rearticulação da relação privado-público mais que de privatização.

Por outro lado, fazem-se notar sensíveis diferenças de funcionamento das famílias (em matéria de coesão, de divisão das funções, de fronteiras com o meio social e de adaptação) em função das clivagens socioeconómicas e limitam o alcance analítico de um modelo funcional único da família. Vários inquéritos feitos entre 1960 e 1985 (Kellerhals 1987) mostram que as famílias dos meios populares (operários qualificados, empregados) insistem mais no consenso e na similitude dos seus membros que as famílias de quadros, mais sensíveis à especificidade e à autonomia de cada um; que as primeiras põem a prioridade no nós-família mais que no nós-casal, insistem com frequência na especificidade dos papéis masculinos e femininos e equipam-se com regras de funcionamento bastante claras e rígidas, ao passo que as segundas valorizam mais a indiferenciação e a flexibilidade; que as famílias de

meios populares apreciam mais as relações internas na parentela, ao passo que as famílias de quadros médios e superiores reivindicam numerosas permutas com o meio social. Finalmente, uma dificuldade considerável de definição das formas e funções da família provém das mutações recentes dos comportamentos familiares. Entre 1965 e 1985, na maior parte dos países industrializados, as taxas de casamento recuaram um terço em favor da coabitação (temporária ou definitiva); a taxa de fecundidade baixou para cerca de 1,5 por mulher; a actividade profissional das mulheres casadas aumentou fortemente; as taxas de divórcios triplicaram, atingindo, com frequência, 30 separações por 100 casamentos contraídos (Roussel 1987). Esta mutação traduz-se por uma grande variedade de grupos familiares: famílias "monoparentais", "binucleares" (constituídas pela circulação de filhos entre diversas famílias originais), "compostas" (recasamentos em que os filhos vivem sob o mesmo tecto que pais e sogros), etc. Isso torna, hoje, a noção de rede familiar essencial para atenuar as carências analíticas do conceito de família nuclear.

J. K.

- Bertaux (1977), Kellerhals *et al.* (1984), Roussel (1975).

Fascismo: O fenómeno fascista aparece no séc. XX, entre as duas

107

guerras. Encarna o mais absoluto reinado do terror exercido por organizações que obedecem cegamente ao líder do partido único que monopoliza o poder depois de ter

eliminado pela violência toda a forma de pluralismo social (associações, sindicatos, etc.) ou político (partidos, grupos de interesses, etc.) De maneira geral, o fascismo, e mais particularmente o nazismo, é, portanto, a forma mais perfeita do totalitarismo na medida em que, como mostra H. Arendt (1945), tenta destruir toda a forma de vida social a fim de remodelar toda a sociedade segundo a sua própria visão ideológica do mundo. O nazismo combate a sociedade liberal e democrática, acaba com as eleições e elimina o sufrágio universal. Suscita uma intensa mobilização da população e rejeita o individualismo e o igualitarismo; para ele, é doravante o partido constituído por homens excepcionais que constitui o novo escol dirigente. Para se impor de maneira totalitária, o nazismo põe igualmente fim ao Estado, às suas instituições, à sua ordem jurídica. No entanto, não chega a pôr verdadeiramente em causa a propriedade privada e a sociedade de mercado.

Convém distinguir o nazismo de regimes que lhe estão próximos sob muitos aspectos, mas que dele se distinguem sob outros. Se o nazismo se apresenta como um totalitarismo, o fascismo (Itália de Mussolini) aparece como um regime menos extremista, que mantém com frequência as elites tradicionais, reforça o Estado sem dar uma preeminência absoluta ao partido, mobiliza menos a população e utiliza de maneira menos sistemática a violência. Deste ponto de vista, basta sublinhar que só o nazismo conduz inelutavelmente à exaltação da raça e ao genocídio. Pela sua rejeição deliberada da sociedade liberal e pela sua tendência para o irracionalismo, o fascismo, na Itália como na França, ou em outros países, nem por isso deixa de ser a expressão de uma recusa da democracia e da

ordem republicana fundada na razão e na ideia de progresso.

P. B.

- Aycoberry (1976), Brozat (1970), Milza (1988).

Feminismo: O feminismo, como movimento social, nasce no séc.XIX, da contradição entre o ideal de igualdade instituído pela Revolução Francesa e a discriminação das mulheres da cidade.

O movimento feminista vai notabilizar-se na defesa dos direitos da mulher. Será preciso mais de um século e meio para que sejam levantadas as várias discriminações, desde o direito de testemunhar nos documentos de estado civil (1897) até à autoridade parental conjunta (1970), passando pelo direito de voto (1944). Paralelamente, foram reivindicados o direito à educação (equivalência dos bacharelatos masculino e feminino, 1924), o de exercer todas as profissões (lei sobre a igualdade profissional, 1983), o direito de dispor do seu próprio corpo (lei que autoriza a interrupção voluntária da gravidez, 1975), o reconhecimento da violação conjugal em certos países e a luta contra a importunação sexual.

O movimento de Maio de 1968, cujos combates anti-hierárquicos pela liberdade sexual têm particulares ressonâncias para as mulheres, suscita, dois anos depois, o Movimento de Libertação das Mulheres (Garcia Guadilla 1988). Este vê no patriarcado a própria essência de toda a dominação (French 1985). Denuncia o falocratismo e o sexismo (palavras

novas por ele introduzidas) e conduz com determinação a batalha pelo direito à contracepção e ao aborto. Este novo feminismo tende a revalorizar certas qualidades femininas. O reconhecimento de que misoginia e estereótipos sociais têm raízes profundas no psiquismo leva-o a interessar-se de perto pela psicanálise.

Os movimentos dos anos 70 situam-se numa evolução profunda da sociedade contemporânea. Ensaiam-se novos modos relacionais entre os dois sexos e entre os pais e os filhos. O controlo dos nascimentos permite, com uma melhor igualização dos sexos, a liberalização da sexualidade, reconhecida como fonte de desabrochamento pessoal e não apenas instrumento de procriação. As mães de família participam cada vez mais no mundo do trabalho salariado e os homens, não de tão boa vontade, nos trabalhos domésticos. A divisão dos papéis sexuais nem por isso fica fundamentalmente afectada (CNDIF-INSEE 1986). Aquando dos divórcios, a regra habitual é confiar os filhos à mãe. No plano profissional, os postos superiores, no que se refere a poder e prestígio, mantêm-se muito maioritariamente nas mãos dos homens, ao passo que as mulheres se encontram nos empregos subalternos e/ou nas profissões de ajuda, de assistência, de ensino.

As condições da existência do feminismo mantêm-se portanto. Se as acções espectaculares dos anos 70 cessaram, acções mais lentas e reflectidas continuam, como a discussão ética provocado pela fecundação medicamente assistida e pelas "mães portadoras". A participação, adquirida doravante, das mulheres no mundo da cultura, mesmo mantendo-se ainda marginal, deve permitir repensar em profundidade a questão da diferença dos sexos.

J. F.

Festa: As festas, enquanto conjuntos de manifestações e de folguedos sociais, afundam-se muitas vezes em acontecimentos históricos ou míticos reinseridos no presente por uma comunidade que reafirma, graças a símbolos e a alegorias, a sua identidade cultural, religiosa ou política. A maioria delas repete-se com intervalos regulares, segundo ciclos sazonais, iniciáticos ou litúrgicos. Comportam características costumeiras no que se refere ao espaço onde se desenrolam, aos trajos ou às máscaras, danças, músicas de circunstância, desfiles e comportamentos ritualizados. Se algumas marcam a sobrevivência de tradições, outras foram enxertadas num substrato antigo e outras ainda, designadamente em meios urbanos, foram criadas inteiramente de novo. Quer se trate de festa de participação popular (carnaval, *corrobori* australiano), festa de representação (investidura do Presidente da República, colocação de flores num monumento aos mortos), festa local ou festa revolucionária, a festa dá ocasião à colectividade a oportunidade de celebrar-se e exaltar-se a si própria, como observa É. Durkheim.

Como a festa é na maioria das vezes uma mistura de cerimónia e divertimento, distinguir-se-á, conforme o pólo dominante, por um lado a festa-celebração, valorizando uma crença religiosa capital (nascimento do Messias, Ressurreição), a protecção de um santo (festa do padroeiro), comemorando um acontecimento nacional (14 de Julho, 11 de Novembro, na França), ou sublinhando um facto importante para o grupo (festa das Mães, bolo de aniversário); e por outro lado a festa-transgressão reduzida à

lógica da fruição e do transbordamento paroxístico. Se as Saturnais romanas, a

109

festa dos Loucos na Idade Média, ou fases de interregno na África, constituem exemplos de um sagrado de transgressão e de paródia do poder, os seus esquemas nada têm de generalizável. Por isso censura-se a R. Caillois (1950) o ter visto tal festa com base no modelo de certos frenesis e orgias primitivas como reactualização do caos primordial, ressurgência da idade de ouro e inversão que tende a remediar a usura. Nem todas as festas remetem para a origem do mundo. Mas G. Bataile (1949) teve razão em captar na festa a parte de dom e de economia oblativa, cuja lei é permutar desperdícios. A destruição sumptuária produz-se em fundo de excedente simbólico acrescentado à vida corrente. Válvula de segurança, a festa serve de mecanismo regulador de uma sociedade.

C. R.

- Duvignaud (1973), UNESCO (1976).

Feudal (regime): O regime feudal é uma organização social própria da Europa, do séc. X ao séc. XIII, e do Japão, do séc. XIII ao séc. XVI, em dois períodos marcados por um desmoronamento do poder real e uma extrema dispersão do poder político.

O regime feudal é a combinação original de duas instituições mais correntes. A primeira é a vassalagem, que consiste no laço pessoal que une dois membros da aristocracia, um dos quais, superior em poderio, riquezas e

prestígio, recebe a homenagem do outro. Estão assim ligados por um contrato, em que se trocam, por um lado, a promessa da ajuda e da dedicação militares e, pelo outro, a protecção e a manutenção. Numa economia agrária, essa manutenção traduz-se concretamente pela concessão de um feudo, de uma terra e de camponeses que a trabalham. A segunda instituição é o domínio senhorial, um espaço onde se exerce um poder quase real de administração da justiça, de cobrança fiscal, de defesa. As duas instituições combinam-se pelo facto de o feudo se identificar com a senhoria. Como o feudo é hereditário de facto, cada senhoria é ocupada por uma linhagem aristocrática, cujo titular está ligado a um superior por um preito de fidelidade. Esse superior é um príncipe territorial, que controla um espaço político de importância variável. O regime permite assegurar o menos mal possível a segurança colectiva, comprometida pela debilidade do poder real e pela anarquia que daí resulta.

J. B.

- Bloch (1939-1940), Boutruche (1968-1970), Polv, Bournazel (1980).

Forma: Encontram-se em G. Simmel (1892), e em M. Weber (1922b) sob o termo de "ideal-tipo", análises que dependem da sociologia formal. As formas ou modelos são construções que permitem tornar inteligíveis sequências da realidade social. A sua generalidade e a sua idealidade não significam que podem explicar todas as situações observadas (elas não são universais), mas que situações muito diversas podem tornar-se inteligíveis graças a elas, se intervierem parâmetros precisos. O erro consiste em iludir esses parâmetros confundindo forma e realidade, produto,

ideologia e utopia, Simmel sugere que o materialismo histórico é interessante como forma ou esquema de inteligibilidade, mas que é falso como teoria. É falso porque enuncia em termos de lei aquilo que nos factos escapa a essa sistematicidade. Por exemplo, a baixa tendencial da taxa de lucro, pertinente para explicar certas situações, não possui a universalidade

110

de uma lei; não se pode tirar dela, portanto, nenhuma predição nem conclusão empírica. Para a sociologia formal, as regularidades sociais empíricas que podem por vezes observar-se são o produto da acção dos homens, sensível às variações do contexto, e não a expressão de leis.

L.D.-G.

Friedmann (Georges Philippe), sociólogo francês (Paris 1902 - id. 1977): Filósofo de formação, G. Friedmann interessa-se desde 1931 pelos problemas do trabalho e das técnicas. Aprende o russo e faz, entre 1932 e 1936, várias estadas na URSS, a partir das quais escreve dois livros: *Les Problèmes du machinisme en URSS et dans les pays capitalistes* (1934) e *De la Sainte Russie à l'URSS* (1938). Em 1946, a sua tese *Problèmes humains du machisme industriel* introduz em França a novíssima sociologia do trabalho. Friedmann estabelece nela a similitude dos problemas do maquinismo industrial vistos sob o aspecto humano nos regimes capitalistas e socialistas. Dá a conhecer em França as grandes experiências psicossociológicas americanas sobre os efeitos do taylorismo, a resistência

operária, as relações humanas (Roethlisberger, Dickson 1839). Sob o seu impulso, numerosos trabalhos e inquéritos empíricos sobre o trabalho artesanal, o trabalho em cadeia e o meio técnico em geral são publicados em França. As suas próprias publicações neste domínio sucedem-se até cerca de 1962.

Em 1960, Friedmann ultrapassa os problemas do trabalho para explorar um outro aspecto da cultura técnica: as comunicações e a cultura de massa. Organiza e coordena de novo as pesquisas. Além dos numerosos trabalhos que directa ou indirectamente suscitou, o seu contributo mais importante é, sem dúvida, o livro póstumo *Ces merveilleux instruments* (1979).

Um dos temas centrais que encontramos na obra de Friedmann é a oposição entre meio natural e meio técnico, sobre a qual reflecte como filósofo em *La Puissance et la sagesse* (1970). O seu interesse de longa data pelo meio natural faz dele um precursor do pensamento ecologista.

B.-P.L.

- Friedmann (1950, 1953, 1956, 1966), Friedmann, Naville (1961-1962).

Frustração: A frustração é o sentimento experimentado pelo indivíduo que é privado daquilo que lhe é devido, daquilo por que espera ou a que aspira. É um conceito fundamental das teorias psicossociológicas que tentam explicar a agressão e, de uma maneira geral, certos comportamentos individuais.

O conceito de frustração relativa foi por seu turno elaborado pelos autores do *American Soldier* (um estudo psicossociológico do exército americano durante a Segunda Guerra Mundial), para resolver uma série de paradoxos. S.

A. Stouffer e col. (1949) estabeleceram dois resultados aparentemente contraditórios que não podem explicar-se simultaneamente pelas teorias existentes. Constataram, por um lado, uma correlação positiva entre níveis de instrução e possibilidades objectivas de promoção e, por outro, uma correlação negativa entre nível de instrução e opiniões a respeito das possibilidades de promoção. Por outras palavras, são os mesmos indivíduos que têm um nível de instrução elevado e que beneficiam de mais possibilidades objectivas de avanço que consideram que as suas hipóteses de promoção são

111

fracas. Stouffer e os seus colaboradores resolvem o enigma raciocinando do seguinte modo: se um indivíduo de um baixo nível de instrução é promovido, fica feliz por pertencer ao grupo restrito dos seus colegas também eles promovidos e do mesmo nível de instrução. Mas, se falhar, não sentirá frustração particular, pois que partilhará a mesma sorte que a maioria esmagadora dos indivíduos que têm um baixo nível de instrução. Ao invés, quando um indivíduo dotado de um diploma universitário é objecto de uma promoção, considerará o seu êxito como estando na ordem normal das coisas dado que a maioria dos seus colegas fazem a mesma experiência de mobilidade. Mas, se falhar, terá todas as razões do mundo para se sentir pessoalmente frustrado mesmo que partilhe a mesma sorte que uma minoria dos seus colegas. Estes raciocínios levam a pôr em evidência, portanto, o conceito de grupo de referência a que o indivíduo se compara para julgar a sua situação e o seu destino social.

Encontramos este tipo de paradoxos nos trabalhos de Tocqueville (1856) e de É. Durkheim (1893). O primeiro verificara, por exemplo, que o empenhamento na Revolução Francesa foi mais intenso nas regiões em que as leis do Antigo Regime já quase não existiam que nas províncias em que estas continuavam a vigorar em pleno. Por seu turno, R. Boudon (1977) demonstrou que se pode, em certos casos, compreender estes paradoxos sem fazer apelo à noção de grupo de referência, mas supondo que os actores são confrontados com situações de competição que gerem índices variáveis de frustração.

M. C.

Runciman (1966).

Função: Em sociologia, esta noção designa a contribuição de uma instituição social para a manutenção do sistema no seio do qual ela está em interacção com outros (por exemplo: a função dos partidos dentro de um sistema político democrático). Uma instituição pode ter várias funções (a escola socializa, instrui, selecciona) e uma mesma função pode ser efectuada por instituições diferentes (a socialização pela família, pela escola, pelo grupo de semelhantes); além disso, uma instituição pode ter uma função num dado sistema e não num outro (a família alargada só seria funcional nas sociedades tradicionais). Convém distinguir, no entanto (Durkheim 1895), entre a causa que produziu um fenómeno e a função que apenas concorre para a sua manutenção - a fim de evitar as explicações tautológicas ou finalistas a que por vezes leva o funcionalismo. De igual modo, a distinção entre funções latentes e manifestas (Merton 1949) permite evitar o utilitarismo de uma

explicação pelos simples objectivos visados pelos actores.

Por fim, a noção permite conceptualizar a interdependência dos fenómenos sociais e explicar efeitos de retroacção dentro de um sistema.

C.-H.C.

- Boudon (1967), Hempel (1959).

Funcionalismo: Hipótese inicialmente inspirada no organicismo do séc. XIX, que postula, na sua forma radical, que os elementos de uma sociedade constituem um todo indissociável, desempenham um papel vital na manutenção do equilíbrio de conjunto e são, portanto, indispensáveis (Malinowski 1944; Radcliffe-Brown 1952). Este funcionalismo pressupõe, portanto, a estabilidade e a integração dos sistemas sociais, e tende a reduzir a explicação dos factos sociais ao esclarecimento

112

das suas funções - uma vez que eles só existem em função daquilo para que servem. A relativização destas concepções por parte de R. K. Merton (1949) deu à análise funcional um paradigma forma que convida a interpretar, em certos casos, os factos sociais como "consequências objectivas" da satisfação de necessidades próprias de certos segmentos previamente definidos da estrutura social. O funcionalismo estrutural (Parsons 1961) é, por seu turno, uma teoria geral que mostra como os imperativos funcionais mais importantes de todo o sistema social são satisfeitos pelos "elementos estruturais" deste último. Além disso, o funcionalismo comporta uma abordagem original da questão dos conflitos

(Cosser 1956), mas mantém-se limitado, em T. Parsons, a uma concepção evolucionista da mudança social.

C.-H. C.

- Davis (1959), Nagel (1956).

113

G

Género: A palavra "género" está em vias de entrar no vocabulário da sociologia francófona - *gender* já está em uso desde há mais de dez anos na sociologia anglo-saxónica - para designar o que tem a ver com a diferenciação social entre os dois sexos. Tem a vantagem, sobre a palavra "sexo", de sublinhar a necessidade de separar as diferenças sociais das diferenças biológicas.

Os papéis sexuais eram tradicionalmente concebidos como o resultado de uma divisão natural do trabalho que atribuía às mulheres as responsabilidades domésticas e a educação dos filhos. Para os sociólogos de orientação feminista, a divisão sexual das tarefas, longe de ser a consequência natural de diferenças biológicas, foi construída e mantida pela sociedade. A teoria feminista põe no centro das suas preocupações a distribuição do poder e dos recursos entre homens e mulheres e as imagens e símbolos associados aos dois sexos e às suas relações. Põe em questão a separação entre família e trabalho ou entre domínio privado e domínio público que fundamentou a abordagem funcionalista-estrutural dos papéis sexuais. Considera o género como uma dimensão fundamental de toda a organização social, ao

mesmo título que a classe, e como uma categoria construída socialmente tanto no lugar de trabalho, na família, na escola como nas esferas económica, política e cultural.

B. L.

Geração: Geralmente entende-se por geração um conjunto de pessoas nascidas num dado período e que têm mais ou menos a mesma idade. A extensão desse período confunde-se com o intervalo médio de tempo que separa o nascimento dos pais e mães do da sua progenitura: geração dos pais, geração dos filhos, separadas tradicionalmente por uma trintena de anos. Esta extensão calcula-se rigorosamente pela idade média das mulheres na maternidade, e tende à diminuir um pouco com a baixa da fecundidade, porquanto as mulheres dão à luz cada vez menos a partir de uma certa idade.

O aumento da esperança de vida e as transformações económicas e sociais modificaram as relações entre gerações. No sistema antigo, uma solidariedade natural, aceite de uma maneira mais ou menos consciente, estabelecia-se entre elas, devendo o filho esperar a morte do pai para tomar a direcção da empresa familiar, morte essa que geralmente ocorria relativamente cedo. Hoje em dia os pais são demasiado jovens para cederem os seus lugares aos seus filhos mais velhos, mas fazem tudo o que é necessário para facilitar a sua instalação na vida: eventual contribuição financeira, serviços de todos os géneros, em particular para a guarda de crianças, incentivo às relações etc. Mas o que continua a ser verdade no seio de cada família já o não é na sociedade global. Duas gerações de adultos encontram-se em concorrência: a dos pais ainda no activo e ocupando os

postos de responsabilidade e a dos filhos preocupados em arranjar empregos e travados na sua promoção. Mudaram, pois, as condições da reprodução social.

Na sociedade de ontem, as gerações sucediam-se sem choques, a seguinte repetindo a anterior de forma mais ou menos idêntica. O futuro dos filhos era em tudo semelhante ao presente e ao passado dos seus pais. Os valores reconhecidos e os comportamentos estavam

114

marcados com o selo da imobilidade. A entrada em cena da mudança, e de uma mudança cada vez mais rápida, modificou radicalmente esta situação. Os adultos sentem-se estranhos num mundo novo. A sua autoridade sofre, porquanto os filhos procuram os seus modelos de conduta junto dos da mesma idade, o grupo dos seus "pares" (Riesman 1955). Se sempre se opuseram as gerações entre si, um verdadeiro "fosso" separá-las-ia actualmente (Mead 1970), como se elas não falassem a mesma língua. Imagem um pouco forçada talvez, mas um dos problemas de amanhã é o de estabelecer entre elas uma melhor comunicação.

A. G.

Greve: Cessaçãõ concertada do trabalho pelos assalariados, de molde a fazer pressãõ sobre o empregador. Pela greve exprime-se de maneira radical o fenómeno da coligaçãõ no lugar de trabalho. O reconhecimento do direito de greve é deste ponto de vista ainda mais importante que o do sindicato. Em França, o delito de coligaçãõ foi abolido em 1864 e o direito de greve reconhecido como direito

constitucional em 1946. As formas da greve nem por isso deixam de ser extremamente diversas e o seu exercício estritamente regulamentado.

A greve levanta questões em que interferem direito e sociologia. O direito enuncia que a greve é "um direito individual que se exerce colectivamente". A sociologia interroga-se sobre as condições em que se empenham realmente acções que têm um custo individual (além da acção, a suspensão do salário), ao passo que a satisfação potencial das reivindicações aproveita a todos, ou seja, tanto aos grevistas como aos não grevistas (Olson 1966).

Sob o ponto de vista do direito, uma greve lícita (sem objectivo individual ou político) não provoca a ruptura mas a simples suspensão do contrato de trabalho; a este título, faz parte de um processo contínuo de negociação sobre as condições do trabalho. Uma primeira corrente da sociologia acompanha esta representação: trata a greve como um momento crítico da regularização social, propícia à actualização dos termos do contrato; interessa-se pelas modalidades segundo as quais se verifica a mudança das regras, e sublinha que estas estão longe de obedecer a uma racionalidade puramente económica (Reynaud 1982; Schelling 1960). Uma outra tendência sublinha de preferência os elementos de ruptura: a greve é vista como uma prova geral do "falhanço" da relação de produção, cujos objectivos podem ser relativamente indeterminados e em parte estranhos ao restabelecimento do compromisso. A greve tem, de facto, uma função de "expressão", de molde a reforçar a identidade e a autonomia da comunidade de trabalho (Segrestin 1980). Na França, esta última representação é corroborada pelo fraco nível de articulação

que se verifica entre negociação e conflito: uma greve pode surgir sem objectivo claro, sem ordem sindical e durante o período de aplicação de um acordo colectivo.

Seja qual for a perspectiva considerada, a lógica da greve é dominada por um paradoxo: ao passo que esta retira a sua legitimidade do facto de conceder poder aos actores *a priori* mais desarmados, os assalariados que dela retiram mais proveito são os que dispõem à partida de mais recursos. Uma qualificação elevada, uma situação favorável no processo produtivo ou nas redes de solidariedade conferem à greve um melhor rendimento material e simbólico. O fenómeno reproduz-se no

115

plano macrossocial: a greve é um modo de protesto cuja eficácia será tanto mais débil quanto a conjuntura for menos favorável aos assalariados.

D. SN.

Grupo: Não especificado por um adjectivo ou pelo seu contexto de utilização, a palavra "grupo", em sociologia como em outros campos, é quase vazia de sentido, porquanto pode aplicar-se a conjuntos diferentes pela sua dimensão, pela sua duração, pelo seu grau de interconhecimento e de organização.

O único ponto comum aos diversos usos do termo é o facto de designar mais que um indivíduo. Para explorar o campo semântico da palavra "grupo", é preciso passar por uma série de oposições.

Uma delas, tradicional, distingue os grupos primários dos

grupos secundários. O grupo primário foi definido por C. H. Cooley como uma associação relativamente permanente e não especializada de um número restrito de indivíduos unidos por relações directas ("frente a frente") e bastante íntimas. A família é o seu protótipo, mas podemos também nele incluir o grupo de trabalho, de vizinhança ou o grupo de companheiros de escola. Cooley não fornecia nenhuma precisão sobre o grupo secundário, que se caracteriza geralmente, por contraste, como um agrupamento mais numeroso, relativamente especializado, de pessoas que têm relações indirectas entre si.

Uma outra distinção importante opõe o grupo nominal, simples categoria de pessoas que têm uma característica comum (determinada idade ou determinado rendimento, por exemplo), ao grupo real e organizado, consciente dos seus interesses comuns (sindicato ou grupo de pressão), com toda uma gama de grupos virtuais ou semiorganizados entre esses dois extremos.

Num registo inteiramente diferente, o grupo natural, formado por pessoas que se conhecem, opõe-se ao grupo artificial, constituído para uma experiência de laboratório.

Alguns autores propuseram que se reservasse o uso científico da palavra a conjuntos de pessoas reunidas (Anzieu, Martin 1969).

Mesmo com esta restrição, continua a ser necessário distinguir várias categorias e subcategorias: a multidão, espontânea ou organizada, o bando, ou grupo de iguais, fundado na semelhança, o agrupamento fundado num interesse comum, o grupo restrito ou primário, a organização ou o grupo secundário.

PH. BD.

Grupo de pressão: Grupo organizado com o fim de defender objectivos colectivos, exercendo pressões - de maneira directa ou mediata - sobre o sistema político. Porque mantêm com o Estado relações específicas, estes grupos pertencem à vida pública. São geralmente considerados três critérios que permitem a sua caracterização.

1. A existência de uma estrutura organizacional que representa o grupo latente (conjunto de indivíduos caracterizados por um interesse comum) e que assegura assim o suporte "permanente" da reivindicação. Compreender o processo pelo qual grupos latentes se transformam em "grupos de interesse" e se dotam de uma organização para defender esses interesses é uma preocupação que está no centro da teoria da acção colectiva.

2. A defesa de fins colectivos não remete unicamente para a existência de interesses materiais: os grupos de pressão podem igualmente atribuir-se uma vocação ideológica advogando causas morais.

116

A não existência de compartimentos estanques entre estas grandes classes de objectivos torna difícil toda a tentativa de construção tipológica; também não facilita a distinção entre grupos de pressão e movimentos sociais.

3. As pressões exercidas junto dos poderes públicos, seja sob que forma for, deverão mostrar-se eficazes. Está de facto em jogo a sobrevivência desses grupos: um fracasso a este nível pode desviar os membros do grupo latente para outras organizações em melhores condições de defenderem os seus

interesses (graças, por exemplo, a um melhor acesso aos centros de poder). E, se não forem canalizadas a tempo, tais defecções em massa correrão o risco de privar a organização de dois dos seus principais recursos de acção (o número e o dinheiro).

P. M.

- Basso (1983), Dahrendorf (1957), Ehrlich (1971), Olson (1966).

Grupo de referência: Denomina-se grupo de referência o grupo cujas atitudes, comportamentos, crenças ou valores são adaptados como critérios por um indivíduo quando este define uma situação, a avalia ou decide agir.

O grupo de referência pode ser um grupo, um indivíduo ou mesmo uma ideia e tem uma dupla função comparativa. O grupo de referência comparativo é aquele cujas características são diferentes das do indivíduo, como, por exemplo, o aluno que imita a linguagem do seu professor. O grupo de referência normativo é aquele cujos comportamentos, normas ou valores são adaptados pelo indivíduo. E o caso do aluno que imita os seus companheiros de turma. Existem grupos de referência aos quais o indivíduo pertenceu ou pertence, como a sua família, os seus companheiros de divertimento, os seus amigos. São grupos de pertença que são ao mesmo tempo grupos de referência. O grupo de referência é por vezes diferente do grupo de pertença, como o caso do burguês que adopta o estilo de vida da aristocracia. O conceito é útil para analisar as contradições vividas, nomeadamente, pelos indivíduos que fazem a experiência de uma mobilidade social e se vêem assediados entre as expectativas do grupo a que aspiram

pertencer e as do grupo que estão em vias de abandonar mas com o qual continuam a ter ligações afectivas e de lealdade.

M.C.

- Merton (1949), Runciman (1966), Stouffer *et al.* (1949).

Grupos (dinâmica dos): A dinâmica dos grupos (ou dinâmica de grupo) designa uma corrente de pesquisas e de intervenções sobre os pequenos grupos que se inscreve na linha das concepções de K. Lewin, inventor da expressão *Group dynamics*. Mas esta expressão é muitas vezes aplicada, num sentido mais amplo, ao conjunto dos trabalhos que se ocupam da psicologia dos pequenos grupos.

Lewin concebe o grupo como uma totalidade irreductível aos indivíduos que o compõem, um sistema de interdependência que constitui, com o seu meio circunstante, um campo social dinâmico. Este campo inclui os membros do grupo, os subgrupos, os meios de comunicação, a repartição dos papéis, os objectivos, as normas, etc. Os trabalhos mais conhecidos de Lewin e dos seus colaboradores ou continuadores incidiram, nomeadamente, sobre a coesão dos grupos e os seus factores os estilos de direcção (*leadership*) dos grupos - autoritário, democrático, permissivo

117

- e os seus efeitos sobre a moral e o rendimento, assim como sobre a mudança. Segundo Lewin, toda a mudança exige uma modificação do campo de forças que se equilibram num "estado quase estacionário"; de preferência a aumentar as pressões no sentido da mudança desejada, melhor será

enfraquecer a resistência à mudança. Estes trabalhos encontraram um campo de aplicação prática em diversas técnicas de pesquisa activa: formação, intervenção, condução de discussão, grupos de diagnóstico, etc.

PH. BD.

- Anzieu, Martin (1969), Lewin (1959), Maison-neuve (1969).

Guerra: A guerra é um conflito violento entre polítias. Uma polítia é um grupo humano caracterizado pelo facto de, para o interior de entre membros do grupo, os conflitos serem passíveis de processos que devem, em princípio, permitir a sua solução pacífica; para o exterior, esses processos não existem ou as suas sanções não podem ser impostas, o que faz com que os conflitos possam degenerar.

A condição primeira de possibilidade de guerra não é, portanto, a agressividade humana nem a inimizade, mas o simples facto de nem todos os homens estarem reunidos numa polítia única. Uma polítia planetária faria desaparecer a guerra; não eliminaria os conflitos internos nem a expressão da violência, quer privada entre cidadãos quer pública dos governantes contra os governados. Do mesmo modo que a guerra poderia desaparecer, assim também ela acaba por nascer. A arqueologia permite afirmar que a guerra nasceu com a acumulação de reservas ao longo do Neolítico, e que ela é endémica desde a Idade do Bronze (III milénio). A guerra é, de facto, uma forma de conflito, mas um conflito tem sempre um objecto. Podemos atribuir à guerra três objectivos. O primeiro é a pilhagem das reservas acumuladas pelo vizinho. O segundo é a conquista das polítias vizinhas e a sua incorporação na polítia vitoriosa; como corolário, a

guerra é também defensiva, para evitar ser-se conquistado. O terceiro é a procura da glória. Estes três objectivos podem combinar-se entre si.

A guerra é por natureza uma manifestação de violência física. Tem, por isso, uma dimensão técnica, que reveste dois aspectos. Por um lado, a guerra transforma em armas de destruição todas as ferramentas que o engenho humano inventa para multiplicar a eficácia dos seus empreendimentos. Toda a implementação técnica, desde o trabalho do sílex até aos mais complexos computadores, pode servir indiferentemente as artes da paz ou as da guerra. Como a técnica conheceu através dos tempos um progresso constante, a guerra tornou-se cada vez mais devastadora e conheceu um salto qualitativo com a mutação científica, técnica e industrial da modernidade. Por outro lado, a técnica e os seus progressos incidem sobre a capacidade para mobilizar, para manter, para formar e para empenhar um número crescente de soldados em campanhas cada vez mais longas. Todos estes desenvolvimentos são dispendiosos em meios e em capacidade de organização. Todo o progresso económico e organizacional recebe aplicações militares, que afastam cada vez mais a guerra do desporto e da proeza individual.

A guerra é também por natureza um conflito violento entre polítias. É portanto um meio das polítias que as polítias conduzem umas em relação às outras. Estas polítias têm dois fins: a conquista ou a defesa.

118

As polítias mais poderosas pelos seus recursos em homens,

em meios materiais e em técnicas militares tendem a projectar o seu poderio sobre as polítias mais fracas relativamente. Quando os poderios desenvolvidos por cada uma são equivalentes, o resultado dos conflitos guerreiros é determinado antes de mais pelo número das políticas e pelo sistema de acção que constituem. A dois, três ou quatro, o jogo conduz inevitavelmente, ao fim de alguns séculos, à emergência de um vencedor último e à unificação imperial. A mais de quatro e a menos de vinte, acontece que o sistema de acção conheça um equilíbrio durável. Cada polítia calcula as suas alianças de maneira a opor a toda a tentativa hegemónica uma coligação suficientemente forte para fazê-la fracassar.

Um sistema assim equilibrado tende a limitar a importância do que está em jogo e dos compromissos. Tem também tendência para favorecer a solução diplomática dos conflitos, assim como as trocas pacíficas entre polítias. Quando os actores são muito numerosos, a guerra torna-se permanente e conduz, mais tarde ou mais cedo, a uma ou outra das configurações anteriormente descritas.

J. B.

- Aron (1962b), Clausewitz (1832).

Gueto - vd. Segregação.

119

H

Habitus: É. Durkheim (1938) tal como M. Weber (1922a)

vão buscar a noção de *habitus* à tradição aristotélica, que seguem mais ou menos textualmente neste ponto. Em Aristóteles, o conceito de *hexis* que Tomás de Aquino (1225-1274) traduz por *habitus* - designa as disposições psíquicas que podem ser influenciadas pela educação, por exemplo, mas que não são nem inconscientes, nem subtraídas à acção da vontade, nem determinadas de maneira exclusivamente social, nem *a fortiori* determinadas unicamente pela posição no sistema de estratificação social; além disso, estas disposições não determinam de modo nenhum de maneira mecânica nem as representações nem as acções do sujeito. É preciso concebê-las mais como quadros ou guias, de que o sujeito pode desligar-se com maior ou menor facilidade. É por isso que É. Durkheim pode ver na educação não um adestramento, uma inculcação ou uma programação mas um processo que contribui para aumentar a autonomia do indivíduo.

R. B.

- Aristóteles (1972), Tomás de Aquino (1947).

HALBWACHS (Maurice), sociólogo francês (Reims 1877 - Buchenwald 1945): Filósofo de formação, influenciado por H. Bergson, Halbwachs entra na equipa de *L'Année sociologique* em 1905. A sua tese *La Classe ouvrière et les niveaux de vie* (1912) impressiona pela originalidade do tema e pela perspicácia das suas observações de método. Professor em Estrasburgo entre as duas guerras, impõe-se com *Les Causes du suicide* (1930) como o verdadeiro continuador de E. Durkheim numa altura em que a herança deste começa a ser discutida. Centrados primeiramente sobre a sociologia económica e a análise das necessidades, os seus

trabalhos alargam-se rapidamente a outros objectos: estratificação e classes, epistemologia e metodologia (sobretudo quantitativa), memória e psicologia colectiva, questões urbanas e morfologia social. Entre os durkheimianos, Halbwachs é talvez aquele cuja obra é mais ampla pelo seu volume e pela diversidade dos seus campos de aplicação. Preocupado com a defesa da especificidade da disciplina, dialoga com os cultores mais inovadores das outras ciências humanas. Nomeado para a Sorbona em 1935 e para o Colégio de França em 1944, influenciou intelectuais como G. Friedmann, A. Sauvy, J. Stöetzel, que rejeitam a ortodoxia durkheimiana e para cujo desabrochamento ele contribui.

F. G.

Hierarquias sociais: A expressão "hierarquia social" tem um sentido ao mesmo tempo mais preciso e mais global que a de "estratificação social". Uma estratificação designa a justaposição de grupos sociais segundo critérios neutros - a profissão, o rendimento, indicadores sociais favoráveis - e pode ser observada seja a que escala for - local, regional ou nacional - numa empresa, numa igreja ou num clube. A hierarquia social afecta todos os grupos que compõem uma sociedade; classifica-os nunca escala orientada; a orientação é definida por valores; estes valores são reconhecidos pelos interessados em todos os escalões: uma hierarquia é explicitada numa ideologia recebida. Para classificar os grupos - e, por implicação, os indivíduos que

os compõem -, é preciso dispor de critérios que definam acerca dos mais e dos menos unívocos. A maneira como estão repartidos o poder, o prestígio e a riqueza numa dada sociedade corresponde a esta condição. Estes três bens são desejáveis: é importante possuí-los em maior ou menor grau. São bens raros: as partilhas são necessariamente desiguais. São bens reais: a sua definição, numa dada sociedade, é geralmente aceite. Resulta destes três caracteres que os bens raros são inevitavelmente objecto de concorrências entre societários e que essas concorrências levam inevitavelmente, por agregação, a hierarquias reconhecidas.

J.B.

- Aron (1964a), Baechler (1985), Boudon (1973), Dahrendorf (1957).

História e sociologia: As duas disciplinas têm origens diferentes, afinidades profundas e estatutos que contrariam a sua convergência.

A história, no sentido de historiografia, é feita de relatos verdadeiros que , incidem, sobre o passado. Enquanto relato, a história narra acções humanas (dos reis, dos povos). Enquanto verdadeira, funda-se em factos comprováveis, uns vividos ou recolhidos da boca das testemunhas, a maioria registados em documentos, escritos ou outros. Enquanto passada, a matéria da historiografia inclui todos os momentos imediatamente anteriores ao instante presente, o que inclui todos os acontecimentos em vias de se tornarem passado (a guerra do Peloponeso para Tucídides). A história assim entendida nasce com a escrita, a qual nasce com os primeiros reinos.

A sociologia nasceu muito recentemente, no séc. XIX, da

convergência de mutações e de tradições intelectuais. As mutações são a democratização, a industrialização, a racionalização que dão aos contemporâneos o sentimento justificado de que um mundo novo está em vias de nascer. Ora esse mundo na Europa, apresenta duas características óbvias: a distinção do público e do privado, do Estado e da sociedade civil, e o dinamismo aparentemente endógeno desta. Um objecto novo oferece-se, à observação e à análise racional: a sociedade. A convergência da história e da sociologia, na sua dimensão de filosofia da história, tem causas profundas determinadas ao mesmo tempo pela matéria-prima e pelas ferramentas intelectuais requeridos para captá-la. A história, na medida em que se apoia sobre factos verdadeiros, assenta primeiramente numa actividade de documentalista, na recolha e na crítica das fontes. Mas só se torna ela própria utilizando essas fontes para explicar porque é que as coisas se tornaram no que são ou no que foram. A narrativa histórica não poderá contentar-se indefinidamente em relatar acontecimentos em bruto como nos anais, tornar-se-á mais tarde ou mais cedo numa narrativa reflectida que se abre irresistivelmente ao campo total da aventura humana. Por seu turno, a sociologia histórica, sob pena de sucumbir ao arbitrário das suas construções, não pode deixar de ocupar-se da matéria histórica, quer contribuindo para os trabalhos dos historiadores quer utilizando os seus resultados para as suas análises comparativas.

A convergência deveria ter conduzido logicamente a uma disciplina única. Mas a dimensão camaralista da sociologia foi poderosamente encorajada pela expansão das actividades estatais a partir da Primeira Guerra Mundial e pela sua

institucionalização universitária após a Segunda.

121

Daí resulta uma nova partilha entre, por um lado, a história sociológica ou a sociologia histórica, cujos modelos são talvez M. Weber e M. Bloch, e, por outro, uma actividade de recolha de dados, chamada história quando eles são do passado, etnologia quando são exóticos e sociologia quando têm a indicação de modernos.

J. B.

- Braudel (1969), Bloch (1949), Boudon (1979).

Historicismo: Palavra popularizada por K. Popper (1944-1945) que designa as teorias que, como as de A. Comte, de H. Spencer ou de Marx, pretendem pôr em evidência leis do desenvolvimento histórico. Segundo Popper, só pode tratar-se de uma ilusão porque as leis estabelecidas pelas ciências nunca são, a seu ver, de tipo evolutivo. A crítica de Popper, embora fundada, é demasiado radical. Se não existem leis da história, há "tendências". Por outro lado, alguns sistemas sociais obedecem, de facto, a leis de desenvolvimento.

R. B.

Historismo: Esta palavra apareceu na Alemanha, no fim do séc. XIX, no contexto das discussões de método que acompanharam o desenvolvimento espectacular das ciências sociais. Designa a doutrina segundo a qual os factos sociais e históricos revestem uma significação variável consoante a posição social e histórica do observador.

Não haveria portanto na história, e mais geralmente nas

ciências humanas, verdade objectiva possível. O historismo é uma manifestação particular da epistemologia relativista que aparece com intervalos mais ou menos regulares nas ciências humanas, mas que nunca se impôs em virtude do seu carácter excessivo. A palavra alemã *Historismus* é por vezes incorrectamente traduzido por "historicismo", que tem uma significação inteiramente diferente.

R. B.

- Aron (1938b).

Holismo - vd. Individualismo metodológico.

Homo sociologicus - vd. Economia e sociologia.

122

123

I

Idade: Idade e sexo são os dois caracteres biológicos que distinguem entre si os seres humanos e accionam a sua reprodução. Diz-se que uma população é tanto mais jovem, ou mais velha, quanto a proporção dos jovens, ou a dos velhos, é nela mais ou menos importante.

A proporção das várias idades não é a mesma em todas as populações e pode acusar ao longo do tempo desvios muito sensíveis. Além dos movimentos migratórios, internacionais ou internos, selectivos por natureza quanto à idade e quanto

ao sexo dos que partem, a intensidade variável da mortalidade ou da natalidade modifica a estrutura por idade. Assim, os países industriais têm sempre uma população envelhecida e os países do Terceiro Mundo uma população muito jovem e, portanto, um potencial de crescimento muito mais forte. Os indivíduos caminham todos para a velhice e para a morte, mas uma população pode rejuvenescer por aumento do número dos nascimentos, como aconteceu por exemplo na França a seguir à Segunda Guerra Mundial. O prolongamento da duração média, ou esperança de vida (diferente da longevidade humana que tem como tecto cerca de 110 anos), resultou no decurso da "transição demográfica" da baixa da fecundidade, tudo se passando como se jovens fossem substituídos por velhos. De futuro, o envelhecimento pode aumentar no topo pelos progressos na luta contra a senescência.

Consequência do novo regime demográfico e das novas condições de existência nos países industrializados, o envelhecimento da população modificou a imagem social dos momentos sucessivos do ciclo da vida. Outrora, no caso de ter sobrevivido, a criança entrava muito cedo na vida activa. Os adultos morriam com menos idade que actualmente. Os velhos gozavam do prestígio da raridade e da experiência e a velhice podia apresentar-se como um coroamento. Hoje, a valorização das idades está de algum modo invertida. Cada vez mais numerosos, e fora do sector produtivo, os velhos são como que rejeitados, e sobrevivendo a idade muito elevada o seu desaparecimento apresenta-se como um alívio. A juventude configura-se como o modelo ideal. Assim, a representação das diferentes idades varia no tempo como a estrutura por idade da população e o estatuto

social dos indivíduos depende numa larga medida da sua idade.

A. G.

- Péquignot (1981), Philibert (1968), Sauvy (1961).

Idade (grupo de): Fundada na comunidade espacial e nas formas de parentesco, a organização social das sociedades tradicionais era também fundada em categorias, classes ou grupos etários. Todos os membros da comunidade estavam colocados segundo a sua idade, num grupo particular, com direitos e obrigações específicos. "Ritos de passagem" (Van Gennep 1909), as cerimónias simbólicas e as festas marcavam a transição de um grupo de idade para o seguinte. A sobrevivência deste estado de coisas verificou-se até à época contemporânea, nomeadamente no meio rural (Varagnac, 1948 e 1954).

Nas sociedades industriais actuais, a complexidade das engrenagens económicas e o prolongamento da duração média de vida multiplicaram os grupos de idade de maneira extraordinária. A divisão

124

em jovens, adultos e velhos cede o lugar a distinções muito mais estritas. São fixados limiares, sancionados pela lei, tais como a escolaridade obrigatória, serviço militar para os rapazes, limites de idade para apresentar concursos ou entrar na função pública, etc. Sobrevindo a puberdade mais cedo, a idade da maioridade civil foi baixada. Foi inventada uma nova idade, a adolescência*. Por fim, após o tempo de actividade, aparecem a idade da reforma, a terceira ou

mesmo a quarta idade. A duração do exercício da profissão diminui nas suas duas extremidades, pelo prolongamento dos estudos e pela tendência para o abaixamento da idade da reforma, considerado como um progresso social. Não sendo já a família o lugar único onde se completa o ciclo da vida, instituições específicas dirigem-se a cada grupo etário: creches, escolas, casas de jovens, clubes da terceira idade, residências para aposentados, etc.

Observação corrente, sempre confirmada pelas pesquisas empíricas, as pessoas de idade diferente não têm as mesmas atitudes perante a vida, exprimem opiniões diversas: mais conservadoras entre os velhos, mais radicais ou avançadas nos jovens. Será uma consequência do envelhecimento biológico um "efeito de idade", ou um "efeito de geração", já que os vários grupos etários não cresceram no mesmo contexto? De todos os factores que actuam sobre os comportamentos e os valores, a idade é predominante (Stoetzel 1983). Para distingui-lo melhor do efeito de geração, estudos longitudinais permitem caracterizar melhor as reacções dos vários grupos etários ao longo da vida.

A. G.

- Ariès (1960).

Ideal-tipo - vd. Tipo-ideal.

Identidade colectiva: Aptidão de uma colectividade para reconhecer-se como grupo; qualificação do princípio de coesão assim interiorizado (identidade étnica, identidade local, identidade profissional); recurso que daí decorre para a vida em sociedade e a acção colectiva.

Em relação ao exterior do grupo, a construção de uma

identidade colectiva implica um movimento de diferenciação, a partir do qual se afirma a autonomia colectiva. Internamente, provoca, pelo contrário, um efeito de fusão que apaga a multiplicidade das pertenças. Passa-se assim de um grupo complexo e fechado sobre si mesmo para um grupo cujas representações tendem a organizar-se à volta de um princípio dominante e inteligível. As identidades colectivas assim entendidas não são oponíveis às solidariedades amplas: tornam-se mesmo vectores de abertura sobre o exterior e de reconhecimento dos grupos entre si. O conceito de identidade está na base das teorias da acção. A integração é, de facto, muito mais necessária aos actores sociais que a consciência dos fins prosseguidos. A mobilização surge quando se passa de um estado de estratificação a um estado de segmentação do tecido social (Oberschall 1973).

D. SN.

Ideologia: No sentido de Destutt de Tracy, seu inventor, o termo "ideologia" é praticamente sinónimo de "psicologia" no sentido actual. Com Marx, ganha um sentido negativo e designa as ideias falsas que os homens têm da realidade social. Mais precisamente, designa as ideias falsas que: 1. incidem sobre o político e o social; 2. se apoiam ou pretendem apoiar-se no raciocínio e na argumentação científicos. A noção de derivação em V. Pareto

125

tem mais ou menos o mesmo sentido que o de ideologia em Marx. Porque é que a palavra ideologia se impõe nesse

sentido a partir da segunda metade do séc. XIX?

Provavelmente porque se começa então a perceber melhor a fragilidade de todos os planos de reforma social e política que foram propostos em fins do séc. XVIII e princípios do séc. XIX e que pretendiam fundar-se na autoridade da Razão ou da Ciência. Actualmente, a palavra "ideologia" é muitas vezes tomada pelos sociólogos num sentido neutro e designa o conjunto das ideias relativas ao político e ao social, sem julgar antecipadamente da sua validade, ao passo que em certos teóricos políticos designa de preferência aqueles sistemas de ideias que R. Aron denomina religiões seculares e S. Lipset ideologias totais (por exemplo, o comunismo, o nazismo). A questão principal da teoria sociológica das ideologias é a de saber como é que ideias duvidosas e falsas podem impor-se. Foram propostos dois tipos de respostas a esta questão: a resposta irracional e a resposta racional.

Segundo a primeira, as crenças nas ideias falsas proviriam do facto de os actores sociais se deixarem cegar facilmente pelos seus interesses, pelos seus sentimentos ou pelas suas paixões. Assim, para Marx, os membros de uma classe social têm tendência para confundir o seu interesse de classe com o interesse geral. Para Pareto, os actores sociais são movidos por sentimentos, mas sentem a necessidade de legitimar esses sentimentos conferindo-lhes um verniz lógico. A teoria racional das ideologias insiste, de preferência, no facto de o actor social só poder controlar o ambiente que o rodeia interpretando-o com a ajuda de ideias, conjecturas, representações, teorias cuja validade só pode determinar de modo muito parcial e incerto. A sua credulidade é interpretada no quadro desta teoria como uma resposta, racional em larga medida, à complexidade do mundo.

R. B.

- Boudon (1986), Duprat (1980, 1983).

Igreja e seita: O termo "seita" designa comumente, com um matiz pejorativo, grupos (religiosos, políticos, etc.) dissidentes relativamente a outros, ou ainda grupos de discípulos ou de partidários reunidos à volta de um chefe e que o seguem. É suposto que os membros das seitas são portadores de sectarismo, isto é, de muito dogmatismo e de suficiência, não tendo, é claro, o seu monopólio.

Alguns sociólogos tentaram tirar o termo das suas ambiguidades de linguagem, no quadro de apologias dos agrupamentos religiosos. M. Weber (1920), trabalhando no campo do protestantismo europeu e norte-americano moderno, opôs Igreja a seita como uma instituição de salvação e um agrupamento voluntário de convertidos. A primeira privilegia a sua própria extensão. A segunda põe a tónica na intensidade da vida dos seus membros. E. Troeltsch (1912), trabalhando na história cristã das origens no séc. XVIII, desenvolve a tipologia de Weber e junta-lhe uma entrada suplementar. Para ele, a seita opõe-se à Igreja e à rede mística (*Mysticismus, Spiritualismus*; Séguy 1980) portadora de religiosidade livre fora da instituição. Nesta perspectiva, a Igreja é universal e preexiste aos seus membros, aos quais se impõe. É mais dada à extensão que à intensidade; pronta para o "compromisso" com os Estados e as instituições da vida pública em geral, tenta tornar-se co-extensiva às sociedades

e às culturas. A seita, em contrapartida, caracteriza-se pela importância que atribui ao nível local; nasce da decisão voluntária de adesão dos seus membros e do contrato que estabelecem entre eles e com Deus. Insiste na intensidade do empenhamento e da vida espiritual dos seus membros. Retraindo-se em relação à sociedade global e à sua cultura, dá origem a uma subcultura própria.

A rede mística é fluida, efémera; o seu interesse vai no sentido da expressão intelectual de uma experiência extra-institucional; a sua "Igreja", "espiritual" ou "invisível", é a da intensidade máxima, longe das formas, dos ritos e dos cultos organizados, não tendo em conta filiações confessionais. Este "espiritualismo" censura às Igrejas e às seitas a sua intransigência, o seu dogmatismo e a sua exterioridade. Para Weber e Troeltsch, as Igrejas reúnem geralmente pessoas de todas as origens sociais e tendem a favorecer o *statu quo* social e político. As seitas estão ligadas às classes inferiores, na maioria das vezes, embora existam também seitas de intelectuais ou das classes superiores ou médias, mas em número muito menor. Algumas são revolucionárias, outras pacíficas. As redes místicas - existiram algumas à margem de todas as Igrejas e seitas nos sécs. XVI e XVII - interessam principalmente aos intelectuais, sejam quais forem as suas origens sociais. As Igrejas, seitas, redes místicas estão mais ou menos próximas dos tipos-ideais aqui evocados. Assim, um agrupamento inicialmente muito próximo do tipo-seita, e que dele conserva um grande número de traços, pode não apenas perder alguns deles na sua evolução, mas ir buscar um ou outro aos outros dois tipos. Eventualmente, tenderá a aproximar-se cada vez mais do tipo misto da Igreja-livre (ou denominação), que mistura os traços da Igreja e da seita. Na

actual sociedade secularizada, em que os Estados estão na maioria das vezes separados das Igrejas, estas aproximam-se igualmente e cada vez mais do tipo Igreja-livre. Mas, pelo facto de insistirem mais na intensidade do empenhamento dos seus membros, nem por isso renunciam a influenciar a cultura global. O ecumenismo, como esforço oficial de diálogo entre Igrejas cristãs, é uma manifestação típica desta evolução para a "denominação", que comporta pôr entre parênteses as pretensões ao exclusivismo confessional. Para os movimentos mais próximos do tipo-seita, o ecumenismo continua a ser inaceitável (Testemunhas de Jeová, certos grupos pentecostistas, etc.). A sua eventual aceitação do diálogo e da acção interconfessionais mede o seu grau de aculturação à sociedade global e ao universo do tipo-Igreja; por outras palavras, a sua proximidade do tipo Igreja-livre.

As redes espiritualistas ou místicas foram sempre difíceis de referenciar. No séc. XVI, observamo-las à margem de todas as Igrejas e seitas. São redes de permutas (de correspondência, de informação, de livros à volta de uma personalidade. No séc. XVI - e entre muitos outros -, S. Franck ou H. Denck foram personalidades dessas. Algumas dessas redes de ideologia místico-espiritualista dotaram-se por vezes, para sobreviver, de uma organização de tipo-seita (schwenckfeldianos no séc. XVI, quacres no séc. XVII, swedenborgianos no séc. XVIII).

Presentemente, existem redes mais ou menos próximas do tipo-místico. Mas importa notar, sobretudo, a penetração das perspectivas místico-espiritualistas em certos

sectores do pensamento teológico no interior das grandes Igrejas (espiritualização da escatologia, por exemplo, em numerosos autores, tónica colocada na presença do Espírito na sociedade global e em todas as religiões, etc.). A apologia saída de Weber e de Troeltsch aqui utilizada foi criada em função do cristianismo ocidental e para facilitar o estudo da sua história (vd. novos movimentos religiosos).

J. S.

- Wilson (1970), Yinger (1957).

Igualdade - vd. Desigualdades sociais.

Imigrado: Os emigrados e os imigrados são indissociavelmente os mesmos, que deixaram os países em que nasceram e em que foram educados para se instalarem num outro, quer tenham sido empurrados pela miséria, pelas perseguições ou pelo medo das perseguições, quer tenham sido atraídos pela riqueza, pela liberdade ou pela modernidade do país de instalação. Conforme o elemento que os levou à partida (*push*) ou que os atraiu (*pull*) é dominante, assim varia a atitude dos imigrantes em relação à sociedade de instalação. Os exilados políticos fazem muitas vezes a experiência de uma partida definitiva. São mais susceptíveis de ser impelidos à adaptação ao país que lhes deu um abrigo. Em contrapartida, os imigrados económicos, pelo menos desde a Segunda Guerra Mundial, partem com um projecto de acumulação financeiro e o sonho de regressar em seguida para se instalarem de novo no seu país. No início da sua estada, limitam as relações com a sociedade global ao mínimo indispensável para realizar o seu projecto.

Apesar desta distinção clássica entre exilados políticos e

imigrados económicos, a experiência de todos comporta traços comuns: obrigação de reelaborar novos papéis e adaptar-se às necessidades da vida comum no país de instalação; formas de aculturação (Eisenstadt 1955). Mesmo os imigrados económicos inflectem o seu projecto inicial: o reagrupamento familiar traz consigo atitudes de consumidores e os papéis familiares transformam-se; forma-se uma cultura específica de emigrados, onde se misturam elementos tirados dos modelos tradicionais e dos modelos da sociedade de instalação. Nota-se também uma diferença na experiência dos próprios migrantes entre a primeira geração e a seguinte. Os primeiros, socializados numa cultura, foram levados a deixar o seu país e a adaptar-se a um outro; os segundos, os seus filhos, nasceram e sobretudo foram escolarizados no país de instalação. Para os primeiros, a adaptação pode resumir-se a uma aculturação formal; os imigrados adaptam os seus comportamentos às necessidades do trabalho profissional e à vida comum, mas conservam intacto o núcleo da sua cultura de origem: papéis familiares, relação entre os sexos (Schnapper 1986). Em contrapartida, aqueles a quem se chama de maneira corrente, mas inexacta, a "segunda geração", que não conheceram o país de origem dos seus pais, fazem plenamente parte do país de acolhimento. Esta pertença não os impede de preservar, no entanto, características específicas que são resultado da socialização familiar, dos laços culturais e sentimentais com a cultura e a nação de que seus pais são originários. Quando as suas culturas são muito diferentes, em particular no que se refere aos papéis familiares, esta evolução pode estar na origem de conflitos, por vezes violentos e dolorosos. Este

128

processo ganha ritmos e formas desiguais consoante a capacidade de integração das diferentes nações nos diferentes períodos e conforme a atitude que os imigrados adoptam em relação à sociedade de acolhimento.

D. S.

Imitação - vd. Inovação, Difusão, Moda.

Imperialismo: A expressão designa, em primeiro lugar, a política de imperialização a que conduz a implantação de um império. Falar-se-à do imperialismo de Qin, que impôs à China a unificação imperial em 221 a. C. Neste sentido, o imperialismo europeu designa a conquista de impérios coloniais no séc. XVI e no séc. XIX.

Este segundo impulso de imperialismo deu lugar a uma deformação ideológica da palavra na tradição marxista-leninista do séc. XX. Antes de 1914 e até à Segunda Guerra Mundial, a teoria afirmava que a acumulação crescente de capitais e de meios de produção nos países capitalistas e o empobrecimento correlativo dos proletários tinham como consequência crises cada vez mais intensas de sobreprodução, que só podiam ser ultrapassadas escoando os bens e os capitais para fora da Europa. Cada país capitalista tinha pois de esforçar-se por criar noutro lado um mercado reservado. Como o planeta é finito, daí tinham de resultar inevitáveis conflitos armados entre países capitalistas para o partilharem.

Tendo esta visão sido desmentida pela experiência, acabou por ser substituída por uma outra entre 1945 e os anos 70. A

maior parte dos países capitalistas entende-se para manter o Terceiro Mundo num estado de sujeição económica que lhes permite enriquecerem à sua custa. O imperialismo designa a relação de exploração que une os países capitalistas aos países proletários e que enriquece uns à custa do empobrecimento dos outros. Esta visão foi também desautorizada pelas experiências recentes.

J. B.

- Duverger (1980), Lenine (1916).

Incesto: O incesto é uma relação sexual proibida socialmente em razão de um laço estreito de parentesco entre dois indivíduos de sexo diferente.

Se as relações sexuais entre pais directos e filhos são proibidas em toda a parte, assim como entre irmãos e irmãs (com excepções consideradas como derrogações ao estatuto comum em algumas dinastias, como, por exemplo, os Ptolomeus), o campo da proibição varia segundo as sociedades, cobrindo por vezes parentes por aliança, primos em determinado grau, ou relações simbólicas entre rapaz, e rapariga ligados por um parentesco espiritual. Exogamia e proibição do incesto diferem na medida em que envolvem um o casamento, o outro a relação sexual (eventualmente tolerada antes do casamento). A transgressão da regra dá lugar ao castigo e à desonra. Segundo L. Morgan e S. Maine, a proibição do incesto protegeria contra os efeitos nefastos da consanguinidade. Objecção: essa clarividência eugénica data apenas do séc. XVI europeu e a reprodução endogâmica também produz sobredotados. Segundo E. Westermarck, a habituação de pessoas que vivem em conjunto provocaria uma falha de atracção e uma repulsão. Objecção: S. Freud

raciocina a partir do contrário (Édipo), e porque é que as sociedades estabeleceriam então um interdito tão rigoroso?
Segundo

129

C.Lévi-Strauss, esta regra universal completa a passagem da natureza caótica à cultura regulada. Tem como função alargar o campo das relações sociais.

C. R.

- Heusch (1988), Durkheim (1898), Raglan (1935).

Índice: Na sua acepção comum, um índice é uma medida, uma síntese: um índice de escuta é calculado a partir de uma simples percentagem, um índice de preços é uma soma ponderada de informações. Em ambos os casos, trata-se de caracterizar com um simples número uma situação - o que permite, comparando no tempo a variação do índice, estudar a evolução da situação.

Em sociologia, P. Lazarsfeld (1961, 1965, 1970) propôs que se denominasse "índice" toda a medida sintética, a partir de uma série de indicadores observáveis, de uma realidade não directamente mensurável. Assim, num inquérito sobre os professores universitários americanos (1958), procura estudar o processo da sua titularização em função, por um lado, da sua idade e, por outro, da sua "eminência". Esta última noção, que se refere à notoriedade que um professor pode ter junto dos seus pares, não é, bem entendido, directamente mensurável; tem de ser apreciada a partir daquilo que ele pode ter feito para se fazer conhecer (publicações, conferências) e das marcas de reconhecimento

que pode ter recebido dos seus colegas (eleição para um cargo) ou de outras pessoas (cargo de conselheiro, missões extra-universitárias). A dificuldade metodológica está então no facto de cada indicador manter com a noção de eminência apenas uma relação probabilista: quando um professor publicou um livro, tem mais hipóteses de ser conhecido e reconhecido pelos seus pares, mas não estamos perante nenhuma certeza. Assim, a relação entre a medida sintética (o índice) que se tirará de um conjunto (uma bateria) de indicadores e a noção ou o conceito que se supõe este índice medirá é apenas probabilista. O índice será uma melhor ou pior aproximação, mas não terá a "qualidade" de uma medida directa.

Esta situação torna contestável a utilização da linguagem indicial como processo de classificação: cometer-se-iam numerosos erros ao tentar propor uma "classificação de eminência" dos professores recorrendo a um único índice (em parte porque a eminência não é uma noção unidimensional).

Mas Lazarsfeld mostrou que se pode muito bem, pelo contrário, estudar a ligação que o índice mantêm com uma outra variável. Seja qual for a amostra de indicadores escolhidos - na condição de que tenham uma certa relação com o conceito -, chega-se ao mesmo resultado. É aquilo a que se chama "a intermutabilidade dos índices".

Y. C.

Individualismo: A noção de individualismo designa em sociologia duas ordens de realidades que não são independentes uma da outra: o resultado da mutação teórica que, a partir do séc. XVII, fez do indivíduo o fundamento do

político e do Estado de direito; o efeito da complexidade crescente das sociedades industriais e da natureza dos laços sociais que daí resultam.

C. B. MacPherson (1962) descreve assim a revolução intelectual do individualismo: "O individualismo do séc. XVII (...) é (...) a afirmação de uma propriedade, é essencialmente possessivo. Designamos assim a tendência para considerar

130

que o indivíduo não é de modo nenhum devedor à sociedade da sua própria pessoa ou das suas capacidades, das quais é pelo contrário, e por essência, o proprietário exclusivo. Nesta época, o indivíduo não é concebido nem como um todo moral nem como a parte de um todo social que o ultrapassa, mas como o seu próprio proprietário..."

Este "individualismo possessivo" opõe-se a duas concepções da individualidade: a concepção antiga representada, designadamente, por Aristóteles, para quem o indivíduo humano se caracteriza pelo seu lugar no Cosmo, enquadrado como está na ordem estrita que a sua essência lhe impõe; a concepção cristã, tal como ela se exprime em Santo Agostinho, para quem o indivíduo é criatura de Deus, e tem portanto como tarefa usar da graça que o Senhor lhe dispensa para fazer a sua salvação, sendo a Cidade de Deus mais importante que a Cidade dos homens.

Numa abordagem mais estreitamente sociológica e que deve, talvez, muito a um distanciamento para com o individualismo político, É. Durkheim define o individualismo como o resultado das formas que a

solidariedade assume na divisão do trabalho. Esta constitui os homens em individualidades diferenciadas que desempenham tarefas específicas e realizam uma "vocação". A coesão social interna que resulta da complementaridade das funções gera um novo tipo de valores à volta da noção de "pessoa". A patologia deste individualismo é a anomia, quando a consciência colectiva se enfraquece e deixa de integrar os indivíduos separados. Toda uma tradição sociológica se interrogará assim sobre os efeitos e danos da dissolução da "comunidade".

Numa acepção sem qualquer relação com as duas anteriores, designar-se-á por individualismo metodológico o princípio essencial nas ciências sociais segundo o qual um facto social deve ser compreendido como a consequência do comportamento dos indivíduos que pertencem ao sistema social no qual o facto é observado. Este princípio opõe-se às explicações "holísticas", que vêem na acção do indivíduo um produto das estruturas sociais e fazem da intenção do agente social um dado descurável.

A. A.

Individualismo metodológico: O princípio do individualismo metodológico define um método importante das ciências sociais. Segundo este, princípio, explicar um fenómeno colectivo é sempre - pelo menos no ideal - analisar esse fenómeno como a resultante de um conjunto de acções, de crenças ou de atitudes individuais.

Segundo esta perspectiva, a explicação nas ciências sociais comporta, portanto, sempre uma dimensão psicológica. Assim, explicar-se-á, por exemplo, a baixa de uma taxa de natalidade ou de criminalidade mostrando como e porquê

condições mutáveis levaram os actores sociais a comportar-se diferentemente dos seus predecessores. O individualismo metodológico é correntemente acompanhado de uma concepção "racional" da acção (sendo suposto que o actor social tem boas razões para comportar-se como o faz). A pertinência do individualismo metodológico foi por vezes contestada: pelos durkheimianos que herdaram de Augusto Comte a sua hostilidade à psicologia e por aqueles dentre os neomarxistas que tendem a representar o indivíduo como o simples joguete das "estruturas" sociais. O individualismo metodológico opõe-se ao holismo metodológico.

R. B.

- Birnbaum, Leca (1986).

131

Influência: A influência pode ser entendida num sentido genérico ou num sentido restrito: na primeira acepção, relativamente usual, aplica-se a toda a forma de acção eficaz sobre outrem, seja qual for a sua modalidade; na segunda, mais elaborada, designa antes um modo de comunicação de que a persuasão constituiria a mola principal, senão única. Convém lembrar o papel de pioneiro desempenhado neste domínio por G. de Tarde, mesmo se este último utiliza um outro tipo de vocabulário. Por um lado, na sua teoria geral, Tarde (1890) refere-se sucessivamente à sugestão, ao hipnotismo, à magnetização para caracterizar o papel e a eficácia atribuídos à imitação: o tema da influência está aqui presente sob uma forma implícita. Por outro lado, em alguns dos seus ensaios, e nomeadamente no seu estudo da

conversação, Tarde (1901) revela-se um observador atento de uma influência essencialmente persuasiva da qual as vicissitudes da opinião são muito largamente tributárias. Este interesse pela análise dos processos anuncia as pesquisas ulteriores de P. Lazarsfeld e dos seus colaboradores (1944, 1955). As investigações no terreno conduzidas por este último contribuíram, em primeiro lugar, para abalar o mito de uma propaganda onnipotente que agiria sobre indivíduos isolados na massa, fazendo ressaltar o papel decisivo do contexto social. A análise das campanhas eleitorais pôs em evidência, nomeadamente, a existência de guias de opinião que ao mesmo tempo transmitiriam e traduziriam para os membros dos seus grupos primários as mensagens dos meios modernos de informação colectiva. A atenção desta equipa de pesquisa cristalizou-se assim pouco a pouco nas relações de influência, de que foram estabelecidas algumas características principais: o influenciador não goza geralmente de um estatuto mais elevado mas pertence na maioria das vezes ao mesmo meio que o(s) influenciado(s); tira partido de um certo grau de competência num domínio bem determinado ao qual se limita normalmente a sua esfera de influência. Os estudos de laboratório contribuíram, igualmente, para uma percepção mais profunda dos processos de influência: para além das tarefas indispensáveis à limpeza do terreno, firmaram hipóteses fecundas e permitiram assim a S. Moscovici (1979) pôr em evidência o papel das minorias activas na génese das inovações. Este desenvolvimento das pesquisas empíricas não deixou de ter incidência na clarificação progressiva dos conceitos: hoje somos, de facto, menos tentados a considerar poder e influência como conceitos intercambiáveis, à maneira de R.

Dahl (1961), cujos esforços para construir uma metodologia rigorosa de análise de decisões convém entretanto saudar; como o demonstrou T. Parsons (1967), a influência deve ser antes compreendida como uma capacidade de persuadir, fazendo apelo a razões positivas para conformar-se com as sugestões do influenciador.

F. C.

- Chazel (1964), Merton (1949), Montmollin (1977).

Infra-estrutura/superestrutura: Na terminologia marxista, a infra-estrutura de uma sociedade é constituída pelas relações de produção e pelo conjunto dos meios materiais e técnicos que elas põem em movimento. A superestrutura, noção complementar, designa o conjunto das instituições políticas, jurídicas

132

e culturais que se elevam sobre essa infra-estrutura e a reflectem ideologicamente.

Este par de noções procura mostrar que há articulações entre os diferentes níveis da realidade social, mas não faz mais que assinalar o problema sem resolvê-lo. F. Engels, para o fim da sua vida, advertiu contra um determinismo económico demasiado afirmado, sublinhando os efeitos de retroacção da superestrutura sobre a infra-estrutura. Na sua opinião, a determinação económica só pode jogar, em última instância, através de múltiplas mediações. Mas esta correcção nem por isso fornece a chave para compreender a cadeia das mediações, ou seja, as articulações concretas das práticas umas sobre as outras. Muitos marxistas admitem

agora que a infra-estrutura económica não determina propriamente os outros níveis da prática, mas fixa limites às suas variações e às suas condições de afirmação.

Admitem igualmente que, em certas conjunturas em que põem de novo em questão equilíbrios antigos, os abalos culturais ou ainda políticos podem ter um papel motor nas mudanças sociais.

J.-M. V.

- Giddens (1984).

Iniciação (rito de): Rito de passagem acompanhado de provas, destinado a introduzir certos candidatos num novo estatuto, por exemplo, o de uma classe etária na idade pubertária, de uma confraria para recrutamento selectivo ou de uma sociedade secreta.

Segundo A. van Gennep (1909), estes ritos comportam três etapas: 1. separação e ruptura com o mundo profano; 2. marginalização num lugar sagrado e formação para um novo modo de ser; 3. ressurreição simbólica e agregação na comunidade, com um estatuto superior. Após uma morte simbólica, os noviços, a cargo de instrutores, são submetidos a uma ascese, fazem a aprendizagem de ritos e recebem a revelação de um saber sobre a sociedade que os acolhe. A mudança de estatuto manifesta-se na altura de festas solenes por um novo nome, adereços, marcas corporais (por exemplo, circuncisão, sacrficação) e por vezes uma nova linguagem, próprios dos iniciados. A iniciação marca uma transformação memorável na vida do indivíduo e requer uma fidelidade às normas da comunidade em que os postulados são introduzidos.

C. R.

- Bettelheim (1971), Cazeneuve (1958), Eliade (1976).

Inovação: Este termo ganhou um sentido muito amplo na sociedade contemporânea. Com efeito, é habitualmente definido como uma transformação que resulta da iniciativa de um ou vários indivíduos e que afecta, conforme os casos, a economia, a política, a ciência ou ainda a cultura, etc.

Cinco conotações deste termo merecem ser assinaladas: 1. há uma desproporção entre a "causa" (por exemplo, a iniciativa de um "inovador") e o "efeito" (transformar o modo de vida de uma população eventualmente importante); 2. o impacto da inovação é considerado como globalmente benéfico, ou seja, considera-se que ela contribui para um progresso (económico, social); 3. tal impacto é encarado sob vários aspectos ao mesmo tempo: se se considera apenas o aspecto científico e técnico, utilizam-se de preferência as expressões "invenção" e "descoberta"; 4. esse impacto não é nem anódino (em cujo caso nos contentamos em falar de "melhoria") nem muito importante (fala-se

133

então mais de "revolução" ou de "mutação"); 5. a inovação só pode dizer-se tal depois de ter começado a ser aceite, difundida; por outras palavras, depois de ter sido objecto de imitações.

A carreira deste termo apresenta-se indissociável da história das teorias do progresso e das crises sociais: Saint-Simon, por exemplo, utiliza-a num sentido que não está muito afastado daquele que prevalece actualmente. Mas é sobretudo G. de Tarde que lhe confere um estatuto

privilegiado, pois que vai até ao ponto de explicar a evolução social pela combinação da invenção e da imitação (1890). J. Schumpeter elabora (1912) uma concepção análoga na sua análise do desenvolvimento económico. Este resultaria, quanto ao essencial, das novas combinações devidas aos empreendedores, isto é, da introdução de produtos novos, de novos métodos de produção, da conquista de novas fontes de matérias-primas, da abertura de novos mercados, etc. Estas combinações permitiam, na sua opinião, explicar ao mesmo tempo o progresso e as crises periódicas da economia.

Actualmente, a noção de inovação ocupa uma posição importante sobretudo na sociologia das organizações (March, Simon 1958) e na sociologia das ciências (Lécuyer 1978). Há muito interesse, nestas disciplinas, pelas condições favoráveis à génese e à origem das inovações. Ressalta desses trabalhos, e em particular dos que T. Kuhn (1962) consagrou às revoluções científicas, que os verdadeiros inovadores não são tanto os que respondem mais eficazmente às questões que toda a gente se põe, como os que sabem pôr questões novas.

A. B.

Inquérito: No sentido mais geral, toda a procura de informações para responder a um problema. Em sociologia, inquirir é interrogar um certo número de indivíduos em ordem a uma generalização.

O inquérito opõe-se aqui, portanto, à observação, que utiliza outras técnicas que não a interrogação, e à experimentação, em que o pesquisador cria e controla a situação que pretende estudar. Mas o inquérito sociológico opõe-se também ao inquérito administrativo ou judicial, pelo

facto de ter por objectivo não um conhecimento pontual mas um conhecimento generalizável. O que interessa ao sociólogo não são os indivíduos no que eles têm de pessoal mas a possibilidade de tirar respostas individuais das conclusões gerais. Tecnicamente, trata-se primeiro de delimitar o domínio sobre o qual procuramos informações, quer estas tenham por fim tornar possível a descrição do domínio quer visem comprovar as ideias que se tem sobre esse domínio, a saber: hipóteses. Determina-se então, por um lado, a série de questões, factuais e/ou de opinião, que nos propomos submeter aos inquiridos e, por outro, a amostra à qual contamos dirigir-nos. Há técnicas muito precisas de escolha e aferição de amostras, cujo respeito é uma condição da generalização; mas não há método automático de elaboração do questionário, donde decorre que todo o inquérito é directamente tributário do instrumento empírico elaborado para a colecta da informação. A administração do questionário à amostra retida permite, em seguida, essa colecta: obtêm-se então os dados brutos, que é preciso depois verificar, analisar e interpretar. No caso mais corrente dos inquéritos quantitativos por sondagem, a verificação visa traduzir as respostas de cada inquirido em informações

134

codificadas que permitem a elaboração de estatísticas de respostas. São estas que são analisadas (em particular com a ajuda de testes de significação) e interpretados. Falta apenas redigir o relatório de inquérito onde se procura responder às questões colocadas inicialmente.

Todo o inquérito, seja ele qualitativo ou quantitativo, põe,

por um lado, o problema da agregação das respostas individuais e, por outro, o da sua generalização. A utilização correcta de técnicas precisas tende a trazer uma resposta a estes dois problemas. Mas as conclusões de um inquérito são sempre uma estimativa do objecto estudado. Mantém-se, no entanto, o facto de se tratar de um instrumento de recolha de informação insubstituível, que o sociólogo não poderá dispensar.

Y. C

- Ghiglone, Matalon (1978).

Instituição: No sentido geral, uma instituição é uma componente concreta de uma sociedade real em oposição com os elementos analíticos do sistema social concebido como instrumento de análise de toda a sociedade possível (Parsons 1951). Mais precisamente, uma instituição consiste num conjunto complexo de valores, de normas e de usos partilhados por um certo número de indivíduos.

Como pertence ao mesmo tempo ao vocabulário quotidiano (a instituição familiar), ao da acção política ("é preciso preservar as instituições") e finalmente ao da ciência política, o termo "instituição" conheceu uma fortuna ao mesmo tempo prolífica e caótica em sociologia. Desde cerca de 1960, o uso estabilizou-se mais ou menos à volta das concepções propostas pelo sociólogo americano T. Parsons (1951).

Segundo ele, podemos definir como instituição todas as actividades regidas por antecipações estáveis e recíprocas entre os actores que entram em interacção. Para tomar um exemplo elementar, o espectador que fez fila para o cinema (forma primitiva de instituição) ficaria evidentemente

desconcertado se a empregada da bilheteira lhe desse a sua opinião pessoal sobre a qualidade do filme. Ambos sairiam do seu papel.

Para que estas actividades estáveis e recíprocas se desenvolvam, é indispensável que cada um dos actores em presença renuncie a tirar partido no curto prazo das vantagens que o seu papel momentâneo pode proporcionar-lhe e que conceda a prioridade a mais longo prazo às exigências da sua tarefa e ao ponto de vista dos seus parceiros. Cada um deve "por-se no lugar de outrem" (Boudon, Bourricaud 1982).

A aprendizagem deste comportamento institucional produz-se primeiro na família, evidentemente. Já para Montaigne, "a instituição dos filhos" designa a aprendizagem de valores e de práticas comuns, como a língua, as maneiras, a moralidade. Mas estas orientações absolutamente gerais não bastam para garantir por si sós nem a previsibilidade nem a regularidade do conjunto dos comportamentos da criança tornada adulto (Boudon, Bourricaud 1982). É. Durkheim (1895) sublinhou ao mesmo tempo a importância e os limites desta primeira socialização. As instituições são sistemas normativos, para os quais a primeira aprendizagem não pode iniciar em definitivo.

É preciso sublinhar, portanto, a importância das noções de socialização e de interiorização da regra. É por isso que é justo referir com R. Boudon e F. Bourricaud (1982)

135

que "a teoria da instituição funciona em alternativa com a teoria da luta de classes". Não é antagónica com ela;

simplesmente explica melhor certos fenômenos, particularmente processos sociais que assentam na confiança, e isso mesmo que o risco de exploração não esteja excluído.

B.-P. L.

- Ben David (1971), Bourricaud (1977), Eisenstadt (1968), Chazel (1974a), Gallino (1978), Gould, Kolb (1964).

Integração: O termo "integração" não tem sentido bem fixo e definido em sociologia. Como na linguagem corrente, pode designar um estado de forte interdependência ou coerência entre elementos ou então o processo que conduz a esse estado. Além disso, é aplicado quer a um sistema social quer à relação indivíduo-sistema social.

Este último uso parece demasiado laxista. Melhor seria reservar o uso da palavra "integração" a uma propriedade do sistema social. Era de facto o que fazia É. Durkheim em *Le Suicide* (1897) ao enunciar a lei segundo a qual "o suicídio varia na razão inversa do grau de integração dos grupos sociais de que o indivíduo faz parte". O afastamento do indivíduo da vida social, o excesso de individuação, por outras palavras, o egoísmo, não são mais do que uma consequência da falta de integração ou de coesão ou de consistência dos grupos sociais de pertença. Um grupo social, segundo Durkheim, está integrado na medida em que os seus membros: 1. possuem uma consciência comum, partilhando as mesmas crenças e práticas; 2. estão em interacção uns com os outros; 3. sentem-se votados a fins comuns. Estes três elementos são ilustrados sucessivamente de maneira privilegiados pelas três séries de dados em que se apoia Durkheim na sua análise do suicídio egoísta; a

sociedade religiosa, a sociedade doméstica, a sociedade política.

PH. BD.

- Besnard (1987).

Intelectual: A palavra "intelectual" é recente: data do caso Dreyfus, mas não faz mais que denominar de outro modo uma categoria social que se designava no séc. XVI pela palavra "humanista" e no séc. XVIII pela palavra "filósofo". Neste sentido, os intelectuais são aqueles que, mobilizando o seu prestígio ou a sua autoridade de criadores, contribuem para exprimir e para popularizar novos valores (ou para defender os antigos). Erasmo, Voltaire, É. Zola são talvez as ilustrações mais célebres do intelectual neste sentido da palavra.

O papel do intelectual à Zola põe um problema sociológico. Porque é que um criador que adquiriu os seus títulos de nobreza no domínio da arte, da literatura ou da ciência pode ocasionalmente tirar partido deles para propor o que é correcto em matéria de valores? Na realidade, a influência do intelectual é muitas vezes apenas aparente: a sua mensagem só é eficaz na medida em que está conforme com as crenças do seu auditório; ele é acolhido com reconhecimento sobretudo porque dá uma voz e uma expressão a essas convicções.

Mas a palavra "intelectual" emprega-se também num sentido mais amplo, para designar todos os que contribuem para a produção, confirmação ou difusão de valores, de "visões do mundo" ou de conhecimentos, nomeadamente quando esses conhecimentos comportam consequências axiológicas ou mais geralmente filosóficas. As relações

complexas que os intelectuais mantêm

136

com os seus públicos ou, como poderá ainda dizer-se, os seus mercados dependem do domínio em que desenvolvem a sua actividade. Assim, o matemático dirige-se normalmente a um público restrito, o romancista a um público alargado. O caso do filósofo ou do historiador sugere que o intelectual pode por vezes "escolher" dirigir-se ao mercado restrito dos seus pares ou a um público mais alargado. Esta liberdade faz com que, segundo as épocas, as conjunturas intelectuais, o estado das instituições universitárias e múltiplos outros factores, a produção intelectual tenha tendência a dirigir-se de preferência a um tipo de público ou a um outro.

Assim, a nossa época caracteriza-se por um incontestável ascendente dos *media*. Isso tem como consequência fazer do "vedetariado" uma dimensão importante do nosso sistema de estratificação social. Por isso vemos muitos sábios, historiadores, filósofos escolherem assuntos e modos de expressão susceptíveis de atrair a atenção do público alargado a que os *media* se dirigem. Quando o mercado dos *media* é dominante, a função cognitiva da produção intelectual tende a passar para segundo plano.

R. B.

- Aron (1955), Cochin (1921), Tocqueville (1856).

Interaccionismo simbólico: O interaccionismo simbólico não é uma escola de pensamento bem delimitada. A expressão data de 1937 (Blumer 1969), mas as origens conceptuais são muito mais antigas. Os pragmatistas anglo-

saxões (C. S. Peirce, W. James, J. Dewey) introduziram algumas ideias essenciais como as de comunidade de interpretação dos signos, de construção do "self" (ou eu individual) pelo juízo dos outros, de instrumentalidade do pensamento e finalmente de primado da acção no conhecimento. Mas foram autores como G. Simmel (1917) e G. H. Mead (1934) que serviram de referência principal à eclosão da corrente.

A originalidade do interaccionismo simbólico é o facto de considerar a acção recíproca dos seres humanos e os sinais que a tornam visível como o fenómeno social mais importante. Nesta óptica, entidades como a sociedade, as instituições, as classes sociais ou a consciência colectiva não têm realidade independente das interacções sociais. Para Mead, por exemplo, uma instituição é a resposta comum trazida, sob formas variadas, pelos membros de uma comunidade a uma situação particular. Longe de serem determinadas por estruturas ou sistemas, as condutas sociais encontram o seu princípio no seu próprio desenrolar temporal. Para o interaccionismo simbólico, o comportamento humano não é uma simples reacção ao meio ambiente mas um processo interactivo de construção desse meio. É o que está expresso pela fórmula de W. I. Thomas: "Se os homens definem situações como reais, elas são reais nas suas consequências." Este processo é interactivo, porque a actividade individual só é possível pela pertença a uma comunidade de significação. Pelo facto de podermos dar a mesma significação aos mesmos signos, podemos compreender a actividade de outrem, isto é, captar o ponto de vista do outro sobre o que se está a passar, fazer previsões sobre as suas actividades futuras e modificar o nosso próprio

comportamento em função do de outrem. A consciência de si próprio e do mundo social está assim estreitamente dependente da participação em actividades comuns e sinais visíveis sob os quais

137

essas actividades se tornam mutuamente compreensíveis.

O interaccionismo simbólico esteve vigoroso sobretudo nos Estados Unidos da América nomeadamente com os estudos urbanos - interaccionistas antes do termo - da escola de Chicago* (E. C. Hughes, R. E. Park), as teorias do *labeling* ("etiquetagem": H. S. Becker 1963), as pesquisas de E. Goffman sobre as "instituições totais" (1961) ou os ritos de interacção (1967) e a etnometodologia (Garfinkel 1967). Viu-se aumentar nestes últimos anos o número das pesquisas sociológicas francesas inspirando-se numa ou noutra das versões do interaccionismo simbólico.

P. P.

- Herpin (1973).

Interesse - vd. Utilitarismo

Investigação-acção: Postura das ciências sociais que associa a análise à transformação da realidade estudada. O conceito (*action-research*) vem da psicologia social americana (Lewin 1948).

A epistemologia clássica da sociologia adverte contra os efeitos de interacção que surgem entre o analista e o meio analisado: a posição dos promotores da investigação-acção consiste, pelo contrário, em colocar os efeitos de interacção

no centro dos dispositivos de pesquisa. Uma primeira acepção próxima do método experimental faz da intervenção do pesquisador uma simples modalidade de investigação destinada a compreender os processos de transformação. No limite oposto, a acção é de facto a finalidade última, e a análise não é mais que o desvio obrigatório da gestão de uma mudança. Em França, a investigação-acção desenvolveu-se em campos como a sociologia do sistema educativo ou a das instituições. A. Touraine (1978) aplicou "a intervenção sociológica" ao estudo dos movimentos sociais. Entretanto, numa altura em que as ciências exactas debatem os seus próprios processos de validação, a investigação-acção e a reflexão epistemológica que a acompanha mantêm-se relativamente esquecidas, ou consideradas pouco operatórias.

D. SN.

138

139

J

Judiciárias (sociologia das instituições): Nas suas análises do processo de racionalização própria das sociedades ocidentais, M. Weber atribui já uma importância particular ao papel das instituições judiciais e ao das profissões envolvidas (Weber 1922a). Confrontadas com as aspirações sociais, com as evoluções económicas, políticas ou éticas, as

instituições judiciais e os seus agentes têm de facto de tentar constantemente o compromisso, a adequação entre a tomada em consideração destes movimentos de sociedade e o respeito da racionalidade jurídica, a preservação de uma legalidade. É este trabalho que convém a uma sociologia das instituições judiciais empreender, evidenciando os factores em jogo. Deve admitir-se que esses factores não são unicamente os avançados no discurso jurídico (por exemplo, a tarefa de ajustamento entre o direito e os "costumes" confiada à jurisprudência), mas encontram-se sobretudo nas próprias características sociais das instituições.

Os problemas crescentes de regulação a que estão expostas as sociedades modernas (Crozier 1980) manifestam-se ao nível dessas instâncias particulares. É por isso que a sociologia das organizações e a das profissões foram primeiramente solicitadas para contribuir para a modernização considerada necessária face ao aumento do contencioso, ao "atravancamento dos aparelhos do Estado" (Belley 1986) e às transformações das esperanças de justiça. Mas o que é considerado como o pôr em causa da divisão e da hierarquização do trabalho jurídico, como a importância crescente das regulações de tipo administrativo em relação às regulações de tipo judiciário, como o desenvolvimento substitutivo ou complementar de modos informais de sistema de mediação na solução dos conflitos, é muitas vezes associado, por exemplo, àquilo que seria o deslocamento de um poder "jurídico-discursivo" para um poder de "normalização" (Foucauld 1976), de um modelo de justiça "legalista-liberal" para um modelo de justiça "normativa-tecnocrática" (Ost 1983). Uma tal associação tenderia a provar que uma sociologia das instituições judiciais e dos

seus agentes não poderá excluir a questão no fundamento da sua especificidade: a das transformações do estatuto e da função social do direito no seio da sociedade global.

J. CE.

Justiça distributiva: Denominam-se princípios de justiça distributiva as regras ou critérios que definem a maneira como os recursos de um grupo devem ser repartidos entre os seus membros.

Os princípios mais frequentemente distinguidos são o mérito (proporcionalidade entre as contribuições e as gratificações dos participantes), a necessidade (desligamento das contribuições e das gratificações e repartição em função da utilidade esperada) e o estatuto (repartição na base da identidade social dos membros, com a igualdade como caso particular importante). No entanto, não há consenso sobre a tipologia destes princípios: alguns juntam-lhes o contrato, em que a justiça é definida pelo simples acordo das vontades; outros reduzem estes princípios a dois (equidade e necessidade) [Kellerhals, Coenen-Huther, Modak 1988]. As investigações mostraram que: 1. os juízos de justiça/injustiça exprimem, com frequência, um compromisso entre

140

várias regras (mérito e necessidade nomeadamente), mistura ela própria afectada pelo género de recursos em jogo (a sua raridade, a sua abstracção, a sua importância social, etc.); 2. tais compromissos reflectem a presença, no actor, de dois processos de avaliação da situação: por comparação imediata com outrem e por nível de aspiração (comparações

interiorizadas); 3. o juízo de justiça comporta dois aspectos (interdependentes) e não um só: assegurar a cada um a sua justa parte e permitir o bom funcionamento do grupo.

As pesquisas estabeleceram seguidamente que as normas de justiça variam consoante as relações no grupo e os papéis dos actores. Por exemplo, o princípio do mérito é tanto mais escolhido como legítimo quanto as relações são abstractas, competitivas, sectoriais, temporárias e os "decisores" têm por tarefa velar pela produtividade do grupo mais que pela sua coesão.

Finalmente, começou a mostrar-se que a avaliação de uma situação como justa ou injusta depende não apenas dos termos da troca mas também da implicação do actor no processo de decisão.

T. K.

Juventude: A juventude é o período da vida que se estende da infância à idade adulta. Esta definição corresponde menos a uma etapa do desenvolvimento físico e psicológico que a um estatuto social. Com efeito, aquilo a que se chama juventude varia consideravelmente de um tipo de sociedade para outro, de um grupo para outro e só se tornou um facto social massivo desde há algumas décadas (Ariès 1973; Mead 1970). Nas sociedades tradicionais, a juventude designa um período breve e preciso da vida, marcado por ritos de passagem e cerimónias de iniciação que dão aos que a elas se submetem estatutos claros e reconhecidos.

As transformações da sociedade mudaram sensivelmente a experiência juvenil. O tempo de formação e de escolarização prolongou-se e as obrigações adultas são diferidas para lá dos vinte anos, e mesmo para depois no caso dos estudantes,

embora a maioridade penal ocorra aos 16 anos e a civil aos 18. Como experiência longa e massiva, a juventude é um produto da modernidade e dos valores de autonomia, de desabrochamento, de liberdade individual. Contudo, o tempo da juventude apresenta-se com frequência como um período ambíguo e anômico, durante o qual o actor não é nem uma criança nem um adulto. É também um período de provas durante o qual se adquire o estatuto de adulto através dos projectos de futuro, das estratégias e, por vezes, das transgressões mais ou menos toleradas pelos adultos.

Constitui-se, a partir dos anos 50, uma cultura dos jovens que lhes permite reconhecerem-se como grupo etário. A moda e a música são o suporte dos gostos e dos estilos, das sensibilidades próprias e, por vezes, dos laços de solidariedade. Acontece também que esta cultura dos jovens vá para além da simples lógica de consumo e que traga uma crítica e uma reivindicação. Na segunda metade dos anos 60, a juventude, designadamente os estudantes, construíram movimentos contestatários, criticando os valores e os modos de vida dos adultos, fazendo apelo aos valores contra as normas. A juventude das classes populares, menos orientada para a crítica cultural, manifesta no entanto problemas e dificuldades específicos através da constituição de grupos e de bandos mais ou menos

141

nos delinquentes até que a ordem adulta acaba por integrá-la. Como período de liberdade, mas também de fragilidade dos estatutos e das identidades, a juventude é sensível às crises e às mutações de uma sociedade: aparece sempre associada

aos mecanismos da mudança. Mas a juventude não é uma categoria social homogénea. Há tantas juventudes quantos os grupos sociais.

F. D.

142

143

L

Laicização - vd. Secularização/laicização

LAZARFELD (Paul Felix), sociólogo americano (Viena 1901-Nova Iorque 1976): Paul Lazarsfeld faz conjuntamente estudos de direito, de economia e de matemáticas.

Conseguiu convencer dois psicólogos, Karl e Charlotte Bühler, a criarem um centro para aplicar a psicologia a problemas económicos e sociais. Publica *Jugend und Beruf* (1931) sobre as escolhas profissionais dos jovens operários, e depois *Les Chômeurs de Marienthal* (1932).

Em 1934, emigra para os Estados Unidos da América e transpõe para lá o seu projecto vienense. Obtém em 1940 uma cátedra de Sociologia na Universidade Colúmbia (Nova Iorque) e a direcção do Bureau of Applied Social Research recentemente criado. O modelo deste instituto prolifera nos Estados Unidos e depois na Europa, seu lugar de origem.

A maior parte dos trabalhos de Lazarsfeld trata das opções políticas dos actores sociais (*The People's Choice*, 1944;

Voting, 1954; *The Academic Mind*, 1958) ou das suas opções económicas (*Personal Influence*, 1958). Um dos seus resultados mais importantes foi mostrar que a onipotência atribuída à propaganda e à publicidade é um mito fundado numa concepção simplista da acção humana. Lazarsfeld contribuiu também de maneira decisiva para a crítica, codificação e clarificação da linguagem utilizada nas pesquisas sociais. Esta actividade parecia-lhe indispensável para o progresso do conhecimento (*The Language of Social Research*, 1955; *Le Vocabulaire des sciences sociales*, 1965). Alargou também essa reflexão à história das ciências sociais (*Philosophie des sciences sociales*, 1961). Autor inicialmente marginal que depois se tornou um clássico, permaneceu no entanto na sombra no sentido de que muitas das suas inovações são hoje largamente aceites, mas a sua paternidade é quase esquecida.

B.-P. L.

- Merton, Coleman, Rossi (1979), Kendall (1982).

LE BON (Gustave), médico e sociólogo francês (Nogent-le-Rotrou 1841 - Paris 1931): Personalidade do Tout-Paris intelectual, Gustave Le Bon exercitou-se, não sem resultados, nas disciplinas mais diversas: arqueologia, craniologia, história das civilizações, fotografia e equitação experimentais, física da matéria, etc. Mas foi *La Psychologie des foules* (1895) que lhe proporcionou uma notoriedade internacional. Inspirando-se em G. de Tarde e S. Sighele, põe a tónica nas pulsões inconscientes da multidão, na sua espontaneidade, imprevisibilidade e emotividade (a multidão é "mulher") com que sabem lidar os condutores que a manipulam. Le Bon procede por raciocínios sumários e

assimilações rápidas (um Parlamento não é mais que uma multidão, etc.) acompanhadas de algumas intuições originais.

É sem dúvida este esquematismo ao alcance do grande público que explica, no limiar da "cidade das multidões", o êxito de uma obra sem valor científico, mas lida e meditada por alguns monstros sagrados do séc. XX.

J.-R.T.

- Moscovici (1981), Rouvier (1986).

Legitimidade: A legitimidade consiste no reconhecimento de que

144

goza uma ordem política. Depende das crenças e das opiniões subjectivas. Os princípios de legitimidade são em primeiro lugar justificações do poder, isto é, do direito de governar. Pelo facto de o poder político não poder manter-se sem um mínimo de adesão, não poderão efectivamente existir ordens políticas legítimas por si mesmas: há apenas ordens consideradas como tais. Convém distinguir, portanto, a procura normativa dos princípios de legitimidade e o estudo sistemático do fenómeno social da legitimidade. Durante muito tempo identificada com a legalidade, a legitimidade teve de distinguir-se dela a partir do momento em que a história provou que uma ordem podia ser legal mas injusta.

A contribuição de M. Weber (1922a) para a análise dos fundamentos da legalidade manteve todo o seu valor graças

ao seu carácter sistemático. Parte integrante de uma sociologia da dominação, a sua tipologia dos modos e fontes da legitimidade mostra até que ponto poder, legitimidade e autoridade estão ligados entre si. Weber distingue três fontes de dominação legítima. A primeira, legitimidade de carácter racional-legal, tem como fundamento a crença na legalidade das regras estabelecidas e na legitimidade dos que asseguram essa dominação em conformidade com a lei. A segunda, legitimidade de carácter tradicional, assenta na crença no carácter sagrado dos costumes e na legitimidade dos governos designados por estes últimos. A terceira, enfim, a legitimidade de tipo carismático, encontra a sua fonte na crença nas qualidades excepcionais de um indivíduo e na necessidade de submeter-se à ordem que ele criou. Põe em evidência, assim, as relações de influência recíproca entre tipos de crenças, formas de organização e sistema económico e mostra que a natureza das justificações do poder não pode ser estudada fora de toda a referência às estruturas sociais.

Se entretanto a legitimidade é uma condição primordial para a estabilidade dos sistemas políticos, o seu carácter ao mesmo tempo subjectivo e relativo impõe a compreensão dos processos pelos quais ela se adquire, se mantém ou desaparece, por outras palavras, a tomada em consideração dos problemas de legitimação. O estudo da socialização política constituiu uma das vias indirectas de abordagem da legitimação na medida em que permite captar melhor os mecanismos que tornam o poder aceitável. Com efeito, a legitimação pode ser apreendida mais directamente sob o ângulo inverso da crise de legitimidade, tanto é verdade que, de um ponto de vista analítico e histórico, o conceito de legitimidade aplica-se, antes de mais, a situações em que a

legitimidade de uma ordem política pode ser contestada. Assim, uma parte significativa da obra de J. Habermas (1973) é consagrada ao estudo das crises de legitimação em relação com transformações estruturais do Estado do "capitalismo avançado"; a expansão da sua actividade aumenta na mesma proporção as necessidades de legitimação que não podem reduzir-se apenas a um acordo sobre as regras referentes à devolução e ao exercício do poder, mas se estendem ao conjunto do sistema político-administrativo, tornando-se a própria eficácia critério de legitimidade. Ampliado pelas limitações económicas que actualmente conhece o Estado-providência, o obstáculo mais importante para o desempenho dos governos actuais reside na multiplicidade e no carácter

145

muitas vezes contraditório das exigências específicas que têm de satisfazer para manter a base da sua legitimidade. A interrogação de Habermas vai no entanto mais longe, na medida em que desagua na questão delicada das pretensões à validade das normas de justificação do poder que o afasta dos caminhos habituais da sociologia.

P. D.

- Berger, Luckmann (1966), Easton (1965).

LE PLAY (Frédéric), engenheiro e economista francês (La Rivière-Saint-Sauveur, Calvados, 1806 - Paris 1882): É como professor na Escola de Minas que Le Play, saído da Politécnica, preenche a primeira parte da sua carreira, o que lhe permite viajar em toda a Europa e nela observar os vários

modos de vida dos trabalhadores. A partir daí publicou *Les Ouvriers européens* (1855), que chamou a atenção de Napoleão III e lhe valeu uma segunda carreira de alto funcionário do império e de conselheiro do príncipe.

Os seus discípulos, reunidos no seio da Sociedade dos Estudos Práticos de Economia Social (1856), aplicaram a seu pedido uma grelha uniforme de análise dos orçamentos e dos modos de vida, cujos primeiros resultados lhe forneceram a matéria da segunda edição do livro (6 vols., 1877-1879).

Mas Le Play não se limita a simples verificações fundamentadas: aos males da era industrial, propõe (Le Play 1864) remédios inspirados no Decálogo: restauração, na empresa e no Estado, de um princípio de autoridade da qual a "família tronco" de Béarn oferece o modelo paternalista; chamada das elites ao sentido das suas responsabilidades; rejeição do individualismo igualitarista saído do Código Civil - em resumo, uma doutrina tão afastada do socialismo como do liberalismo manchesteriano e em que se inspirou seguidamente o catolicismo social.

J.-R. T.

- Le Play (1856, 1864).

LÉVY-BRUHL (Lucien), sociólogo e etnólogo francês (Paris 1857 - id. 1939): Professor de Filosofia na Sorbona, autor de *La Morale et la science des moeurs* (1903), fundador do Instituto de Etnologia, Lévy-Bruhl é conhecido sobretudo pelos seus livros de sociologia consagrados à mentalidade primitiva, nomeadamente *La Mentalité primitive* (1922). Designava assim um tipo de pensamento que, na sua opinião, era radicalmente diferente do das nossas sociedades modernas, nomeadamente pela sua indiferença à

lógica, e que se observa nas sociedades ditas primitivas estudadas pelos etnógrafos. Esta mentalidade, que ele denominava também "pré-lógica", caracteriza-se principalmente pelo facto de não assentar nos nossos princípios racionais da identidade e da não contradição, mas no da participação, que leva os primitivos a crer que um ser ou um objecto pode ser ao mesmo tempo ele próprio e outra coisa, e que há laços invisíveis entre seres diferentes. É assim que na Austrália um homem que pertence ao clã do canguru não hesita em dizer "eu sou um canguru". O que produz esta mentalidade tão diferente da nossa é o facto de as representações colectivas, nesses povos, serem místicas, porque supõem "a crença em forças, em influências, em acções imperceptíveis aos sentidos e no entanto reais". O primitivo não tem uma lógica fora da nossa, mas também não se deixa guiar unicamente por ela. Nesse sentido, tem uma mentalidade "pré-lógica". É por isso que esta descera com

146

frequência as verdadeiras causas dos fenómenos para supor outras que são místicas. Lévy-Bruhl, nas suas últimas obras, atribui os caracteres particulares da experiência mística ao facto de, entre os primitivos, a afectividade, os sentimentos levarem a melhor sobre as funções intelectuais.

J. C.

- Cazeneuve (1963), Lévy-Bruhl (1910, 1931).

Liberalismo: Doutrina política e social moderna fundada na ideia dos direitos individuais e em primeiro lugar da igual

liberdade de todos os homens.

O liberalismo ganhou forma nos sécs. XVII e XVIII com J. Locke, Montesquieu, A. Smith, que prosseguiram, modificando-o, o trabalho dos pioneiros do pensamento moderno (Maquiavel e Hobbes, em particular). As suas principais componentes são as seguintes:

1. o liberalismo participa no movimento de secularização da política. O pensamento liberal reivindica a independência da política em relação à religião. A questão religiosa torna-se um assunto privado e conseqüentemente o espiritual perde o seu primado. O político é revalorizado e pensado não já a partir de uma ordem natural criada por Deus mas a partir do próprio homem;

2. o liberalismo abaixa os fins da política. Esta deixa de ter por objecto a excelência humana para assumir a preservação dos direitos de cada um. Para assegurar ao mesmo tempo a paz civil e a liberdade individual, é preciso "tomar os homens tais como eles são", renunciar à ideia clássica e cristã segundo a qual o homem está por natureza ordenado para a virtude e organizar a sociedade a partir da livre prossecução por cada um dos seus interesses. Herdeiro do direito natural moderno, o liberalismo insiste não já nos deveres do homem mas nos seus direitos - pertence a cada um definir o seu interesse;

3. estes direitos individuais fixam limites ao poder do Estado. O poder político é o inimigo natural dos direitos do homem, em particular da liberdade, importando por isso limitá-lo. Tal é o objecto da teoria constitucional liberal que defende a separação ou a divisão dos poderes - a fim de que, "pela disposição das coisas, o poder trave o poder" (Montesquieu) - e a supremacia do direito - a fim de eliminar

o arbitrário e de substituir a sujeição a senhores pela obediência à lei;

4. a limitação do poder supõe igualmente restringir a sua extensão. O liberalismo "despolitiza" áreas inteiras da actividade humana: a religião, a moral (numa medida variável) e também a economia. A economia de mercado, teorizada por Smith, permite, pondo ao mesmo tempo de lado a virtude e a coacção, obter uma cooperação pacífica entre os homens que além do mais assegura a prosperidade. Este liberalismo económico é, sem dúvida, distinto do liberalismo político mas pertence fundamentalmente ao mesmo movimento de pensamento e à mesma visão de conjunto da ordem social.

PH. BN.

- Manent (1986, 1987), Manin (1984), Rosanvallon (1979).

Luta de classes: A luta de classes não se resume à afirmação de que há classes sociais nas sociedades industriais e de que os seus interesses particulares as levam a opor-se e a entrar em conflitos umas contra as outras. Isso seria uma verificação pouco perturbadora para o pensamento. A noção de luta de classe não pode ser compreendida fora do

147

espaço ideológico e político em que se inscreve. Ao afirmar que a história de toda a sociedade é a história da luta das classes, ao definir a verdade do capitalismo pela guerra que opõe burguesia e proletários, ao predizer o fim dessa guerra e ao anunciar a sociedade sem classes, Marx não nos coloca

no registo da análise sociológica. Em tudo isso, enlaçam-se duas ilusões: primeiro a ilusão de que se pode reduzir a divisão que atravessa toda a sociedade numa divisão inscrita na organização económica e social da produção; em seguida, a ilusão de que essa divisão (tornada luta de classes) desaparecerá quando nascer a sociedade dos iguais - de uma igualdade das condições que nada deixaria, da existência de cada um, fora da sua jurisdição - e o homem estiver reconciliado com o homem. Há classes e grupos que o interesse económico faz entrar em oposição; há, por outro lado, uma lógica própria do espaço democrático que "politiza a miséria" e faz do desnível entre rico e pobre o índice insuportável da injustiça social. Do encontro destes dois factos - um facto socioeconómico, um facto que depende da consciência colectiva-e da sua teorização nasce a ideologia da luta de classes.

A. A.

148

149

M

Macrossociologia/microssociologia: P. Lazarsfeld (1970) dedicou-se a precisar a diferença de níveis de análise, de objectos estudados e de métodos empregados pela macrossociologia e pela microssociologia. Nestes dois planos, pôs em evidência variações históricas. A pesquisa

pela "via de inquéritos" foi primeiramente comandada por necessidades sociais; efectuou-se por meio de instrumentos rudimentares. O aperfeiçoamento dos métodos de investigação, ocorrido nos Estados Unidos da América entre as duas guerras, desembocou numa codificação cuja importância para a sociologia geral Lazarsfeld sublinhou.

São processos locais, problemas específicos, unidades sociais de pequena dimensão que são examinados nesses inquéritos. Com a ajuda de indicadores correctamente escolhidos, propõem-se estudar uma questão delimitada. Observações repetidas permitem estabelecer variáveis que explicam fenómenos particulares.

De uma maneira geral, censurou-se aos inquéritos, no entanto, o facto de se inscreverem num contexto limitado. Lamentou-se a ausência de teorias gerais. Os problemas colocados a seguir à Segunda Guerra Mundial pelos países subdesenvolvidos levaram, entre outros, a reflexão a um nível mais alargado.

Esta nova orientação não significou um retorno às especulações sociológicas do séc. XIX. Se estas últimas manifestam bem um alargamento da pesquisa e uma mudança de escala, contribuições tão diversas como *Le Chrysanthème et le Sabre* (1946), *The Civic Culture* (1963) ou *Dix-Huit Leçons sur la société industrielle* (1962a) mostram também que os seus autores - R. Benedict, G. Almond e S. Verba, R. Aron - se empenharam em tratar os temas macrossociológicos por meio de dados concretos.

Resta no entanto, como Lazarsfeld observou, que a macrossociologia não atingiu o estágio de codificação. A este nível, "a lógica da medida" permanece vaga. Parece, de facto, "que não há ainda relação bem precisa entre as

variáveis individuais e os esquemas explicativos nos quais elas se inscrevem". Estes esquemas fazem intervir apenas um pequeno número de variáveis. Os que assentam na distinção de estádios sucessivos, como as "etapas" do crescimento económico, referem-se a conceitos fundamentais cuja aplicação regional se revela falível. Enfim, a generalização ao plano macrossociológico (por exemplo, o Estado) de resultados obtidos a um nível restrito (o grupo) põe delicados problemas de agregação.

B. V.

Magia: Operação que visa agir contrariamente às leis da natureza por meios ocultos que supõem a presença de forças extraordinárias e imanentes no mundo. Consoante a finalidade da operação pode distinguir-se uma magia branca de efeito benéfico, como uma cura ou o êxito de uma empresa, e uma magia negra que faz intervir espíritos malignos para empresas malélicas.

A distinção entre poderes externos e internos (em relação ao operador), controlados e incontrolados, simbólicos ou psíquicos, permite conceber a magia como o desencadear de poderes externos, manipulados através dos símbolos (objectos, fórmulas, gestos) em ordem a

150

modificar o curso dos acontecimentos numa finalidade que aproveita ao agente mas eventualmente prejudica outrem, ao passo que a bruxaria põe em jogo, de maneira muitas vezes incontrolada, poderes (vampirismo, dupla visão, mau olhado) internos ao psiquismo do agente que pode ignorar a

sua actuação.

M. Mauss (1950) confunde magia e bruxaria (é verdade que os limites se mantêm imprecisos). Força também a oposição entre fenómenos religiosos e fenómenos mágicos. Esquemáticamente, a religião tende para a metafísica ao passo que a magia é essencialmente prática. A primeira tem como rito característico o sacrifício, a segunda o malefício. A primeira supõe o intermediário de poderes sobrenaturais cuja utilização é aceite; a segunda aparece como constrangedora e produz efeitos automáticos, sendo considerada mais ou menos ilícita. A primeira é essencialmente colectiva e social; a segunda, individual nos seus ritos e eventualmente anti-social, embora assentando em crenças colectivas.

A estas oposições tendenciais correspondem, na realidade, muitas imbricações entre magia e religião. Se ciências (astronomia dos magos medos e persas) e técnicas (metalurgia dos alquimistas) puderam nascer num contexto de crença na magia, não poderá inferir-se daí que a ciência deriva da religião ou da magia. Esta funciona, segundo J.-Frazer (1911-1915), a partir das leis de similitude e de contágio. Para C. Lévi-Strauss (1958), a magia estrutura-se à volta de uma tripla crença: um suporte ideológico comunitário, a fé do paciente na eficácia do rito e a do mágico nas suas técnicas.

C. R.

- Roheim (1955).

Malthusianismo: O demógrafo britânico T. R. Malthus (1756-1834) não se teria sentido nem "malthusiano," nem "neomalthusiano,". Porquê? A sua tese fundamental (o seu "princípio de população", enunciado em 1798) era que a

população, não sendo travada, tende a aumentar mais depressa que os recursos disponíveis. Consequentemente, para evitar que guerras, fomes, epidemias venham "restabelecer o equilíbrio," convém, na sua opinião, manter-se casto antes do casamento e só se casar quando se está em condições de prover às necessidades de uma família.

Mas Malthus não era *a priori* hostil ao crescimento demográfico. Não era, portanto, "malthusiano," no sentido muitas vezes pejorativo que se dá à expressão quando ela é aplicada aos indivíduos que, ávidos de ascensão social, desejam não "se encher" de filhos ou, mais geralmente, a toda a pessoa que aspira a uma existência protegida, programada, o mais possível desprovida de riscos e de responsabilidades. Malthus também não se teria declarado "neomalthusiano,". Este qualificativo, forjado em fins dos anos 1870, caracteriza os indivíduos que crêem que a castidade é um meio inumano de limitar a população e que há que preferir-lhe a contracepção, ou seja, o aborto. Parece de facto que uma larga proporção dos cidadãos dos países ditos desenvolvidos é "malthusiana" e "neomalthusiana".

A. B.

- Dupâquier (1988), Fauve-Chamoux (1984), Landry (1934), Malthus (1978).

MANNHEIM (Karl), sociólogo de origem húngara (Budapeste 1893 - Londres 1947): O nome de Mannheim permanece ligado à sociologia

151

do conhecimento, isto é, ao projecto de estudar o

enraizamento social de toda a forma de conhecimento. Mannheim, na via do historicismo e de M. Weber, adianta que uma teoria só pode ser compreendida em função da sua época, donde um relativismo parcial, certamente ligado à teoria hegeliana da história. Segundo Mannheim, cada época tem uma maneira própria de aceder à verdade. Para compreender uma época, é preciso portanto interrogá-la segundo a verdade que lhe é própria. Assim, acusar Mannheim de relativismo absoluto, posição que destrói toda a possibilidade de conhecimento, incluindo a sociologia como ciência, não teria fundamento. Mannheim pretendia manter o meio justo entre a evidência do condicionamento social de toda a teoria, nesse aspecto relativa, e a ideia da verdade de uma época acessível para uma teoria que lhe é apropriada - o marxismo para a nossa. Mannheim não é pois nem marxista ortodoxo (o marxismo não é científico) nem historicista (a verdade existe); toda a teoria fundamentada tem a sua parte de verdade. Donde o título da sua obra *Idéologie et utopie* (1929): o discurso que defende o passado (ideologia) e o que anuncia o futuro (utopia) não são nem totalmente falsos nem totalmente verdadeiros.

L. D.-G.

Marginalidade - vd. "Retrait"

MARX (Karl), filósofo, economista e teórico do socialismo alemão (Tréveris 1818 - Londres 1883): A obra de Karl Marx marcou profundamente a nossa época. Ela transcende ao mesmo tempo as diferentes variedades de marxismo e as fronteiras disciplinares dentro das quais se pretendeu encerrá-la, a economia ou a filosofia, por exemplo. Pôde ver-

se, justamente, em Marx um dos precursores da sociologia, porque ele se interrogou muito sobre a natureza do laço social nas sociedades contemporâneas assim como sobre as relações entre os indivíduos e as suas relações sociais. Certas formulações de Marx podem deixar pensar que ele é tentado a explicar os movimentos da sociedade por determinismos económicos e tecnológicos. Mas ele resiste na maioria das vezes a essa tentação e procura explicar a marcha da sociedade pelas configurações particulares que em determinado momento as actividades e as trocas sociais assumem. Para ele a sociedade capitalista da era moderna é essencialmente modelada pelas formas assumidas pelo trabalho; as actividades dos indivíduos tornam-se actividades intercambiáveis enquanto participantes de um trabalho geral abstracto, maleável até ao infinito, isto é, mensurável, e divisível sejam quais forem as circunstâncias. O próprio capital não é mais que trabalho abstracto, cristalizado ou acumulado, cuja posse decide acerca do emprego do trabalho e da sua repartição entre os diferentes tipos de actividade. No espírito de Marx, a sociedade capitalista é por excelência uma sociedade da abstracção onde os indivíduos comunicam e pautam as suas trocas passando por automatismos sociais que escapam ao seu controlo.

Nos seus escritos de maturidade, Marx esforçou-se por patentear aquilo a que chama a lei do movimento desta sociedade de abstracção, mas sem verdadeiramente consegui-lo. Devem-se-lhe relances brilhantes sobre os conflitos sociais e os desequilíbrios permanentes da sociedade contemporânea assim como sobre a ubiquidade e a irresponsabilidade da mudança social. Ao mesmo tempo, verifica-se que

152

muitas das análises e das teorizações são incompletas ou levantam mais problemas que os que resolvem. É assim que não há em Marx concepção satisfatória da acção colectiva e mais particularmente da acção política, nem tão pouco concepção satisfatória da relação entre os indivíduos e as classes sociais, ou ainda da relação entre os indivíduos e as instituições. Não devem pois procurar-se em Marx soluções para todos os males de que sofrem as sociedades actuais, nem *a fortiori* pedir-lhe que resolva o enigma da sociedade e da história.

Marx escreveu, nomeadamente: O Manifesto do Partido Comunista (1848), em colaboração com F. Engels, Fundamentos da Crítica da Economia Política (1857), O Capital (livro I, 1857; os livros II, III e IV foram publicados após a morte de Marx, em 1885, 1894 e 1905).

J.-M. V.

- Rubel (1957).

Massa (sociedade e cultura de): Diferentemente das expressões sociedade industrial e sociedade democrática, a de sociedade de massa apresenta um conteúdo relativamente impreciso. Esta imprecisão deve-se ao termo que serve aqui para especificar a sociedade moderna. Gerada por um triplo movimento de industrialização, de urbanização, de assalariamento, e promovida politicamente pela instauração do sufrágio universal, a massa representa também um conjunto social homogéneo, frequentemente tomado de modo pejorativo pelo indivíduo que dele se exclui. A massa

é, sobretudo, um referencial fundamental com o qual são actualmente relacionados todos os fenómenos de comunicação e de consumo.

Os primeiros diagnósticos avançados colocaram a tónica na atomização do corpo social, reduzido a não ser mais que um agregado de indivíduos desunidos. Todos atribuem a este tipo de sociedade os mesmos traços característicos: dissolução dos grupos primários, desintegração das comunidades locais, dominação de aparelhos burocráticos e uniformização das condições. Com o deslocamento das funções de socialização para fora da família, a perda das solidariedades colectivas (incluindo de classe) e o desenvolvimento de relações impessoais constituir-se-ia assim uma vasta sociedade anónima exposta a todas as manipulações, e em primeiro lugar, como o mostrou H. Arendt (1951), às iniciativas de um chefe carismático.

Levados até aos seus extremos limites pelos regimes totalitários, tais processos não são, no entanto, sofridos passivamente em toda a parte. Os inquéritos conduzidos a partir do postulado de uma sociedade inteiramente automatizada (Lazarsfeld 1944) fizeram precisamente aparecer a manutenção de grupos primários, a persistência de relações pessoais, a permanência de sociedades intermédias no seio da sociedade de massa. Novas solidariedades nela se desenham e formas originais de integração nela se desenvolvem.

Esta cultura de massa, difundida pelos *media* (imprensa, rádio, cinema, televisão), foi objecto de juízos contraditórios. Entre as duas guerras, denunciou-se a sua influência e os seus efeitos em termos de alienação e de desvalorização. Também neste caso, estudos como os de H. Lasswell e de P.

Lazarsfeld permitiram corrigir os estereótipos referentes à influência exercida por estes vectores culturais. Encarados segundo o circuito económico ou segundo o esquema cibernético

153

(Moles 1967), a cultura de massa apresenta-se como radicalmente distinta da cultura académica, clássica, que é logicamente adquirida e racionalmente ordenada. Pelo contrário, a cultura de massa é constituída ao acaso de leituras e de emissões; justapõe elementos de informação entre os quais predominam os que são de ordem psicoafectiva. Estandarizada, a meio caminho do demasiado conforme que cansa e da originalidade excessiva que desconcerta, dirige-se a um público não dividido nem pelas actividades profissionais nem pelas dependências sociais.

B. V.

MAUSS (Marcel), sociólogo e antropólogo francês (*Épinal 1872-Paris 1950*): Sobrinho de É. Durkheim, professor no Colégio de França, Mauss exerceu uma grande influência pelo seu ensino e por numerosas actividades, mas não publicou nenhum livro acabado. Tinha o génio de fazer aproximações entre fenómenos colectivos observados em contextos variados, e encontrou explicações que abriam por vezes o caminho ao estruturalismo. Por exemplo, a noção de *mana*, que designa uma força sobrenatural indefinida, pareceu-lhe ser a expressão de uma força de pensamento universal que se encontraria em francês sob os termos de *truc*, *machin*. A sua obra mais importante é *Essai sur le don*

(1925). Nela mostrava como a troca não mercantil, que se pratica em numerosas tribos arcaicas, é um princípio fundamental da vida em sociedade. Entre alguns índios da América do Norte, a cerimónia do *potlatch* põe os chefes de clãs em confronto e em desafio fazendo ofertas que reclamam em contrapartida outras ofertas, e que redundam na perda de prestígio para aquele que não está em condições de corresponder a tal investida de prodigalidade. Ao mesmo tempo, o *potlatch* serve para estabelecer alianças matrimoniais num ciclo de prestações recíprocas. Assim, a troca tem um fundamento que ultrapassa o simples estádio do comércio. Num outro estudo, centrado numa única sociedade, a dos esquimós do Grande Norte, Mauss analisou as mudanças de ritmo, as alternâncias. Esta população vive durante o Verão em ordem dispersa, ao passo que no Inverno a comunidade reagrupa-se e leva uma existência colectiva intensa, com ritos mágico-religiosos que são abandonados na estação estival. Um outro artigo célebre de Mauss é o que ele consagra às técnicas do corpo, mostrando como as maneiras de caminhar, de se sentar, de nadar variam conforme os tipos de sociedade. Mauss apontou assim aos pesquisadores fecundos temas de investigação.

J. C.

- Cazeneuve (1968), Mauss (1950, 1969).

MAYO (Elton), sociólogo americano (Adelaide 1880 - Polesden Lacey by Dorking, Surrey, 1949): Mayo encontra definitivamente o seu caminho em psiquiatria em fins da Primeira Guerra Mundial: nessa altura ele trata soldados em estado de choque. Em 1919, é nomeado para a cátedra de Filosofia recentemente criada na Universidade de

Queensland. Em 1922, fundos americanos permitem-lhe vir aos Estados Unidos e financiar a sua primeira investigação sobre as relações humanas na indústria. Em 1926, data decisiva da sua carreira, junta-se em Harvard à equipa da Graduate School of Business Administration, então sob a influência de L. Henderson, especialista de

154

química biológica e adepto de V. Pareto. Em Abril de 1928, Mayo junta-se à equipa da Harvard School, que conduz desde Novembro de 1924 as célebres experiências Hawthorne sobre a produtividade das operárias. Desempenha um papel importante na reorientação das experiências e na interpretação dos seus resultados. Durante este período, associa W. Lloyd Warner às experiências Hawthorne (análise da estrutura dos grupos informais) e participa no lançamento por Warner das pesquisas denominadas *Yankee City Studies* (1941-1959).

Fundador do movimento das relações humanas em psicologia e sociologia industriais, Mayo teve de enfrentar os primeiros ataques contra este movimento. Censurou-se à sua filosofia social o facto de privilegiar a harmonia pela subordinação às elites e de minimizar o papel dos conflitos sociais e o dos sindicatos. A sua resposta consiste em lembrar que o carácter destrutivo dos conflitos sociais justifica a procura de melhores caminhos para tratar os problemas humanos. Quanto aos sindicatos, não se lhes opunha mas era-lhes indiferente (eles não eram praticamente activos em Hawthorne).

Pouco dotado para a síntese ou para a sistematização,

Mayo era acima de tudo um explorador e um divulgador de ideias e de pistas novas. Neste sentido, a sua carreira terá sido um pleno sucesso.

B.-P. L.

- Mayo (1933, 1945, 1947), Roethlisberger, Dickson (1939), Urwick(1960).

MEAD (George Herbert), filósofo e sociólogo americano (Hadley, Massachusetts, 1863 - Chicago 1931): Depois de ter recebido em Harvard o ensino de W. James e de ter efectuado viagens à Europa, Mead ocupou, de 1893 até à sua morte, uma cátedra de Filosofia na Universidade de Chicago. Aí dispensou um ensino em que se encontravam estreitamente combinadas as orientações conceptuais do evolucionismo, do utilitarismo e do behaviorismo com os contributos de W. Wundt, C. Pierce e, sobretudo, C. H. Cooley. Os seus cursos principais foram publicados após a sua morte, sob o título *The Philosophy of Present* (1932), e os seus artigos reunidos, em 1934, em *Mind, Self and Society*. As duas últimas publicações póstumas - *Movements of Thought in the Nineteenth Century* (1936) e depois *The Philosophy of the Act* (1938)- não trazem complementos essenciais à análise da comunicação interindividual, isto é, à psicologia social moderna, para cuja fundação este pragmatista, intimamente ligado a J. Dewey, terá contribuído.

Com Mead, é, de facto, ao processo da comunicação que o comportamento do indivíduo é referido. Neste último, a consciência de si nasce de trocas entre pessoas, de relações de reciprocidade, da inacção. O domínio que ele possui do processo de interacção depende da sua aptidão para assumir

o papel de outrem e de situar-se em relação a ele; esse domínio supõe, a partir da tomada em consideração - e através da efectuação - de gestos significativos, o reconhecimento do símbolo como mediação; exprime-se no ajustamento simbólico que é adaptação e pautação das atitudes, mas em primeiro lugar percepção e representação das unidades sociais em termos de expectativas, de antecipações, de estratégias. Nos conjuntos sociais fortemente estruturados, este domínio da comunicação interindividual pode tornar-se quase total.

B. V.

Medicina(sociologia da): Os trabalhos sociológicos referentes à

155

medicina só tiveram início em França em fins dos anos 60. Na sua origem, encontra-se, sem dúvida, a própria evolução médica. Por esta altura, a importância da aposta que o hospital público constituía, a explosão das técnicas médicas, a tomada de consciência dos custos crescentes da saúde atraíram a atenção dos investigadores em ciências sociais. Mas o desenvolvimento de uma sociologia que tome a medicina e a doença como objectos é igualmente solidária de uma evolução das concepções da doença e da saúde. Testemunha a renovação do interesse pelos factores ambientais e pelas condições sociais e exprime o reconhecimento do facto de que a saúde e a doença representam sempre a articulação de realidades físicas com definições e condutas sociais.

Este campo de pesquisa inclui os estudos da etiologia social das doenças, do funcionamento hospitalar, da formação dos médicos, dos diversos tipos de organização do exercício da medicina, do acesso aos cuidados médicos, a análise das representações e dos estatutos sociais associados às doenças. O estudo das políticas sanitárias também nele se inscreve; elas não podem, portanto, ser encerradas numa problemática unificada. Num primeiro tempo, o sociólogo aplicou muitas vezes à medicina problemáticas e conceitos sociológicos clássicos. Assim, a atenção dedicada aos médicos e às diferentes formas do seu exercício nasceu do interesse pela análise das profissões. Nesta perspectiva, T. Parsons (1955) analisou os papéis do médico e do doente na sociedade moderna ocidental. De igual modo, o hospital atraiu a atenção dos sociólogos porque representava um protótipo de organização complexa em que interagem grupos e lógicas múltiplas. Por fim, a noção da classe social foi utilizada com sucesso para a análise das informações e atitudes face à saúde e para a do acesso aos cuidados médicos ou das relações médicos-doentes.

Em compensação, a medicina constitui hoje um caso privilegiado que abre a reflexão sociológica a problemas que ultrapassam o contexto sanitário. Permite abordar de frente duas das características essenciais das sociedades modernas: em primeiro lugar, o papel que nelas desempenham a "perícia" e a sua autoridade específica inseparável da noção de "profissão" (Freidson 1970). A profissão médica permite pensar a ordem médica mas também a ordem judiciária ou universitária. É também no domínio médico que o sociólogo pode estudar melhor as articulações do científico e do social. Assim, a análise feita por A. Chauvenet (1978) da

especialização hospitalar mostra como a uma divisão científica e técnica do trabalho médico corresponde uma hierarquia social dos doentes segundo diferentes linhas de cuidados. Permite estudar como uma ciência aplicada por profissionais numa prática quotidiana modela a nossa vida e intervém na sociedade: é através do saber e da prática médica que se estruturam as modalidades segundo as quais cada indivíduo experimenta a doença e o seu tratamento. A realidade biológica é assim socialmente construída. Reciprocamente, a medicina deve ser, ela própria, encarada na sua relação com o conjunto dos saberes, das práticas, das instituições, das "visões do mundo" das sociedades que a englobam e a modelam (Herzlich, Pierret 1984).

C. H.

Mentalidade: O termo "mentalidade", tanto no seu uso corrente

156

como no seu uso científico, só emerge no início do séc. xx e recobre noções bastante diversas e de contornos pouco precisos, não sendo de facto definido nem por aqueles que mais o utilizam. Uma definição muito geral poderia ser: conjunto das predisposições, atitudes, hábitos, orientações intelectuais e morais, cognitivas e afectivas, que são comuns aos membros de uma colectividade. Essa colectividade pode ser quer uma dada sociedade, um grupo social particular, quer uma categoria de indivíduos (a mentalidade infantil, a mentalidade dos novos-ricos). Ao mesmo título que a atitude no indivíduo, a mentalidade é algo de latente, um conjunto

de disposições que se exprimem em opiniões, construções intelectuais, crenças, representações específicas.

A palavra foi utilizada em duas tradições intelectuais diferentes que conduzem a dois conceitos quase opostos. L. Lévy-Bruhl populariza o termo pelos seus trabalhos sobre a mentalidade primitiva (1910, 1922). Mentalidade significa aqui funções mentais, mecanismo mental, sendo praticamente equivalente a pensamento (como de resto *mentality* em inglês). O conceito é limitado ao seu aspecto cognitivo mas o seu campo de aplicação é alargado primeiro ao conjunto das sociedades arcaicas e depois ao conjunto do género humano pois que a mentalidade primitiva seria uma estrutura permanente do espírito humano (Lévy-Bruhl 1949). O conceito é bastante próximo em J. Piaget (1926) quando ele fala de "mentalidade infantil" no sentido de estruturas mentais ou modalidades do pensamento, ou ainda em expressões tais como "mentalidade paranóide", ou "mentalidade mórbida".

A partir dos anos 60, a palavra "mentalidade" é essencialmente utilizada na expressão "história das mentalidades", designando, em França, um sector da investigação histórica que visa reconstituir a concepção do mundo e a sensibilidade colectiva próprias de uma dada cultura, num determinado momento. Aqui, a compreensão do conceito é vasta: designa não apenas as estruturas cognitivas mas também os hábitos psicológicos e morais, as crenças profundas, a visão do mundo assim como o domínio afectivo.

Temos de um lado, portanto, um conceito global mas destinado a captar o particular e a mudança; do outro, um conceito muito mais limitado na sua compreensão mas

destinado a captar o universal e o permanente.

PH. BD.

Meritocracia: Este termo designa geralmente uma hierarquia dos postos e dos lugares que resulta da aplicação do princípio: a cada um segundo os seus dons e os seus méritos.

De uso pouco frequente, comporta equívocos, em particular porque o seu sentido é mais amplo que o que ele evoca. Se sugere uma repartição dos postos em função dos esforços, do trabalho, da boa vontade de cada um, acaba por designar de facto um estado social em que a hierarquia das posições se decalca sobre a das qualidades individuais (dons e méritos misturados), ou mais simplesmente um estado social em que reina a igualdade das oportunidades. A meritocracia é inigualitária mas essa inigualdade é o resultado de uma competição igual: resultados desiguais mas oportunidades iguais à partida. Por outras palavras, nem o nascimento, nem as relações, nem a oportunidade condicionam o êxito social;

157

jogam apenas os dons e méritos, tais como são reconhecidos e mensurados. De que modo operar essa selecção social? Segundo a versão mais corrente da meritocracia, são a escola e a universidade que asseguram essa função; a hierarquia social confunde-se então com a dos diplomas. Uma meritocracia perfeita é uma utopia, mas as sociedades são mais ou menos meritocráticas.

PH. BN.

Messianismo e milenarismo: Messianismo e milenarismo são fenómenos de expectativa religiosa que produzem efeitos semelhantes.

Falando com rigor, o messianismo refere-se à crença num rei a vir, enviado por Deus, ou pelos deuses; o seu governo, destinado a durar eternamente e a revestir uma dimensão universal, trará glória, justiça, abundância ao povo em questão. O milenarismo representa uma das formas assumidas pela expectativa escatológica cristã. Para os pré-milenaristas, Cristo voltará à Terra no "fim dos tempos" para nela reinar mil anos (Apocalipse, XX), antes do Juízo Final. Para os pós-milenaristas, a vinda de Cristo (para o Juízo e a eternidade) coroará um tempo de "cristianização" das instituições.

Messianismo e milenarismo têm em comum o facto de transformarem situações de sofrimento em dinâmicas de esperança. Podem envolver populações ou partes de populações, classes sociais ou outros grupos de natureza e dimensões variadas. Historiadores, antropólogos e sociólogos vêem neles respostas a situações de dominação - políticas, económicas, culturais - vividas como intoleráveis. Pode falar-se então de ideologias e de movimentos de "deserdados", que geram com frequência (Idade Média ocidental e Terceiro Mundo actual) revoltas sociais e religiosas.

Os milenarismos ocidentais contemporâneos - em geral no campo protestante - são mais uma coisa de "herdeiros" que de deserdados: darbistas, adventistas, testemunhas de Jeová, etc. Entre eles, a frustração dá muitas vezes origem a atitudes passivas.

A explicação dos fenómenos messiânicos e milenaristas deve ter em conta a sua extrema variedade. Os investigadores estudaram-nas geralmente na sua proximidade do domínio político. Designam-se assim como pré-políticos os que dão origem a movimentos de revolta e depois desaparecem, ou subsistem como formações religiosas conservadoras (Worsley 1957). Fala-se de pós-politismo quando messianismo ou milenarismo exprimem uma decepção nascida do fracasso dos movimentos sociopolíticos (Thompson 1963). Alguns autores pensam que uns acompanham mais do que precedem ou vêm depois dos outros (Cohn 1957; Hobsbawn 1959).

A explicação política e/ou económica exclusiva das ideologias e movimentos messiânicos e milenaristas é, sem dúvida nenhuma, redutora: não permite captar o sentido vivido da experiência religiosa que motiva os actores sociais.

J. S.

- Balandier (1955), Desroche(1973), Laplantine (1974).

MICHELS (Robert), sociólogo italiano de origem alemã (Colónia 1876 - Roma 1936: De pai alemão e de mãe italiana, Michels fez os seus estudos na Alemanha, na Grã-Bretanha e em França. Inicialmente social-democrata militante, abandona o partido em 1907. Michels descreveu a sua evolução num ensaio autobiográfico: *Eine Syndikalistisch gerichtete Unterströmung im deutschen Sozialismus* (1932). Escrevendo em alemão e em italiano,

158

dedicou em 1911 uma obra aos partidos políticos. A tradução

francesa (1914), publicada sob o título *Les Partis politiques*, comporta um subtítulo significativo: *Essai sur les tendances oligarchiques des démocraties*.

A partir de exemplos tirados das organizações alemãs, holandesas, britânicas ou italianas, Michels mostra como a direcção das grandes máquinas políticas ou sindicais é progressivamente dominada por uma classe de dirigentes profissionais, que afirma falar em nome dos militantes. Para explicar o fenómeno, faz apelo a duas espécies de causas: em primeiro lugar, as necessidades da acção colectiva impõem chefes às organizações; em segundo lugar, a psicologia das massas, a sua ligação às pessoas que falam em seu nome constituem a base psicológica do poder dos chefes. Michels pôs em evidência a contradição entre os valores democráticos, que a seu ver legitimavam a acção colectiva, e as necessidades internas das organizações de massa. Mostrou que, nos partidos e nos sindicatos, a democracia interna era severamente limitada por aquilo que ele denominou "a lei de bronze da oligarquia [*]".

J.-C. L.

Migração: A migração designa o deslocamento de populações de uma região para outra, particularmente das regiões rurais para as zonas urbanizadas, mas também de uma sociedade para outra. Em ambos os casos, não são os mais miseráveis que se deslocam, mas os que são mais susceptíveis de tomar consciência do desnível entre as suas aspirações e a possibilidade de concretizá-las no local onde se encontram.

O primeiro efeito da migração é o de obrigar os migrantes a elaborar uma série de novas funções. É mais marcado no

caso das migrações internacionais (Borrie 1956).

Para descrever as consequências destas migrações, vários sistemas conceptuais foram utilizados. Mas, em todos os casos, importa distinguir entre o que alguns chamam a assimilação cultural (qualificada por outros de aculturação*), que designa a adopção pelos migrantes dos modelos culturais da sociedade de instalação, e a assimilação estrutural (muitas vezes qualificada de integração), que designa a participação nos vários grupos primários. M. Gordon (1964) pôde assim verificar que nos Estados Unidos da América os migrantes conhecem uma assimilação cultural rápida, mas uma fraca aculturação estrutural. Populações que adoptaram os valores e as condutas conformes com os modelos nacionais nem por isso participam igualmente na vida social fora do seu grupo de origem. Em contrapartida, uma vez realizada a assimilação estrutural, ela traz consigo o fim dos casamentos endogâmicos e de todas as formas de especificidade.

O processo de assimilação ganha formas diferentes nos países de imigração, como os Estados Unidos ou Israel, formados pelas migrações, e nos Estados-nações de tipo europeu (Schnapper 1974). No primeiro caso, formam-se grupos étnicos que mantêm durante mais tempo os modelos culturais de origem e constituem um meio que favorece uma aculturação mais lenta e progressiva. No segundo caso, os migrantes, obrigados a adaptar-se mais rapidamente às normas impostas pela sociedade de instalação, são menos susceptíveis de formar grupos sociais específicos. Pôde também verificar-se nos Estados Unidos um fenómeno de retorno às identidades nacionais, segundo a

159

teoria dita das três gerações (Herberg 1955). Os filhos dos migrantes nascidos nos Estados Unidos (a "segunda geração"), ainda mal seguros da sua identidade nacional, esforçam-se por se integrar plenamente na sociedade americana, rejeitando a identidade irlandesa ou italiana do seu pai; em contrapartida, os netos ("a terceira geração"), que já não têm quaisquer dúvidas sobre a sua pertença social, recuperam a identidade nacional de origem graças à qual obtêm um estatuto e um lugar dentro da sociedade americana. A teoria das três gerações explica a situação dos Estados Unidos da América, onde se combinam identidades históricas particulares (italiana, grega, polaca, judaica, etc.) com uma participação cultural e política nacional; mas traduz mal os processos de aculturação no interior dos Estados Unidos.

D. S.

Milenarismo - vd. Messianismo e milenarismo.

Minoria: O termo "minoria" designa um grupo de pessoas que diferem pela raça, pela religião, pela língua ou pela nacionalidade do grupo mais numeroso no meio do qual vive. Duas precisões devem ser feitas. Em primeiro lugar, um grupo só constitui uma minoria se tomar consciência de si próprio enquanto grupo diferente dos outros e, na maioria das vezes, socialmente inferiorizado, sobretudo se é assim visto pelos outros. Os ruivos são menos numerosos que os morenos nas nossas sociedades, mas não formam uma minoria, na medida em que, não tendo a cor dos cabelos

significação social, eles não têm consciência de constituir um grupo particular. Por outro lado, o termo "minorias" tem sempre uma dimensão social e política: na maioria das vezes, a minoria constitui um grupo ao mesmo tempo menos numeroso, menos considerado e menos poderoso; mas não é necessariamente esse o caso. Os Negros, majoritários pelo seu número na África do Sul, constituem no entanto uma minoria na ordem social e política instalada naquela república.

As relações entre maioria e minorias são habitualmente conflituosas, mas nunca se fixam uma vez por todas (Blalock 1967). Entre a maioria e a ou as minorias existem conflitos, mas também acordos e formas de aculturação (Barth 1969). As populações judaicas, sempre minoritárias, conheceram formas de aculturação diferentes nas nações ocidentais e nos países muçulmanos.

A situação de uma ou das minorias varia segundo a natureza dos regimes políticos e sociais, a sua possibilidade ou a sua vontade de reconhecer, de maneira formal ou informal, a existência das minorias. No seu princípio, o Estado-nação, elaborado na Europa na época dos nacionalismos, não admite a existência das minorias nacionais ou culturais e ignora as minorias religiosas. Os negociadores do Tratado de Versalhes esforçaram-se depois da Primeira Guerra Mundial - sem de resto o conseguirem - por reconstruir a Europa com base no princípio das nacionalidades e por suprimir as minorias no interior das nações europeias. Em contrapartida, a Suíça ou o Líbano foram fundados por um acordo político entre grupos religiosos e nacionais quantitativamente desiguais, que reconhecia a existência e os direitos de todos esses grupos. O

número das minorias modifica também o sentido da relação maioria-minoria. Nos Estados Unidos, quando os

160

italo-americanos, os polaco-americanos ou os judeus americanos se tornaram mais numerosos que os *wasp*, deixaram de constituir minorias para se tornarem componentes de uma nação fundada num consenso político de grupos culturais diferentes (Glazer, Moynihan 1964; Greenley 1974). No sistema democrático, fundado no princípio do respeito das minorias políticas, as minorias religiosas e culturais podem ter um poder de bloqueio. Assim, os muçulmanos minoritários da União Indiana souberam utilizar os meios do funcionamento democrático para impedir o voto de leis laicas contrárias às tradições corânicas (Krishna 1986).

D. S.

Mobilidade social: A expressão designa a circulação dos indivíduos entre as categorias ou classes sociais. Há dois tipos de mobilidade. A mobilidade intrageneracional é a passagem dos indivíduos de uma categoria para outra durante a mesma geração: compara-se neste caso a classe à qual pertence o indivíduo em fim de carreira, por exemplo, à classe à qual ele pertencia no início de carreira. A mobilidade intergeneracional é a circulação de um indivíduo do grupo social a que pertence a sua família (pai e/ou mãe) para um outro grupo: comparamos a classe social à qual pertence o indivíduo à classe a que pertence a sua família. Uma sociedade dividida em duas classes, com dois fluxos que a

caracterizam, pode ser representada pelo seguinte quadro:

filho: C1 - C2
pai:
C1 ... 25 - 5 - 30
C2 ... 15 - 55 - 70
40 - 60

Na geração do pai (linhas horizontais), a classe C1 tem 30 indivíduos e C2 tem 70. Na geração do filho, C1 tem 40 e C2 tem 60. Alguns filhos pertencem à mesma classe que os seus pais (todos os que estão situados na diagonal noroeste, sudeste): são os imóveis em número de 80. Outros, pelo contrário, não pertencem à mesma classe que os seus pais (todos os que não estão situados nessa diagonal): são os móveis em número de 20. Se se supuser que a classe C1 é superior à C2 em termos de rendimento, nível de instrução, prestígio ou poder, verifica-se que 5 filhos pertencem a C2 ao passo que os seus pais pertenciam à C1: chamar-lhes-emos os móveis descendentes. Por simetria, qualificaremos de móveis ascendentes os 15 filhos que fazem parte de C1 mas cujos pais estavam em C2.

Os sociólogos da mobilidade tentaram responder a pelo menos dois conjuntos de questões. O primeiro é relativo aos factores que determinaram a mobilidade, o segundo às consequências da mobilidade na sociedade e/ou nos comportamentos individuais. Começaram por pôr em evidência a heterogeneidade dos factores que influenciam na mobilidade. Os 20 móveis não mudaram de classe pelas mesmas razões. Dez dentre eles foram forçados a passar de

C2 para C1. Com efeito, se se comparar as distribuições dos indivíduos entre as classes nas duas gerações, C2 perdeu 10 indivíduos (70-60), que C1 deve recuperar. Esta mudança das estruturas dá origem a uma mobilidade estrutural, ou forçada, que pode ser, por exemplo, o resultado do êxodo rural se a sociedade se urbaniza e se industrializa, de uma diminuição dos operários não qualificados se se verificarem reestruturações da indústria, do comércio ou do sector

161

terciário que exigem pessoal cada vez mais qualificado. Assim, em 20 móveis, 10 são móveis estruturais; os outros 10 são móveis puros. A mobilidade pura está na base dos cálculos dos índices de mobilidade, das comparações internacionais ou das comparações da mesma sociedade em momentos difíceis da sua história. Tais comparações permitem saber se uma sociedade é mais ou menos aberta, se o é mais que uma outra, se enfim as hipóteses de mobilidade que concede aos societários aumentam ou diminuem a sua estabilidade política e social. Um dos determinantes da mobilidade pura que constituiu objecto das mais numerosas pesquisas é o sistema de ensino. Um aumento do nível de instrução gerará uma maior mobilidade? A resposta a esta simples questão não é de facto fácil. Verifica-se na verdade uma influência do nível de instrução dos indivíduos sobre o seu estatuto, mas isso nem sempre significa uma melhoria das suas posições em relação às dos seus pais. Uma das razões avançadas para explicar tal paradoxo é o facto de a estrutura educativa mudar mais rapidamente que a estrutura profissional. O segundo tipo de questões que os sociólogos

levantam é relativo às consequências da mobilidade. Uma grande mobilidade gerará a estabilidade política? Reduzirá as posições políticas extremistas? Tornará os estilos de vida das classes menos heterogéneos? Será, pelo contrário, um factor de instabilidade, de tensão e de anomia? As conclusões de numerosas pesquisas corroboram em parte as primeiras hipóteses.

M. C.

- Boudon (1973), Thélot (1982), Weiss (1986).

Mobilização política: Na linguagem corrente, a mobilização evoca a afectação de civis para postos e actividades militares. Os sociólogos e os politólogos retiveram desse sentido primeiro a dimensão de disponibilidade para a acção.

Segundo uma primeira concepção defendida por K. Deutsch (1961), a mobilização está intimamente ligada à modernização, cujo aprofundamento favorece. Implica ao mesmo tempo uma profunda erosão dos compromissos tradicionais nos planos económico, social e psicológico e, sob o efeito desse desmoronamento, uma disponibilidade dos actores para novos modelos de socialização e de conduta. A mobilização tenderia assim a fundir cada indivíduo num "público social e político". P. Nettl (1967) distanciou-se relativamente a esta concepção ao sublinhar que a mobilização constitui um processo autónomo, analiticamente independente da modernização. Distinguiu igualmente dois tipos principais de mobilização: ascendente (denominada "estalagmite") e descendente ("estalactite"). De social que era em Deutsch, a mobilização torna-se aqui essencialmente política. Enfim, toda uma corrente de pensamento se definiu a partir da sua concepção da mobilização, encarada como

"mobilização dos recursos". Ao ver na mobilização um processo que visa instaurar o controlo de uma unidade social sobre recursos de que não dispunha anteriormente, A. Etzioni (1968) desempenhou um papel de precursor; mas a nova concepção não se reconhece apenas neste tipo de definição. No seu conjunto, os autores desta corrente propõem uma imagem realista - e não romântica - da mobilização, insistem nas suas dimensões racionais, por oposição às teorias clássicas do comportamento colectivo, e esforçam-se por explicar o próprio desenrolar do

162

processo, por meio de uma análise dinâmica: a partir deste fundo de orientações comuns desenvolvem-se passos originais, como o de A. Oberschall (1973), que pôs em evidência condições cruciais de emergência da mobilização no quadro global do conflito sociopolítico. O carácter inovador desta perspectiva é indiscutível, mas pode lamentar-se que ela se fique por uma concepção demasiado instrumental dos recursos, como o assinalou M. Dobry (1986), e que tenda a subestimar o peso das lealdades, nas quais F. Chazel (1975) colocou a tónica, como as ideologias e, mais geralmente, das concepções do mundo.

F. C.

- Germani (1971).

Moda: O termo "moda" aplica-se na linguagem corrente quer ao favor particular e momentâneo de que goza alguma coisa, quer às mudanças que afectam o vestuário e os adornos, quer ainda a própria roupa. Em sociologia, a moda

é concebida como o processo de transformação incessante e de tendência cíclica das preferências próprias dos membros de uma dada sociedade, em todas as espécies de domínios. A noção não se limita à moda do vestuário nem aos entusiasmos súbitos e efêmeros por objectos ou comportamentos fúteis que a língua inglesa designa pela palavra *fad* (capricho). No entanto, restringe-se geralmente às preferências que não se reduzem a uma função propriamente utilitária. Donde o carácter de arbitrário ou de irracional que comumente se atribui aos movimentos da moda.

Nos inícios da sociologia, a moda era a referência quase obrigatória que permitia manifestar a parte do social nos comportamentos individuais. Como forma de regulação, como mecanismo ou expressão da mudança e da estratificação, as suas relações com os problemas centrais da disciplina parecem evidentes. G. de Tarde (1890) via nela uma das formas da imitação dos contemporâneos, do estrangeiro, própria das sociedades de classes, por oposição ao costume, imitação dos antigos, dos predecessores. Na esteira de H. Spencer, G. Simmel (1904) sublinhava a sua dupla função, satisfazer ao mesmo tempo o desejo de conformismo e a preocupação de diferenciação e analisava-a como o resultado de uma rivalidade entre classes sociais. O seu movimento perpétuo viria da procura de sinais de distinção adoptados primeiro pela classe superior e que deslizam em cascata de uma camada social para outra. Para se demarcarem, as classes superiores vêm-se obrigadas à renovação dos seus sinais, e assim sucessivamente.

Este modelo de difusão vertical dos bens da moda foi largamente aceite ainda que não tenha sido praticamente

submetido à prova dos factos, por falta de um material adequado. De uma maneira mais geral, é flagrante o contraste entre a massa das reflexões sobre a moda, considerada como o "fenómeno social por excelência" e a raridade dos estudos empíricos. Isso deve-se à identificação muito forte da moda com a moda do vestuário, ou mesmo com a própria roupa (Besnard 1979). A moda do vestuário é, no entanto, um exemplo particularmente impuro do fenómeno. A escolha de uma roupa é em parte determinada pela sua disponibilidade e pelo seu custo. Além disso, neste caso, cada um sabe (mais ou menos) que se conforma (mais ou menos) com a tendência colectiva da altura. Ora, o que é fascinante no fenómeno da moda é que ele é o exemplo mais imediato da eterna

163

questão da sociologia: a das relações entre o individual e o colectivo. São as nossas escolhas individuais adicionadas que formam o "gosto colectivo" da época; no entanto, tudo se passa como se essas escolhas individuais se conformassem com esse gosto colectivo. E a conformidade das escolhas individuais com a escolha colectiva pode ser não apenas ignorada mas receada.

Vê-se isso bem no caso da escolha dos nomes, objecto privilegiado para o estudo da moda porque aí encontramos a tensão entre o receio do comum e o do excêntrico, mola do seu movimento, e também porque o nome é um bem gratuito, cujo consumo é obrigatório, o que permite captar o fenómeno no que ele tem de puramente social. O estudo estatístico dos nomes dados em França desde há um século

(Besnard, Desplanques 1986) permitiu pôr à prova os modelos de difusão da moda (vd. difusão), precisar o seu andamento social e geográfico e também pôr em evidência ciclos do gosto colectivo, de período variável segundo a carreira passada de cada nome. Tal como o estudo de A. L. Kroeber e J. Richardson, que tinham encontrado variações cíclicas de longa duração em certos parâmetros do vestuário feminino, estes resultados sugerem que a evolução cíclica das preferências obedece a uma dinâmica que lhe é própria.

PH. BD.

- Koenig (1967).

Modelo em sociologia: Procurar compreender um fenómeno social, é fazer-se dele uma representação, ao mesmo tempo simplificada e, no entanto, respeitadora da sua complexidade. Essa representação, que se apoia na observação, é uma construção que visa explicar o objecto, na sua sincronia e na sua diacronia. Chamar-se-á "modelo" ao produto dessa elaboração. Resulta de um esforço de formalização do objecto estudado e tem como finalidade propor uma interpretação - do ponto de vista do investigador - desse objecto. A utilização de modelos em sociologia é tão antiga como a própria sociologia.

Em tempos, procurou-se construir modelos por analogia, em particular assimilando os fenómenos sociais a um mecanismo ou a um organismo. Tratava-se de modelos materiais concebidos a partir da observação das estruturas existentes na realidade: é o que acontece quando se fala de escala para explicar a estratificação social ou quando se descreve a evolução das sociedades por analogia com o ciclo da vida humana.

Actualmente, há uma maior tendência para elaborar modelos *formais* que se podem definir como "uma construção simbólica e lógica de uma situação relativamente simples, elaborada mentalmente e dotada das mesmas propriedades estruturais que o sistema factual original" (Rosenblueth, Wiener 1954).

Reserva-se muitas vezes o termo de modelo formal aos modelos matemáticos que fazem apelo a representações cifradas da realidade e que estabelecem entre esses dados relações que se exprimem por meio de equações. Dentro dessa classe, podem distinguir-se os modelos estatísticos (como a análise de similitude ou a análise factorial), que não estão associados a nenhum conteúdo sociológico; os modelos experimentais directamente tirados da observação, de natureza hipotético-dedutiva; os modelos simuláveis, isto é, "manipuláveis", a maior parte dos quais são aleatórios e têm em conta o acaso como um elemento importante da simulação. Estes últimos possuem a propriedade de

164

uma quase experimentação; são úteis quando a realidade social que se pretende explicar não se presta a uma experimentação directa ou quando essa experimentação, embora possível, ponha quer problemas deontológicos quer problemas de tempo e de custo.

Há também uma classe de modelos formais qualitativos, representação simbólica das relações que existem entre os elementos de uma realidade social. O ideal-tipo weberiano, tal como o ideal-tipo do espírito do capitalismo, é um modelo formal; de igual modo, os modelos construídos no

quadro da abordagem sistemática em que "um modelo de um fenómeno ou de um processo é essencialmente um modo de representação tal que permite, por um lado, explicar todas as observações feitas e, por outro, prever o comportamento do sistema em condições mais variadas que as que deram origem às observações" (Naslin, citado por Le Moigne 1977). Quer seja matemático- experimental ou simulável - quer qualitativo, um modelo é, em primeiro lugar, uma ajuda à reflexão teórica. Pela exigência de formalização, e portanto de rigor, que preside à sua construção, permite avaliar a sua coerência interna e a sua adequação com o objecto, e daí tirar todas as consequências. É também, numa perspectiva operacional, uma ajuda à acção.

Y. C.

- Boudon, Grémy (1977), Grémy (1971).

Modernidade: A modernidade designa ao mesmo tempo um período da história humana inaugurado na Europa e o conjunto dos fenómenos que o caracterizam. Não se discute quanto ao lugar do seu aparecimento mas quanto à altura em que se produziu. Uns inclinam-se para o séc. XVI e a sua convicção de inaugurar uma era nova reatando com a Antiguidade. Outros ligam-se, com maior verosimilhança, ao séc. XVII e ao aparecimento da ciência e da filosofia política contratualista. Outros ainda descem até ao séc. XVIII, à filosofia das Luzes e aos primeiros passos da industrialização, ou até ao séc. XIX e ao triunfo da ciência, da técnica e da indústria.

Quase não se discute a lista dos traços distintivos da modernidade. No domínio político, manifesta-se, por um lado, pela instauração de polítias estáveis empenhadas no

concerto das nações europeias e, por outro lado, pela construção de regimes políticos fundados na distinção do privado e do público, no direito, na limitação e no controlo do poder político e na capacidade de viver desenvolvimentos democráticos. No domínio religioso, traduz-se pela laicização, isto é, pelo acantonamento da religião no âmbito privado, e pela irreligião. A economia moderna é caracterizada pelo esforço constante em injectar nas técnicas de produção e de distribuição processos cada vez mais eficazes, porque inspirados pelo progresso científico. Porque a modernidade é também caracterizada por um crescimento exponencial do saber racional. Estes traços e outros, como o desenvolvimento das nações, o florescimento do individualismo, etc., são tão maciços e determinantes que têm repercussões decisivas sobre todos os aspectos da condição humana. A modernidade pode, sob este aspecto, ser tida como o emergir de uma civilização nova, fora da civilização europeia. Como, por outro lado, os seus caracteres decisivos são universalizáveis e imitáveis seja onde for, a modernidade é muito mais ainda que o avatar de uma civilização, podendo

165

ser tida como uma nova etapa da aventura humana em geral. A unanimidade desaparece a partir do momento em que se trata de isolar o ou os factores decisivos da modernidade. Cada um isola um traço e tende a considerá-lo como fundador. Para A. Comte, a ciência era a abertura decisiva, para Saint-Simon era a indústria, para Marx o capitalismo, para Tocqueville a igualização das condições sociais e a

democracia, para M. Weber a racionalização. De facto, todo o ponto de vista argumentado sobre a modernidade é uma teoria sociológica e toda a teoria sociológica deve ser avaliada na sua capacidade para justificar a modernidade.

J. B.

- Aron (1962), Bell (1973), Durkheim (1983), Landes (1969).

Modo de produção: A noção de modo de produção é de origem marxista. Supõe que uma sociedade é caracterizada quanto ao essencial pela sua maneira de produzir, ou seja, pelas relações que se estabelecem entre os produtores, por um lado, e os meios de produção e os produtos, por outro. O seu valor heurístico permite estabelecer comparações no tempo e no espaço, mas alguns marxistas quiseram fazer dela uma chave universal em detrimento da reflexão crítica e científica. Estaline, em 1938, reduziu a história das sociedades humanas a uma sucessão linear de cinco modos de produção: comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo ou comunismo. Outros tiveram tendência para fazer do movimento das ideias e da cultura um reflexo das estruturas de produção. Estes desenvolvimentos dogmáticos obscureceram a questão e fizeram esquecer que o próprio Marx procurava alargar a sua problemática. Avançando a concepção de um modo de produção asiático (China, Índia, etc.), Marx invalidou de facto a ideia de uma sucessão teleológica dos modos de produção. Nos seus últimos escritos, ele tentou restringir o emprego da noção de modo de produção unicamente à sociedade capitalista.

J.-M. V.

- Althusser (1966).

Modo de vida: A vida quotidiana difere quando, por exemplo, comparamos os urbanos aos rurais. Para L. Wirth (1938), sociólogo da escola de Chicago*, o facto de habitar numa cidade é um modo de vida.

A noção de modo de vida não tem definição convencional na tradição sociológica e a sua voga recente nos estudos de *marketing* não precisou o seu sentido. Em geral, o modo de vida faz referência a uma combinação de características que o estudo sociológico ou etnográfico estabelece como específica dos comportamentos de um dado grupo social. A maneira de gastar os seus proventos, a natureza das actividades de subsistência e o emprego do seu tempo livre, a forma e o ritmo dos convívios constituem um conjunto de traços susceptíveis de identificar uma população.

O modo de vida, assim entendido, é uma noção mais ampla que a de nível de vida. O tempo livre e a sociabilidade figuram, de facto, de maneira explícita nessa definição. A categoria socioprofissional, que foi utilizada como indicador do modo de vida, não tem na devida conta estas duas dimensões da vida quotidiana; porque esta classificação continua marcada pelo emprego, seu domínio de origem. Será preciso alargar ainda mais a noção de modo de vida incluindo nela as disposições culturais específicas (Scardigli 1987)? Os autores clássicos,

166

de M. Weber a M. Rokeach (1973), convidam a limitar a extensão desta expressão ao domínio dos comportamentos e

a reservar o das normas e das atitudes à noção de estilo de vida.

N. H.

Monografia: A monografia apresenta-se como estudo do singular e do particular. Em sociologia, utilizam-se monografias de indivíduos, ou biografias, monografias de localidade (os *community studies* da tradição anglo-saxónica) e monografias de profissão ou de meio profissional.

Em que medida o estudo de casos contribuirá para um conhecimento geral de alcance universal? A maneira de encarar as relações entre abordagem microssociológica e conhecimento (macro)sociológico da realidade variou muito no tempo. No início do século passado, a monografia era uma componente indispensável da estatística administrativa nascente. As "estatísticas dos prefeitos" lançadas por J. A. Chaptal em 1800 eram compilações de monografias locais. Em meados do século, os "militantes da estatística" começam a diferenciar-se: aos que implantam estatísticas estatais opõem-se os membros da escola de F. Le Play, que se limitam a uma "estatística privada". Fazendo monografias de famílias operárias, centradas no estudo do orçamento familiar, Le Play e seus discípulos (1856) pretendem isolar o elemento de base sobre o qual o edifício social está construído. A autoridade do pai de família prefigura o poder do príncipe no Estado. O recurso à monografia justifica-se neste caso por um postulado de homologia estrutural entre o microcosmo familiar e o macrocosmo social.

Este princípio de *homologia* está na base, no séc. XX, de numerosas monografias de localidade, feitas nos Estados Unidos da América a partir de 1920, na França a partir de

1950. A imagem ampliada de uma pequena unidade local supõe-se que proporciona a visão da inapreensível totalidade social. No estudo de R. e H. Lynd (1929) sobre uma cidade média americana, tal como no trabalho de L. Wylie (1957; sobre uma aldeia do Vaucluse, os autores procuram representar a América média ou o mundo rural francês, através da exploração exaustiva de uma localidade média, e portanto "exemplar". O desmoronamento do mito do todo integralmente presente em cada uma (ou pelo menos em algumas) das suas partes levou a sociologia a enveredar duravelmente por estratégias de pesquisa em que a monografia deixava de ter o seu lugar. Contudo, o recrudescer de interesse pela abordagem monográfica em França a partir dos anos 70 e a persistência de uma corrente sociológica qualitativa nos Estados Unidos (etnometodologia) sugerem que o estudo do singular e do total correspondem a necessidades profundas da sociologia. Só a monografia, pelo seu afincamento em reconstituir as relações entre elementos pertencentes a uma mesma unidade concreta, permite analisar a classe dos fenómenos "locais". Por este termo genérico, designam-se primeiro todos os sistemas fechados, pelo menos parcialmente: funcionamento de uma instituição, mas também organização de um sistema político local, estrutura de um campo profissional, segregação social no espaço, etc. Inclui-se aí também o estudo dos territórios, dos cortes, das identificações, das delimitações de grupos locais ou profissionais, assim como a descrição dos rituais da interacção.

Analisar os efeitos ligados a meios ou a espaços fechados não é um inventário interminável; supõe-se, com efeito, que a diversidade dos processos e das formas de organização é limitada (hipótese de parcimónia). A monografia enriquece igualmente a análise de problemas sociológicos gerais. Um bom exemplo é o das classes sociais ou das relações interétnicas: os laços concretos que uma dada classe (ou uma etnia) estabelece com os outros grupos presentes num mesmo contexto local influenciam com frequência mais sobre o seu ser social ou sobre a sua ideologia que o seu lugar na estrutura "nacional".

A abordagem monográfica mantém uma função específica em sociologia. Mas é tanto mais produtiva quanto confrontada com outras abordagens mais globais da realidade.

M. B.

- Goffman (1961).

MONTESQUIEU (Charles de SECONDAT, barão de LA BRÈDE e de), escritor francês (castelo de la Brède, perto de Bordéus, 1689 - Paris 1755): Montesquieu pertence pela sua família à nobreza da magistratura. Magistrado e membro da Academia de Bordéus, conhece o êxito em Paris com as suas *Lettres persanes* (1721). Em 1734, publica *Considerations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence*; retira-se para La Brède. Manda publicar em Genebra a sua obra principal *De l'esprit des lois* (1749).

Fundador do direito público comparado e da sociologia do direito, Montesquieu foi reconhecido por A. Comte e por É. Durkheim (1953) como um precursor da sociologia e considerado por R. Aron (1967) como o primeiro dos

sociólogos. As leis são definidas por Montesquieu como "as relações necessárias que derivam da natureza das coisas". Estudou os costumes e as leis de numerosos povos, e na sua diversidade soube ver regularidades, relações inteligíveis. A partir daí, estabeleceu princípios que mostram que os homens não são conduzidos pela sua fantasia e que o direito positivo das sociedades humanas pode ser o objecto de uma ciência. Mas, quando analisa a relação das leis com a constituição de cada governo, com o clima, os costumes, o comércio ou a religião, faz aparecer um tipo de legalidade que não se confunde com o estrito determinismo do mundo físico. Procura a explicação dos fenómenos sociais numa combinação muito delicada de causas diversas, físicas ou morais, e, na sua opinião, a arte do legislador pode e deve por vezes combater o efeito de certas causas. Não se contenta com explicar, chega mesmo a denunciar o mal social, a escravatura por exemplo.

No domínio político, combate o despotismo, definido como o exercício de um poder arbitrário por um único homem. Identificou lucidamente a sua causa natural: "É uma experiência eterna que todo o homem que tem poder é levado a abusar dele." E deu muito logicamente o remédio: "Para que não se possa abusar do poder é preciso que, pela disposição das coisas, o poder trave o poder." A liberdade, para Montesquieu, supõe que o poder actue por meio de "leis fixas e estabelecidas", e que seja distribuído de tal maneira que um equilíbrio possa estabelecer-se pelo controlo mútuo dos poderes. Os exemplos históricos de governos moderados e equilibrados são raros: a república romana durante um certo tempo, ou a antiga monarquia francesa, mas, para a sua época, é a monarquia

168

inglesa que Montesquieu apresenta como modelo, em dois capítulos de *De l'esprit des lois* (6, XI, e 27, XIX).

J.-C. L.

- Shacketon (1977), Vernière (1977).

Morfologia social: No seu último livro, *Morphologie social* (1938b), M. Halbwachs precisou o que convém entender por esta expressão tirada de É. Durkheim. Todo o agrupamento humano, do mais restrito ao mais vasto, da família por exemplo à nação, é um conjunto de indivíduos que ocupam um certo lugar no espaço. O seu volume, o número e a natureza das suas partes, a maneira como elas estão dispostas no solo, o ritmo da sua renovação, o seu crescimento ou a sua decadência são outras tantas características que constituem o substrato material sobre o qual assenta a vida do grupo.

Cada associação, religiosa, política, económica, tem a sua morfologia própria. Baptismos e enterros pela Igreja são como que outros tantos nascimentos e mortos, conversões ou abandonos da fé ou da prática como que outros tantos movimentos migratórios que modificam os efectivos. A natureza e o volume das trocas entre os grupos, a actividade económica estão em função do número total de produtores e de consumidores, da sua idade e da sua repartição nas diversas categorias sociais. As formas de governo não poderão ser as mesmas para um povo pouco numeroso ou fortemente concentrado em cidades e num vasto império cujos habitantes vivem dispersos e longe do centro. Num

sentido restrito, portanto, a morfologia social confunde-se com a ciência da população, isto é, com as condições espaciais e o movimento natural da população nas suas componentes, de repartição geográfica e de densidade, de sexo e de idade, de reprodução.

Mas as formas exteriores ou materiais são insuficientes em si próprias para constituir uma sociedade. Só representações colectivas lhes dão uma significação. O indivíduo tem consciência de ser porque tem um corpo, mas passa. O corpo do grupo preexiste aos indivíduos e não se extingue com eles, dura. Os seus membros têm de submeter-se a regras comuns, precisam de um sentimento de pertença, de uma vida psicológica e uma consciência colectiva para lhes conferir, por assim dizer, a existência social. "Tudo se passa como se a sociedade tomasse consciência do seu corpo", e é essa consciência que é capaz de moldar as formas e as dimensões do próprio corpo. Os indivíduos não sofrem as leis biológicas sem serem susceptíveis de exercer uma acção, porque conformam a sua conduta com as normas e hábitos que encontram à sua volta e interiorizaram. A morfologia social é descritiva e explicativa. Apoia-se na demografia e propõe uma explicação psicológica e social para os fenómenos demográficos.

A. G.

- Girard (1984).

MOSCA (Gaetano), sociólogo italiano (Palermo 1858 - Roma 1941): Gaetano Mosca é um dos mais célebres fundadores das teorias elitistas contemporâneas. Torna-se professor em várias universidades italianas antes de ser eleito deputado; interessado inicialmente pelo movimento fascista

de B. Mussolini, afasta-se dele muito rapidamente preferindo defender o regime parlamentar que antes tanto criticara.

Juntamente com V. Pareto e R. Michels, Mosca propôs demonstrar,

169

sobretudo, o carácter fundamentalmente inigualitário de todas as sociedades historicamente conhecidas nas quais reina de cada vez uma classe política diferente que se apropria de todo o poder. Na sua opinião, mesmo as sociedades democráticas e parlamentares são dirigidas por uma classe política exclusiva que pretende justificar o seu poder soberano com a ajuda de uma "fórmula política", isto é, de uma ideologia. No seu livro *Elementi di scienza politica*, traduzido parcialmente em inglês sob o título de *The Ruling Class*, considera que "em todas as sociedades há duas classes de indivíduos: os governantes e os governados".

Mosca, diferentemente de Pareto, deseja confiar o poder não a uma nova elite única mas antes a elites mais numerosas que realizariam, ao seu nível, uma espécie de pluralismo que o regime parlamentar seria incapaz de assegurar. Entre elas, a nova elite de técnicos recrutada com base em critérios de competência mais meritocrática deveria desempenhar um papel essencial na gestão quotidiana dos regimes parlamentares.

P. B.

- Albertoni (1984).

Movimento social: Empresa colectiva que visa estabelecer uma nova ordem de vida.

Marx mostrou o papel central que o movimento operário desempenhou na sociedade industrial. Podemos, no entanto, perguntar-nos com A. Touraine (1973) se o advento da sociedade "pós-industrial", não terá favorecido a emergência de "novos" movimentos sociais trazidos por "novos actores" (movimentos feminista, regionalista, ecologista, etc.). Nem todos os movimentos sociais se reduzem a esta única dimensão social: alguns envolvem uma dimensão mais política, como o movimento das nacionalidades no séc. XIX. Outros movimentos podem ter por finalidade resistir a um desmoronamento da ordem social: é com frequência esse o caso dos movimentos de dimensão religiosa (milénarismos, messianismos, etc.). Todo o movimento social supõe uma mobilização prévia dos actores que o compõem. Essa mobilização não implica necessariamente a criação de novos compromissos e de novas identidades colectivas; pode igualmente assentar na reactivação de lealdades e identidades já constituídas. Nas teorias do "comportamento colectivo", os movimentos sociais remetem para um campo no qual as condutas não estão - ou ainda não estão - institucionalizadas (Smelser 1962). As teorias da "mobilização dos recursos" (Oberschall 1973) recusam a pertinência desse critérios, ao porem a tónica nas características organizativas que servem de enquadramento à acção colectiva. Alguns autores batem-se, no entanto, por uma síntese das duas abordagens.

P. M.

- Chazel (1975), Birnbaum, Chazel (1971).

Movimentos religiosos (novos) [NMR]: Os NMR são grupos de criação mais ou menos recente, de origem ou de

inspiração extremo-oriental (Soka Gakkai, Igreja da Unificação do Reverendo Moon, movimento de Bhagwan Shree Rajneesh, etc.) ou de origem ocidental ("novas revelações" à volta dos OVNI, Cientologia, Synanon, etc.); alguns vêm do Médio Oriente (Baha'is, sofisma e nossofisma).

Os NMR conheceram um importante sucesso no Japão, nos anos de forte crise cultural e social posteriores à Segunda Guerra Mundial.

170

O seu desenvolvimento a partir de então - cifra-se em milhões de membros - não se reduz, no entanto, a essas causas, como o demonstra a sua persistência e a sua extensão muitas vezes internacional.

No Ocidente, os NMR não deixam de manter alguma relação com as bases da contracultura dos anos 70. O seu êxito relativo coincide com a crise de múltiplos aspectos que se manifesta desde o fim dos anos 60. A juventude e as classes médias, mais tocadas que outras por este fenómeno, mostram-se também as mais sensíveis às mensagens dos NMR.

J. S.

- Mayer (1985, 1987), Wilson (1970).

Mudança: Dois pontos de vista são possíveis. Ou se considera a estabilidade como primordial e a mudança em segundo lugar, não segundo o tempo mas segundo a prioridade do ser. A sociologia da mudança assenta então nos factores que afectam um estado A para transformá-lo num

estado B. Esta posição exige uma precaução, porque é tentador ter apenas em conta factores exteriores e esquecer tanto a natureza de A como a dinâmica própria da transformação para explicar B como resultado destas três componentes. Este é provavelmente o ponto de vista natural e espontâneo. Um segundo ponto de vista consiste em inverter as prioridades ontológicas e em afirmar que a mudança é primária e que a estabilidade é apenas um afrouxamento da mudança. De igual modo, a física foi abalada quando foi estabelecida a lei da inércia. Nesta perspectiva, a matéria histórica e social é feita de processos incessantes e dos seus resultados, com fases de aceleração e de afrouxamento. É preciso, além disso, captá-las como actividades humanas, conduzidas pelos indivíduos e, mais correntemente, por grupos concretos (casais, famílias, linhagens, Igrejas, seitas, empresas, grupos políticos, etc.). Em suma, a matéria histórica que muda é a agregação de multidões de actos humanos de conhecimento, de criação e de acção.

Este ponto de vista leva a duas séries de análises. As primeiras procuram explicar porquê e como essas agregações podem conduzir a estados determinados e relativamente estáveis, que podemos convir em chamar instituições (políticas, económicas, religiosas, pedagógicas, estéticas, lúdicas, etc.). As segundas investigam as agregações que desembocam em algo de novo. Consoante o ponto de vista adoptado, é claro que entre as instituições e as mudanças há um *continuum*, sobre o qual é possível referenciar pontos de aceleração. Reteremos quatro, indo da mudança menos marcada para a mais radical.

O "desvio" é uma mudança imperceptível para os

contemporâneos. Consiste na acumulação de mudanças minúsculas e insignificantes em si mesmas, mas que desembocam em resultados inovadores, o que dá um sentido retrospectivo à acumulação e a subtrai ao puro acaso. A humanidade paleolítica deve ter conhecido um desvio deste género. De geração em geração, ganhos ínfimos em número acabaram pela ocupação de todo o planeta e pela necessidade de inventar soluções originais, para fazer coexistir grupos que já não tinham a possibilidade de resolver os conflitos eliminando-os pela formação de novos grupos em terrenos de percurso virgens. De igual modo, durante centenas de milhares de anos, o trabalho da pedra desviou-se insensivelmente

171

para o emprego cada vez mais económico e eficaz da matéria-prima.

Uma segunda forma de mudança seria a evolução, que seria preciso definir como a actualização progressiva no tempo de um programa, dado à partida e subtraído a toda a perturbação importante. Poder-se-ia ilustrar esta forma pelo desenvolvimento doutrinal das religiões reveladas num livro sagrado. A mensagem nunca é expressa de maneira unívoca, pois que exprime a transcendência e o inefável. Mas ela não diz tudo o que se quiser. Daí resultam controvérsias entre interpretações, que fazem evoluir a doutrina no sentido de uma explicitação crescente do seu conteúdo latente. Consoante ela é ou não tomada a cargo por um clero organizado ou não, essa explicitação traduz-se quer pela definição cada vez mais precisa da ortodoxia, como no

cristianismo dos primeiros séculos, quer, no outro extremo, na multiplicação das escolas e das seitas, como no budismo.

Uma terceira forma seria a *revolução*. Ela designaria uma ruptura que afecta uma evolução. Neste sentido, todas as actividades humanas podem conhecer revoluções, por exemplo, a técnica. Mas vale mais reservar a palavra para as rupturas políticas. Uma revolução é uma ruptura da legalidade que resulta da substituição de um regime antigo por um regime novo. Quando a ruptura é endógena - revolução inglesa, americana e francesa -, sanciona um movimento de maturação. É assim que as monarquias constitucionais e as repúblicas da Europa contemporânea podem ser consideradas como os resultados das gestações seculares começadas na época feudal. Quando resulta da vontade de introduzir pela força um modelo estrangeiro - revoluções russa e chinesa -, a ruptura acaba rapidamente por deixar reaparecer as continuidades com os regimes autocráticos anteriores.

Podemos, finalmente, referênciar *mutações*, que designariam a implantação de programas novos. É verdade que não há nada de radicalmente novo nos assuntos humanos, no sentido em que o novo não pudesse ser ligado a qualquer desenvolvimento anterior. Mas o que é próprio de uma mutação é que esses antecedentes só se tornam esboços uma vez sobrevinda a mutação. É possível ligar Buda, Cristo ou Maomé ao seu ambiente cultural, mas o seu surgimento não pode em caso nenhum ser dele deduzido, mesmo retrospectivamente. De igual modo, a redescoberta pelos pintores italianos, no fim do séc. XIII e no início do séc. XIV, do projecto dos antigos de atribuir à arte a tarefa de imitar a natureza significou uma mutação da arte europeia,

abrindo-lhe um campo novo dos possíveis. De igual modo ainda, a mutação industrial do séc. XIX arrastou a Europa e depois o mundo para uma fase inédita da aventura humana.

J. B.

- Baechler (1971), Boudon(1984).

Multidão: No sentido mais habitual, uma multidão é uma reunião de seres humanos temporariamente reunidos sob o efeito de projectos individuais (celebrar, aclamar, aguardar, insultar, etc.) que os fazem convergir para um mesmo lugar, aí se aglomerando mecanicamente. Estação de metropolitano nas horas de ponta, fila diante de uma loja ou de um teatro, espectadores de uma partida desportiva: nem vestígios entre eles de um projecto comum que implicaria divisão do trabalho

172

e solidariedade colectiva. Mas uma multidão é versátil, instável: sob a acção de um condutor, pode passar bruscamente da apatia à organização, levantar uma barricada, pilhar um armazém, linchar um suspeito, marchar sobre a Bastilha ou sobre Versalhes (Rudé 1982). S. Sighele e G. de Tarde escreveram muito sobre as multidões "criminosas" que marcaram a Revolução e a Comuna.

Trabalhos recentes (Rudé 1982; Tilly 1986) abrandaram esta visão "patológica" das multidões insurreccionais, ao insistirem, pelo contrário, na racionalidade que, em muitos casos, as inspira no seu recrutamento no seio das camadas mais "sãs" da população e não entre os marginais.

A sociologia das multidões não deve confundir-se com a

sociologia das massas, a despeito da ambiguidade do termo anglo-americano *masss phenomena*.

J.-R. T.

173

N

Nação: A nação é uma certa maneira de agrupar os homens em sociedade, aparecida na Europa nos sécs. XIV e XV, desenvolvida do séc. XVI ao séc. XVIII e desabrochada nos sécs. XIX e XX. No séc. XX, o mundo inteiro procura imitar essa organização. O agrupamento operado pela nação funda-se em paixões, interesses e representações comuns, que impregnam os nacionais da convicção de terem um destino comum diferente do das outras nações. Esse destino está enraizado num passado comum, feito de provas ultrapassadas em comum. E por isso que a nação começa sempre por uma historiografia que confina com o mito, porque apresenta a formação da nação como uma sucessão de etapas orientadas num sentido definido e conduzidas por heróis fundadores. O destino forjado por um passado comum exprime-se num presente comum. Este presente é visto como uma rede densa de relações e de interesses, que fazem com que cada um se sinta parte de um todo, sem o qual a parte perderia sentido e substância. Este todo não está isolado, confronta-se com outros todos numa concorrência permanente pela superioridade, que se exprime em termos militares, económicos, científicos, culturais ou desportivos. No quadro europeu, este sentimento mantido pela nação de

constituir um organismo do qual os nacionais seriam as células e os órgãos correspondeu a uma realidade cada vez mais presente, à medida que a industrialização intensificava a repartição das tarefas e a divisão do trabalho. O destino comum proposto pelo passado e realizado no presente é, por fim, visto como um projecto para o futuro. A nação não é apenas um dado, torna-se um ideal, a vontade de continuar a viver em conjunto, ultrapassando em conjunto novas provas e conquistando a glória de novas proezas. A natureza da nação, tal como a história europeia a define, incita-a espontaneamente a querer agrupar todos os nacionais numa política única. Com efeito, só a coincidência da nação e da política permite àquela cumprir o seu destino. Mas a criação das políticas resulta de inúmeras guerras e de equilíbrios instáveis de forças. A coincidência entre nação e política pode ser tida por puramente casual. Daí resulta que o aparecimento das nações e das paixões nacionais provocou, primeiro na Europa e depois no mundo inteiro, inúmeras perturbações. Uma resultam da vontade de reunir numa só política os membros dispersos de uma nação; outras, inversamente, são provocadas pela vontade de independência de nacionais, reais ou potenciais, incorporados em impérios.

J. B.

- Gellner (1983), Plumyène (1979), Renan (1882).

Nacionalismo: O nacionalismo é uma corrente de pensamento e um sistema de atitudes que exaltam os valores nacionais, ou seja, as referências a uma comunidade humana à qual se pertence de maneira prioritária, em função de critérios materiais (o solo, o território) ou culturais (a história comumente partilhada) e com a qual se tem o sentimento

de identificar-se.

Saído da Revolução Francesa, o nacionalismo foi primeiramente uma corrente de pensamento ocidental, fixado à esquerda. A partir de 1789, exprimia uma vontade revolucionária de transformação e transferência da dependência do indivíduo

174

para com o rei, monarca absoluto, para uma colectividade abstracta com pretensões à soberania. A este título, inspirou a maioria dos movimentos revolucionários que marcaram a história da Europa no séc. XIX e encontrou-se associado à reivindicação de Constituições.

Em finais do séc. XIX forja-se pouco a pouco um nacionalismo de direita, que eclipsa progressivamente o anterior. A significação é então diferente: em vez de afirmar-se contra as formas tradicionais de dependência, este novo nacionalismo exalta a referência à comunidade nacional para melhor se distinguir de certas formas políticas modernas de dominação: o Estado, a república e até o governo representativo.

O nacionalismo regressa então à tradição, à história e à natureza, valorizando as referências ao solo, à terra, às árvores (ver M. Barrès). Afirmando-se num contexto histórico dominado pela rivalidade franco-alemã e pelo desejo de desforra, torna-se militarista e exibicionista, depois de ter sido sobretudo revolucionário e civil. Estas componentes encontram-se nos inquéritos psicossociológicos que investigam os traços característicos do sistema de atitudes nacionalistas (Michelat, Thomas

1966).

A contestação progressiva do jugo colonial contribuiu para deslocar o nacionalismo do mundo ocidental para as sociedades da África, da América Latina e da Ásia. O nacionalismo saído da Revolução Francesa viu-se assim implicado em culturas inteiramente diferentes que dele tiraram em particular a ideia de nação, reconstituída em função de dados sócio-históricos próprios (ver, por exemplo, a "nação árabe") e do contexto novo de mobilização contra os imperialismos: o nacionalismo encontra então uma nova significação revolucionária.

B. B.

- Girardet (1966), Smith (1971).

Necessidade: Ao nível mais elementar, a expressão "ter necessidade de" exprime uma situação de tensão ou um sentimento de falta resultante de um desequilíbrio.

A necessidade é geralmente apresentada como o motor de toda a actividade económica. Na lógica dos economistas clássicos, as necessidades, que, ao exprimirem-se, criam a procura, são consideradas como invariantes da natureza humana. Uma tal concepção remete para uma hipótese implícita do sujeito portador de necessidades inatas, imutáveis, que se podem determinar, classificar, hierarquizar objectivamente e que serão mais ou menos satisfeitas consoante o grau de desenvolvimento económico da sociedade.

A sociedade contribuiu amplamente para pôr em causa esta concepção, designadamente pelo estudo das práticas de consumo. As necessidades não são invariantes da natureza humana, mas uma criação permanente da história das

sociedades. E verdade que a intensidade e a própria natureza da relação entre as necessidades e o sistema social são apreciadas de maneira diversa pelos sociólogos. Mas, quer sejam consideradas como determinadas, condicionadas, quer simplesmente orientadas por uma série de factores de ordem social ou económica, as necessidades são, acima de tudo, produtos sociais.

As necessidades nem por isso são dados que se possam inventariar objectivamente. Muitas necessidades são sentidas por razões subjectivas muito afastadas do seu objecto. Os fenómenos de consumo ostentativo - adquire-se determinado

175

bem para mostrar, acima de tudo, que se tem os meios para adquiri-lo - mostram que as necessidades remetem para outra coisa que não simplesmente os objectos materiais que são os seus suportes. As necessidades são cada vez mais sentidas por comparação intersubjectiva ou por comparação de grupo a grupo. Satisfazer uma necessidade é muitas vezes comprar um sinal de pertença a uma categoria social (Baudrillard 1972). Alguns sociólogos afirmaram mesmo que as necessidades não existem, sendo o sinal o verdadeiro motivo da aquisição (Mendras, Forsé 1983). M. Halbwachs mostrava a partir de 1912 que, com rendimentos iguais, os empregados gastam menos com a alimentação e mais com o vestuário e os divertimentos que os operários. E J. M. Keynes (1924) distinguia as necessidades absolutas, aquelas que sentimos sejam quais forem as situações de outrem, e as necessidades relativas, cuja satisfação nos distinguem dos nossos semelhantes.

Mas nada permite pensar que as segundas sejam menos essenciais que as primeiras. Porque as necessidades não são hierarquizáveis. Assim, a distinção entre as necessidades elementares que todo o indivíduo deveria necessariamente satisfazer e as necessidades secundárias que não seriam essenciais à sua sobrevivência parece sem fundamento. Isso leva, aliás, a pôr em causa a própria ideia de uma "sociedade de consumo" que segregaria necessidades cada vez mais artificiais.

D. D.

Neutralidade axiológica: A expressão é uma tradução da palavra *Wertfreiheit*, a que M. Weber (1922) consagra um ensaio. Não é aceitável qualquer confusão entre uma proposição científica e um juízo de valor. Existe uma heterogeneidade irreduzível entre a esfera das proposições científicas deduzidas ou empiricamente estabelecidas e a esfera das avaliações práticas.

A ciência estabelece juízos válidos universalmente. Os juízos de valor são pessoais. Uma vez esta diferença estabelecida, podemos perguntar-nos se a ciência pode travar as avaliações subjectivas como objecto de pesquisa. Pode-o, de facto, responde Weber, na condição de distinguir um juízo de valor (*Werturteil*) e uma relação com os valores (*Wertbeziehung*). A relação com os valores significa que um valor, como a igualdade, que é objecto de conflitos entre os homens, torna-se um conceito que servirá para recortar a realidade examinada pelo sociólogo, quer este lhe esteja pessoalmente ligado ou não. É portanto uma condição da interpretação e da compreensão das condutas humanas.

M. C.

Norma: Indissociáveis de uma ordem de valores que em cada sociedade orienta os comportamentos dos actores e dos grupos, as normas são regras que regem as condutas individuais e colectivas. Organizadas em sistema, constituem um modo de regulamentação social estudado pelos sociólogos a partir de Durkheim (1893, 1895, 1897).

O respeito das regras foi primeiro pensado como a obediência às leis, em referência à autoridade social que se impõe na norma jurídica. A espera de sanções positivas e o receio de sanções negativas asseguram, nesta óptica, o funcionamento do sistema normativo. É claro, no entanto, que não são apenas normas juridicamente codificadas que o indivíduo interioriza no decurso do processo de socialização. O que obriga o sujeito, e donde

176

procede a oposição entre acções permitidas e acções proscritas, explica-se também pelo estado dos costumes numa dada época. O fenómeno normativo deve igualmente ser referido a códigos morais inerentes a práticas particulares; apresenta-se então, como na medicina, sob a forma de deontologias profissionais. Em todos os casos, a interiorização das normas pode efectuar-se de maneira interessada, por cálculo, ou resultar de uma identificação altruísta com o grupo. O desfasamento entre o que as regulamentações promulgam e o que é efectivamente praticado leva por fim a privilegiar, no estudo das condutas sociais, as categorias de conformidade e de desvio.

B. V.

- Merton (1949), Parsons (1951).

177

O

Observação: Ciência de observação, a sociologia reserva um lugar muito reduzido à experimentação. É praticamente impossível fazer variar, de maneira controlada, os parâmetros de um fenómeno social. Tal como as outras ciências sociais, a sociologia nem por isso está reduzida a um registo passivo dos factos e dos fenómenos. Os sociólogos constroem as suas observações. A descrição dos factos e a verificação dos resultados intervêm apenas no termo de um processo empírico e teórico, que produziu uma interrogação da realidade; a observação é inseparavelmente processo e resultado.

A partir dos temas, das hipóteses e das estratégias de pesquisa que ele próprio define, o sociólogo elabora protocolos de observação do mundo social. Conduzindo um inquérito por meio de entrevistas, constrói um guia de entrevista. Para um inquérito estatístico, utiliza um questionário fechado. Para séries de observações repetitivas, tem de recorrer a esquemas de tipo monográfico. Estas grelhas de apreensão da realidade permitem limitar o levantamento à compilação dos factos pertinentes. Metodicamente construídos mais que dados sem mais, os arquivos do sociólogo resultam na maioria das vezes de um trabalho sobre um meio humano, cuja cooperação, requerida, nunca está totalmente adquirida; o historiador, em

contrapartida, depara apenas com *corpus* escritos. A observação constrói-se numa dialéctica entre o mundo social e o sociólogo. Numa investigação por entrevistas, são colocadas questões e dadas respostas que podem modificar por repercussão a sequência das perguntas. Num inquérito por questionário, só a entrevista-piloto apresenta um verdadeiro carácter interactivo. A recolha dos dados propriamente dita faz-se de seguida como um levantamento de informação de sentido único, com um questionário fixo.

Os sociólogos não podem ser eles próprios os produtores de todos os seus dados; contentam-se por vezes em analisar observações construídas por outros. Seria necessário sistematizar esta divisão do trabalho reservando a tarefa de recolha das observações sociológicas a observatórios especializados? A força dos observatórios é também o que faz os seus limites: os inquéritos são aí produzidos de maneira a constituírem séries cronológicas. Tende-se a retomar sempre os mesmos questionamentos e as mesmas variáveis estandardizadas para descrever o mundo social. Os instrumentos de observação adquirem uma inércia e uma autonomia tais que já não é possível adaptá-los a hipóteses novas.

Há formas de sociologia que apreendem aparentemente os fenómenos sociais de maneira transparente, nomeadamente as que se fundam na observação directa e na observação participante dos etnólogos. A imersão do observador no meio observado não faz dele, no entanto, um indígena, mesmo que o torne mais apto a interpretar as reacções dos membros do grupo. Opera uma selecção e uma reordenação sistemáticas dos fenómenos pertinentes, e tem-nos em conta para a escolha dos seus informadores. A sua simples presença

modifica as condições da observação, como o notava, após muitos outros, J. Favret-Saada aquando das suas investigações sobre a bruxaria no Bocage normando.

Na maior parte dos trabalhos, o

178

ideal do método experimental mantém-se presente no espírito do sociólogo. Mas o dispositivo de pesquisa apenas pode propor uma simulação de situação experimental. Assim, o sociólogo H. Coing, para estudar a renovação de um bairro de Paris, interrogava um certo número de habitantes no enquadramento antigo, e depois de novo alguns anos mais tarde no bairro renovado, após a sua instalação num novo alojamento. Por mais engenhoso que seja, este dispositivo de pesquisa não pode permitir distinguir um efeito puro da renovação e efeitos associados. De igual modo, quando se observa um mesmo fenómeno, por exemplo os métodos de educação das crianças, em contextos sociais diferentes, jamais se poderão imputar as diferenças observadas a uma única variável ou a um pequeno grupo de variáveis. Ao passo que em ciências exactas uma série de factos organizados metodicamente pela variação de elementos previamente definidos constitui uma experiência que tem valor de prova, uma sequência de observações aparentadas, em sociologia, leva quando muito a comparações. Em todos os casos, para bem interpretar dados sociológicos, continua a ser necessário ter um conhecimento íntimo do processo que os produziu.

M. B.

Oligarquia (lei de bronze da): Formulada por R. Michels* (1911), esta lei estabelece que as grandes organizações de massa (principalmente políticas, mas também sindicais), a despeito da sua constituição e do seu programa democráticos, dão inevitável e universalmente origem a uma estrutura de poder oligárquico no seu seio. O poder é nelas monopolizado por uma pequena elite de dirigentes que se perpetua graças à renovação assegurada dos seus mandatos.

O conjunto dos processos complexos que dão origem à lei são provocados pela dimensão e pela complexidade das organizações envolvidas e podem resumir-se numa palavra: a burocratização (aqui Michels junta-se a M. Weber). Pela burocratização, os interesses dos dirigentes, que têm todos os trunfos para se manterem no poder, em breve divergem e se opõem aos das "massas incompetentes": os dirigentes têm interesse em manter o *statu quo*, ao passo que os aderentes querem mudanças. Se estes últimos, considerando-se traídos, desertam e fundam uma organização nova, a lei da oligarquia exerce de novo a sua coacção de bronze: a burocracia dirigente conservadora instala-se de novo. Por fim, Michels só verá solução no recurso a um chefe carismático (vd. carisma), B. Mussolini.

B.-P. L.

Operário: O operário foi durante muito tempo confundido com o proletário da grande indústria. A imagem é excessiva e falsa. Excessiva porque os operários não são os únicos a viver de um salário, a exercer uma actividade rotineira, a estar colocados num nível baixo da hierarquia social. Falsa porque os operários, apesar de uma real fluidez da sua condição, foram identificados como tais antes da descolagem

industrial do séc. XIX. Num primeiro tempo, portanto, considera-se que o grupo reúne o conjunto dos trabalhadores manuais assalariados.

G. Noiriel (1986) lembra como a formação de uma "classe", moderna e homogénea, foi tardia em França em relação à Inglaterra ou à Alemanha. Não é antes dos anos 1880 que se desenha a operarização

179

de um proletariado industrial nas minas e na metalurgia pesada. E, durante as décadas 1930-1940, o grupo enraíza-se, por gerações sucessivas, em alguns sectores-piloto (minas, estaleiros navais, caminho-de-ferro, automóvel), que muito fizeram pela constituição da sua identidade à volta da figura, altamente simbólica, do metalúrgico.

Em 1954, em pleno esforço de industrialização, os operários, no sentido em que os define o INSEE, representam 6,5 milhões de indivíduos, ou seja, 61 por cento dos assalariados e 34 por cento da população activa. O seu número aumenta até 1975, data em que eles são perto de 8,5 milhões. Mas já há anos que o número dos operários não aumenta entre os assalariados. A sua percentagem baixa mesmo para 48 por cento ainda no mesmo ano de 1975, antes de baixar o número dos próprios efectivos, que em 1986 se reduzem a 6 milhões. No decurso da última década, o grupo conheceu uma evolução contrastada segundo o sector de actividade e a competência profissional, que continuam a ser os maiores eixos de polarização. Os empregos qualificados de tipo artesanal foram os únicos que progrediram. Por seu turno, as mulheres, assim como os

estrangeiros sem qualificação profissional, viram a sua proporção aumentar. Em 1986, um operário em cinco é mulher e um em oito é estrangeiro. Muitas vezes de origem rural, tanto elas como eles dedicam-se às tarefas mais baixas em regiões de recente industrialização, sem tradições políticas nem sindicais. Situação perniciosa para os partidos e sindicatos "operários", que sempre se apoiaram nas profissões melhor organizadas.

Pode fazer-se remontar a Saint-Simon e a Marx a literatura sobre o assunto, cuja dimensão polémica eclipsa rapidamente qualquer outra consideração. De início, a sociologia universitária, afora M. Halbwachs, interessa-se pouco pelos operários. Depois da última guerra, o estado de espírito dos sociólogos muda. Mas, retrospectivamente, podemos espantar-nos do carácter conjuntural da sua problemática, apenas com raras excepções como G. Friedmann (1950). Ao longo da fase de reconstrução, os operários das grandes indústrias de transformação são privilegiados (Touraine 1955). Depois alguns interrogam-se sobre as metamorfoses de uma classe cujas qualificações se modificam ao sabor da modernização do aparelho de produção (Mallet 1963). Com os anos 70, os operários especializados e as greves selvagens chamam à atenção. A sociologia do trabalho redescobre então categorias que, no entanto, já existem desde as origens: os operários do artesanato, as mulheres, os imigrados. Actualmente, a capacidade dos operários para formarem uma classe, o seu voluntarismo político são postos de novo em causa sob pretexto de que o ciclo histórico que lhes deu origem (e que é o do capitalismo tayloriano) estaria a esgotar-se. A hipótese é plausível, e funda-se no recuo da identidade operária nas representações colectivas, mas chega

a um impasse quanto aos modelos actuais de dominação no mundo do trabalho que não desapareceram.

F. G.

Opinião pública: Agregado de opiniões individuais semelhantes sobre problemas de interesse público. Parece difícil dar uma definição mais rigorosa desta noção que se caracteriza acima de tudo pela sua imprecisão e da qual o sociólogo americano H. L. Childs (1965) pôde recensear umas cinquenta significações

180

diferentes. Houve quem julgasse poder recomendar a eliminação da noção da linguagem científica; para outros, a opinião pública seria simplesmente o que medem as sondagens de opinião; sendo estas últimas consideradas por alguns como uma manipulação, a opinião pública que elas medem não seria ela própria mais que uma mistificação.

A opinião pública não poderá ser reduzida aos resultados brutos dos inquéritos de opinião. Podem distinguir-se quatro abordagens diferentes do fenómeno da opinião pública, que se recortam parcialmente, e que os sociólogos puderam combinar de maneira variável, multiplicando assim as acepções: 1. a medida quantitativa da distribuição das opiniões. A opinião pública não é então nada mais que a reacção dos indivíduos a proposições e questões precisamente formuladas nas condições do inquérito por entrevista (Stoetzel, Girard 1973); 2. a opinião pública como força política: nesta perspectiva e segundo a fórmula de V. O. Key (1961), "a opinião pública recobre as opiniões dos

cidadãos que os governantes acham prudente ter em conta";

3. a opinião pública como organização. A opinião pública vê então conferirem-se-lhe propriedades diferentes da soma das opiniões individuais, que são ligadas umas às outras como uma organização. Nesta perspectiva, prestou-se uma atenção particular à interacção entre os líderes de opinião e a massa;
4. a opinião pública em termos de comunicação política.

Aqui a situação de opinião pública é definida pela existência e pelo reconhecimento, por indivíduos ou grupos, de um problema político no qual encontram pretexto para a comunicação e empreendem acções a fim de influenciar as autoridades políticas (Padioleau 1981).

As incertezas que pesam sobre a noção de opinião pública reflectem, por um lado, a dificuldade da sociologia em apreender este nível intermédio de agregação situado entre os grupos primários, as organizações formais, e, por outro lado, a massa indiferenciada dos indivíduos. A articulação ao mesmo tempo empírica e teórica dos quatro níveis de abordagem deveria permitir avançar para uma conceptualização mais coerente.

D. D.

Organicismo: O organicismo estabelece um paralelo entre corpo social e organização fisiológica; exerceu sempre um forte atractivo desde Aristóteles. Mas é no séc. XIX que se vê de maneira consequente o modelo biológico impor-se como modelo de explicação sociológica, depois de Lamarck, G. Cuvier e por fim C. Bernard terem mostrado a integração das funções e dos órgãos num todo coerente, no mundo vivo.

O verdadeiro pai do organicismo é, no entanto, H. Spencer (1862). Depois de ter enunciado a lei da evolução segundo a

qual as sociedades se transformam elas próprias, integrando a mudança e adaptando-se ao meio ambiente, enumera as características comuns ao sistema social e ao organismo fisiológico, sem deixar entretanto de sublinhar as diferenças importantes. Este organicismo perpetuou-se apurando-se na sociologia contemporânea, sob a forma do funcionalismo de B. Malinowski. Este escreve: "Em todos os tipos de civilização, cada costume, cada objecto material [...] desempenha uma função vital, tem uma tarefa a cumprir, representa uma parte dispensável de uma totalidade orgânica." Deve sublinhar-se o carácter contestável destas analogias, quanto mais não seja mostrando

181

- como fez R. K. Merton - a existência de instituições ou de fenómenos a-funcionais ou disfuncionais em toda a sociedade. Mas sobretudo o organicismo e um funcionalismo absoluto impedem que os conflitos sociais e as crises sejam pensados de outro modo que não como sinais patológicos.

Fora de toda a teleologia, fora de todo o organicismo, fica por dar à noção de "função" uma delimitação sociologicamente frutuosa.

A. A.

Organização: A palavra "organização" designa ao mesmo tempo um objecto social e um problema central da sociologia da acção.

O objecto social é bem conhecido: as administrações públicas, as empresas industriais, comerciais e de serviços, tal como os partidos políticos e as associações de toda a

espécie de que somos ao mesmo tempo os assalariados, os membros e/ou militantes e os clientes, são todas elas organizações, isto é, conjuntos humanos ordenados e hierarquizados em ordem a assegurar a cooperação e a coordenação dos seus membros para determinadas finalidades. Segundo os fins visados, os mecanismos de constrangimentos postos em acção no seu seio e os modos de legitimação da autoridade, essas organizações são muito diferentes e têm características e modos de funcionamento dissemelhantes que podemos classificar em diversas tipologias. Mas, para além de tais diferenças, têm todas elas um "problema" em comum: o de obter dos seus membros o mínimo de cooperação indispensável à sua sobrevivência. Esta não é um dado natural, mas um facto a explicar na medida em que supõe sempre o estabelecimento e a manutenção de um mínimo de cooperação entre actores que mantêm cada qual um mínimo de autonomia e cujos interesses não são forçosamente convergentes.

Tendo partido de uma visão puramente descritiva e instrumental das organizações, é numa tal "problematização" do facto organizacional que desembocam os estudos psicossociológicos e sociológicos das organizações, insistindo por um lado no carácter "construído" de um funcionamento organizacional e por outro na sua dinâmica endógena, ou seja, nos seus mecanismos de automanutenção que lhe conferem uma certa autonomia.

O carácter não natural de uma organização resulta do facto de ela ter de construir-se e manter-se num contexto marcado por uma tripla limitação: 1. a interdependência limitada dos membros de uma organização: estes nunca são totalmente dependentes uns dos outros, mas têm sempre uma margem

de liberdade ,que procuram defender, e até aumentar, na medida em que ela constitui sempre a própria base da sua capacidade de acção na organização (Crozier, Friedberg 1977); 2. a racionalidade limitada dos comportamentos de todos os actores envolvidos que escolhem os seus comportamentos segundo as visões locais e parciais que são as únicas de que são capazes (March, Simon 1958) e que nenhuma racionalidade superior e englobante faz coincidir espontaneamente; 3. a legitimidade limitada dos fins da organização: estes têm apenas uma limitada capacidade de integração na medida em que não existem sozinhos, mas entram em concorrência com os objectivos que os membros da organização desenvolvem no prosseguimento dos seus interesses próprios (Silverman 1970).

Uma organização e o seu modo de funcionamento aparecem nesta

182

perspectiva não como o produto mecânico de um conjunto de engrenagens perfeitamente ajustadas umas às outras e movidas por uma racionalidade única, mas como o resultado de uma estruturação contingente de um campo de acção. Esta estruturação preenche funções latentes, a saber: tornar possível e resolver o problema da cooperação entre actores que se mantêm relativamente autónomos e que prosseguem interesses divergentes. E, uma vez instituída, desenvolve uma dinâmica autónoma na medida em que as suas características induzem efeitos não pretendidos sobre os comportamentos dos membros da organização, que por sua vez arrastam consigo a manutenção ou mesmo a acentuação

das características primeiras. Este fenómeno é bem conhecido sob o nome de círculos viciosos organizacionais (Crozier 1964).

E. F.

Organização científica do trabalho (OCT): Designam-se por organização científica do trabalho (OCT) [em inglês *Scientific Management* ou *Scientific Administration*] os esforços conduzidos a partir do fim do séc. XIX em vários países por diversas personalidades (dirigentes de empresa, engenheiros, por vezes sindicalistas...) no sentido de substituir o empirismo e a desordem no funcionamento corrente das empresas por princípios gerais de fundamento científico cuja validade possa mesmo estender-se a outros tipos de organizações.

A expressão e o movimento de ideias do *Scientific Management* são devidos ao engenheiro e inventor americano F. W. Taylor (1856-1915), autor de uma versão particular da OCT denominada o "taylorismo", da qual se pode dizer que se interessa mais pela organização dos trabalhos de execução: é a OCT no sentido estrito do termo. Outros autores favoráveis também eles à OCT, entre os quais H. Fayol, interessaram-se, sobretudo, pela estrutura administrativa das empresas e das grandes organizações (Mottez 1971).

O sistema de Taylor em 1901 comporta cinco tipos de reformas: 1. medidas preparatórias já conhecidas que ele aperfeiçoa, como a racionalização dos métodos de aquisição e de armazenamento, de standardização das ferramentas e das ferramentarias, de reforma na concepção e na disposição das máquinas, das correias de transmissão e da sua

manutenção, assim como da contabilidade; 2. um sistema de controlo da produção que assenta num departamento especializado na planificação. A especificidade do sistema de controlo (mais que o próprio controlo), a sua extrema elaboração no pormenor e a sua complexidade são características de Taylor; 3. uma direcção de um género novo, que ele qualifica de "funcional", destinada a suprir os defeitos da direcção tradicional; 4. a cronometragem dos trabalhos, outra ideia própria de Taylor que a inventa em 1882; 5. finalmente, os sistemas de remuneração pelo rendimento, quer a uma taxa diferencial segundo as peças (sistema introduzido em 1884) quer a uma taxa fixa consoante a tarefa acrescida de um bónus (sistema introduzido em 1901)) [Nelson].

Taylor expõe os seus pontos de vista nos seus artigos "A piece-rate system" (1895) e "Shop management" (1903) e no seu livro *The Principles of Scientific Management* (1901). No debate de ideias muito vivo que se desenvolve à escala internacional ainda em vida de Taylor e, após a sua morte, entre as duas guerras mundiais, a OCT e o taylorismo são correntemente reduzidos a três princípios essenciais:

183

1. a separação rigorosa entre a concepção das tarefas e a sua execução; 2. a existência de um sistema de peritagem independente para a definição dos tempos e das remunerações que escape por isso mesmo a toda a discussão; 3. os sistemas de remuneração ligados ao estabelecimento dos tempos e por isso mesmo também eles indiscutíveis em princípio. As aplicações efectivas da OCT e do taylorismo,

embora numerosas, foram sempre parciais e dependentes das condições locais (Nelson 1980, Montmollin, Pastré 1984). Os resultados são por isso difíceis de imputar apenas aos efeitos da OCT e do taylorismo. A produtividade parece ter sido consideravelmente acrescida (Nelson 1980, Montmollin, Pastré 1984). Taylor defendia que o seu sistema asseguraria aos salários operários uma progressão comparável ou superior à da produtividade: este género de efeito é muito mais difícil de mensurar. Mas os sindicatos não foram unanimemente hostis ao taylorismo. É preciso também lembrar que Lenine se afirmou a partir de 1918 partidário resolutivo das ideias de Taylor.

A partir de 1940, a OCT, sempre muito praticada na indústria, é suplantada de facto nos círculos intelectuais pelo movimento das relações* humanas, que contesta nela o primado das precauções económicas e do prisma individual, opondo-lhe o sentimento de pertença ao grupo e a lógica dos sentimentos. Este movimento prolonga-se pela busca de novas formas de organização do trabalho (NFOT): enriquecimento das tarefas, grupos semiautónomos. Desde 1980 manifesta-se uma nova curiosidade pela OCT e pelo taylorismo "de rosto humano" (Montmollin 1981; Montmollin, Pastré 1984).

Por sua natureza, toda a forma de organização do trabalho que se quer científica recorre a princípios essencialmente taylorianos. Libertos das suas contingências históricas, que os historiadores precisamente começam a conhecer melhor, os princípios de base da OCT e do taylorismo não terão pois perdido, longe disso, toda a sua eficácia.

B.-P. L.

- Copley (1923), Coriat (1979).

184

185

P

Painel: Designa correntemente no vocabulário americano uma "mesa-redonda" em linguagem televisiva, isto é, um grupo de pessoas de competências variadas reunidas para discutir um dado problema a partir de pontos de vista diferentes.

Um segundo sentido próprio da sociologia de investigação foi introduzido por P. Lazarsfeld *et al.* (1944) na sequência de uma interpretação errónea cometida por Lazarsfeld sobre o vocabulário americano que ele dominava mal. Neste segundo sentido, um painel é um grupo estável de pessoas que se submetem a interrogações repetidas por questionário a intervalos de tempo regulares mais ou menos espaçados. Tenta-se por meio deste método introduzir nos inquéritos uma dimensão temporal e medir a mudança, respondendo à objecção que lhes é muitas vezes feita de apenas captarem configurações instantâneas (vd. sondagens de opiniões).

B.-P. L.

- Chazel, Boudon, Lazarsfeld (1970), Lazarsfeld (1978).

Papel: O papel é um conceito fundamental para definir a identidade social dos indivíduos. Em R. Linton (1936), para o qual o ponto de partida é a sociedade, o papel está ligado

aos conceitos de norma e de modelo cultural. A norma é uma obrigação de desempenhar um papel, um constrangimento social que liga o indivíduo a um ou a vários grupos. A norma serve para descrever e explicar as uniformidades do comportamento dos membros de um mesmo grupo. Os papéis prescritos são regras sociais. Representam modelos abstractos apresentados pelo grupo. O conceito mais ligado ao papel é o de estatuto ou posição social. Para Linton, não há papel sem estatuto nem estatuto sem papel. Mas a maioria dos autores rejeita a correspondência pura e simples entre os dois conceitos. A um estatuto particular, o de pai, correspondem de facto vários papéis. Se tomarmos como ponto de partida o indivíduo, estaremos confrontados com o problema da regularidade dos comportamentos que não pode explicar-se ao nível do próprio indivíduo. Essa regularidade provém da identidade da posição que os indivíduos detêm. Neste caso, o papel é tomado em sentido institucional e manifesta-se pelo consenso dos membros do grupo que fundamenta as expectativas recíprocas desses indivíduos. As expectativas de função são acções esperadas daquele que ocupa uma posição e que é suposto ter sido socializado para esse efeito. Para executar um papel, o sujeito tem pois de estar a par dos direitos e deveres da posição que ocupa. As expectativas podem especificar de maneira estrita o comportamento requerido ou serem simplesmente indicações que oferecem ao actor a possibilidade de desempenhar livremente o seu papel. Tais variações são função da sanção, da certeza e do consenso relativo às expectativas. Distinguiremos, com S. F. Nadel (1957), três tipos de atributos do papel: os atributos fundamentais cuja ausência ou modificação transforma radicalmente a identidade do

papel (por exemplo, um médico que não exerce); os atributos de segundo tipo cuja modificação ou ausência faz aparecer uma diferença na percepção da eficácia do papel (um médico que exerce mas não se recicla); finalmente, os atributos periféricos cuja ausência ou variação não afecta a eficácia do papel

186

(um médico que exerce, que se recicla, mas que é celibatário).

M. C.

- Merton (1949), Rocheblave-Spenlé (1962).

Paradigma: Esta noção descreve as convicções na maioria das vezes implícitas com base nas quais os investigadores elaboram as suas hipóteses, as suas teorias e mais geralmente definem os seus métodos. Assim, Descartes estava convencido de que todo o fenómeno físico pode ser analisado como um sistema de acções e de reacções mecânicas, como no caso dos relógios e dos turbilhões. No domínio das ciências sociais, M. Weber cria que a explicação de um fenómeno colectivo implica que sejam postas em evidência as acções, crenças e atitudes individuais de que ele é a resultante. Influenciado pelo positivismo de A. Comte, É. Durkheim cria pelo contrário que esses dados subjectivos são incompatíveis com a própria noção de ciência. As sociologias de Weber e de Durkheim assentam, portanto, em "paradigmas" diferentes.

A noção de paradigma foi posta na moda pelo historiador e sociólogo das ciências T. Kuhn (1962). Este efeito de moda

provém sem dúvida sobretudo do facto de ela ter legitimado uma visão relativista da ciência. Contudo, o filósofo clássico fizera notar que toda a demonstração assenta em princípios indemonstráveis sem daí tirar uma conclusão relativista.

R. B.

Parentesco (moderno): O parentesco designa um conjunto de pessoas reunidas por laços de filiação (pais/filhos), de germanidade (irmãos e irmãs) e de aliança (marido/mulher), conjunto cuja composição é gerida por regras variáveis segundo as culturas (vd. parentesco* primitivo). Nas sociedades ocidentais modernas, a filiação é dita indiferenciada: as duas linhas genealógicas de uma criança (a do pai e a da mãe) têm sensivelmente a mesma importância e geram obrigações e privilégios semelhantes (Murdock 1949).

Num tal sistema indiferenciado, as redes de parentesco não têm fronteiras precisas, e os laços no interior da rede são regidos mais por um princípio de selectividade (afinidades pessoais) que por um critério de estatuto (em que uma atitude caracterizaria as relações com todos os membros de uma categoria de parentes).

Este duplo carácter, aliado ao facto de o destino social dos indivíduos se jogar em grande parte à margem das redes de parentesco, pôde deixar crer que a família moderna está isolada e funciona "sem parentesco". Múltiplas investigações mostram que pelo contrário: 1. temos hoje uma probabilidade muito mais forte que no passado de poder contactar os seus ascendentes (impacte do aumento da duração média de vida) [Le Bras 1982]; 2. os laços de sociabilidade com o parentesco são numerosos e valorizados, mais particularmente ainda, nos meios populares (Roussel,

Bourguignon 1976; Sussman 1965); 3. a rede de parentesco funciona frequentemente como uma instância de mediação essencial na integração das populações rurais e/ou migrantes nas condições industriais e urbanas de produção (Hareven 1987); 4. as trocas funcionais entre gerações desempenham um papel notável no equilíbrio de vida dos casais (trata-se mais particularmente de serviços "quotidianos" nas camadas populares e de ajuda financeira ou de promoção nos meios

187

abastados) [Pitrou 1978]. Notar-se-á a este propósito que vários autores sublinham uma ligeira predominância feminina (de mãe para filha) na constituição ou na gestão dessas relações (Lee 1979).

A importância e a multifuncionalidade destas trocas não os impedem de ser muito sensíveis à distância geográfica que aparece como o melhor prenunciador da sua intensidade concreta.

Quando examinamos precisamente os primeiros trabalhos sobre este tema, o aumento dos divórcios e das famílias monoparentais parece dever reforçar a especialização funcional, a flexibilidade e a selectividade dessas relações (Sussman 1987; Settles 1987).

J. K.

Parentesco (primitivo): Esta primeira forma de organização da vida colectiva consiste, ao definir os limites da família, em atribuir estatutos e papéis a indivíduos e subgrupos, em regular a circulação das mulheres, em exprimir relações económicas segundo a idade, o sexo e o lugar dos indivíduos

no grupo.

O parentesco define-se pelo conjunto das relações que unem geneticamente (filiação, descendência) ou voluntariamente (aliança, pacto de sangue) um certo número de indivíduos. Reveste um carácter sociocultural mais que biológico, tanto mais que laços de consanguinidade podem não ser reconhecidos socialmente e que inversamente o parentesco social nem sempre assenta numa consanguinidade real (descendência totémica, adopção). Especifica-se através de cinco ordens particulares de fenómenos:

1. a filiação é o conjunto das regras que definem o estatuto de uma criança em relação a alguns dos seus ascendentes, quer seus pai e mãe indiferentemente (relação cognática), quer apenas em linha agnática (patrilinearidade) se os direitos sociais, a categoria, o nome, a religião, os antepassados, os bens são transmitidos pelo lado paterno, quer em linha uterina (matrilinearidade) se se liga aos seus ascendentes pela sua mãe;

2. a aliança compromete dois ou vários grupos exógamos numa relação de permuta matrimonial. Nas sociedades tradicionais, a troca restrita e directa supõe que os pares que permutam dão uma mulher, quer imediatamente quer no prazo de uma ou várias gerações. Na troca indirecta ou generalizada, o grupo dador de mulheres recebe em compensação um valor admitido (bois, objectos, dinheiro...), que lhe permitirá arranjar mulheres para os homens que tem de casar;

3. as denominações de parentesco variam conforme se trata de termos de comunicação (papá) ou de designação (o meu pai) e consoante o sistema é descritivo (o termo "pai" convém apenas ao progenitor) ou classificatório (o termo

"pai" designa toda uma classe de parentes reais ou possíveis);

4. a residência é também um critério para a edificação das comunidades locais: a instalação dos esposos pode de facto verificar-se em casa dos pais do esposo ou da esposa, do tio materno da esposa, no *habitat* de um dos cônjuges, etc.;

5. as atitudes entre gerações vizinhas ou alternas, assim como entre afins, vão desde a afeição até à frieza autoritária, da brincadeira até ao desdém.

O parentesco inclui também fenómenos de poder intrafamiliar e de herança de bens e títulos.

C. R.

- Augé *et al.* (1975), Fox (1967), Lévi-Strauss (1949), Needham (1949).

188

PARETO (Vilfredo), economista e socialista italiano (Paris 1848 - Céligny, Suíça, 1923): Começada como engenheiro à frente dos caminhos-de-ferro da Toscana, a carreira de Pareto prosseguiu e terminou fora da Itália, por um tardio acesso ao ensino universitário. Pareto é em primeiro lugar o sucessor de L. M. E. Walras na cátedra de Economia Política na Universidade de Lausana. Ardente partidário da livre-troca e defensor de "novas teorias" centradas na formalização matemática do equilíbrio geral, escreve o *Cours d'économie politique* (1897) e o *Manuel d'économie politique* (1906). É também um dos principais membros, juntamente com G. Mosca, daquilo a que se costuma chamar a "escola elitista italiana", e o autor do *Traité de sociologie générale* (1916-

1917). No entanto, estas duas espécies de obras procedem do mesmo desígnio: a aplicação à economia e à sociologia de uma postura correntemente empregada nas matérias experimentais, a das aproximações sucessivas que tem o seu ponto de chegada teórico na afirmação da mútua dependência dos fenómenos sociais. O tema central é a distribuição das riquezas a propósito da qual Pareto formulou a lei que tem o seu nome: sejam quais forem os países, as épocas, os regimes, os rendimentos têm "tendência a agrupar-se de uma certa maneira", a sua repartição apresenta esquematicamente a forma de um pião, com a ponta virada para cima.

A classificação pormenorizada dos resíduos e das derivações, a oposição da força e da astúcia, dos leões e das raposas, dos capitalistas e dos especuladores, a periodização dos fenómenos sociais em ciclos, fases, oscilações, que dão a todas as manifestações da actividade humana "a forma de uma curva ondulada", constituem, juntamente com a lei da repartição das riquezas, a teoria da circulação das elites e os desenvolvimentos sobre a instabilidade do equilíbrio social, sendo estes os principais temas da sociologia de Pareto.

Várias razões, como os evidentes defeitos de composição do *Traité*, ou a aprovação dada à política conduzida por B. Mussolini, explicam que a obra de Pareto suscite ainda hoje um grande número de interrogações suspeitosas e de leituras divergentes.

B. V.

- Pareto (1964-1988), Busino (1967), Freund (1974).

PARK (Robert Ezra), sociólogo americano (Harveyville, Pensilvânia, 1864 - Nashville, 1944): Antigo discípulo do

filósofo alemão G. Simmel, Robert E. Park é um dos sociólogos mais marcantes da escola da ecologia urbana de Chicago. Depois de ter sido jornalista, *globe-trotter*, secretário de uma associação de defesa dos Negros do Sul, entra na Universidade de Chicago em 1913. Fascinado pela diversidade da vida urbana, lança em 1916 um programa de pesquisa, que incide primeiro sobre Chicago antes de ser alargado a outras cidades americanas. "Laboratório social" por excelência, a cidade é para ele o objecto de estudo privilegiado do sociólogo. Ela pede de facto uma abordagem à maneira do modelo da ecologia natural que estuda as relações entre as diferentes espécies animais e vegetais presentes num mesmo território. A intenção de Park é captar em toda a sua complexidade as relações que os cidadãos mantêm com um meio ao mesmo tempo material e humano que eles próprios modelaram e que permanentemente se transforma. Sendo a vida urbana feita de rupturas

189

e de reorganizações, o seu estudo passa em particular pelo da patologia urbana que acompanha com frequência os fenómenos de imigração. Park é o autor de: *Introduction to the Science of Sociology*, 1921.

Y. G.

- Grafmeyer, Joseph (1979).

PARSONS (Talcott), sociólogo americano (Colorado Springs 1902 - Munique 1979): Em *The Structure of Social Action* (1937), Parsons pretendia estabelecer a convergência entre as obras de É. Durkheim, V. Pareto e M. Weber, que,

tendo partido de horizontes metodológicos muito diferentes, teriam sido levados a reconhecer o lugar central do conceito de acção social. Parsons tinha o duplo mérito de introduzir no campo da reflexão da sociologia americana noções como as de acção e de compreensão, e de chamar à atenção para a importância dos sistemas de valores, designadamente no domínio da religião.

Em 1951, Parsons publica *The Social System* e, juntamente com Shils, *Toward a General Theory of Action*: o estrutural-funcionalismo de Parsons apresenta-se então como uma teoria da acção e como uma teoria dos sistemas sociais. Toda a acção é um sistema de alternativas que permite ao próprio e a outrem orientar-se, a si próprio e um em relação ao outro, segundo "variáveis de configuração" (*pattern variables*).

Nos anos 60, Parsons regressa aos problemas clássicos da sociologia comparativa. Regressa então ele, graças à emergência daquilo a que chama *evolutionary universals*, ao evolucionismo que condenara nos seus primeiros escritos? Finalmente, Parsons alarga o campo da sua reflexão a um certo número de factos biológicos (tais como o sexo, a idade, a morte, a saúde) e procura compreender como é que esses dados da *human condition* se exprimem em códigos simbólicos mais ou menos estritamente institucionalizados no sistema social e no sistema cultural.

F. B.

- Bourricaud (1977), Parsons (1967), Parsons, Smelser (1956).

Partido político: Um partido político é um grupo social, organizado de maneira durável, articulado até ao escalão local, e que solicita o apoio popular em ordem ao exercício

directo do poder.

O aparecimento dos partidos políticos sob a sua forma moderna é um fenómeno recente (segunda metade do séc. XIX). Este tipo de organização só aparece, portanto, quando estão reunidas certas condições. Três tipos de explicações foram propostos sobre a origem dos partidos: 1. a abordagem institucional, que liga o seu desenvolvimento ao alargamento do sufrágio e ao papel das assembleias parlamentares (Duverger 1951); 2. a abordagem histórica, que associa o seu nascimento a uma situação de crise; 3. a abordagem desenvolvimentista, que liga a sua formação a um processo geral de modernização (La Palombara, Weiner 1966).

O desenvolvimento dos partidos políticos apresenta-se igualmente como um fenómeno geral. Eles preenchem de facto por todo o lado duas funções essenciais:

1. uma função de estruturação. Organizam a expressão da opinião e transmitem os pedidos aos centros de decisão. Esta função, que nos países democráticos vai até à estruturação do voto, pode exercer-se em sentido inverso nos regimes autoritários, pelo controlo e pelo enquadramento da população. Nos

190

países em desenvolvimento, a função de enquadramento está muitas vezes associada ao desejo de criação de uma identidade nacional;

2. uma função de recrutamento, assegurando os partidos a selecção e a renovação das elites políticas. O estudo dos partidos políticos foi em grande parte orientado para a análise das suas estruturas, e desembocou na elaboração de

diversas tipologias, que distinguem, por exemplo, os partidos de massa, os partidos de quadros e os partidos de união (*catch-all party*). Mas, numa postura inspirada na sociologia das organizações, um partido pode igualmente ser compreendido como um sistema constituído por elementos interdependentes; este sistema é integrado num conjunto mais vasto que constitui o sistema dos partidos, ele próprio em interacção com o conjunto do sistema político.

Prestou-se uma atenção particular à influência do modo de escrutínio no número e na estrutura dos partidos. Os modos de escrutínio não são mais que instrumentos políticos, e o sistema dos partidos é menos dependente deles do que por vezes se pretendeu.

D. D.

- Cotteret, Emeri (1970), Offerlé (1987).

Pauperização: Fala-se de pauperização quando, numa dada sociedade, camadas sociais inteiras se empobrecem com regularidade, isto é, vêm os seus rendimentos e os seus patrimónios diminuir de maneira constante. Observam-se fenómenos de pauperização em toda a parte, particularmente quando sociedades são afectadas por crises duradouras ou se encontram envolvidas em processos de reajustamento ou de adaptação a ambientes em mutação (ambientes naturais degradados, por exemplo).

Na esteira de alguns marxistas, houve quem se interrogasse se as economias capitalistas modernas não produziriam inevitavelmente a pauperização das camadas operárias. A tese mais extrema foi defendida pelos comunistas nos anos 50: a classe operária veria o seu nível de vida diminuir de maneira absoluta à medida que fossem

crescendo as economias capitalistas. Rapidamente abandonada, essa tese foi geralmente substituída por uma teoria sobre a pauperização relativa dos trabalhadores assalariados; as camadas desfavorecidas só lentamente poderiam aumentar os seus rendimentos, a um ritmo muito mais lento que as camadas privilegiadas. Esta última concepção também não reuniu a unanimidade. Alguns economistas fizeram questão em corrigi-la e sublinharam que fortes tensões sobre o mercado do trabalho podiam favorecer os salários em relação ao lucro. Admite-se agora que os fenómenos de pauperização envolvem, sobretudo, as camadas que se encontram expulsas ou mantidas fora da produção dos bens e serviços. A pauperização, neste sentido, apresenta-se como a sanção de verdadeiras discriminações sociais.

J.-M. V.

- Mandel (1962).

Planificação: Modo de organização da vida económica de um país em que a oferta e a procura, em vez de serem determinadas pelas forças do mercado, são orientadas por um plano plurianual previamente estabelecido. Esta orientação reveste formas mais ou menos constrangedoras, e distinguem-se a este respeito duas grandes categorias: a planificação centralizada imperativa e a planificação flexível ou indicativa.

A planificação centralizada, introduzida

191

após 1928 por Estaline na União Soviética e alargada depois

de 1945 a todos os países sob regime comunista, substitui a economia capitalista por um sistema radicalmente diferente, em que os meios de produção pertencem ao Estado e em que se produz para executar os objectivos do Plano e não para obter lucros ao satisfazer uma procura solvível.

Consequentemente, as economias de planificação imperativa têm moedas inconvertíveis; o comércio externo é monopólio estatal; nem os assalariados nem os consumidores podem organizar-se para reivindicar; quanto às empresas, dependem todas de ministérios de tutela que fixam cada ano as quantidades e os preços do que compram e fabricam.

Na planificação indicativa, de que a França oferece um bom exemplo, já não se trata de criar um novo sistema económico, mas de corrigir as imperfeições do mercado e do processo político. A mensagem económica difundida pelo Plano junto das empresas, das administrações e dos parceiros sociais visa de facto o duplo objectivo de introduzir a preocupação do futuro e o empenho da coerência nas acções públicas e privadas, por meios que assentam essencialmente na persuasão e no incitamento.

Estes dois tipos de planificação estão ambos em crise. Crise de credibilidade para os planos indicativos. Depois dos choques petrolíferos, da revolução informática, das oscilações das taxas de câmbio e das taxas de juro, o mundo económico tornou-se mais turbulento e menos previsível, portanto menos controlável. Tendo sido um dos meios desse controlo, a planificação sofre com isso. Para os planos imperativos, trata-se de uma crise mais global, porque a rigidez da planificação centralizada convém cada vez menos a uma economia moderna, mas dar mais autonomia aos agentes económicos é politicamente arriscado porque é o

monopólio do partido único que então se encontra posto em causa.

B. C.

- Asselain (1981), Massé (1965), Quinet, Touzery (1986).

Poder: Em sentido geral, o poder designa a faculdade de agir própria do ser humano e, num sentido derivado, a aptidão de um dado actor para levar a cabo acções eficazes. Esta acepção ampla do poder preside a definições conhecidas, como a de B. Russell (1938), para o qual o poder consiste na "produção de efeitos procurados". A própria generalidade deste tipo de definição pode, no entanto, tornar-se um obstáculo, em particular quando se trata de apreender o poder nas suas dimensões especificamente sociais ou políticas. E de facto ao poder sobre que o investigador deve então prioritariamente prestar a sua atenção, sem descurar o poder de. Pelo facto de observar o fenómeno no próprio jogo e trama das relações entre as pessoas e os grupos, ele é levado a pôr em evidência o carácter relacional do poder. A despeito da fórmula de Hobbes (1651), segundo a qual "o poder de um homem consiste nos seus meios presentes de obter algum bem aparente futuro", não podemos hoje ater-nos a uma concepção substancial, que faria do poder um puro atributo do actor: se é verdade que não há poder sem recursos, é preciso ainda que estes sejam mobilizados e, se for caso disso, postos em acção para que se torne apropriado falar de poder. Em última análise, o poder consiste essencialmente em relações assimétricas entre actores e grupos de actores; e o seu exercício é condicionado por uma distribuição desigual de recursos.

192

Será legítimo, nesse caso, substituir, segundo a sugestão de H. Simon (1957), a proposição "F tem poder sobre S" pela seguinte proposição: "a conduta de F causa a conduta sobre S"? A resposta é manifestamente não, se se trata, como o fez W. H. Riker (1964), de associar à análise do poder uma concepção da causalidade definida em termos de condição necessária e suficiente: a linguagem da implicação recíproca não é aplicável ao poder, tal como à maioria dos objectos da pesquisa em ciências sociais. Mais globalmente, se a complexidade do fenómeno nem por isso impede o recurso à noção de causalidade, é preciso admitir que a retradução da ideia de poder numa linguagem metodológica apropriada choca com mais obstáculos que o que pensava Simon. Além disso, o paradigma inerente à análise da causalidade talvez não seja o mais fecundo neste domínio: pela sua concentração unicamente nos resultados, ele deixa escapar a dimensão estratégica do poder e não permite praticamente elucidar os seus modos específicos de acção. Deste último ponto de vista, convém sublinhar que a capacidade de impor sanções negativas desempenha um papel muitas vezes decisivo nas relações de poder. O exercício do poder de A pode de facto encontrar resistências da parte de B e implica que esta eventual resistência seja vencida, como bem sublinhou M. Weber (1922a) na sua definição do poder, que faz dele "a possibilidade de fazer triunfar no seio de uma relação social a sua própria vontade, mesmo contra a resistência de outrem". Mas o poder nem sempre choca com resistências. Primeiro, pode desencorajar toda a tentativa de

resistência por acções de prevenção ou de demonstração simbólica. Seguidamente, as relações de poder nem todas se reduzem ao modelo extremo do jogo de somatório nulo, no qual todo o ganho de A traz consigo uma perda equivalente para B. Por fim, não há que descurar os casos em que um poder legítimo beneficia, por um lado, de um consentimento activo e, por outro, de uma aquiescência resignada da maioria daqueles sobre os quais se exerce. Há pois que evitar oposições ingénuas entre legitimidade e força: um poder legítimo reconhece-se, sem dúvida, pela extensão do seu apoio mas também pelo direito reconhecido de obrigar um eventual recalcitrante. É por isso que a análise dos modos de combinação entre coerção e legitimidade nas relações de poder, nas quais D. Wrong (1979) pôs justamente a tónica, deve constituir um tema central da investigação sociológica neste domínio.

F. C.

- Aron (1964b), Chazel (1974), Parsons (1967).

Poliarquia: Porque a noção de "democracia" lhes pareceu demasiado geral, sociólogos políticos (Dahl 1961) preferiram o termo "poliarquia" para designar de maneira mais precisa a forma assumida pela democracia nos regimes representativos ocidentais. A democracia moderna não é e não pode ser o governo do povo pelo povo. E este último nunca governa a não ser por delegação da sua soberania numa elite política, por meio dos seus votos, na pluralidade das candidaturas e dos partidos. A lógica é a da representação política e da consulta eleitoral, com as suas vicissitudes. Quando se descreve a poliarquia como o lugar dos confrontos públicos entre padrões, líderes

193

sindicais, homens políticos, quando se sublinha o pulular das associações de defesa de interesses diversos e o ímpeto de cada uma, não se faz mais que descrever o funcionamento normal da democracia. Num tal espaço, o governo não pode ser senão o resultado de um compromisso negociado. O que o termo "poliarquia" quer sublinhar é, por um lado, a pluralidade das forças políticas e dos centros de decisão capazes de se equilibrarem a fim de que seja garantida a liberdade; por outro lado, o facto de os detentores do poder terem a convicção da precariedade, no tempo, do seu reinado e, opositores de ontem, sabem que são opositores potenciais de amanhã. É esse o "espírito" da poliarquia.

A. A.

Polícia: Instituição ou organismo encarregado de fazer respeitar a ordem; em sentido amplo, implementação e organização dessa ordem. Para alguns não há polícia que não dependa do monopólio estatal, ao passo que outros concebem polícias não estatais.

A polícia pública tornou-se o provedor habitual da justiça penal. Actua quer por sua iniciativa (proactividade) quer por impulso externo (reactividade). No primeiro caso, garante a segurança do Estado e intervém, sobretudo, nos lugares públicos (circulação rodoviária, controlo de identidade...). Esta tarefa não corresponde, no entanto, a uma lista precisa de actividades definidoras do ofício de polícia. No outro caso, a vítima apresenta queixa (tanto mais facilmente quanto o autor lhe é desconhecido); autoridades políticas e

administrativas assim como pessoas privadas dirigem-se à polícia de cada vez que nenhum outro organismo é competente ou está disponível.

A ordem pública estatal não se reduz ao que a polícia gere. Uma multidão de órgãos administrativos (fisco, alfândega, inspecção de trabalho...) ou para-administrativos (comissão das operações de Bolsa...) dispõe de poderes e efectua tarefas análogas em domínios especializados, mas recorrem à transacção e à regularização de preferência à acção penal.

Além disso, fenómeno fundamental da nossa época, organismos privados e empresas desenvolvem autênticas polícias privadas no seu domínio de actividade recrutando agentes de segurança ou recorrendo a firmas especializadas. A demanda penal é então apenas uma *ultima ratio* desse controlo privado que obedece a lógicas e a prioridades muito diferentes.

PH. R.

- *Sociologie du travail* (1985), Demonque (1983), Lévy (1987), Ocqueteau (1986).

Polítia.

Grupo humano particular. Vd. Guerra.

Política (sociologia): Podemos dizer com alguns autores que a sociologia política consiste simplesmente no estudo sociológico da política; mas esta fórmula permanece ambígua enquanto não nos pusermos de acordo sobre a noção de política e em particular sobre a sua extensão: por si mesma, não basta para circunscrever o domínio da sociologia política. A sociologia política reconhece-se primeiramente em algumas grandes orientações já

referenciáveis antes que a nova disciplina tivesse sido institucionalmente reconhecida. Sob muitos aspectos, M. Weber (1922a) pode ser considerado como o verdadeiro fundador da sociologia política: por um lado, sublinhou a importância

194

geral dos fenômenos de poder e de dominação; por outro, viu o critério da modernidade na emergência da burocracia, com a total separação entre funcionários e meios de administração, assim como a estrita especialização das tarefas que a caracterizam, e portanto do Estado legal-racional. O seu discípulo, R. Michels (1911), pôs em evidência as tendências oligárquicas dos partidos políticos. Avalia-se assim o contributo dos weberianos para a constituição da sociologia política: R. Bendix e S. Lipset (1957) fazem mesmo da dupla burocracia/oligarquia um dos eixos fundamentais da disciplina.

A sociologia política deve também muito à obra de um pioneiro, Alexis de Tocqueville, que tem o duplo mérito de analisar a mudança política - eventualmente revolucionária - a partir das características da sociedade global em que apareceu. A sua postura, implicitamente comparativa, consiste em tirar lições da experiência americana à luz do caso francês em *De la démocratie en Amérique* (1835) ou em confrontar os destinos históricos contrastados da França e da Inglaterra em *L'Ancien Régime et la Révolution* (1856).

Por fim, a sociologia política soube tirar partido da herança de Marx. Sem adoptar as soluções excessivamente deterministas que decorrem do seu modelo dominante,

retoma por sua conta um certo número de problemas que ele propusera: grau de concentração do poder económico, relação entre poder económico e poder político, condições de emergência e natureza das ideologias. Estes temas, directamente saídos da tradição clássica e que podem ser hoje abordados diferentemente, nem por isso deixam de fazer parte integrante da sociologia política. Basta acrescentar-lhes os estudos eleitorais, que estão plenamente inseridos no âmbito da sociologia política a partir do momento em que se interessam prioritariamente pelas bases sociais da diversidade política, para termos uma imagem mais ou menos correcta das tendências dominantes da sociologia política nos anos 60.

A partir de então, dois objectos de estudo conquistaram progressivamente uma grande importância: as políticas públicas, por um lado, e o processo de mobilização e os movimentos sociais, por outro. A análise das políticas públicas permitiu enriquecer consideravelmente o estudo das decisões, encaradas doravante não já apenas na sua fase de elaboração mas também na da sua implementação. O estudo das mobilizações e dos protestos colectivos chamou de novo a atenção para o poder virtual das acções dirigidas contra o Estado. Contribuiu também para pôr em evidência a influência do parapolítico sobre o político. A sociologia política mantém-se assim fiel à sua vocação primeira; contrariamente a uma opinião muitas vezes espalhada - pelo menos em França -, sociologia política e ciência política não são simplesmente duas designações de uma única disciplina fundamental; a sociologia política, que não poderá reduzir-se a uma perspectiva institucional, examina os processos políticos a partir da sociedade: convém pois não identificá-la

com a ciência política em geral mas reconhecer nela uma ciência do político que tem uma postura e objectivos específicos.

F. C.

- Birnbaum, Chazel (1971), Dogan, Pelassy (1982), Lipset (1960).

Populismo: O populismo (em russo *narodnichestvo*) designa o movimento

195

dos intelectuais russos (como A. Herzen e sobretudo N. Tchernychevski) que, nos anos 1850-1880, se opôs ao czarismo. Os populistas, desconfiados relativamente ao liberalismo ocidental, queriam educar os camponeses (identificados com o "povo"), nos quais viam os guardiões naturais das tradições e da alma russa, para mobilizá-los contra o despotismo e para fundar um comunismo agrário. Marx e depois Lenine opuseram-se aos populistas, a quem censuravam o facto de não verem o carácter de classe da sociedade e a confusão que arrastava consigo a noção de "povo".

Actualmente, e por analogia, denomina-se populista todo o movimento ou toda a doutrina que faz apelo de maneira exclusiva ao "povo" ou às "massas", de maneira indiferenciada e, por vezes, mística. São neles secundários os antagonismos de classe; é negado o papel do proletariado urbano (e das suas organizações) como vanguarda revolucionária. A ideologia populista está muito espalhada nos países antigamente colonizados ou semifeudais e

concilia-se muitas vezes com um poder ditatorial, evidentemente "anti-imperialista".

A. A.

Positivismo e neopositivismo: O positivismo, cujo pai em filosofia é Auguste Comte, define-se primeiro pela recusa de toda a legitimidade da metafísica. O princípio do conhecimento consiste em partir do observável e ater-se a ele. O pensamento só pode atingir relações e leis. A interrogação sobre os fins e sobre a essência oculta das coisas não é mais que ilusão religiosa. O neopositivismo lógico do círculo de Viena aparenta-se com este positivismo pela mesma recusa de reconhecer toda a pretensão filosófica a um saber distinto do saber científico entendido *stricto sensu*. A metafísica é citada como o exemplo da ausência de sentido gerada pelo menosprezo da lógica real da linguagem. Quanto ao critério de verdade objectiva, ele só pode ser o critério da experiência sensível.

O positivismo sociológico e o neopositivismo são evidentemente fiéis a este conjunto de princípios epistemológicos e postulam que o tratamento matemático e lógico dos factos e a prova empírica são as fontes exclusivas de uma sociologia científica, que exclui qualquer outro projecto para além da descoberta entre os factos de relações constantes, de semelhança, de sucessão ou de interacção.

A. A.

Potlatch: Dom cerimonial orientado para a conquista ou manutenção do prestígio. O *potlatch*, palavra da língua índia *nootka*, foi observado entre os índios da costa noroeste dos Estados Unidos da América, designadamente entre os

Kwakiutl, por F. Boas. Aplica-se a festas dadas por ocasião de cerimónias habituais (nascimento, casamento, iniciação, etc.) ou provocadas, durante as quais os anfitriões distribuem aos seus convidados toda a espécie de bens. Obrigados a aceitar, os donatários vêm-se obrigados, sob pena de perderem o rosto e o seu prestígio, a retribuir, dando eventualmente ainda mais. A rivalidade pela categoria social entre chefes de clã, famílias, confrarias traduz-se também pela destruição de bens por ocasião das cerimónias. M. Mauss (1925), que falava, a propósito do *potlatch*, de "prestações totais de tipo agonístico", via aí o protótipo do sistema de troca-dom característico de numerosíssimas sociedades arcaicas. Muitos durkheimianos, Mauss, G. Davy (1922), M. Granet,

196

atribuíam um lugar central à instituição do *potlatch* na evolução das sociedades humanas, vendo nela um período de transição em que aparecem as diferenciações hierárquicas, a individualização da autoridade, as premissas do direito contratual, a particularização dos cultos (Goudineau 1986).

PH. BD.

Preconceito: Estreitamente ligada à noção de atitude, por um lado, e à de estereótipo, por outro, a ideia de preconceito foi elaborada por sociólogos americanos para explicar o fenómeno do racismo. G. W. Allport (1954) definiu-o como o juízo feito sobre um grupo antes de qualquer experiência e análise; tem portanto uma função de simplificação, ao permitir a implementação de um processo de categorização

social e ao fazer apelo a uma causalidade unidimensional; funciona com base no princípio da generalização - todo o grupo, e cada um dos seus membros indistintamente, leva as marcas estereotipadas que o estabelecem numa singularidade. O preconceito implica ao mesmo tempo, naqueles que o utilizam, uma componente afectiva e valorativa que não é determinada pela realidade do grupo objecto do preconceito. T. Adorno e os seus colaboradores (1950) mostraram que, no indivíduo, o preconceito - e mais em geral a atitude - não podia ser isolado; integra-se no sistema que forma a sua personalidade. Estas diversas características explicam, por um lado, que, porque está ligado ao sistema de valores do sujeito, o preconceito resiste fortemente a toda a informação contraditória; mas, por outro, que o preconceito pode ter uma função de integração social, pois que permite a criação de uma identidade colectiva entre os que partilham o mesmo preconceito.

Y. C.

Predição criadora: Adaptação da expressão *self fulfilling prophecy*, é a profecia que se realiza por si própria, popularizada por R. K. Merton (1949). Trata-se do mecanismo pelo qual o anúncio da previsão basta para produzir o acontecimento previsto. O facto de uma autoridade reconhecida anunciar uma queda da Bolsa arrastará efectivamente a sua queda. Exemplo particularmente marcante dos efeitos de composição, a predição criadora tem um alcance muito geral e pode ser alargada ao caso das crenças colectivas, que, embora sem fundamento objectivo, se verificam e se mantêm porque produzem efeitos conformes com o que enunciam. Fala-se de

predição destruidora a propósito do mesmo mecanismo funcionando no outro sentido: a previsão de um acontecimento impede a sua realização. Uma sondagem pré-eleitoral pode ter uma função de predição criadora se leva os eleitores a votar pelo candidato melhor colocado ou de predição destruidora se os leva a votar contra.

PH. BD.

Profetismo: Por profetismo designa-se uma constelação de papéis sociais que remetem para o tipo central do profeta. Este (Weber 1922a, 1921a) é uma personagem que sai do comum, e é característica dos períodos de crise; pretende ter uma vocação, uma missão e um carisma religioso pessoais reconhecidos por um grupo de discípulos.

Geralmente leigo e tendo usurpado a sua missão, opõe-se ao mesmo tempo ao sacerdote e ao mágico. M. Weber (1920) insistiu no papel importante que o profetismo judaico

197

e cristão (profecia ética) desempenhou na racionalização das atitudes da vida quotidiana no Ocidente; a ascese monástica (extramundana) e o protestantismo ascético (intramundano) do puritanismo e das seitas foram os portadores e os motores deste processo. Em contrapartida, o profetismo (exemplar) extremo-oriental, mais voltado para a meditação que para a ascese ética no mundo, não produziu - em geral - os mesmos efeitos.

Próximos do profeta, mas não se confundindo com ele, encontram-se (Weber 1922a, 1921a) os reformadores religiosos e sociais, o legislador (Moisés, por exemplo), e

sobretudo o demagogo. Por este último termo, Weber (1921b) entende o político por vocação, que pretende ter uma missão e a vê reconhecida por partidários; esta missão apoia-se num passado heróico ou na pretensão a uma relação pessoal privilegiada com a nação, o povo, o partido, etc. O demagogo é o "profeta político" dos tempos modernos; estes últimos nem por isso estão necessariamente desprovidos de profetas religiosos.

J. S.

Profissão: Durante muito tempo, as profissões foram identificadas com as profissões liberais, que, longe de desaparecerem aquando do advento do capitalismo industrial, antes se desenvolveram nas suas margens. Por isso vemos os sociólogos interessarem-se por elas desde muito cedo. É. Durkheim (1893) interrogava-se já sobre o papel das corporações que ele considerava essenciais ao funcionamento democrático da sociedade. Essa ideia será sistematizada por T. Parsons numa perspectiva funcionalista. Mas, entretantes, o estudo das profissões tornara-se um tema recorrente da sociedade americana (Herpin 1973). Em 1915, S. Flexner, a propósito do exercício da medicina, do direito, da engenharia e das artes, enumerava os seus atributos distintivos, aos quais se referiram todos os que, seguidamente, abordaram o domínio das profissões. Três critérios ocorrem, sobretudo, na maioria das definições: a especialização do saber, que traz consigo uma determinação precisa e autónoma das regras da actividade; uma formação intelectual de nível superior, que supõe a existência de escolas de formação devidamente reconhecidas; um ideal de serviço, que apela ao estabelecimento de um código

deontológico e ao seu controlo pelos pares. Em todos os casos estudados, que incidem sobre profissões liberais, sublinha-se a implantação progressiva dos mesmos elementos significativos, no quadro de uma sociedade que parece ganha pelos valores profissionais. Donde a tentação de utilizar o conceito fora do seu quadro de origem, estendendo-o às ocupações assalariadas. Mas essa é uma postura arriscada, porquanto a profissionalização de certas actividades - como a dos engenheiros - tropeça numa tendência geral contrária: a burocratização, que não favorece a autonomia nem o ideal de serviço. Nestes últimos anos, multiplicaram-se as críticas em relação à profissão e ao modelo funcional subjacente (Maurice 1972). A comunidade "liberal" já não é apresentada como um meio sociocultural homogéneo, como se vê no direito ou na arquitectura (Moulin 1973). O profissionalismo reconhecido dos quadros é uma falsa aparência para assalariados que jamais terão acesso às funções dirigentes. Já não estamos no tempo em que o conceito parecia dever transformar a sociologia do trabalho. A profissão pode ser abordada como uma forma de

198

actividade entre outras no contexto global da divisão social do trabalho.

F. G.

Progresso: A noção de progresso implica que a história tem um sentido e que esse sentido é linear, contínuo, que vai da noite para o dia, da indigência para a abundância, da selvajaria para a civilização, em suma, vai em direcção ao

Verdadeiro e ao Bem confundidos num só objectivo.

Este progresso na história é gerado pela acumulação indefinida dos progressos técnicos que permitem o domínio da natureza e geram, por sua vez, o progresso da consciência. Identifica-se com o progresso da Razão. Pode, evidentemente, limitar-se a noção de progresso a uma dada sociedade e ao sistema de valores que é o seu. É o que pretende o sociólogo que não faz do "progresso" um conceito mas uma crença que ele tem de estudar como tal. Quanto ao conceito, preferirá o de desenvolvimento (desenvolvimento económico, desenvolvimento político, etc.). É com Condorcet e a sua obra póstuma (1795) que o "progresso" faz a sua entrada na cena intelectual e política. O autor, a partir de um quadro exaustivo das "épocas" da humanidade, estabelece a lei que governa o seu curso: a aquisição do conhecimento, o aperfeiçoamento das técnicas, o aumento das riquezas que daí decorre trazem a felicidade, a segurança, num mundo pacificado. Esta crença optimista na história constitui o essencial do pensamento republicano do séc. XIX que gostava de conjugar progresso científico e progresso moral. O séc. XX será, por seu turno, o das "desilusões do progresso" (para retomar o título do livro de R. Aron publicado em 1969). Viu-se nele que o crescimento económico não gera necessariamente a eliminação das desigualdades nem a reconciliação entre os homens, e menos ainda entre os povos. Opõe-se por vezes sem razão a noção de progresso à de tradição. Com efeito, a dupla válida é a de "progresso-declínio", na medida em que opõe duas filosofias da história, semelhantes mas de sinais contrários.

A. A.

Proletariado: Designa-se, sob este termo, a classe dos mais desfavorecidos, que, na sociedade capitalista, tem como única riqueza uma força de trabalho que tem de vender aos proprietários dos meios de produção.

A noção de proletariado difere da de classe operária. A classe operária, elemento da estratificação social, é um objecto de investigação sociológica banal. O proletariado remete para uma abordagem ideológica - moral ou política - da sociedade. Do que se trata é de designar a classe dos pobres, dos excluídos, e de interrogar-se sobre o seu destino histórico. É assim que com Marx o proletariado será esse messias que, porque encarna a privação integral, pode tornar-se o agente pelo qual a humanidade acaba com a sua infelicidade secular (exploração do homem pelo homem) e recupera a sua própria substância.

Não podemos compreender a noção de proletariado se a não referirmos ao duro período dos inícios da industrialização (Villermé 1840). Mas o proletariado tornou-se classe integrada na sociedade e dispõe de fortes aparelhos para defender os seus interesses materiais e morais. O nosso mundo já não é o que é descrito por E. Sue, ou mesmo por É. Zola.

A. A.

199

Prospectiva: O adjectivo "prospectiva", que existia em T. Gautier com o sentido de "voltado para o futuro", foi transformado em substantivo por G. Berger (1957) para designar uma atitude de espírito que encara o futuro não

como uma realidade escrita antecipadamente que se pode descobrir cientificamente, mas como o resultado, por vezes involuntário, das acções humanas no dia-a-dia. Mais ou menos na mesma altura, B. de Jouvenel (1964) criava a noção próxima de futuríveis para designar "os descendentes do estado presente que nos aparecem actualmente possíveis".

Esta perspectiva não é inteiramente nova. Desde a Antiguidade, os homens esforçaram-se, de facto, não apenas por adivinhar o futuro mas também por desenhar o rosto que desejariam que ele assumisse (Cazes 1986). Mas trata-se essencialmente de imagens do futuro cuja procura era inteiramente passiva, ao passo que a oferta era marcada por um nítido amadorismo. A mudança verificada após 1945 traduz-se, pelo contrário, por um duplo movimento de institucionalização e de profissionalização das reflexões sobre o futuro. Houve em primeiro lugar fixação institucional, no sentido de que as pesquisas sobre o futuro são doravante uma preocupação permanente das grandes empresas, dos governos, das organizações internacionais. Estes "consumidores" de prospectiva não se limitam a acompanhar o que se publica, mas encomendam sistematicamente estudos sobre o futuro, à medida do presidente H. Truman, que, durante a Guerra da Coreia, criou em 1951 a Comissão Paley, encarregada de examinar as necessidades dos Estados Unidos em recursos naturais no horizonte 1975.

A prospectiva acabou por profissionalizar-se porque os seus praticantes manejam instrumentos muito diversos (extrapolação de tendência, modelização, cenários, etc.). Esta sofisticação metodológica não deve fazer esquecer que permanecemos ainda muito desguarnecidos face a três

questões fundamentais: 1. que elementos da realidade presente se manterão "invariantes"?; 2. que tendências fortes estamos em posição de prolongar?; 3. que novidades sobreviverão sem pré-aviso, infirmoando simultaneamente as conjecturas tiradas do ajustamento das invariantes e das tendências fortes?

B. C.

- Lesourne, Godet (1985).

PROUDHON (Pierre-Joseph), teórico socialista francês (Besançon 1809 - Paris 1865: Desde a publicação do seu memorial em 1840, *Qu'est-ce que la propriété?*, torna-se um dos mais importantes teóricos do socialismo francês. O seu livro de 1846, *Système des contradictions économiques*, suscitou a crítica de Marx e a ruptura das suas relações. Deputado em 1848, depois preso durante três anos, não deixou de polemizar contra o Segundo Império e foi de novo condenado após a publicação de *De la justice dans la révolution et dans l'Église* (1858). Não pôde acabar a sua última obra escrita, *De la capacité politique des classes ouvrières* (1865).

Uma tríplice crítica atravessa as suas obras: crítica da propriedade privada, dos capitais e da desigualdade; denúncia do Estado centralizador, fonte da alienação política; crítica das religiões e de toda a ideologia da transcendência. A estas três alienações opõe Proudhon uma organização autogestionária da produção, o federalismo social e político, uma moral exigente fundada na justiça. Esta filosofia social comporta um conjunto de indicações

200

de carácter sociológico sobre o pluralismo social, a violência do Estado centralizado, as formas de resistência às opressões, o carácter destruidor das ideologias políticas, o dinamismo dos grupos naturais.

P. A.

- Ansart (1967), Bancal (1970), Hauptmann (1982), Voyenne (1973).

Psicanálise e sociologia: A psicanálise, ciência do inconsciente, não ultrapassa os seus direitos quando estende a sua pesquisa e a sua interrogação às produções simbólicas que constituem o tecido social. Certas obras de S. Freud (1913, 1927, 1929, 1939...) fazem parte do campo sociológico de maneira original. Depois de Freud, a psicanálise foi utilizada como instrumento de pesquisa por numerosos etnólogos e sociólogos que viam nela a chave que abria as portas do simbolismo social. Isso fez-se muitas vezes a partir de uma analogia rápida com o sonho. Mas o mau uso da psicanálise não deve hipotecar o seu uso legítimo. Certos temas de Freud que dizem respeito ao sociólogo merecem ser retidos: a universalidade do complexo de Édipo, que fornece um modelo para esclarecer a articulação de "civilização", "interdito", "culpabilidade", "rituais"; o conflito original entre Eros e pulsão de morte, que permite avançar explicações quanto aos fenómenos sociais paradoxais ou paroxísticos; a lógica do inconsciente tal como ela se apresenta nos sonhos, nas neuroses, etc., e que induz hipóteses para apreender o espaço codificado das produções simbólicas diversas.

A psicanálise não é uma chave para o sociólogo, é um

conjunto de indicações e de advertências que ele faria mal em não ter em conta.

A. A.

Publicidade: O conceito de publicidade designa não tanto uma coisa como um movimento que vai do privado ao público; enquanto actividade económica, a publicidade contemporânea refere-se a um processo de promoção comercial realizado por meio de anúncios e pelo jogo de três actores: o anunciador que emite a mensagem, o suporte que difunde o anúncio no público e a agência que concebe e realiza os produtos publicitários.

O agente de publicidade aparece por volta de 1840 e desenvolve-se depois como intermédio entre os anunciadores e os suportes. A agência-conselho moderna articula a sua estrutura em função deste papel fundamental; "criativos" e "comerciais" colaboram nela para fabricar anúncios de todas as espécies e organizá-los em campanhas de publicidade em função das necessidades dos anunciadores e dos suportes. No início do séc. XX elabora-se nos Estados Unidos uma disciplina nova, o *marketing*. A publicidade figura nela como um fluxo de informações económicas que vão da oferta para a procura, simétrica e inversa de um fluxo de estudos de mercados - económicos e psicológicos - que informam os anunciadores sobre os "alvos" visados pelas suas campanhas. Duas expressões tentam descrever a influência exercida pela publicidade de massa: a "sociedade de consumo" supõe que o sistema do *marketing* não se regula por si próprio, mas suscita cronicamente um sobreaquecimento da máquina económica, alimentada por uma estimulação publicitária abusiva. A "sociedade do espectáculo" denuncia uma

situação em que a produção de sinais se substitui progressivamente à dos bens reais, em que os próprios anúncios se consomem. A crítica marxista, por seu turno, continua

201

a ver no reclamo o instrumento da dominação de uma classe sobre o conjunto da população. Ao nível dos factos, verifica-se que a "pressão publicitária" (que mede o investimento em anúncios por habitante) depende sobretudo do grau de desenvolvimento industrial, mas também que ela varia notavelmente de país para país. Em 1985, andava à volta de 66 dólares nos países desenvolvidos (60 em França) e ultrapassava 200 dólares em quatro: Estados Unidos, Suíça, Finlândia e Emirados Árabes.

Pelo que se refere à coacção social, as partes envolvidas na actividade publicitária estão em situações tipicamente diferentes:

1. o anunciador procura "agarrar" uma clientela e fazer com que a sua marca seja preferida às concorrentes. A sua publicidade serve-lhe para estabelecer com o seu alvo relações extra-económicas, de ordem do desejo;
2. o suporte procura otimizar as suas receitas, que lhe vêm parcialmente dos anúncios que difunde. Isso leva-o, com frequência, a evitar especializar-se num público preciso, mas tem então de aceitar exercer uma influência tanto mais incerta quanto se exerce sobre o conjunto fluido do "grande público";
3. por fim, o publicitário vê-se envolvido num dilema: ou convencer muito pouco e perder os seus clientes

anunciadores, ou convencer de mais e suscitar a hostilidade de uma opinião pública que tem constantemente de seduzir sem no entanto despertar a sua desconfiança para com a manipulação suave.

G. L.

Público/privado: Estas noções saíram da revolução das ideias que, nascida no Ocidente no séc. XVII, fundou a democracia liberal. Ao apresentarem como única fonte de legitimidade dos poderes a noção de contrato, isto é, ao definir de maneira precisa o espaço do político, os liberais reivindicam os direitos originais do indivíduo e desenharam as fronteiras para além das quais nenhum poder é legítimo (trata-se daquilo a que Hobbes chamava o "foro interno", ou seja, liberdade de pensar e de crer). A partir daí impõe-se uma distribuição entre espaço público e espaço privado, constituindo um o domínio do Estado e o outro o dos egoísmos da sociedade civil.

As coisas são de facto mais complexas. Há o espaço público da sociedade política, o espaço privado da sociedade civil (família, propriedade privada, mercado, etc.) e o espaço privado da subjectividade individual. Porque como abstrair do facto de que sociedade política e sociedade civil têm por único e mesmo fundamento o sujeito livre? A evolução das sociedades liberais mostrou aliás que a separação, a diferenciação de princípio dos domínios da sociedade civil e do Estado (sem o que deixa de haver democracia liberal) em nada contradizem o facto de uma crescente inter-relação.

A.A.

202

203

Q

Quadro: Sob o ponto de vista das convenções colectivas, os quadros - e engenheiros aos quais estão associados - definem-se por referência a um diploma de escola superior que se supõe eles deterem. Mas nenhuma nomenclatura assenta na tomada em consideração deste único critério. Com frequência, a experiência profissional vem disfarçar a ausência ou insuficiência do diploma, porque a função de quadro requer iniciativa, criatividade e responsabilidade no trabalho. Apesar destas precisões, os critérios oficiais não são satisfatórios. O grupo dos quadros, que progrediu desde há quinze anos a ponto de reunir perto de 10 por cento dos activos, apresenta-se composto, se nos referirmos às suas trajectórias escolar e profissional, aos seus rendimentos ou ao seu modo de vida. Depois de terem tomado os quadros por uma categoria técnica que poderíamos encarar com critérios objectivos (Benguigui, Monjardet 1970), os sociólogos reataram contacto com uma certa tradição realista: os quadros só teriam existido a partir do momento em que, pela luta social e política (1936), foram etiquetados pelos outros e se identificaram como tais num jogo complexo de discurso e de auto-representação no termo do qual o grupo se "naturalizou" (Boltanski 1982).

F. G.

Questionário: Série de questões que se põe a um informador, que podem envolver as suas opiniões, as suas representações, as suas crenças ou várias informações factuais sobre ele próprio ou o seu meio. O questionário é o instrumento de base de todo o inquérito extensivo. Pode ser administrado por um inquiridor (directamente ou por telefone), por Minitel ou minicomputador, ou ainda proposto por escrito às pessoas interrogadas que o preenchem elas próprias (questionário auto-administrado, utilizado, por exemplo, nos inquéritos postais). Cada um destes modos de administração apresenta características próprias, nomeadamente no que se refere à duração e ao custo da outorga e à confiança que se pode conceder às respostas a certas questões "delicadas". Distinguem-se as questões abertas, nas quais a resposta é totalmente livre ("que representa para si a Revolução de 1789?"), e as questões fechadas, que propõem uma lista de respostas ("na sua opinião, a celebração do bicentenário da Revolução é um acontecimento muito importante, medianamente importante, pouco importante ou sem nenhuma importância?"). As respostas às questões abertas são geralmente mais ricas, mas têm de ser em seguida interpretadas e codificadas (por análise do conteúdo). Para os inquéritos por meio de inquiridor, há uma forma intermédia, as questões pré-codificadas, que se apresentam a quem responde como uma questão aberta, mas para as quais o inquiridor interpreta a resposta e a codifica (numa lista preestabelecida) em vez de transcrevê-là integralmente.

A elaboração de um questionário exige uma sólida formação técnica e uma experiência do inquérito sob todas as suas formas. O sociólogo tem de ser capaz de traduzir

cada uma das questões que ele próprio se põe num conjunto de perguntas concretas e escolher palavras que sejam compreendidas da mesma maneira por todas as pessoas interrogadas, seja qual for o seu meio

204

social, o seu nível de instrução ou a sua região de origem. Além disso, a ordem pela qual as questões são postas e a maneira como são enunciadas influenciam as respostas obtidas. É por isso que a interpretação dos resultados de um inquérito por questionário só deve ser realizada por sociólogos competentes. Como todo o instrumento de medida, o questionário tem os seus limites. Em vez de se adaptar à forma de pensamento da pessoa interrogada, como faz a entrevista não directiva, impõe-lhe um quadro rígido idêntico para todos, aliás indispensável para comparar os respondentes entre si. É por isso que o inquérito extensivo deve ser preparado por uma abordagem qualitativa (utilizando a entrevista não directiva, por exemplo), cujos resultados servem de base para a elaboração do questionário. Por outro lado, o questionário é pouco apto ao estudo das redes de relações inter-individuais. Em contrapartida, nas mãos de sociólogos experimentados, o inquérito por questionário é uma ferramenta insubstituível para estudar as diferenças de opinião e acompanhar a sua evolução no tempo, ou ainda para descrever a estrutura e as condições de vida de uma população.

J.-P. G.

- Javeau (1971).

Quotidiano (sociologia do): Toda a sociologia que se ocupa do desenrolar habitual da vida social poderia ser considerada como uma sociologia do quotidiano. Mas a vida de todos os dias, pela sua regularidade temporal, pelo facto de ser uma experiência universalmente vivida, suscita interesses sociológicos mais específicos. Ao estudá-lo, o sociólogo espera ter acesso a um nível de realidade que escapa a análises mais globais e que tem uma importância decisiva no funcionamento da sociedade.

Desde G. Simmel, pelo menos (1917), o tema do quotidiano interessou correntes de pensamento diversas. A escola de Chicago*, com os seus estudos espaciais e biográficos da cidade e das migrações, e a maior parte das pesquisas interaccionistas (por exemplo, sobre o desvio) ilustram bem a preocupação de captar a verdade do fenómeno social pela descrição qualitativa das formas da vida quotidiana. Um objectivo análogo é por vezes atingido por métodos muito diferentes - como o testemunha o estudo de P. Lazarsfeld (1932), por exemplo, que descobre o significado social do desemprego nas contas da vida quotidiana. Seria preciso citar também a sociologia fenomenológica, que procura no mundo da vida os modos de construção da realidade social (Berger, Luckmann 1966). Os trabalhos de E. Gaffman sobre a encenação da vida quotidiana (1956) e de H. Garfinkel sobre os pressupostos da vida quotidiana (1967) merecem uma menção especial. Devemos de facto a estes dois autores o terem prolongado as intuições de Simmel ao tratar as condutas banais da vida corrente (conversações, concertações para agir, classificações dos objectos, etc.) como um fenómeno sociológico de pleno direito. Mostraram assim

empiricamente que os métodos práticos e as formas de vida quotidiana desempenham um papel essencial na manutenção da ordem social. Em França, a sociologia do quotidiano foi primeiro uma sociologia crítica (Lefebvre 1947), inspirada no marxismo e que denuncia o domínio da ideologia burguesa e das relações mercantis sobre a vida de todos os dias. Inspirando-se nesta crítica, algumas correntes literárias conferiram um atractivo particular às "coisas" (G. Perec, por exemplo)

205

do quotidiano, atractivo testemunhado o também pela eclosão da Nova História. Este interesse pela sociedade no quotidiano está presente em muitos estudos sociológicos recentes, atentos ao significado endógeno das práticas e das situações, concorrendo também para renovar os métodos qualitativos (intervenção sociológica, compilação de relatos de vida, análise de interlocuções, etc.).

Nos seus trabalhos mais significativos, a sociologia do quotidiano abre caminhos novos à sociologia concebida como ciência humana e ciência da descoberta. Designa de facto de maneira precisa objectos que podem ser objecto de hipóteses demonstráveis - como as formas linguísticas ou gestuais da inter-compreensão.

P. P.

- Schütz (1971).

206

R

Raça, racismo: A raciologia, ou estudo das raças, remonta em França ao séc. XVIII. (A palavra *racisme* só aparece em francês por volta de 1930, mas em inglês é muito mais antiga.) A raça foi primeiramente uma classificação em botânica, e depois em zoologia; aplicada ao homem, era muitas vezes sinónimo de linhagem. Teorias filosóficas e religiosas enxertam-se muito rapidamente neste estudo. Tendo Deus criado um universo completo, essa completude exige que haja um intermediário entre todos os níveis da grande cadeia dos seres. O homem branco está no topo dessa escala, o homem negro em baixo e os grandes símios no ponto mais alto da escala dos animais.

No séc. XVIII, os antropólogos opõem-se sobre a origem das raças: os monogenistas pensam que a descendência do casal original, Adão e Eva, se diferenciou por degenerescência do tipo branco original (Buffon) ou pela melhoria graças à civilização até chegar ao Branco. Os poligenistas, entre os quais Voltaire, rejeitam o relato do Génesis e crêem numa criação separada das diferentes raças. Mas, em geral, monogenistas e poligenistas todos eles aceitam a ideia de raças distintas e de uma hierarquia entre elas.

Entre 1750 e 1870, os geólogos descobrem que a teoria bíblica dos 6000 anos não resiste aos seus estudos. Os homens são muito mais antigos e contam a sua evolução em milhões de anos, e a sua própria origem perde muito do seu

interesse. Doravante, prevalece apenas a necessidade de preservar a pureza da raça. P. Broca funda a Sociedade de Antropologia para estudar os cruzamentos e a suposta degenerescência dos mestiços. Gobineau teme que as raças superiores, combativas e conquistadoras, ao misturarem-se com os seus vencidos, venham a degenerar e a desaparecer. Ao longo do séc. XIX, começa a procurar-se subdivisões no interior das grandes raças: assim, os Norte-Africanos, considerados inicialmente como Brancos, tornaram-se uma raça à parte. Ainda entre os Brancos, distinguiram-se as raças nórdica, alpina e mediterrânica, tendo cada uma as suas características próprias.

As diferentes teorias racistas aparecem como formas de hereditarismo, concepção biológica e genética das diferenças, que apresenta estas como fixas, contra as quais não se pode ir e que estabelece em geral uma hierarquia de valor entre os grupos ou os indivíduos assim distinguidos. Mais recentemente, dir-se-ia que se assiste a formas não já biológicas mas culturais de diferenciação, de hierarquização e de rejeição. Os sociólogos, por seu turno, procuram compreender como é que, a partir dos critérios antropométricos ou culturais, se chegou a criar uma hierarquia, porquê e como se adere a esta concepção, mais ou menos segundo as pessoas, os grupos sociais, os lugares ou as épocas. O racismo é um aspecto do funcionamento social que se estuda como uma atitude particular e que se tentou ligar quer a personalidades particulares (por exemplo, a "personalidade autoritária" de T. W. Adorno), quer a condições de crise, quer ainda ao desejo de manter e de perpetuar a sua própria identidade.

B. M.

- Taguieff (1988).

Racionalidade: A noção de racionalidade pode ser definida de várias

208

maneiras, todas elas defensáveis. Assim, admite-se por vezes que uma acção racional é a que testemunha uma adequação objectiva dos meios escolhidos relativamente aos fins prosseguidos. Mas uma tal definição tem o inconveniente de ser muito estreita. Tende a considerar como irracionais todas as acções que se afastam do caso simples que representa a decisão de tipo "técnico", a do engenheiro que constrói uma ponte e que escolhe determinado material, por exemplo. Uma definição mais ampla e sem dúvida mais útil para o sociólogo propõe que se considere uma acção como racional desde que possa emitir-se a seu propósito um enunciado de tipo "o indivíduo X tinha boas razões para fazer Y, porque...". Esta definição tem relativamente à primeira a vantagem de poder aplicar-se tanto às crenças como às acções ("X tinha boas razões para crer Y, porque..."). Tem além disso a vantagem de ter em conta o facto de muitas decisões ou acções poderem pela natureza das coisas ser objectivamente fundadas. O caso simples do eleitor a quem se propõe que escolha entre duas políticas A e B ilustra bem este tipo de situação. Geralmente ele não tem os meios para determinar com precisão o único ponto que verdadeiramente o interessa, a saber: os efeitos que as ditas políticas são susceptíveis de arrastar consigo; ele terá pois boas razões para fixar a sua, escolhe a partir de outras considerações,

como os princípios em que se inspiram A e B ou eventualmente a "sinceridade" aparente dos homens que propõem A e B. Embora esta definição seja ampla, nem por isso traduz todas as crenças ou acções racionais. Assim, de uma mãe que por "enervamento" esbofeteia o seu filho, dir-se-á: "Ela não tinha razões para esbofeteiar o filho, mas..." Este comportamento é compreensível, mas não é racional.

Quando o comportamento de outrem lhe parece estranho, não vendo o observador razões para ele, tende muitas vezes a interpretá-lo de maneira irracional, como resultante de causas ou de forças que escapam ao controlo do próprio actor.

Assim, os observadores ocidentais e mesmo certos etnólogos colocaram com frequência as práticas mágicas ao nível de superstições que se imporiam ao espírito dos "primitivos". As análises sociológicas mais conseguidas são muitas vezes as que conseguem mostrar que um comportamento ou uma crença que tendem a ser vistos como irracionais se explicam de facto por muito boas razões. A teoria da magia de M. Weber (1922a), ou a de É. Durkheim (1912), é exemplo clássico a este respeito.

R. B.

- Boudon (1988).

Rede: Uma empresa, uma associação ou uma aldeia podem ser representadas como um conjunto de vínculos que unem entre si os membros do grupo. Alguns indivíduos mantêm numerosos vínculos, outros estão isolados. A rede é a configuração das relações observadas. A sua densidade, a transitividade das relações, o tamanho dos subgrupos são outras tantas propriedades desse conjunto.

A estrutura da rede pode ser concebida como um constrangimento, que actua como tal sobre os comportamentos. Assim, entre os operários urbanos ingleses, E. Bott (1957) estudou a família alargada como uma rede. A mulher mantém vínculos privilegiados com a sua mãe após o casamento. Consequentemente, os dois esposos têm poucas actividades comuns. A distribuição

209

das tarefas dentro do lar e a concepção que os cônjuges têm da família são explicadas como consequências dessa forte integração da linhagem, do lado das mulheres. Esta abordagem não se limitou ao estudo do parentesco. A noção de rede permite compreender porque é que uma localidade possui ou não a capacidade de agir colectivamente (Galaskiewicz 1979) ou como é que um desempregado reencontra trabalho (Granovetter 1973). Em vez de interpretar os comportamentos dos indivíduos a partir dos seus atributos intrínsecos (sexo, idade, qualificação, profissão...), a análise da rede toma como princípios a estrutura das relações nas quais esses indivíduos estão inseridos e põe a tónica nas modalidades de acesso aos recursos e às informações.

N. H.

Regulação social: Conjunto de pressões directas ou indirectas exercidas sobre os membros individuais ou colectivos de um grupo ou de uma sociedade para corrigir os seus desvios de comportamento, de expressão ou de atitude em relação a regras e normas adoptadas pelo grupo social ou

pela sociedade considerada.

A regulação social difere da influência* social pelo seu exercício consciente e deliberado, exercido em nome do grupo ou da sociedade, por órgãos específicos ou não específicos. Com a socialização*, a regulação social contribui ao mesmo tempo para a manutenção flexível da estrutura social* e para a sua adaptação.

B.-P. L.

- Comte (1826), Ross (1901), Landis (1939), Lécuyer (1967).

Relações humanas (movimento das): Constituído nos Estados Unidos da América nos anos 30 à volta da personalidade de E. Mayo*, o movimento das relações humanas conserva o seu impacto até cerca de 1950. Tal como a organização científica do trabalho (OCT)*, que se propõe suplantar, o movimento das relações humanas é um esforço para analisar as relações de trabalho nas empresas e, no termo dessas análises, para reformá-las. É, tal como a OCT, indissociavelmente ideológico e científico (Lécuyer 1988). O seu interesse principal reside actualmente na deslocação da análise para conceitos que designam objectos então novos. Completou assim a OCT mais do que a suplantou, e enriqueceu a sociologia (Mottez 1971).

Na base do movimento encontram-se as experiências Hawthore conduzidas nas fábricas deste nome da Western Electric perto de Chicago, de Novembro de 1924 a Fevereiro de 1933. Concebidas para resolver um problema tayloriano (impacte da iluminação sobre a produção), as experiências deslocam-se progressivamente para a sugestão muito forte da ligação entre a satisfação no trabalho e os factores humanos

(coesão do grupo, bom entendimento com a chefia, resistência à mudança): F. J. Roethlisberger e L. E. Dickson (1939), B. P. Lécuyer (1988b).

A resistência à mudança é um tema favorito das relações humanas, à escala de comunidades inteiras (Warner 1951-1959) como a da empresa. A mudança é melhor aceite pelos executantes se ela lhes for explicada por uma dinâmica de grupo. De igual modo, para a travagem, F. M. Whyte (1955) retoma por sua conta as análises de F. W. Taylor mas completa-as ao sublinhar o papel do grupo no estabelecimento de uma norma de produção que assegure o equilíbrio entre os membros: um estimulante

210

colectivo seria por isso preferível. Numerosas pesquisas foram consagradas no mesmo espírito às funções da direcção e à noção de moral que permite ligar o sentimento de satisfação aos comportamentos que asseguram rendimentos elevados. Esses trabalhos foram integrados ao nível teórico por G. C. Homans (1946, 1950).

No fim dos anos 50, as pesquisas empíricas mostram progressivamente a estreiteza excessiva do ponto de vista das relações humanas, estigmatizado a partir de 1940 por numerosas críticas que permaneceram a um nível demasiado geral (Friedmann 1946). A atenção exclusiva dada aos grupos primários impede a tomada em consideração de factores estruturais indispensáveis quer à solução satisfatória dos problemas postos quer a uma definição mais satisfatória dos problemas. É então a sociologia das organizações que tende a tomar posições.

B.-P. L.

- Friedmann (1950).

Relações profissionais: Relações sociais estabelecidas à volta do trabalho assalariado; acções às quais elas dão lugar (conflitos, negociações entabuladas por iniciativa dos assalariados, dos empregadores ou das forças que eles representam: sindicatos, patronato, poderes públicos); configuração das regras que daí resultam (desenvolvimento do direito social). Sob a influência dos países de língua inglesa, aquilo a que aí se chama "relações industriais" designa também um campo científico autónomo cujo objecto é distinguir sistemas nacionais e interpretar as suas diferenças. As variáveis avançadas são os actores, as regras (de processo, de fundo), o contexto (económico, técnico, político), assim como o quadro ideológico em que envolvem os parceiros (Dunlop 1958). Em sociologia, a noção de sistema permite sublinhar os efeitos de interacção dinâmica a que dão lugar as relações profissionais (Adam, Reynaud 1978).

Na França, simultaneamente à institucionalização crescente do sindicalismo, a tendência dominante é a da descentralização das relações para com a empresa. Isso poderia invalidar a noção de relações "profissionais", atribuída a um modelo que favorecia o nível médio do ramo.

D. SN.

Religião (sociologia da): Os trabalhos sociológicos actuais sobre a religião inspiram-se em três fontes teóricas principais: a dupla Marx-Engels, É. Durkheim, M. Weber.

K. Marx encara a religião como ideologia; vê nela uma das

produções não materiais que toda a sociedade faz nascer. Tal como o direito, a moral, as concepções políticas, etc., que um grupo ou uma sociedade para si cria, a religião aparece necessariamente condicionada pelas relações sociais e políticas. Reflexo de um mundo que tem necessidade de ilusões, a religião é também a sua "consciência invertida". Exprime "a miséria real" das sociedades edificadas sobre a injustiça; é também protesto em relação a essa miséria. Contudo, "ópio do povo", deve ser sujeita à crítica filosófica, primeiro passo para uma crítica global da sociedade. A "sociologia religiosa" de F. Engels (1850), de carácter histórico, articula-se à volta do conceito de luta de classes que exerce efeitos diferenciadores no domínio religioso. Sendo toda a religião "disfarce" de interesses, de classe, cada classe tem a sua, legitimadora dos seus interesses. Durkheim não se interessa pela história, mas pela "essência" de toda a religião. Para ele,

211

"uma religião é um sistema de crenças e de práticas, relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, interditas, crenças e práticas que unem numa mesma comunidade moral, chamada Igreja, todos os que a ela aderem" (1912). Estamos aqui perante um fenómeno colectivo, que se opõe à magia, que é individual. Em primeiro lugar, a religião é, para Durkheim, administração do sagrado. Encontra-se assim referida ao domínio do extra-quotidiano. É nos grandes ajuntamentos periódicos que ritos e crenças religiosas exprimem ao máximo a sua intensidade e a sua predominância. No culto, o homem religioso experimenta a

coesão social como comunhão; adora nele, nos ritos e nos símbolos, a sociedade que o constrange, tal como ele a pode conceber lentamente como fonte de liberdade. A vida quotidiana usa os sentimentos de força, de coesão e o entusiasmo que os ajuntamentos culturais excepcionais criam. Donde a necessidade da sua repetição periódica. Assim, é nos momentos de efervescência de tipo revolucionário que nascem as novas religiões, quando as mais antigas se revelaram ultrapassadas.

Com Weber, a sociologia religiosa regressa à matéria histórica e privilegia o comparatismo. Isolando o processo de racionalização no cerne da modernidade como característica do Ocidente, pergunta-se se ele não manteria relações com certas formas assumidas pelo cristianismo ocidental (1920). A partir daí impõe-se-lhe a comparação dos cristianismos entre si e com as outras religiões. Donde os seus trabalhos sobre as da China, da Índia e sobre o judaísmo antigo (1921a). Donde também o seu interesse pela religião como forma específica do agir social. Donde ainda a interrogação que anima a sua obra: quais são as religiões mais aptas a produzir uma finalização sistemática (racionalização) da vida quotidiana à volta da sua mensagem (1922a)? Por razões diversas, o monaquismo e depois o protestantismo ascético (puritanismo, seitas) foram, segundo Weber, os vectores privilegiados e sucessivos do processo ocidental de racionalização pré-capitalista. O protestantismo ascético criou um tipo de homem em afinidade com o capitalismo: individualismo, democracia, tolerância, autonomia das formas do agir social, etc. (1920 e 1922a). Weber nota que o cristianismo, nisso herdeiro dos profetas de Israel, "desencantou" o mundo antigo em seu proveito, que

seguidamente racionalizou o agir social no Ocidente e que actualmente parece por fim vítima da sua própria dinâmica. A modernidade, para cuja criação contribuiu, elimina a sua presença da esfera pública, acantonando-o à esfera privada, onde entra em concorrência com a arte, os passatempos, a família, etc.

Seria o cristianismo "religião da saída da religião" (Gauchet 1985)? Perante o "regresso do religioso", muitos sociólogos perguntam-se hoje se a modernidade se esgota verdadeiramente na secularização* e no "definhamento necessário da religião" prognosticado por alguns (Hervieu-Léger 1986).

J. S.

Reprodução: No vocabulário proposto originariamente por Marx (1867), um sistema está submetido a um processo de reprodução simples quando as "saídas" (*output*) do sistema: 1. são estáveis; 2. não afectam as condições de funcionamento, mais precisamente a estrutura, ou seja, as características essenciais do sistema. Assim, certos sistemas económicos simples permanecem idênticos a si próprios no

212

tempo, na sua estrutura e nas suas saídas. Há "reprodução alargada" quando a estrutura do sistema se mantém estável, embora as saídas do sistema sejam variáveis, como no caso de um sistema agrícola cuja produção é crescente, mas a estrutura estável. Quando a estrutura do sistema evolui sob o efeito quer de factores externos quer de mudanças nas saídas do dito sistema, fala-se de transformação. Só sistemas

sociais simples e relativamente separados do seu meio ambiente podem ser duravelmente a sede de processo de reprodução.

R. B.

- Boudon (1973), Bourdieu, Passeron (1970).

"Retrait" : A palavra *retrait* (*retreatism* em inglês) foi introduzida em sociologia por R. K. Merton (1949) para designar um tipo particular de desvio. Tomemos o caso de um indivíduo que interiorizou fortemente ao mesmo tempo os valores, os objectivos prescritos pela cultura e as normas que definem os meios lícitos que permitem atingir esses objectivos. Se esse indivíduo falha utilizando meios lícitos, nem por isso utilizará meios ilícitos em virtude dos interditos morais que fez seus. Eliminará a contradição entre a valorização dos fins e a ausência de meios retirando-se do jogo social, rejeitando ao mesmo tempo os fins e os meios: é esse o caso, segundo Merton, dos pedintes, dos alcoólicos, dos drogados ou dos doentes mentais.

R. A. Cloward e L. E. Ohlin (1960) prolongaram esta análise vendo no *retrait* (marginalidade) o resultado de um duplo fracasso: fracasso no acesso aos meios lícitos, mas também no acesso aos meios ilícitos, que nem sempre estão disponíveis e devem ser objecto de uma aprendizagem cultural. Esta explicação permite localizar os comportamentos de *retrait* (marginalidade) nas classes desfavorecidas, ao passo que a de Merton quase só poderia aplicar-se às pessoas saídas das classes médias ou superiores.

PH. BD.

- Besnard (1987).

Revolução: Ruptura profunda consecutiva de uma mudança rápida e violenta da ordem social e política numa sociedade. Contrariamente aos "golpes de Estado", as revoluções não visam uma simples renovação do escol dirigente. Uma importante participação popular associada a um alto grau de violência constituem com frequência as suas duas características principais. Mas os movimentos colectivos que recorrem à violência não se catalogam todos na categoria de fenómenos revolucionários. Para tanto seria ainda necessário que eles tivessem como objectivo uma mudança radical da ordem social e política existente. Ora, por muito violentas que possam ter sido, as revoltas camponesas do séc. XVI mantinham-se prisioneiras da tradição. O mesmo acontece com os movimentos milenaristas: se é possível que certos movimentos de inspiração religiosa adquiram uma dimensão revolucionária, na maioria das vezes esses movimentos têm como única finalidade resistir a um desmoronamento da ordem social. Enquanto desafio à ordem instituída, as revoluções supõem uma profunda crise de legitimação. Na teoria marxista, esta dimensão cultural é dissimulada pela dimensão económica: a tónica é colocada nos antagonismos de classes. Pode, com Tocqueville, juntar-se ao carácter social das revoluções uma dimensão propriamente política: tratar-se-á

213

então de pensar os processos revolucionários na sua relação com o Estado.

P. M.

- Chazel (1985), Furet (1983), Hagopian (1975), Marx

(1895), Tocqueville (1856).

Rito: Conjunto de actos repetitivos e codificados, muitas vezes solenes, de ordem verbal, gestual e postural de forte carga simbólica, fundados na crença na força actuante de seres ou de poderes sacros, com os quais o homem tenta comunicar, em ordem a obter um efeito determinado. Por extensão, o termo designa toda a conduta estereotipada, repetitiva e compulsiva (ritos de sedução no animal, de submissão, de marcação de um território).

O rito deve considerar-se analiticamente: 1. como sequência temporal de acções: um rito sistémico total (iniciação) recorta-se em ritos sistémicos elementares (purificação, sacrifício), cada sequência ritual comportando ritemas (circum-deambulação) e estes motivos (sentido da giração, número de voltas). Muitas vezes a duração estruturada remete para uma duração estruturante, a do mito ou do evento fundador que serve de paradigma à série dos ritemas; 2. como conjunto de funções: a situação dos actores (indivíduos implorantes e poderes implorados), a sua posição (oficiante, acólitos, participantes) e as suas condutas estereotipadas são teatralizadas numa espécie de drama instituído. Funcionando segundo o eixo controlo-dependência, o rito sublinha ao mesmo tempo as relações assimétricas interindividuais, a reciprocidade dos papéis e a partilha de ideais comuns; 3. como estrutura teleológica dos valores: numa linguagem alusiva exprimem-se as escolhas primordiais de um grupo. Verbalmente podem ser enunciadas aspirações a realizar e comportamentalmente são traduzidos hábitos éticos e preferências colectivas. Ao conteúdo cognitivo junta-se uma ressonância afectiva ligada à

participação, à emoção, à memória dos actores e espectadores; 4. como meios simbólicos ordenados aos fins a realizar: um lugar santuarizado, um tempo definido e periódico, objectos significativos (estandarte, pão ázimo, máscara, vestes), atitudes (punho levantado, cautela) são outras tantas metáforas que catalisam a imaginação e de intenção integradora; 5. como sistema de comunicação: em redes de permuta que comportam emissores, transmissores e destinatários, circulam mensagens que se inscrevem em sistemas de sinalização a partir de códigos culturalmente definidos.

M. Mauss distingue os ritos positivos (oração, sacrifício, etc.) e os negativos (tabus, ascese).

C. R.

- Cazeneuve (1971), Isambert (1979), Rivière (1988), Thomas (1975).

Ritualismo: Respeito exagerado pelas regras ou processos, tónica excessiva colocada nos meios em detrimento dos fins. Na tipologia do desvio de R. K. Merton (1949), o ritualismo designa a situação em que o indivíduo se conforma escrupulosamente com as normas que definem os meios lícitos da acção, abandonando ao mesmo tempo os objectivos prescritos pela cultura ou, pelo menos, baixando-os a um nível tal que as aspirações podem ser facilmente satisfeitas.

Esta redução do nível de aspiração é uma maneira de evitar expor-se a uma situação frustrante. Seria imputável, segundo Merton, a um tipo de socialização que põe fortemente a tónica nos imperativos morais

214

e particularmente espalhado na classe média.

PH. BD.

Rumor: Informação ou relato que se transmite oralmente, e que assim se espalha. Foi no decurso da Segunda Guerra Mundial, nos Estados Unidos da América, que o fenómeno dos rumores começou a ser seriamente estudado.

Investigadores registaram e estudaram os rumores então existentes; descobriram alguns muito antigos; nestes casos, foram os folcloristas que tomaram o lugar dos psicólogos na investigação. Outros rumores têm uma duração muito curta. Tentou-se lançar rumores a fim de ver se eles se propagavam, como, entre quem e porquê. Cada rumor tem o seu público, que avalia a verosimilhança da informação segundo a sua experiência, as suas rejeições, as suas aspirações, as suas preocupações do momento. Difunde-se portanto de maneira irregular na população. Alguns contextos favorecem-na: o rumor atinge mais os quadros superiores que os operários, mais os jovens que as pessoas idosas, mais os meios de trabalho que os lugares privados ou de diversão.

Algumas experiências mostraram que o rumor se deforma ao espalhar-se, modificando-o cada um, sem se dar conta disso, na maioria das vezes no sentido de estereótipos previamente existentes.

B. M.

- Allport, Postman (1947), Kapferer (1987), Morin (1969), Rouquette (1975).

Rural (sociologia): Análise dos factos sociais no campo, a sociologia rural nasceu após a Segunda Guerra Mundial (nos Estados Unidos da América a partir dos anos 20) de uma necessidade de conhecer melhor os agricultores. Caracteriza-se mais pelo seu campo de acção que por uma coloração teórica original. Diversidade na unidade, tal parece ser o traço essencial do mundo rural: 1. diversidade dos tipos de paisagens (regiões arborizadas, campos abertos...) e das estruturas de exploração (dimensão, modos de exploração, produções). Longe de se esbaterem com a modernização dos campos, estas diferenças perduram: 2. unidade, porque o fundamento das sociedades rurais é o mesmo em toda a parte: a exploração familiar, simbiose da empresa agrícola e da família camponesa (orçamento único para a vida quotidiana da família e para a empresa).

Consequentemente, as categorias da economia capitalista, tais como lucro ou investimento, são estranhas à mentalidade camponesa. O camponês não procura o lucro a todo o custo, mas produzir pelos seus próprios meios. Assim, contrariamente à indústria, quanto mais a agricultura se mecaniza, menos assalariados conta. Estas características foram teorizadas de maneiras diversas, tendo no entanto todas em comum o descreverem um mundo dominado económica, política e culturalmente. A sociologia rural empírica dedicou-se a duas espécies de estudos: a mudança e as monografias de aldeias. Os primeiros relacionaram-se primeiramente com a difusão da inovação imposta do exterior às sociedades rurais. Os segundos desembocaram na única teoria global do campesinato elaborada até hoje (Mendras 1967): as explorações familiares estão agrupadas em sociedades (ou colectividades) locais - aldeias -,

incluídas como tais numa sociedade englobante nacional. Só os notáveis são membros plenos de ambas as sociedades.

215

A sociologia rural marxista recorre também à ideia de inclusão. Para C. Servolin (1972), rege-se por um modo de produção específica, pré-capitalista, o da pequena produção mercantil que não é destruído mas utilizado pelo capitalismo: a lógica da exploração familiar permite exigir do camponês um trabalho que só seria aceite por operários mediante salários elevados.

Por seu turno, o polaco J. Tepicht (1973) elabora o conceito similar de economia camponesa. Além disso, após 40 anos de estudos, a sociologia rural continua a ser mal denominada; ela é, acima de tudo, sociologia dos agricultores. Ora, estes vão-se tornando largamente minoritários nos campos. A sociologia rural tem de adoptar, se tal for possível, uma abordagem teórica da ruralidade no seu conjunto.

M. R.

- Bodiguel (1986), Gervais, Jollivet, Tavernier (1974), Robert (1986).

216

217

S

Sacrifício: Enquanto instauração ritual e religiosa de uma relação entre dois pólos - o sacrificante, que pede ou provê, e o poder destinatário concebido como fonte energética -, o sacrifício supõe como intermediário, por um lado, uma vítima ou uma matéria oblativa e, por outro lado, um sacrificador, agente que executa ou dirige os ritos, e eventualmente um altar, considerado como acumulador de energia ou como lugar de oferenda.

Materialmente, o sacrifício implica imolação ou abandono do objecto oferecido. Espiritualiza-se quando, reconhecimento de uma transcendência e homenagem de submissão, é renúncia de um indivíduo aos seus próprios sentimentos e interesses para se oferecer ele próprio a Deus. Que tenha sido inicialmente um dom interessado aos espíritos (E. B. Tylor) ou uma sobrevivência da morte dos homens-deuses (J. Frazer), que a comunhão totêmica tenha sido anterior à oblação sacrificial (W. R. Smith), eis outras tantas especulações que não podem comprovar-se sobre a origem do sacrifício.

M. Mauss (1969) e G. Bataille fazem apenas uma aproximação à significação do sacrifício por meio de imagens: o primeiro, ao afirmar que o animal sacrificial é suposto transferir para o sacrificante a marca divina que recebeu da consagração; o segundo, ao supor que o sacrifício actua como a morte pelo facto de restituir um valor perdido através de um abandono desse valor. A partir de casos africanos, M. Griaule insiste na redistribuição de energia: a imolação liberta a força vital contida no sangue da vítima; alimentada desse sangue, a divindade faz em contrapartida beneficiar o homem de uma parte da sua força. Quanto a R.

Girard (1972), analisa o sacrifício como um esconjuro da violência para manter a ordem social pela via de um simulacro catártico. Mas a variedade das formas de sacrifício desafia uma teoria unitária.

As diversas finalidades do sacrifício sugerem a seguinte tipologia: 1. sacrifícios de expulsão de um mal (purificação, cura, reparação, esconjuro, exorcismo); 2. sacrifícios de propiciação pelo êxito de, uma empresa; 3. sacrifícios de acção de graças, muitas vezes ligados aos anteriores nos sacrifícios votivos ou nas oferendas de primícias de colheitas; 4. sacrifícios de sacralização de um lugar ou de um indivíduo aquando da sua iniciação.

C. R.

- Dieterlen *et al.* (1976-1986), Van der Leeuw (1933).

Saint-simonismo: De 1802 a 1825, Henri de Saint-Simon desenvolve uma crítica de ordem social e política: afirma a inelutável regresso do "sistema" feudal e militar, o triunfo da classe industrial e das capacidades, o advento do sistema industrial organizado segundo um plano concertado. Após o seu desaparecimento, S. A. Bazard, B. P. Enfantin, rodeados de fervorosos discípulos, fundaram a Escola e depois a Igreja Saint-Simoniana. Acentuaram a crítica económica ao denunciar, segundo a sua expressão, "a exploração do homem pelo homem". Inculcados em 1832, foram condenados no tribunal de 1ª instância. Após 1850, os mais moderados dentre eles (M. Chevalier, os irmãos Pereire) participaram com sucesso no desenvolvimento do sistema bancário e na extensão dos caminhos-de-ferro. Este movimento saint-simoniano teve influências

218

múltiplas, sobre Auguste Comte assim como sobre Marx, mas igualmente sobre as ideologias políticas e as mentalidades. Historicamente, a obra de Saint-Simon marcou os inícios da industrialização e favoreceu o seu desenvolvimento; muitas vezes considerada como fundadora das teorias socialistas, a doutrina saint-simoniana constituiu, mais amplamente, uma primeira reflexão sobre as sociedades industriais e o seu futuro.

P. A.

- Ansart (1970), Charléty (1931), Perroux (1964), Durkheim (1928).

Salário: O salário não é apenas um rendimento monetário entregue por um empregador a um trabalhador que exerce uma actividade no quadro de uma empresa ou de uma administração durante um determinado lapso de tempo. É primeiro que tudo a manifestação de uma relação social complexa.

Como o demonstrou M. Weber, o salariado supõe o "trabalho livre", isto é, o direito que cada um tem de firmar livremente um contrato de trabalho com o possuidor dos meios materiais e financeiros de produção. O trabalhador assalariado é na realidade um competidor no mercado do trabalho que não mantém vínculos de dependência pessoal com os dirigentes da empresa. Pode movimentar-se à sua vontade para procurar as condições mais favoráveis de emprego e de trabalho, ou seja, vender ou alugar a sua força de trabalho nas melhores condições possíveis. A relação que mantém com o empregador é, por conseguinte, uma relação

ambivalente. Por um lado, tem interesse em que o dirigente da empresa possa obter lucro e assegurar assim a continuidade do emprego; por outro, tem interesse em que o montante do lucro não seja aumentado em detrimento dos salários. É isso que explica que desde muito cedo os assalariados se tenham coligado para opor ao patronato uma força colectiva e obrigar a reconhecer que a remuneração da força de trabalho não é simplesmente um custo, mas também um rendimento para um certo nível de consumo. No entanto, a união dos assalariados raramente é completa porque eles são na maioria das vezes concorrentes no mercado do trabalho e nem sempre têm interesses idênticos (diversidade de profissões e de qualificações). Esta relação entre empregadores e assalariados imprime uma dinâmica muito particular ao conjunto da sociedade. Implica em primeiro lugar uma intervenção estatal para fixar e implementar regras mínimas de boa conduta de maneira que os conflitos não impeçam a cooperação. Exige igualmente uma regulamentação jurídica extensiva para a protecção dos assalariados para além das relações contratuais (individuais ou colectivas). O Estado apresenta-se de facto como o garante da relação salarial e da sua reprodução alargada (duração do trabalho, salário mínimo, determinação das grelhas de qualificação, organização do mercado do trabalho, indemnização e gratificação do desemprego). Sê-lo-á tanto mais quanto os sistemas de formação ganham cada vez mais importância na qualificação e na medida da força de trabalho. Actualmente, o salário reflecte cada vez menos um dispêndio de energia imediata e cada vez mais a retribuição de capacidades intelectuais específicas em vias de actualização.

J.-M. V.
- Bartoli (1957).

SCHUMPETER (Joseph Alois), economista austríaco (Třešt', Morávia, 1883 - Salisbury, Connecticut,

219

1950): Doutor da Universidade de Viena em 1906, foi ministro das Finanças no gabinete de O. Bauer (1919-1920), depois director de um banco vienense. Mas, quanto ao essencial, a sua carreira foi a de um economista, professor da Universidade de Bona de 1925 a 1937, e depois na Harvard University até à sua morte. É igualmente sociólogo (*Capitalisme, socialisme et démocratie*, 1942) e historiador da economia (*Histoire de L'analyse économique*, 1954).

Desafia toda a catalogação de escola. Em economia, deve a sua primeira formação a E. von Böhn-Bawerk e F. von Wieser, mas foi sobretudo marcado pela teoria do equilíbrio económico de L. Walras. Manifestou sempre um grande interesse pela tradição histórica e sociológica de W. Sombart e de M. Weber, e sofreu particularmente o fascínio de K. Marx, recusando embora a teoria das classes e a ideia de autodestruição do capitalismo. Reconhece-lhe o mérito de ter tentado estabelecer uma teoria da evolução económica e procurado converter a teoria económica em análise histórica.

Em 1912, na sua *Théorie de L'évolution économique*, Schumpeter mostrou que o motor do progresso reside na inovação definida como uma combinação nova dos factores de produção. Sem ela, a economia manter-se-ia estacionária

e reduzir-se-ia a um simples circuito reprodutor das condições do equilíbrio walrasiano. É a inovação que cria o dinamismo e o lucro, é ela que está na origem do juro e do crédito. Em 1939, na sua teoria dos ciclos, Schumpeter faz da inovação a causa explicativa dos ciclos económicos. Três ciclos longos marcam a história do capitalismo: 1787-1843, algodão, aço, máquinas fixas a vapor; 1842-1897, caminhos-de-ferro, barcos a vapor; 1897-1930, electricidade, química, automóvel.

Segundo Schumpeter, o capitalismo é "essa forma de economia à base de propriedade privada na qual a inovação é realizada por meio de empréstimos que resultam eles próprios da criação de crédito". Em *Capitalisme, socialisme et démocratie*, mostra como a lógica económica do capitalismo, fundada no lucro pela inovação, se encontra, nas nossas sociedades, limitada pela lógica da democracia e contrariada por uma cultura cada vez mais hostil. Contrariamente ao que Marx afirmou, não é a evolução económica que condena o capitalismo mas a oposição crescente entre as exigências da economia capitalista e as da civilização à qual ele deu origem.

J.-C. L.

- Schumpeter (1929).

Secularização/laicização: A unanimidade religiosa absolutamente raramente foi a regra em qualquer país, mesmo quando uma religião ou uma confissão nele dominava a vida pública e regulava a vida privada. Com a Revolução Francesa, a difusão da racionalidade científica e a técnica moderna, a Revolução Industrial, a urbanização industrial, o nascimento de uma classe operária, que escapa em grande parte à

influência das Igrejas, e a laicização da vida social, a relação entre religião e cultura tornou-se, no Ocidente, cada vez mais problemática. O pluralismo e a liberdade das opções religiosas individuais, a indiferença religiosa e o ateísmo tornaram-se elementos constitutivos da situação.

As instituições religiosas tradicionais tiveram de constatar, a partir do séc. XIX, o declínio progressivo da sua influência, a baixa da taxa de prática dos seus fiéis, dificuldades crescentes no recrutamento do seu clero. Destinadas a avaliar

220

a importância do fenómeno, as "sondagens de prática", às quais G. Le Bras e F. Boulard ligaram o seu nome, multiplicaram-se entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 60. A procura de explicações científicas para o processo de "descristianização" registado abriu o caminho às teorias sociológicas da secularização. A tónica passava assim da perda de influência constatada de uma religião (descristianização) para o carácter absolutamente não religioso (neste sentido, secular ou laico) presumido constitutivo da modernidade. Desde o fim do séc. XIX, M. Weber tinha falado de um "desencantamento [*] do mundo" devido à autonomização das esferas do agir social e à privatização da religião nas sociedades modernas. As teorias da secularização propostas a partir dos anos 60 centravam o problema nas ideias desenvolvidas pelos clássicos da sociologia no que se refere à religião, ao seu lugar e ao seu futuro nas sociedades modernas. A obra de S. Acquaviva (1961) prognosticando "o eclipse do sagrado" teve uma certa

retumbância. As teorias de B. R. Wilson (1976), de D. A. Martin (1978), assim como as de P. L. Berger (1967) e de T. Luckmann (1963), influenciaram igualmente a pesquisa de modo considerável. Estes teóricos apresentam a secularização quer como um fenómeno de individualização da religião relativamente às instituições religiosas, quer como uma adaptação da religião à modernidade, quer ainda como um processo irreversível de marginalização social do religioso e das suas instituições (Gauchet 1985).

Em fins dos anos 70, o "regresso do religioso e/ou do sagrado" (expressão infeliz) forçou à reabertura de um *dossier* em vias de se fechar: opor-se-ão de facto modernidade e religião a ponto de não poder conceber-se uma "modernidade religiosa"? (Hervieu-Léger 1986). É doravante a questão que se põe.

J. S.

Segmentária (sociedade): É preciso distinguir nitidamente a segmentação social, divisão de um grupo em subconjuntos separados pela sua existência e pela sua actividade, e a noção de sociedade segmentária. não se trata neste último caso de simples subdivisão em clãs, subclãs, linhagens e sublinhagens, nem do simples processo de cisão em função do crescimento demográfico, de deslocamentos mais ou menos importantes, de querelas internas, mas sim de um tipo de organização social sem governo estável, recortado em segmentos e subsegmentos que se ressoldam segundo certas normas sociais para fazer face temporariamente a conflitos, porque um princípio de solidariedade une esses segmentos graças à existência de uma moral e de rituais comuns.

A afirmação de pertença, quer ao subsegmento, quer ao

segmento, quer ao conjunto, varia segundo a origem das pressões exteriores. Assim, os segmentos A' e A" fundir-se-ão face à agressão de um membro de B' que terá então como aliados os B" porque a união de todos os A contra os B é requerida. Mas solidariedade e hostilidade são questões de situação e de regras de pertença aos segmentos encaixados. As tendências centrípetas afirmam-se no perigo, as tendências centrífugas na vida corrente.

Não mais na Córsega que entre os Nuer do Sudão estudados por E. Evans-Pritchard (1939), a vindicta não destrói a unidade global e a solidariedade do grupo. Entre os Tiv da Nigéria, a organização segmentária permite a mobilização de

221

milhares de pessoas sem a ajuda de uma organização estatal.

C. R.

- Balandier (1967), Lombar (1972).

Segregação: A segregação é uma forma institucionalizada de distância* social que se traduz por uma separação no espaço. Essa separação ganha sentidos diferentes consoante os contextos sociais. A segregação constitui o princípio de base da organização da aldeia na Índia tradicional, fundada na separação absoluta das várias castas. É imposta e sancionada pela lei no regime do *apartheid* na África do Sul, justificada pelo princípio do "desenvolvimento separado" das várias componentes étnicas. Pode ser costumeira e social, por exemplo nas cidades do Magrebe na época colonial ou nas cidades americanas dos nossos dias, onde os negros

continuam a habitar em bairros separados (Taeuber, Taeuber 1965). não parece, neste último caso, que os progressos globais da população negra sejam suficientes para atenuar ou eliminar a segregação. As sociedades constituídas por populações de origens nacionais e religiosas diferentes são mais susceptíveis de conhecerem estes fenómenos de segregação (Wirth 1928). Em França, os bairros habitados por emigrantes incluem populações de origens variadas, que se misturam com os Franceses do mesmo meio social, ao passo que nos Estados Unidos, país de imigração onde a consciência "étnica" permanece viva, os bairros negros, italianos ou chineses estão justapostos e separados uns dos outros (Gans 1962; Williams 1964).

Na sociologia crítica ou radical, o conceito de segregação, que, em sociedades dominadas pelos valores de igualdade, tem uma conotação fortemente pejorativa, foi utilizado para designar toda a forma de repartição no espaço urbano, mesmo não institucionalizada.

D. S.

Seita - vd. Igreja e seita.

Senso comum: Uma parte da tradição sociológica exerceu a sua crítica em sentido oposto ao do senso comum, que assimilou a prenoções (Durkheim 1895) ou a evidências imediatas e muitas vezes ilusórias (Bourdieu *et al.* 1968). P. Bourdieu em particular (1980) considera o senso comum como um produto do ajustamento entre as situações e as inculcações (ou hábitos) que os indivíduos receberam ao longo da sua história. Nesta perspectiva, a sociologia tem de operar uma ruptura radical em relação ao senso comum (dita

também corte epistemológico), de maneira a descobrir relações objectivas que escapam à consciência dos agentes mas condicionam o seu comportamento.

O senso comum desempenha, no entanto, um papel essencial nas actividades sociais, dado que é ele que permite às pessoas orientar as suas condutas umas em relação às outras (Weber 1922b). O senso comum põe em jogo um verdadeiro saber social (Schütz 1971) partilhado pelos membros de uma sociedade e que lhes permite reconhecer as pessoas e as situações em função de certas características típicas, como a profissão, o estatuto social, as finalidades e as normas de acção ligadas a funções institucionais. Além disso, fez-se notar (Garfinkel 1967) que a competência que permite ao senso comum exercer a sua sagacidade não é de uma natureza diferente da que fundamenta as análises efectuadas pelos sociólogos, porquanto se trata em ambos os casos de interpretar factos sociais.

222

Nesta perspectiva, a sociologia não teria de corrigir os erros do senso comum mas sim de estudar as suas propriedades formais. Contudo, uma tal sociologia afasta-se fortemente dos processos do senso comum e confirma *a contrario* a especificidade do trabalho científico frente ao senso comum.

P. P.

Sexualidade: Tomado no seu sentido estrito (o de numerosos sexólogos actuais), o termo "sexualidade" designa o conjunto dos comportamentos que visam directamente o prazer erótico. Mas é difícil dissociar as

práticas e os prazeres sexuais dos sentimentos que podem acompanhá-los (amor, pudor, ciúme, etc.) e das representações (por palavras, imagens, fantasmas) que essas práticas, essas sensações e esses sentimentos suscitam.

A sociologia da sexualidade tem de tomar em consideração a totalidade destes elementos. O seu ponto de partida é a diversidade das atitudes e dos comportamentos sexuais: diversidade no tempo (na Europa Ocidental, por exemplo, a masturbação, condenada pelos médicos no séc. XVIII, é, em certos casos, encorajada pelos sexólogos contemporâneos) e diversidade no espaço (os muçulmanos aceitam a poligamia simultânea ao passo que as sociedades influenciadas pelo cristianismo toleram a poligamia sucessiva, isto é, várias uniões livres e/ou casamentos ao longo de uma vida). No que se refere à evolução recente e previsível dos países ditos desenvolvidos, os sociólogos da sexualidade põem geralmente a tónica nas seguintes tendências: 1. a proliferação dos discursos sobre a sexualidade mas igualmente das imagens qualificadas de eróticas ou de pornográficas; 2. a progressão da concepção higienista da sexualidade encarada como uma "técnica" ou um passatempo sem risco; 3. o progresso da contracepção como prática e como norma (considera-se que os nascimentos deveriam ser doravante desejados e programados); 4. o florescimento da união livre, primeiro nas jovens gerações das classes médias, depois nos mais velhos e em outras camadas sociais; 5. a masculinização dos comportamentos sexuais das mulheres sob o efeito do feminismo, do igualitarismo democrático, da extensão do trabalho assalariado feminino.

Um certo número de autores interroga-se, entretanto, se a

liberalização sexual dos anos 60 e 70 não irá ser posta em causa na sequência do medo suscitado pelo vírus da sida. Esse medo poderia; nomeadamente, contribuir para uma revalorização da virgindade e da fidelidade.

A. B.

- Ariès, Béjin (1982), Balandier, Béjin (1984), Garcia Guadilla (1981), Schelsky (1955).

Símbolo social: Segundo a etimologia grega, a palavra refere-se ao sinal de reconhecimento de duas pessoas que possuem cada uma delas pedaços de um objecto quebrado, que serve de meio de identificação. Actualmente, o símbolo associa um significante concreto (gesto, fórmula, animal, cor, ponto cardeal) a um significado geralmente abstracto e valorizado (bandeira = nação, punho levantado = protesto, número 3 = perfeição).

Diferente do do signo matemático ou linguístico, que é uma convenção para uma compreensão e para operações lógicas, o símbolo tem a ver com a expressão pela sua iconicidade e pela sua ressonância afectiva. A acção simbólica, por seu turno, significa uma actividade de

223

substituição e de compensação à falta de um resultado obtido previamente. Equívoco dentro de uma mesma cultura (lua: símbolo de fecundidade, de feminidade, de regime nocturno), o mesmo símbolo pode ter várias dimensões, política, económica, religiosa, etc., e entrar como elemento em diversos sistemas míticos e rituais. Reveste significações diferentes segundo os povos (elefante real: na Índia, poder;

na África, longevidade) e segundo as circunstâncias históricas (suástica, cruz gamada).

Para É. Durkheim e M. Mauss, os símbolos sociais dão sentido a estatutos e papéis desempenhados num cerimonial. Traduzem a adesão de uma comunidade a valores que a especificam. Para M. Leenhardt e M. Griaule, é a ordem cósmica e social que uma cultura enuncia por metáfora nos seus sistemas simbólicos de mitos e de ritos. Para além destes símbolos culturais, C. G. Jung pressupõe a existência de arquétipos universais que exprimem as relações constantes entre o homem e o universo. Descurando no simbolismo os seus aspectos cognitivo e objectivo, S. Freud encara-o, nomeadamente através do sonho, como uma maneira de encobrir o recalcado e de operar um compromisso entre o prazer e a realidade. G. H. Mead, F. de Saussure e E. R. Leach insistem, sobretudo, nos fenómenos de interacção e de comunicação que facilitam as associações simbólicas. A semiologia indica a aura de sentido à volta de signos arbitrários e definidos. Se o simbolismo remete por vezes para um imaginário desligado da realidade, permite em outros casos a codificação de acontecimentos por meio de ritos que são marcadores de lugar e de identidade.

C. R.

- Alleau (1958), Augé (1979), Durand (1969), Eliade (1952).

SIMMEL (Georg), filósofo e sociólogo alemão (Berlim 1858 - Estrasburgo 1918): Redescobre-se actualmente em França a sociologia de Simmel que por duas vezes foi vítima do esquecimento: primeiro, por causa das reticências de É. Durkheim; depois, em virtude da voga do estruturalismo e

do neo-marxismo que, entre 1960 e 1970, não reconheceram a legitimidade da sociologia da acção que inspira a sua obra. Se a sua psicologia social pôde inspirar a escola de Chicago*, se os seus estudos sobre a galantaria, a conversa e o segredo interessam os sociólogos da vida quotidiana, o essencial do seu interesse está noutro lado. Na sua opinião, são as acções recíprocas (que implicam necessariamente interacção com pelo menos um outro indivíduo) que criam em cada indivíduo características que permaneceriam inexplicáveis se o considerássemos isoladamente. Assim, instaurou uma sociologia formal que, abstraída dos conteúdos que têm a ver com outras ciências (economia, direito, etc.), toma em conta as formas de uma socialização em vias de concretização: em grupos sociais que correspondem a fins diferentes, encontram-se formas semelhantes (forma da concorrência, da hierarquia, etc.). A sua sociologia das formas* pretende, graças à sua generalidade e à sua idealidade, tornar inteligíveis sequências do real sem se aplicar a isso de maneira realista. Não se trata pois de subsumir a vida social sob leis. Entre as obras de Simmel traduzidas em francês contam-se: *Philosophie de l'argent* (1900), *Problèmes de la philosophie de l'histoire* (1892).

L. D.-G.

- Simmel (1892, 1900, 1917).

Simulação: Técnica que permite experimentar sobre um modelo teórico,

a fim de observar as consequências (*output*) de manipulações dos parâmetros de entrada do modelo (*input*). Por exemplo, é possível construir vários modelos teóricos que visem explicar o funcionamento do sistema educativo, a maneira como a origem social das crianças influencia sobre o seu sucesso escolar e a sua inserção profissional (*output*) e a maneira como esse funcionamento evolui sob a influência de factores económicos, demográficos e políticos exteriores ao modelo (*input*). Um modelo deste tipo é necessariamente complexo se se pretender que ele traduza correctamente o conjunto das observações passadas e presentes; é portanto difícil deduzir todas as implicações. E então cómodo "fazer virar" esse modelo em computador, como se se tratasse de uma maquete da sociedade real, e examinar as consequências sobre o sucesso escolar de certas decisões políticas. Pode assim reconstituir-se um passado hipotético (que se teria passado se a III República tivesse criado um tronco comum indiferenciado para todos em vez de um ensino com dois ramos distintos?) ou experimentar diversos cenários para prognosticar a evolução do sistema e suas consequências sociais (que se passará se se modificarem as modalidades de atribuição das bolsas de estudo?; quais seriam os efeitos a prazo de tal reforma, tendo em conta a evolução demográfica?).

A simulação de um modelo sociológico complexo é uma técnica muito flexível de exploração das consequências concretas de uma teoria. Permite fazer previsões condicionais, da forma: "se sobrevier tal acontecimento, ou se se tomar tal decisão, e se o meu modelo traduz completamente a realidade, então observar-se-á tal resultado". Esta técnica pode igualmente servir para

comparar entre si várias teorias relativas a um mesmo processo social.

J.-P. G.

Sindicatos: Associações privadas que representam um agrupamento de indivíduos ou de instituições encarregadas de defender os seus interesses (sindicatos operários e patronais, sindicatos de interesses locais).

O sindicalismo em França e na Europa está em crise, senão mesmo em declínio. O fenómeno é comumente apreciado a partir das taxas de sindicalização: as taxas francesas baixaram em cerca de metade em 15 anos, passando de 20 para cerca de 10 por cento. Mas esta avaliação não é nem fiável nem verdadeiramente significativa do alcance da crise. Mais importante é a combinação da dessindicalização com o movimento de institucionalização do sindicalismo: as organizações acabam por apoiar-se mais no seu eleitorado que nos seus aderentes; mais no reconhecimento que o Estado lhes confere que no que lhe concedem os empregadores. Por outro lado, põe-se a questão da adaptação dos sindicatos a um salariado em evolução rápida e demasiado heterogénea para se reconhecer nos discursos unificadores herdados do passado. A questão sindical dá lugar a duas orientações intelectuais diferentes. Para quem privilegia o critério político, o facto sindical reduz-se a uma forma social contingente, adaptada num dado momento da evolução do sistema democrático: no contexto da III República, o florescimento do sindicalismo permitiu conciliar a subida da consciência de classe e a salvaguarda da integração social. De igual modo compensou os inconvenientes

225

individualistas do sufrágio universal ao legitimar uma concepção orgânica da representação dos interesses (Rosanvallon 1988). Para quem observa o facto sindical de um ponto de vista propriamente sociológico, a tónica é colocada na continuidade mais que nas rupturas: além da coligação ter preexistido à organização, o sindicato alimentou-se na fonte das corporações do Antigo Regime. A lógica sindical é em parte intangível: não há acção colectiva sem afirmação de um princípio de solidariedade; não há verdadeira participação na regulação produtiva sem aptidão para se manter órgão fundador de vida social. Confrontadas com a crise sindical, as duas teses não chegam ao mesmo prognóstico. O primeiro anuncia uma reconversão radical do sindicalismo: deixando de identificar-se com o movimento social, este é chamado a tornar-se uma agência de serviços e de negociação, trabalhando na redefinição das regras de abono na sociedade global (Touraine 1984). A segunda aposta na existência de um futuro para um sindicalismo de movimento social, na condição de este aceitar redefinir a sua identidade a partir das realidades do mundo do trabalho tal como ele é.

D. SN.

Sistemas (teoria dos): Proposta em 1930 por L. von Bertalanffy (que elaborou a sua teoria geral em 1968), a noção de sistema serve para designar um objecto complexo formado por elementos distintos ligados entre si quer por relações de interacção quer por relações de interdependência.

Tais elementos são considerados como subsistemas, ou seja, pertencem à mesma categoria que o conjunto de que fazem parte. O sistema, sendo aberto, está por outro lado situado num meio com o qual está em interacção (caso contrário, trata-se de um sistema fechado).

A ideia essencial é que o sistema constitui um todo de um grau de complexidade superior ao das suas partes, isto é, que tem propriedades próprias. A teoria dos sistemas propõe-se ao mesmo tempo traduzir o estado do sistema num momento (equilíbrio) e as leis de transformação de um estado para o outro introduzindo, entre outras, a noção de retroacção (em inglês *feed-back*).

Em física (mecânica, termodinâmica), em biologia e em cibernética, a teoria dos sistemas recebeu numerosas e fecundas aplicações. Actualmente, o problema consiste em encarar a possibilidade de alargar este tipo de análise aos sistemas sociais que têm a particularidade de serem hipercomplexos. Tentativas como a de M. Crozier e a de E. Friedberg (1977), ou a de A. Wilden (1972), mostram que, se é preciso evitar uma generalização demasiado apressada, a teoria dos sistemas pode, no entanto, ser de uma grande utilidade na análise dos processos estratégicos.

Y. C.

Sociabilidade: O termo "sociabilidade" designa ao mesmo tempo o estado que resulta imediatamente das faculdades do homem (estado de sociedade) e um traço de psicologia colectiva atribuído a grupos mais ou menos alargados. É esta última acepção que é introduzida nomeadamente por Mme. de Genlis (citada por Littré), no início do séc. XIX, quando escreve que "a temperança natural dos Franceses contribui

muito para essa sociabilidade que os distingue". Definida por M. Agulhon (1977) como "a aptidão geral de uma população para viver intensamente as relações

226

públicas", a sociabilidade apresenta uma série de conteúdos que o estudo dos caracteres nacionais, dos temperamentos regionais e das mentalidades sociais permite especificar. A nível doméstico, poder-se-á distinguir, como o propõe M. Forsé (1981), uma sociabilidade interna, centrada no lar, e uma sociabilidade externa, orientada para os amigos, as relações de trabalho, o meio social.

No entanto, a sociabilidade reveste sobretudo formas nas quais, sem razão, não se quis ver senão as figuras da frivolidade e da futilidade mundana. Com efeito, para além da elaboração dos materiais necessários à vida colectiva e dos conteúdos próprios aos modos de participação social, apercebemo-nos como pode operar-se a sublimação da troca numa sociabilidade sem fins práticos e inteiramente centrada em personalidades que estão empenhadas em puras relações de reciprocidade. Desta sociabilidade desligada de referências materiais, G. Simmel disse que ela é "a forma lúdica da socialização" (1918).

A conversa, que G. de Tarde definiu como "o exercício contínuo e universal da sociabilidade", é uma das componentes essenciais desse jogo social traduzido pela categoria analítica de *Geselligkeit*; "mãe da delicadeza", cria entre os conversadores uma igualdade fictícia, mas é no fundo discriminante pelo teor dos assuntos sobre que incide. Na verdade, a troca de conversas num café, num círculo,

num salão, etc., é regulada por estratégias verbais saídas do processo de psicologização das relações sociais, assinalado por N. Elias.

Na medida em que os desníveis entre as condições se reduziram consideravelmente, reforçou-se a atenção à forma até tornar-se um verdadeiro imperativo categórico. "Não é um acaso de linguagem, escreve ainda Simmel, se toda a sociabilidade atribui tanta importância à boa forma." Os códigos de boas maneiras na época da III República exprimem essa importância assim como a preocupação de manter, senão de recriar, intervalos entre os grupos. Tanto como os efeitos da mobilidade sobre a *Geselligkeit*, eles manifestam a dimensão simbólica da vida colectiva, o carácter convencional da existência social e a tensão entre o demasiado subjectivo e o demasiado objectivo que atravessa toda a sociabilidade.

B. V.

- Agulhon (1977).

Socialismo: O termo "socialismo" apareceu nos escritos de diferentes autores nos anos 1830 (R. Owen, P. Leroux) para designar as doutrinas, críticas relativamente ao liberalismo económico, que apelam para uma organização económica que faz prevalecer o interesse geral por meio de um plano concertado. A partir desta altura, fortes divergências aparecem entre os socialismos qualificados de utópicos (C. Fourier) e o socialismo que se pretende científico (F. Engels), entre partidários de uma socialização dos meios de produção (P. J. Proudhon) e defensores da apropriação colectiva (Marx), entre estatistas e anarquistas. Após 1870, o termo "socialista" é retomado por associações operárias,

partidos políticos, sindicatos operários; seguidamente, após 1920, para se diferenciar dos partidos comunistas. O termo foi utilizado em múltiplas significações e entrou em palavras compostas (radical-socialismo, social-democracia, nacional-socialismo, etc.) em situações sociais e políticas muito diversas. Sem corresponder actualmente a

227

uma definição única, este termo designa uma orientação geral, uma tendência a privilegiar os organismos e administrações públicas de preferência às iniciativas privadas nas relações entre o político e o económico, a organização da propriedade, a gestão das empresas.

P. A.

- Droz (1974-1978), Kriegel (1964), Ligou (1962).

Socialização: Em sentido forte, socializar é transformar um indivíduo de um ser associal num ser social inculcando-lhe modos de pensar, de sentir, de agir. Uma das consequências da socialização é tornar estáveis as disposições do comportamento assim adquiridas. Esta interiorização das normas e valores tem igualmente por função tornar suas as regras sociais, que são por definição exteriores ao indivíduo, e aumentar a solidariedade entre os membros do grupo. Enquanto instrumento da regulação* social, permite a economia de sanções externas. O grupo não tem necessidade, neste sentido, nem de lembrar indefinidamente ao indivíduo a existência dessas regras nem de exercer sobre ele uma coacção para que elas sejam observadas: violá-las gera um sentimento de culpabilidade. Os estudos sobre a socialização

tentam pôr em evidência os processos pelos quais um indivíduo interioriza conteúdos e estruturas e analisar os efeitos desta interiorização sobre o comportamento. Um dos objectivos destas pesquisas é fornecer uma solução ao problema da permanência, através das gerações, das culturas e subculturas específicas de certos grupos, dos comportamentos de indivíduos que foram submetidos aos mesmos tipos de aprendizagem, sejam eles linguísticos, cognitivos, políticos ou morais.

Estes estudos mostraram, nomeadamente, que existe uma forte semelhança de comportamentos políticos entre os filhos e seus pais, que certos valores, como o do sentido da solidariedade colectiva, são mais privilegiados na classe operária que o sucesso individual, que caracterizaria as classes médias. Pretendeu-se ver no sistema de valores interiorizado próprio da classe a que o indivíduo pertence a determinante do destino deste. Com efeito, esta definição da socialização supõe o primado da sociedade sobre o indivíduo, o exercício de uma coacção por parte de uma autoridade considerada como legítima e um objectivo definido ao nível social. Assenta, além disso, numa teoria rudimentar da aprendizagem como condicionamento. O indivíduo é, de facto, pensado como um ser passivo cujo comportamento se resume a uma reprodução de esquemas adquiridos. A esta visão determinista, pode opor-se uma concepção mais flexível que toma em consideração a relativa autonomia do indivíduo, a capacidade deste para adaptar as disposições adquiridas às situações vividas, e mesmo para modificar quando necessário as normas e valores interiorizados em função de certos problemas que é chamado a resolver.

M. C.

- Bernstein (1971), Bordieu, Passeron (1970), Durkheim (1922, 1925), Percheron (1974).

Sociedades (tipos de): A enumeração e a classificação das sociedades globais são uma das tarefas que os sociólogos se atribuíram desde a constituição da sua disciplina. Os inventários e as tipologias que daí resultaram manifestam, pela sua própria diversidade, a relatividade de uma empresa que está em primeiro lugar estreitamente dependente

228

dos critérios escolhidos. Além disso, uma hierarquização das diferentes formas de organização social acha-se aí muitas vezes sub-reptícia ou abertamente associada.

A distribuição das sociedades entre diferentes tipos é solidária de qualificações ("tribal", "teocrática", "industrial"...) que condensam os traços específicos respectivamente comuns a agrupamentos humanos. Podemos classificar estes últimos em função do modo de ocupação do solo, do volume e da densidade. Distinguiremos assim as sociedades de caçadores e as de agricultores, opondo o nomadismo pastoril ao tipo de vida sedentária. É a partir deste ponto de vista, que é o da morfologia social, que É. Durkheim estabeleceu os grandes tipos de estrutura social. Da horda, simples justaposição de indivíduos às sociedades polissegmentárias complexas, passando pelo clã, pelas sociedades polissegmentárias simples, etc., foram "unidades sociais" que ele combinou, adiantando que as sociedades são tanto mais volumosas quanto mais avançadas. A divisão do

trabalho forneceu a Durkheim um princípio geral de oposição entre a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica, do mesmo modo que a análise do acordo social levou F. Tönnies (1887) a distinguir o tipo comunitário e o tipo societário, categorias fundamentais que seguidamente cruzou com as noções genéricas de relações, agrupamentos e associações. É igualmente qualificando-as de primitivas ou modernas, de arcaicas ou desenvolvidas, de tradicionais ou industriais, de holistas ou individualistas, que historiadores, etnólogos e sociólogos distinguem os principais tipos de sociedades. Estas séries de oposição assentam na tomada em consideração de variáveis diferentes. Estas últimas são, por exemplo, essencialmente económicas na dupla tradicional/industrial concebida a partir das mudanças consecutivas à Revolução Industrial; a sua valorização corresponde, portanto, à do económico na sociedade moderna e é acompanhada de uma alteração dos caracteres originais das sociedades "tradicionais".

Simple ou complexa, a distribuição das sociedades em tipos distintos não chega, em última análise, a desligar-se de um esquema evolutivo. Se fica claro que o nomadismo pastoril não é "inferior" à vida sedentária, é igualmente evidente que a corrente principal da evolução histórica vai da caça para a agricultura, que traz consigo a fixação ao solo. Centrada no papel determinante dos modos de produção, a tipologia das sociedades globais em Marx reconduz-se também a uma sucessão dialéctica de tipos sociais que vão da sociedade primitiva - fundada no parentesco, na apropriação colectiva do solo e das ocupações "naturais" (caça, pesca, apanha) - à sociedade comunista sem classes. A diferenciação complica-se com a especificação dos modos de

produção: escravista, feudal, germânica, asiática, capitalista, socialista.

A questão da escolha dos critérios e dos tipos intermédios coloca-se igualmente a partir do momento em que se pretende classificar politicamente as sociedades. Deste ponto de vista, é preciso ter em conta a utilização do espaço, a forma do governo e a estrutura da colectividade, assim como o sistema jurídico em vigor. Mas o critério fundamental será a atribuição do poder global.

A dupla preocupação de evitar toda a categorização prévia e de afinar ao máximo a tipologia das sociedades

229

globais levou G. Gurvitch (1955) a distinguir uma enorme variedade de tipos sociais. Decompôs as sociedades arcaicas em quatro espécies, as sociedades históricas em seis (carismáticas, patriarcais, feudais...) e as que são posteriores à Revolução Industrial dão lugar a uma longa enumeração (sociedades democrático-liberais, dirigistas, planificadas...) de difícil exploração. Privilegiando os sistemas de valores e as orientações fundamentais, T. Parsons (1966) propôs também ele uma tipologia complexa. Voltamos pois à questão formulada por A. Giddens a propósito da pesquisa dos princípios estruturais: "Quais são os níveis de abstracção que valem a pena ser distinguidos no estudo das propriedades estruturais dos sistemas sociais?" Para lhe responder, abandonou o lado formal da tarefa para se pôr à procura "de elementos situados mais perto do conteúdo empírico". Definiu assim os princípios estruturais como "princípios de organização das totalidades societais" e, mais

precisamente, como conjunto de "factores postos em jogo no alinhamento global das instituições de uma sociedade ou de um tipo de sociedade". A distribuição dos tipos de sociedades em três grupos que ele propõe (sociedade tribal/sociedade dividida em classes/sociedade de classes) tem o mérito de integrar um número bastante elevado de elementos distintivos, sem cair na esquematização demasiado sumária nem na interminável enumeração.

B. V.

Sociobiologia: Este termo designa ao mesmo tempo uma teoria dos comportamentos sociais dos animais, fundada na teoria da evolução, a etologia e a genética das populações, de que pretende ser a síntese, e a sua extensão ao homem.

Esta distinção é importante, porque o acolhimento que lhe foi feito é muito diferente: se a primeira foi em geral bem aceite, suscitando apenas discussões científicas normais, a sua aplicação ao homem foi objecto de violentas polémicas. Estes dois aspectos encontram-se nas obras do seu fundador, o especialista dos insectos sociais E. O. Wilson, cuja obra principal foi publicada em 1975.

Podemos tomar como ponto de partida um paradoxo: a vida em sociedade implica que certos indivíduos se sacrifiquem pelos outros. Se se admitir que este comportamento, como todos os outros, é geneticamente determinado, como é que o gene que o impõe pôde manter-se, e portanto ter sido seleccionado, uma vez que aquele que se sacrifica tem menos hipóteses de sobreviver, e portanto de se reproduzir? A resposta da sociobiologia é que a selecção, e portanto a evolução, incide de facto sobre genes e não sobre organismos. A reprodução nunca é idêntica; só os

genes se transmitem. Se um indivíduo se sacrifica por parentes próximos, favorece a reprodução destes, e portanto a transmissão dos seus genes, em particular daqueles que eles têm em comum. O indivíduo pode ser altruísta, mas é-o para melhor permitir a perpetuação de um gene egoísta. Raciocínios deste tipo permitiram à sociobiologia explicar um grande número de comportamentos sociais, considerados como o produto de uma evolução cujo mecanismo principal é a evolução que incide sobre os genes e sobre as populações, intervindo os indivíduos apenas como transmissores dos genes. Enquanto a teoria sociobiológica incidia apenas sobre os animais, foi relativamente bem aceite, embora se lhe tenha oposto um certo número de objecções, como o

230

facto de os genes jamais se exprimirem de maneira isolada, mas sempre em interacção com outros; é portanto difícil falar da tendência de um gene para reproduzir-se. Perguntou-se também como é que um gene poderia reconhecer que um outro organismo traz um gene semelhante.

Mas a sociobiologia não se fica por aí: pretende aplicar os mesmos raciocínios, e portanto transpor a mesma concepção do determinismo genético ao homem, tornando-se a sociologia apenas um dos ramos da sociobiologia. As hierarquias sociais, os papéis masculino e feminino, a homossexualidade, etc., são explicados pelo seu suposto papel na transmissão dos genes. Como todos os heredarismos, dos quais ela é a forma mais recente, a sociobiologia afirma um determinismo biológico rigoroso: o

homem, ou melhor, a sociedade humana, tais como os conhecemos, são os produtos da evolução, e portanto da selecção. Os traços que observamos são os que esta conservou, os que sobreviveram. Subentendido: é perigoso, ou impossível, tocar neles. Neste sentido, podemos interpretá-la como fundamentalmente conservadora, e não deixou de se lhe censurar tal facto.

Mas o essencial das objecções está noutro lado: ao fazer a transposição dos outros animais para o homem, não se estará a menosprezar uma característica humana específica e essencial, a cultura, produto de uma função simbólica, que não se encontra nos outros animais, ou só neles está sob uma forma rudimentar, e que permite, senão libertar totalmente dos determinismos biológicos, pelo menos modulá-los? Não se vê bem, por exemplo, como a preocupação de transmissão dos genes pode explicar a diversidade das culturas, ou mesmo simplesmente tomá-las em consideração. Donde uma das censuras mais frequentemente dirigidas à sociobiologia, a do etnocentrismo: tomar como "natureza humana" os humanos da nossa sociedade ocidental actual.

B. M.

- Sahlins (1976), Veuille (1986), Wilson (1975, 1978).

Sociologia: Uma grande diversidade caracteriza os objectivos e os métodos da sociologia. Ela apresenta-se como a própria génese da disciplina, a partir das tentativas de aritmética política de W. Petty nos sécs. XVII e XVIII, dos quadros descritivos de J. P. Süßmilch, da matemática social de Condorcet. Esta diversidade é também patente entre os dois precursores, Montesquieu e J.-J. Rousseau, entre a ciência recentemente criada por A. Comte e a concepção que

dela tem É. Durkheim. De chofre, a constituição da sociedade como objecto de análise provocou o aparecimento de múltiplos discursos sobre o carácter relativo, ou mesmo artificial, de enquadramentos sociais tidos até ao séc. XVIII como imutáveis e garantidos pela divina Providência.

A sociologia crítica, nomeadamente com a escola de Francoforte, encontra a sua origem no processo intentado pelos filósofos das Luzes à sociedade que eles intimaram a comparecer perante o tribunal da Razão. Após os abalos políticos do fim do século, a Revolução Industrial teve igualmente como efeito orientar a reflexão para a reorganização geral das disposições sociais. Este projecto "construtivista" inspirou no séc. XIX especulações de toda a espécie, umas ao lado da utopia, como em H. de Saint-Simon e sobretudo C. Fourier, outras apoiadas por uma filosofia da história do tipo da que foi formulada

231

em 1936 por Comte na lei dos três estados.

A vontade de Marx de instituir uma sociedade sem classes tem igualmente a ver com esse desígnio de conjunto. Podemos, em última análise, ligar a esta visão global do social os trabalhos de Durkheim, de M. Weber e de V. Pareto. Nas suas obras, que constituem o *corpus* da sociologia clássica, são as grandes componentes e as principais tendências da sociedade moderna que são estudadas por vias diferentes, que se reúnem na integração sistemática de elementos tirados de todas as disciplinas constitutivas das ciências humanas: o direito, a história, a economia, a etnologia, etc.

Assim, num contexto duplamente marcado pelo positivismo de Comte e pelo evolucionismo de H. Spencer, os objectivos visados (a identificação de regularidades históricas, o enunciado das leis da evolução ou o estabelecimento de grandes relações funcionais) traduzem a preocupação de compreender o funcionamento da sociedade. Diferentemente das outras ciências, a sociologia não tinha de preocupar-se com delimitar o seu domínio de investigação.

Os trabalhos que incidem sobre questões nitidamente circunscritas não têm, no entanto, faltado no séc. XIX. Ao escolher estudar a democracia na América e depois o Antigo Regime e a Revolução, A. de Tocqueville escapava à urgência de uma "reorganização da sociedade europeia". Numa direcção inteiramente diferente, L. A. Quetelet applicava-se a introduzir o número e a medida na ciência do homem. F. Le Play e os seus discípulos multiplicavam as monografias sobre pequenas unidades sociais. Estas pesquisas mostram bem a heterogeneidade dos quadros em que elas se inscrevem: a filosofia política, a sociologia quantitativa, a sociografia descritiva. Por razões que têm a ver com as suas orientações metodológicas ou ideológicas, exerceram menos influência que as filosofias sociais e os estudos gerais da sociedade.

O desenvolvimento destas últimas foi acompanhado de uma exigência de positividade e de objectividade que se viu satisfeita pelo recurso às ciências físicas ou biológicas para explicar os fenómenos sociais; daí derivam as metáforas mecanicistas e organicistas que abundam nas sociologias gerais. Por outro lado, a obsessão de afirmar a especificidade do social contra a singularidade subjectiva levou Durkheim a construir a sociologia fora de toda a referência à psicologia,

tapando deliberadamente as vias fecundas abertas por G. de Tarde para a psicologia social. As vicissitudes, os falsos debates (indivíduo/sociedade) e as falsas querelas (qualitativo/quantitativo) que a sociologia conheceu, nomeadamente na França, devem relacionar-se com essas orientações primeiras. Devem sem dúvida ser tomadas em consideração, como fez P. Lazarsfeld, "as variações nacionais das acções sociológicas", assim como os constrangimentos institucionais e materiais a que estas últimas estão sujeitas. Mas nota-se em toda a parte uma partilha entre sociologia crítica e sociologia empírica, filosofia social e sociografia, pontos de vista especulativos e trabalhos descritivos. Também por todo o lado, ensaios e pesquisas distinguem-se pelo nível privilegiado - macrossociológico ou microsociológico -, o tipo de observação escolhido, a natureza dos indicadores retidos... Por todo o lado, enfim, o recorte, quer horizontal (por exemplo, a sociologia urbana) quer vertical (por

232

exemplo, a mobilidade social), do terreno do sociólogo deu lugar a estudos especializados, sem que desapareça a procura de uma teoria geral, como testemunham T. Parsons e G. Gurvitch, etc. Numa época em que os *media* difundem informações que dão a cada indivíduo a ilusão de conhecer a sociedade em que vive, uma dupla advertência, histórica e metodológica, sobre o que é a sociologia se impõe.

Começou com a recapitulação dos contributos anteriores que integram as contribuições a que não se tinha prestado suficiente atenção (as de Tarde, de G. Simmel, de G. Mosca,

por exemplo) e com a implementação de princípios explicativos claramente definidos, como os do individualismo metodológico conceptualizado por R. Boudon.

B. V.

Sociologismo: Este termo designa, não sem intenção pejorativa, um modo de interpretação sociológica que atribui à sociedade um poder explicativo total na análise das condutas humanas. Foi utilizado contra É. Durkheim e os durkheimianos para denunciar os excessos de um preconceito metodológico que visa sistematicamente explicar os elementos pelo conjunto. O sociologismo aparenta-se pois com o realismo totalitário (oposto por J. Piaget tanto ao individualismo atomista como ao interaccionismo relativista) que credita à estrutura social o que é recusado ao indivíduo. O individualismo metodológico é, de algum modo, a sua crítica.

B. V.

Sociometria: Embora esta palavra tenha em princípio uma significação muito geral (medida do social), acabou por identificar-se com as técnicas elaboradas por J. L. Moreno (1934) para captar e medir as relações interpessoais dentro de um grupo. O "teste sociométrico" consiste em perguntar a cada membro de um grupo restrito e natural (formado por pessoas que já se conhecem) com que outros membros do grupo desejaria associar-se (ou não associar-se) para determinada actividade ou em determinada situação. O apuramento desta sondagem permite conhecer, em função do volume das escolhas feitas ou recebidas e da sua

reciprocidade, o estatuto de cada membro do grupo, identificar os líderes ou estrelas sociométricas, os isolados ou os excluídos, fazer aparecer pares (escolhas ou rejeições recíprocas), tríades, cadeias, cliques, que são subgrupos dentro de um grupo. O conjunto destas relações e destas configurações pode ser representado num sociograma que permite visualizar a estrutura das relações afectivas dentro do grupo e ter uma ideia da sua coesão. Na esteira de Moreno, o inquérito sociométrico foi alargado à percepção por cada indivíduo das escolhas ou rejeições emitidas pelos outros membros do grupo e mesmo das suas expectativas de escolha.

PH. BD.

Solidariedade (políticas de): As políticas de solidariedade podem ser definidas como o conjunto das acções públicas que exprimem e regulam a solidariedade social, entendida como designando o estado pelo qual os membros de uma sociedade têm obrigações uns para com os outros e cada um para com todos. Esta noção funda-se, portanto, na verificação de uma interdependência de facto e nas obrigações que daí decorrem.

As políticas de solidariedade que dependem assim do Estado e dos seus diferentes segmentos só puderam

233

constituir-se uma vez as solidariedades "curtas" (familiares, religiosas, corporativas) dissociadas pela industrialização e pela urbanização (David 1982). Apoiam-se numa reformulação da noção de solidariedade que implica uma

nova concepção da sociedade concebida como entidade solidária. Autores do fim do séc. XIX, tais como É. Durkheim (1893) ou L. Bourgeois (1899), contribuíram muito particularmente, a níveis distintos, na elaboração dos fundamentos teóricos destas políticas. O primeiro introduz a noção de solidariedade social orgânica (oposta à de solidariedade mecânica ou por similitudes), cuja manifestação mais visível é um novo tipo de regras jurídicas que promulgam sanções restitutivas e não já repressivas. O segundo enuncia a doutrina do "solidarismo", que conferirá a sua legitimidade à legislação social do início do nosso século. Cada um destes autores elabora, à sua maneira, a noção de solidariedade social, colocando-a em relação com o Estado e o Direito. Esta noção de solidariedade foi posta em acção graças à mediação da técnica de seguros (Ewald 1986). Esta última vai permitir substituir o conceito de risco aos de responsabilidade e de falta, os únicos inscritos na visão liberal de uma sociedade em que o indivíduo é considerado como a entidade primeira, livre e responsável. Assim, as políticas de solidariedade, pela instauração das políticas de seguro social, depois de Segurança Social, vão permitir ultrapassar a antinomia que existia entre, por um lado, os mecanismos do mercado próprios do liberalismo e suas consequências inigualitárias e, por outro lado, os valores de igualdade, que estão na base da democracia (Jobert 1985). O campo destas políticas de solidariedade não vai deixar de alargar-se. Foram primeiro concebidas como políticas de reparação dos riscos sociais reservadas a uma classe social definida por um fundo de recursos (os Seguros Sociais) e depois virão a ser mais tarde definidas como uma cobertura geral dos riscos à escala nacional, que encarnará a

Segurança Social. Por fim, verificar-se-á que o exercício da solidariedade não pode ser reduzido a uma simples distribuição, *ex post*, de prestações reparadoras, e que o tratamento dos riscos sociais implica, em particular, acções *ex ante*, destinadas a diminuir as probabilidades de realização do risco. A partir daí, as políticas de solidariedade vão englobar uma multiplicidade de dispositivos de políticas sociais. As políticas de solidariedade não se reduzem actualmente à distribuição de prestações aos segurados, põem em jogo um feixe de processos multiformes de redistribuição e de regulação.

A.-M. G.

SOMBART (Werner), economista alemão (Ermsleben, distr. de Halle, 1863 - Berlim 1941): Sombart estudou direito, economia, história e filosofia, antes de ensinar na Universidade de Breslau, e depois na de Berlim. Foi influenciado por G. Schmoller e por M. Weber, por É. Bernstein e por K. Marx, que ele tanto corrige como prolonga. Em 1896, publicou *Le Socialisme et le mouvement social au XIXe. siècle*. A obra contém vivas críticas do socialismo em geral e do marxismo em particular; conheceu um grande sucesso e foi traduzido em 24 línguas.

O interesse principal de Sombart incidia nas origens, no sentido e no futuro do capitalismo, como o testemunha a sua obra, *Le Capitalisme moderne* (1902), assim como *Les Juifs et la vie économique*

234

(1911), ou, em 1913, *Le Bourgeois, contribution à l'histoire*

morale et intellectuelle de l'homme économique moderne. As duas últimas obras alimentaram uma polémica com Weber, porque Sombart, em oposição à tese expressa em *L'Éthique protestante et l'esprit du capitalisme*, situa em Florença, no fim do séc. XIV, a formação do espírito burguês. Sombart distingue vários períodos da história do capitalismo: o capitalismo primitivo, o alto capitalismo, o capitalismo tardio. Com o tempo, o capitalismo acentuou a organização e a racionalização mais que o dinamismo, e o espírito burguês afirmou-se em detrimento do espírito de empresa.

J.-C. L.

Sondagem: Técnica que consiste em administrar um questionário a uma amostra de indivíduos representativa de uma população mais ampla chamada população-mãe ou população-alvo.

A sondagem não é pois mais do que um processo particular de inquérito. Assim, ainda que seja a sua forma mais habitual, a sondagem de opinião é apenas uma modalidade do inquérito de opinião. Por outro lado, a sondagem não está reservada ao estudo da opinião. Pode também, por meio desta técnica, procurar-se validar hipóteses num estudo de motivações ou de atitudes ou procurar a distribuição de características objectivas (por exemplo, a posse de certos bens de equipamento).

Puderam formular-se contra as sondagens três críticas fundamentais: a sua natureza "atomista" que faz do indivíduo uma unidade estatística desligada do seu contexto social; a impossibilidade de efectuar todos os cruzamentos de variáveis desejáveis em virtude da dimensão limitada das amostras; a sua incapacidade de captar a dimensão temporal

dos fenómenos em razão do seu carácter instantâneo. Tais obstáculos são, no entanto, ultrapassáveis: as sondagens contextuais permitem estudar as relações recíprocas entre as características do espaço social e as variáveis individuais; pela construção de planos de observações específicos, podemos dotar-nos dos efectivos necessários ao estudo de subpopulações, que uma amostra nacional não permite analisar; a técnica do painel permite a observação longitudinal de certos processos. Mas estas soluções mantêm-se largamente teóricas em virtude do seu custo e do seu interesse demasiado especificamente científico.

D. D.

- Brulé (1988), Desabie (1966).

SPENCER (Herbert), filósofo e sociólogo britânico (Derby 1820 - Brighton 1903): A obra principal de Spencer é representada pelo seu *Traité de philosophie* em dez volumes, quatro dos quais são ocupados pelos *Principes de sociologie*. Este contemporâneo de Marx conheceu em vida uma glória imensa. Em 1854, na obra *Social statics*, enunciou hipóteses evolucionistas que reapareceram em 1857 em *L'Origine des espèces* de C. Darwin. Muitas das ideias, dos conceitos, dos modelos que propôs fazem parte integrante da sociologia moderna. No entanto, já quase ninguém se lembra de atribuir-lhe a sua paternidade. Este esquecimento explica-se talvez sobretudo porque Spencer foi um dos raros sociólogos liberais e um dos grandes teóricos do liberalismo. Este *whig* estava convencido de que a sociedade industrial não pode desabrochar se o Estado se arroga funções que não lhe competem e via na evolução das sociedades do estágio militar para o

235

estádio industrial, no refluxo dos constrangimentos que o Estado faz pesar sobre a sociedade, a principal marca do progresso. A sua influência junto das elites das sociedades industriais não resistiu ao crescimento contínuo do Estado nas democracias, dos anos 20 aos anos mais recentes.

Spencer é sobretudo conhecido como um dos pioneiros da sociologia evolucionista: por diferenciação e por agregação, as sociedades tendem a evoluir de formas simples para formas complexas. Quando a densidade social aumenta, as funções sociais tendem a diferenciar-se e a divisão do trabalho a desenvolver-se. Estes temas serão retomados por É. Durkheim (1893). Mas o que impressiona no evolucionismo de Spencer é a sua grande prudência: as leis da evolução apenas descrevem tendências, e as circunstâncias, as contingências históricas podem muito bem contradizê-las. Por um lado, as noções de "sociedade militar" e de "sociedade industrial" descrevem tipos-ideais no sentido de M. Weber, e encontram-se em todas as épocas sociedades que se inclinam mais para um ou outro destes tipos. Por fim, cada sociedade comporta componentes que têm a ver com os dois tipos. O evolucionismo de Spencer é muito menos rígido que o de A. Comte, de Durkheim ou de Marx e pelo menos tão aceitável como o de F. A. Hayek (1973). É que Spencer é muito sensível à complexidade dos determinismos sociais. Assim, um tipo de sociedade tende a gerar comportamentos individuais congruentes com esse tipo. Reciprocamente, os indivíduos podem desenvolver comportamentos que reforcem ou enfraqueçam o sistema.

Mas a ligação entre comportamentos individuais e caracteres do sistema nada tem de necessário ou de mecânico.

R. B.

- Spencer (1873, 1874-1875).

Suicídio: O suicídio era definido por É. Durkheim (1897) como "todo o caso de morte que resulta directa ou indirectamente de um acto positivo ou negativo, levado a cabo pela própria vítima e que ela sabia de antemão dever produzir esse resultado". Esta definição demarca-se da acepção comum ao incluir o sacrifício do soldado que corre para uma morte certa a fim de salvar o seu regimento ou do mártir que morre pela sua fé. M. Halbwachs (1930) rejeitava semelhante assimilação. Este género de discussão praticamente não tem alcance se se considerar que Durkheim, tal como os seus continuadores, utilizava estatísticas oficiais que não podiam deixar de reflectir as definições comuns do fenómeno.

Neste sentido, não há definição do suicídio própria da sociologia, a qual, em contrapartida, tem uma orientação particular em relação ao fenómeno. O seu objectivo essencial não é perscrutar o fundo das almas para reconstituir os motivos que levam este ou aquele indivíduo a suicidar-se, mas utilizar as taxas de suicídio (a sua frequência em tal população ou tal subpopulação) como indicador social. É esse o caso em Durkheim, que via na taxa de suicídio de um grupo social o índice do seu estado de normalidade ou de patologia, a expressão cifrada da sua "felicidade média". Muito antes de Durkheim, os "estatísticos morais", designadamente A. Quetelet, A. M. Guerry, E. A. Morselli, tinham-se interessado pelo suicídio, acto individual por

excelência que obedece, no entanto, a regularidades estatísticas surpreendentes. Era maná para quem queria fundar a sociologia como ciência autónoma com um objecto próprio. Quando empreende o seu estudo sobre o suicídio, Durkheim pode pois

236

apoiar-se num *corpus* de resultados e de saberes acumulados a que ele junta a exploração de dados franceses recentes. Mas integra essas generalizações empíricas numa teoria que explica as variações da taxa de suicídio. O suicídio é mais frequente nas sociedades ou grupos sociais caracterizados por uma falta ou um excesso de integração e por uma falta ou um excesso de regulação ou coacção social. Voltando ao assunto trinta e três anos mais tarde, Halbwachs confirmou ou rectificou os resultados de Durkheim sendo ao mesmo tempo muito crítico em relação ao seu enquadramento teórico. À excepção dos trabalhos conduzidos pela escola de Chicago* entre as duas guerras, o livro de Durkheim continuou a inspirar os estudos sociológicos sobre o suicídio, nomeadamente o de A. Henry e J.-F. Short (1954), que se ocupa das relações entre a taxa de suicídio e flutuação da conjuntura económica, e o de J.-P. Gibbs e W. T. Martin (1964), centrado na influência da integração social. Esta tradição de pesquisa fundada no uso de estatísticas oficiais foi objecto de críticas de autores como J. Douglas (1967) ou de J. Baechler (1975), que defendem abordagens fenomenológicas e individualistas do suicídio com o objectivo de restabelecer o vivido, se assim se pode dizer, dos actos suicidários.

PH. BD

- Besnard (1976, 1987).

237

T

Tabu: O tabu designa um interdito sacralizado ao mesmo tempo que a qualidade daquilo que é ferido de proibição porque consagrado ou porque impuro. É suposto que a sua transgressão trará consigo uma calamidade, um infortúnio ou uma mancha. Muitas vezes, é estabelecido por pessoas de autoridade, após interpretação de experiências infelizes, de sonhos, de visões ou de mitos. Tem como função proteger o valor de certos bens e de seres frágeis, submetendo ao mesmo tempo o indivíduo à lei do grupo.

J. Frazer (1911-1915) distingue várias formas de tabus, tais como actos (incesto, assassinio, etc.), pessoas (reis, sacerdotes, carpidores, mulheres na menstruação, guerreiros, etc.), coisas (armas cortantes, sangue, cabelos, alimentos, etc.), palavras (nomes de divindades, de pessoas consagradas, de mortos, de objectos impuros, etc.). É. Durkheim (1912) liga a noção à de *mana* totémico e S. Freud (1912-1913) considera-o como um constrangimento limitador do desejo, regulado pela lei do pai. Entre outros exemplos desenvolvidos: o evitamento da sogra. Para C. Lévi-Strauss, o tabu entraria nos jogos de oposição lógica que marcam a diferença e a ordem dos valores.

C. R.

- Douglas (1966), Makarius (1974).

TARDE (Gabriel de), sociólogo francês (Sarlat 1843 - Paris 1904): Antes de aceder, em 1900, ao Colégio de França, Tarde faz uma carreira de magistrado que explica o seu interesse primordial pela criminologia (1886). Pelo primado que atribui aos factores psicológicos e sociais, contribui para minar a influência que o determinismo biológico (criminoso-nato, etc.) de C. Lombroso e da escola italiana exerce na Europa. Tarde alarga então o âmbito dos seus trabalhos ao conjunto da vida social, que explica (1890) pela conjugação de duas forças fundamentais: a imitação e a invenção. É o jogo complexo de processos de repetição, de oposição e de adaptação que explica a mudança social. A tónica que Tarde coloca assim nos factores psicológicos põe-no em oposição directa com É. Durkheim, cujo objectivo é "explicar o social pelo social" e faz dele um dos seus alvos favoritos. Tarde é o autor de: *Les Lois de l'imitation* (1890).

J.-R. T.

- Tarde (1895, 1898), Milet (1970).

Taylorismo - vd. Organização científica do trabalho (OCT).

Tempos livres (sociologia dos): Os tempos livres agrupam actividades que se distinguem das tarefas domésticas, das obrigações fisiológicas (sono, refeições, cuidados corporais) ou do trabalho. Os sociólogos estudam a natureza e a diversidade dos tempos livres segundo os grupos sociais.

Os primeiros trabalhos neste domínio devem-se a T. Veblen (1899), que define como classe de tempos livres a elite do seu tempo. Todo o trabalho produtivo é tido por aviltante numa sociedade dominada pelos capitalistas.

Consequentemente, os tempos livres inscrevem-se em todos os aspectos da vida social, a começar pelo consumo. Alimentos pesados e bebidas alcoólicas prolongam a digestão para além do tempo passado à mesa. As excentricidades da moda e as suas variações rápidas ocupam o dia dos

238

elegantes e das elegantes. A aprendizagem escolar está orientada para a conversação mundana, as boas maneiras e o desporto, e não para os saberes produtivos da ciência ou da técnica. A sociologia dos tempos livres confunde-se então com o estudo do modo de vida das classes altas. Para as classes trabalhadoras, os tempos livres são momentos de recuperação física após o esforço do trabalho. E assim que M. Halbwachs (1913) interpreta o tempo que o operário consagra ao espectáculo da rua, ao café e, sobretudo, à refeição da noite, tempo forte da sua vida de família.

O argumento do nível de vida e a diminuição dos desníveis entre grupos sociais, a instauração das férias pagas em 1936 e a grande difusão dos equipamentos audiovisuais e dos transportes individuais renovam a abordagem dos sociólogos. Nos Estados Unidos da América, os trabalhos incidem sobre a audição da rádio e a influência que estas novas práticas de tempos livres introduzem, designadamente, no consumo e nos comportamentos eleitorais (Lazarsfeld *et al.* 1944). Em França, os tempos livres são analisados como uma maneira de compensar a alienação do trabalho taylorizado. Assim, G. Friedmann escreve em 1949: "Os tempos livres não são apenas tempo, são a própria condição

de um trabalho pessoal, humano." Os pequenos trabalhos ou o *hobby* são tratados como tempos livres exemplares na medida em que a pessoa leva até ao fim a produção de um objecto.

A conquista dos tempos livres foi recentemente substituída pelo tema da perturbação. Contrariamente ao que pensava Friedmann, não basta estar privado de toda a iniciativa criadora no trabalho para dar provas disso nos tempos livres. Como ocupar um dia que, para retomar o termo utilizado por D. Riesman (1965), está cada vez mais "invadido" pelos tempos livres? De uma geração à outra há mais pessoas que trabalham mas a duração do trabalho de um activo diminui.

O dia de trabalho é menos longo e sobretudo a vida activa é mais curta. A sociologia dos tempos livres transformou-se na sociologia do tempo livre.

N. H.

Teocracia: Na história da sociologia, doutrina política e social dos teóricos tradicionalistas (vd. tradicionalismo) mais extremistas, que defendem o restabelecimento da sociedade teocrática, na qual a autoridade é olhada como emanando de Deus e é exercida pelos ministros do culto. É a supressão da sociedade civil que é assim preconizada. J. de Maistre (1753-1821) distingue-se sensivelmente de L. de Bonald ao desejar que o papa exerça sobre "todas as soberanias cristãs [...] a supremacia comedida do poder espiritual supremo" (Maistre 1819). Pelo contrário, Bonald, embora teocrata, estabelecia uma dialéctica subtil entre os dois poderes, espiritual e temporal. F. de Lamennais (1782-1854) vai ainda mais longe que Maistre, pois que considera que a própria noção de uma sociedade civil é absurda. A encíclica *Mirari Vos* de 1834

condena o princípio teocrático mais directamente ainda que o tradicionalismo.

A. Comte (1826, 1851-1854) vai buscar a Maistre e a Lamennais a expressão "poder espiritual", mas modifica o seu sentido: encarrega apenas este poder de elaborar e de propagar uma doutrina universal. Podemos pois considerá-lo como um dos mais eminentes defensores, no seio da sociologia, de uma concepção atenuada da teocracia.

B.-P. L.

239

- Bénichou (1977), Lamennais (1822), Nisbet (1966).

Terrorismo: Estratégia política cujo princípio assenta na utilização sistemática de actos de violência para espalhar a insegurança.

O terrorismo reveste formas diversas. Certas teorias procuraram identificar essas formas de terrorismo com ideologias ou movimentos, ao passo que, com frequência, o recurso ao terrorismo é apenas passageiro (salvo, provavelmente, para os regimes totalitários). Uma outra análise sublinha a fraqueza actual da causa (proletariado, nação...), à qual o terrorismo se reporta: em caso de declínio durável da causa ou se a referência a ela se tornar mítica ou abstracta, o terrorismo pode transformar-se num fim em si. Procurando criar e alimentar o medo, o terrorismo mantém com os *media* relações complexas porque tem de dirigir-se a vários públicos ao mesmo tempo.

PH. R.

- *Sociologie du travail* (1986), Michaud (1978),

Wieviorka, Wolton (1987).

Tipo-ideal ou ideal-tipo: O tipo-ideal é um modelo. Embora pertença à metodologia de M. Weber e nela seja intensamente utilizado, o conceito encontra-se em outros sociólogos, particularmente em É. Durkheim. O tipo-ideal do "espírito do capitalismo" não é uma hipótese mas um guia para elaborar hipóteses. É um conjunto de conceitos integrados indispensáveis para captar o real. Enquanto modelo abstracto, é um meio para captar as relações entre fenómenos concretos, a sua causalidade e o seu significado. Serve para recortar o real, para seleccionar uma pluralidade de fenómenos isolados, para ordená-los em função de um ou de vários pontos de vista.

"O espírito do capitalismo" não é uma média dos princípios ou das actividades económicas que dominaram em todas as sociedades capitalistas. É um conceito genético na medida em que é o resultado de uma síntese abstractiva daquilo que é comum a vários fenómenos. Se é uma utopia no sentido em que nenhuma realidade empírica lhe corresponde, serve no entanto para medir a distância que separa o real daquilo que é construído logicamente. Esta comparação é lógica e não axiológica. Enquanto conceito heurístico, o único critério que permite julgar do fundamento da sua construção e do seu uso é a sua eficácia metodológica.

M. C.

- Durkheim (1893), Weber (1920, 1922a).

Tirania: Em sentido amplo, a tirania é uma forma de regime político em que o poder, conquistado pela usurpação e apoiado na força, se exerce de maneira opressiva e viola os

costumes tradicionais ou os interesses legítimos da população. Velho termo da filosofia política, é herdado do grego. No sentido clássico, a tirania é definida por oposição à realeza. Esta é o governo de um só exercido sobre súbditos consencientes e de acordo com as leis da cidade. A tirania é o governo de um só que não segue nenhuma lei mas apenas a sua vontade e se exerce sobre súbditos não consencientes. O governo tirânico é portanto encarado pelos seus súbditos como ilegítimo.

Actualmente, o termo não é de uso corrente nas ciências sociais, na medida em que estas entendem demarcar-se da filosofia política. Se se admite tal uso, é preciso marcar bem o que constitui a especificidade da tirania moderna: ela exerce-se em nome de uma doutrina de

240

transformação social e assenta na ficção da soberania do povo. A tirania moderna não requer apenas a obediência, exige sinais do consentimento (através nomeadamente de eleições falaciosas).

A forma extrema da tirania moderna é a tirania totalitária, que não apenas absorve a sociedade civil no Estado mas também se esforça por eliminar toda a autonomia da consciência humana.

PH. BN.

- Strauss (1954).

TOCQUEVILLE (Charles Alexis Clérel de), escritor e político francês (Paris 1805 - Cannes 1859): Nascido numa família aristocrática, Tocqueville nunca deixou de reflectir

sobre a crise revolucionária aberta em 1789, e soube compreender que os séculos seguintes imporiam cada vez mais a igualização das condições. Tal como A. Comte, analisou a passagem das sociedades tradicionais para as sociedades modernas, mas mostrou que, sobre a base do Estado social democrático, podiam elevar-se dois tipos de regime político: democracia ou despotismo democrático.

Jovem magistrado enviado em missão à América (1831-1832), conhece um imenso sucesso a partir da publicação em 1835 da primeira metade da sua obra *De la démocratie en Amérique*. Nos Estados Unidos, viu o desenvolvimento do princípio democrático em estado puro, sem entrave aristocrático e sem sequelas das lutas revolucionárias. A república americana aponta o futuro à Europa. A obra assenta numa análise comparativa e procura mostrar os parentescos e as diferenças da França, da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, na sua maneira de se tornarem sociedades democráticas. Eleito deputado em 1839, publica em 1840 *De la démocratie en Amérique* (segunda metade). Actualmente, é a que retém mais a atenção. Descreve o tipo-ideal do homem democrático, mostrando os efeitos da igualdade sobre as suas ideias e sentimentos. Sublinha os efeitos ambíguos do individualismo e mostra o perigo de um culto excessivo do indivíduo, que desembocaria num despotismo administrativo. Para combater os males que nascem da igualdade, preconiza uma política liberal: liberdade política e liberdade de imprensa, liberdades locais e liberdades de associação. Na posição oposta à dos mitos jacobinos, *De la démocratie en Amérique* apresenta a primeira teoria da democracia pluralista: soberania limitada por direitos individuais garantidos e tomada em consideração da

pluralidade irredutível dos interesses e das ideias.

Membro da Comissão de Constituição de 1848, ministro dos Negócios Estrangeiros no segundo gabinete Odilon Barrot, de Junho a Outubro de 1849, Tocqueville opõe-se ao golpe de Estado de 1851 e depois retira-se da vida política para escrever *L'Ancien Régime et la Révolution* (1856). A política centralizadora dos reis está na origem das corrupções do espírito público e das divisões dos Franceses.

Por detrás da instabilidade política da França e na sua origem, Tocqueville mostra que a estabilidade da nossa administração centralizada constitui o mais durável obstáculo à liberdade dos Franceses.

J.-C. L.

- Aron (1967), Jardin (1984), Lamberti (1983), Manent (1982).

TÖNNIES (Ferdinand), sociólogo alemão (Riep, auj. Oldenswort, Schleswig, 1855 - Kiel 1936): Ferdinand Tönnies distinguiu na sua psicologia a vontade orgânica que caracteriza uma tonalidade afectiva

241

e a vontade reflexa concebida mais como um produto do pensamento. Na sua sociologia, a comunidade (*Gemeinschaft*) apresenta-se como um efeito da primeira, concorrendo a segunda para o nascimento da sociedade (*Gesellschaft*). A comunidade, forma de vida antiga, desenvolve-se a partir da família e encontra o seu lugar de eleição na aldeia ou na vila. Na primeira, as pessoas dedicam-se à agricultura, ao passo que, na segunda, as

corporações elevam os ofícios à categoria da arte, dando-lhes ao mesmo tempo uma conotação religiosa. A economia, por seu turno, é estranha à procura do ganho. Os laços do sangue e da amizade, do costume e da fé atestam o carácter vivido da moral comunitária. O progresso do urbanismo faz evoluir a comunidade para a sociedade. Esta mutação produz-se sob o signo de uma abstracção que se verifica no facto de cada um viver para si, num estado de concorrência ao mesmo tempo social e económica. A procura do lucro e o comércio deveriam a prazo levar a melhor sobre a sociedade de que são o princípio.

Ferdinand Tönnies descreveu estas duas formas de vida social na sua obra *Communauté et société* (1887).

L. D.-G.

Totalitarismo: O totalitarismo pode ser definido como um regime político que tende à absorção da sociedade civil pelo Estado, até à destruição da consciência humana. O termo é relativamente recente- nasceu na Itália nos anos 20 - e oscilou entre sentidos mais ou menos amplos. A significação aqui retida permite isolar um regime moderno irreduzível às experiências anteriores, aquele do qual G. Orwell (1949) forneceu um retrato-caricatura e que pretende transformar o homem num objecto maleável, "descerebrá-lo" pelo corte da sua consciência da realidade objectiva. Nenhum autor antigo descreveu um tal mundo; é algo de novo. O totalitarismo resulta ao mesmo tempo da vitória durável do poder ideológico e da falência da ideologia, ou seja, da impossibilidade de manter a promessa da ideologia, a de uma humanidade nova e reconciliada. Confrontado com a realidade rebelde, o poder esforça-se então por corroer a

consciência que os homens ganham dessa realidade. O totalitarismo integral nunca foi realizado e é sem dúvida irrealizável; mas os regimes comunistas mais completos tendem ou tenderam a aproximar-se desse "modelo".

PH. BN.

- Kolakovski (1983).

Trabalho (sociologia do): Aplicação da postura sociológica aos problemas da indústria e do trabalho assalariado.

A subdisciplina, nascida nos Estados Unidos da América sob o nome de "sociologia industrial", foi de início uma réplica à racionalização do trabalho empreendida à volta das posições de F. W. Taylor e H. Ford. As pesquisas conduzidas por volta de 1930 pela escola dita das relações humanas puseram em evidência a importância do social e "a irracionalidade do factor humano" no sistema industrial. Criticadas, nem por isso deixaram de ser o facto fundador da sociologia do trabalho (Desmarez 1986). Em França, a seguir à Segunda Guerra Mundial, serviram de ponto de partida aos trabalhos de G. Friedmann e suscitaram dois acontecimentos fundamentais: a elaboração do *Traité de sociologie du travail* (1961-62); a criação, em 1959, da

242

revista *Sociologie du travail*, cujos trinta anos de publicação revelam a diversidade dos temas abordados. Entre eles, há conjuntos que se evidenciam: a divisão e a organização do trabalho; a duração, os ritmos e tempos do trabalho; as questões da qualificação, do salário e da formação; a do emprego e do desemprego; a divisão sexual do trabalho e a

questão do trabalho feminino; a sociologia das profissões; a sociologia da organização industrial; estudos sobre a classe operária, sobre os sindicatos e os conflitos sociais.

A enumeração revela que o peso da "procura social" - suposta característica de uma sociologia inventada por engenheiros e peritos em *management* - não é verdadeiramente hegemónico. Encontramos também nela a marca das filosofias proudhoniana e marxista, das grandes pesquisas do séc. XIX sobre a situação da classe operária e, mais em geral, a de um empenhamento a favor da humanização da civilização industrial, causa para a qual G. Friedmann mostrou o caminho (1950, 1970). Ao lado da sociologia do trabalho desenvolveu-se uma "sociologia das organizações": dominada pela obra de M. Crozier, esta deve sem dúvida muito às pesquisas conduzidas em meio industrial nos Estados Unidos. Mas a sofisticação intelectual a que deu lugar impede também neste caso que se possa ver nela apenas um apêndice da procura dos actores económicos (Crozier, Frieberg 1977). Quais são neste domínio as tendências da investigação? A que problemas sociais responde ela?

1. As análises sobre o emprego e as qualificações foram renovadas no contexto da crise dos anos 70. A crise avançou, por exemplo, com o tema da exclusão social, que estava mais ou menos esquecida. A atenção incidiu sobre a segmentação do mercado do trabalho, sobre a distância que separa a lógica dos "mercados internos" protegidos e a dos "mercados externos" sujeitos a todas as flutuações. Paralelamente, a subida regular da parte das mulheres na população activa deu lugar a trabalhos sobre o deslizar da posição social das mulheres em relação aos homens assalariados, não sem

revelar a permanência das discriminações que a legislação se esforça aliás por reduzir.

2. A inovação técnica e os seus efeitos sobre a organização produtiva suscitam numerosos trabalhos, a despeito do desejo unânime de ultrapassar o "determinismo tecnológico". Para além dos discursos na moda, os sociólogos observam a centralidade e a autonomia nova do factor humano na organização produtiva. Ao fazê-lo, confirmam a importância dos debates suscitados pela prática das técnicas de "gestão participativa", não sem a si consignarem a tarefa de compreender as condições (estreitas?) que fazem passar a mobilização dos recursos humanos do estado de *slogan* ao estágio de mudança real na gestão e nas relações sociais.

3. Põe-se finalmente a questão de saber se as evoluções em curso suscitam ou não novos actores colectivos, susceptíveis de confirmar o lugar do trabalho e dos trabalhadores nas representações colectivas. Por exemplo, haverá doravante lugar para uma sociologia da comunidade de empresa? Esta questão, delicada e de forte carga ideológica, foi durante muito tempo uma questão interdita. Ora, actualmente, ela encontra-se no número daquelas que as permutas disciplinares puseram na ordem do dia (*Sociologie du travail*, nº 3, 1986). A sociologia do trabalho procura há muito tempo as suas marcas distintivas. Uma vez confundida com a sociologia

243

geral em virtude do seu objectivo hegemónico, outras vezes relegada para os confins das ciências aplicadas, ou ligada à economia, à história, à antropologia, às ciências políticas,

anda hoje à procura de um estatuto intermédio. A sociologia do trabalho encontrará o seu lugar ao interessar-se pelo peso real da relação de produção no interior da sociedade.

Encontrará por fim o seu lugar ao clarificar a sua relação com a interdisciplinaridade, virtude totémica desta disciplina-encruzilhada, mas que, mais que pô-la em prática, nos limitamos a venerar ritualmente.

D. SN.

Tradição: No seu sentido primeiro, a tradição designa tudo o que é transmitido do passado para o presente: os objectos, os monumentos, as crenças, as práticas e as instituições (Shils 1981). Mas não se trata de uma simples recorrência estatística; é o valor atribuído pelas gerações presentes ao que é transmitido pelas gerações do passado que constitui a tradição. O carácter normativo da tradição é a força que faz existir uma sociedade através do tempo. Na maioria das vezes, utiliza-se o termo "tradição" no sentido de M. Weber, opondo as sociedades cuja legitimidade é tradicional às sociedades modernas ou industriais, cuja legitimidade é legal-racional. A legitimidade tradicional funda-se no valor do passado enquanto tal e na "autoridade do eterno ontem, isto é, a dos costumes santificados pela sua validade imemorial e pelo hábito enraizado no homem de respeitá-los". Mas os tipos de legitimidade elaborados por Weber são tipos-ideais: na realidade, nenhuma instituição, e *a fortiori* nenhuma sociedade, é inteiramente tradicional ou totalmente racional (Gerth, Mills 1958). A sociedade moderna comporta uma parte de tradições e de novidades inextricavelmente misturadas (Eisenstadt 1973). A prática mais racional funda-se nos conhecimentos acumulados pelo trabalho das

gerações passadas: a vida industrial assenta na ciência e nas técnicas herdadas de uma tradição intelectual. Certos traços característicos das sociedades tradicionais, como formas de autoridade pessoal, subsistem em todas as sociedades modernas. Mesmo nas sociedades ou nas instituições tradicionais, o valor atribuído ao passado nem por isso implica que as práticas transmitidas permaneçam imutáveis. A tradição não é simples reprodução. Nenhuma sociedade poderia sobreviver sem adaptar os objectos, as crenças ou os modelos transmitidos pelo passado. Esta transmissão traz consigo a reinterpretação das tradições por cada geração.

As sociedades modernas têm tendência para subestimar o papel das tradições, na medida em que atribuem um valor privilegiado à inovação económica e à novidade política, económica, social ou cultural. É por isso que as tradições são de bom grado associadas à irracionalidade e às superstições, analisadas como travões à racionalidade da modernização e ao progresso. Associados com frequência às forças "progressistas", os sociólogos têm por vezes também a tendência para subestimar o peso das heranças e da história e do papel que elas desempenham na vida dos grupos, ou mesmo da sociedade no seu conjunto.

D. S.

Tradicionalismo: Corrente francesa de pensamento político e social hostil à Revolução Francesa e à filosofia das Luzes. Os tradicionalistas fazem da tradição o alicerce

244

da ordem social, por oposição às especulações racionais que

fundamentam a sociedade em construções hipotéticas (tais como a ideia do contrato social). Segundo os tradicionalistas, os indivíduos só são plenamente eles próprios, isto é, seres sociais, graças à sociedade que lhes é anterior, superior e que os eleva à dignidade de seres humanos, isto é, sociais.

Agrupam-se na escola tradicionalista (chamada "retrógrada" por A. Comte 1826) dois teóricos, L. de Bonald (1754-1840) e J. de Maistre (1753-1821), e dois polemistas, Chateaubriand (1768-1848) e F. de Lamennais (1782-1854). Maistre (1821) põe sobretudo a tónica na necessidade do sofrimento, dos castigos e da guerra na ordem do mundo assegurada pela Providência, e no papel de um poder pontifical forte (1819). Bonald (1802) considera que a linguagem não é um produto da sociedade como o supunham os filósofos das Luzes, mas um dom de Deus. Daí deduz uma construção da ordem social conforme à Santa Trindade: soberano, ministro, súbdito; pai, mãe, filho, etc. (Koyré 1946). Lamennais (1817-1822) fundamenta as crenças cristãs no "consentimento universal", o que lhe vale a condenação explícita de Roma (*Mirari Vos*, 1834). Como Comte bem o reconheceu, os tradicionalistas foram os primeiros a formular certos temas centrais da sociologia: a concepção holística da sociedade (exagerada na sua origem divina), a noção do indivíduo como ser essencialmente social e a do poder espiritual. Para além da sua luta contra a Revolução Francesa, reside actualmente aí o interesse principal dos seus trabalhos.

B.-P. L.

- Bénichou (1977), Bréchier (1932), Brunschvicg (1927), Nisbet (1966).

Triáde: Sistema social composto por três elementos (indivíduos ou grupos) ligados entre si por uma relação durável.

Aos olhos de alguns sociólogos, toda a interação social é por essência triangular. Mesmo nas relações entre duas pessoas interfere a presença de um terceiro ou de um público, presente ou próximo. G. Simmel foi o primeiro sociólogo a insistir neste ponto ao analisar as três funções do terceiro: mediador, *tertius gaudens* ou déspota. As modernas pesquisas sobre as tríades centraram-se nas coligações de dois contra um que têm tendência a formar-se no seu seio. Podemos definir oito tipos possíveis de tríade consoante a importância ou a força de cada elemento.

Experiências em laboratório precisaram a maneira como se estabeleciam as coligações. T. Caplow (1968) esforçou-se por transpor este modelo de coligações para clarificar fenómenos muito diversos: hierarquia nas organizações, coligações parlamentares, relações no seio da família e da parentela. Apoia-se também na noção de equilíbrio triádico formalizado por F. Heider: uma tríade não será viável, porque estará nesses casos em desequilíbrio estrutural, se compreender duas relações positivas ou três negativas.

PH. BD.

Tribo (organização política da): A tribo é uma organização segmentária de organização social. O segmento de base é uma família alargada, de uma profundidade de três ou quatro gerações. Cada segmento de base funde-se espontaneamente com um outro num segmento de definição superior, desde que se sente ameaçado. Por sua vez, este segmento de segundo nível funde-se com um outro num terceiro nível. De

próximo a

245

próximo, toda a tribo e mesmo um grupo de tribos podem unir-se num conjunto transitório, para se oporem a um inimigo exterior.

A tribo assenta assim no princípio do confronto em cada nível de unidades de poderes aproximadamente iguais. Instaure-se assim um equilíbrio geral fundado em equilíbrios sucessivos, que garante a todos uma certa segurança. Cada nível de segmentação tem os órgãos políticos necessários para assegurar a este nível os interesses comuns. Na família, um decano e um conselho de família asseguram a concórdia, a gestão do património e a resolução dos diferendos. Mais acima, um conselho dos decanos ou dos representantes das famílias arbitram os conflitos, fazem respeitar as regras comuns, mobilizam as forças contra as agressões externas. Ainda mais acima, os órgãos deixam de ser permanentes e só são constituídos em caso de necessidade. À medida que se sobe de nível em nível, os conflitos são cada vez menos controlados e a guerra cada vez mais selvagem.

J. B.

- Evans-Pritchard (1940), Montagne (1930).

Troca: A troca, entendida como movimento de intenção recíproca entre duas partes ou então cedência de um serviço ou de uma coisa como contrapartida de uma outra, é a regra fundamental de toda a relação social.

A antropologia poderia reduzir-se, no dizer de C. Lévi-Strauss, a diferentes modalidades de uma tripla troca: a das

peçoas, designadamente mulheres, na base do sistema de parentesco; a dos bens e serviços que fundamenta o sistema económicó; a das palavras e das mensagens presente dos domínios religiosos (mitos e ritos) e linguístico, assim como no domínio político que regula o conjunto da vida cívica. Lévi-Strauss (1949) distingue dois tipos de troca. Um é restrito: os homens de um grupo cedem as suas irmãs aos de um outro grupo e reciprocamente. O outro é generalizado, com compensação matrimonial por um dote: um grupo cede uma mulher a um outro que por sua vez cederá uma mulher a um terceiro, etc., até que o último grupo cede uma esposa ao primeiro.

A troca de mensagens tem a ver com a comunicação e com a linguagem; está carregada de significações e de símbolos em parte codificados e em parte dependentes das situações de emissão e de recepção. A troca económicó faz intervir as noções de contrapartida e de equivalência nas transferências de bens e serviços. Só se verifica de maneira muito reduzida nas comunidades auto-subsistentes, em que as relações de produção são relações de dependência pessoal. Desenvolve-se, com a divisão do trabalho, a privatização da propriedade e a generalização do contrato. Na sociedade capitalista, a troca mercantil é o princípio organizador da economia. No que se refere às economias ditas primitivas, convém diferenciar os bens de subsistência e os bens de prestígio, ainda que uma distinção menos rígida permitisse classificar os bens em categorias hierarquizadas. Assim, os Tiv da Nigéria não trocavam produtos do solo por gado, escravos ou metal, nem *a fortiori* por uma mulher. De igual modo, nem a terra nem o trabalho eram permutáveis por dinheiro.

Convém também situar a troca numa teoria geral do dom

como o propuseram F. Boas, B. Malinowski e M. Mauss. No grande movimento de troca (braçadeiras por colares de conchas) próprio da *kula* das ilhas da Melanésia estudada por Malinowski (1922), bens de

246

prestígio circulam segundo ritos precisos e numa base de reciprocidade entre parceiros titulares, acompanhados de transacções com ajustamentos incidindo sobre bens de consumo. A troca com obrigação de entregar pelo menos tanto como se recebeu sela a aliança das comunidades.

Através do estudo do *potlatch*, Boas analisa a prática do dom ostentativo (*potlatch*). A dádiva, a patrulha, a reciprocidade, a redistribuição constituem as modalidades principais da troca não mercantil, ao passo que a troca e a permuta monetária são as formas de troca mercantil. A reciprocidade funciona nas sociedades agro-pastorais, em que os dons supõem contra-dons, quer na mesma altura quer a prazo. Diferente da pura reciprocidade, a redistribuição, nomeadamente nas circunscrições tradicionais e nos impérios, é um processo segundo o qual uma instância central reúne as prestações de bens ou de trabalho (tributo, imposto braçal) e depois redistribui-as pelos contribuintes e outros que a isso tenham direito.

Ao passo que a permuta, circulação mercantil de bens produzidos para troca imediata segundo taxas acordadas, se verifica sem intervenção de uma moeda, a troca monetária faz corresponder uma oferta de bens e serviços a um pedido solvente. A moeda (conchas, sal, gado, metais) serve ao mesmo tempo de medida de valor, de reserva de valor e de

meio de pagamento. Quando a troca monetária não é orientada para o lucro, a moeda não funciona como capital mas como meio de circulação entre as mercadorias. Num mercado, a revenda é operada com lucro por compradores e vendedores especializados como categorias profissionais. A moeda circula nesse caso como capital.

Na sociedade asteca, por exemplo, agentes especializados, os *pochteca*, asseguravam o comércio entre os produtos das terras altas (milho, feijão, etc.) e os das terras baixas costeiras tropicais (cacau, algodão, penas de aves para os enfeites). Este comércio mercantil acompanhava a circulação dos mesmos produtos sob forma de tributo ao Estado asteca. Nos mercados sectoriais berberes, a troca verificava-se numa base exclusivamente regional entre produtos de bens complementares. Mas na China tradicional, redes de mercados ligavam os produtores locais à economia nacional e, para além dele, ao mercado mundial.

Se, actualmente, uma economia da generosidade perdura ao lado de uma economia de lucro, as relações de força no comércio internacional tornam muitas vezes desigual a troca entre produtos primários do Terceiro Mundo e produtos manufacturados dos países industrializados.

C. R.

247

U

Urbano, urbanização, urbanismo - vd. Cidade.

Utilitarismo: O utilitarismo é uma filosofia moral e política conceptualizada na Grã-Bretanha, no decurso da industrialização, entre o fim do séc. XVIII e o do séc. XIX. Esta corrente de pensamento reporta-se a um princípio único: o princípio de utilidade, que é o meio pelo qual devem harmonizar-se os interesses privados e os interesses públicos, e graças ao qual serão alcançadas tanto a felicidade individual como a prosperidade pública.

J. Bentham estabeleceu este princípio (1780-1789) a partir de um sensualismo elementar e de um postulado: a identidade dos interesses. A sua doutrina, que associa a uma não intervenção natural alguns elementos de regulamentação, tem uma base psicológica: o cálculo dos prazeres. E atravessada por uma tensão entre a optimização dos prazeres subjectivos e a procura da "maior felicidade do maior número". É esta tensão que já antes pensadores como J. Bentham, B. de Mandeville, D. Hume, A. Smith, entre outros, se aplicaram precisamente a reduzir. O utilitarismo foi moralizado num sentido solidarista por J. S. Mill (1863) e depois situado numa perspectiva de racionalidade prática por H. Sidgwick (1874). O utilitarismo exaltou o mérito pessoal, o gosto do risco, o espírito de competição. Esta teoria da agregação das escolhas calculadas e do ajustamento, ao mesmo tempo espontâneo e regulado, dos interesses individuais viria a convergir com o evolucionismo, nomeadamente pela via da concepção spenceriana da cooperação.

Sem romper completamente com o esquema utilitarista, a sociologia submeteu os seus fundamentos a um exame muito crítico. Pôs em dúvida a identidade e a harmonia dos interesses; e sobretudo denunciou possíveis contradições nos

interesses prosseguidos por um mesmo actor social e colocou a tónica nas relações complexas mantidas pelas paixões e pelos interesses, pelos valores e pelas crenças, na sociedade global.

B. V.

Utopia: A utopia propõe-se transformar, de maneira mais ou menos radical segundo os casos, as estruturas e os valores sociais em vigor. Podemos qualificar de "utópicos" escritos (a *Utopia* de T. More, 1516, foi o primeiro de uma longa série), práticas (as de certos movimentos sociais), "sonhos" (toda a utopia ainda não praticada nem escrita). Podemos igualmente distinguir: 1. "utopias absolutas", em contradição com a experiência humana mais elementar; são sobretudo mitos: país de Abundância, Fonte de Juventude, etc.; 2. "utopias relativas", projectos sem precedentes históricos mas susceptíveis de realização parcial ou total (o *Oceana* de F. Bacon ou o "Programa do Partido Comunista" de Marx e F. Engels); 3. "utopias negativas", que prognosticam sociedades em que a mais aperfeiçoada técnica é posta ao serviço de um projecto de escravização humana.

Houve quem opusesse uma sociedade utópica, fechada, totalitária a uma sociedade aberta, liberal, democrática (K. R. Popper). Marx e Engels distinguiram "socialismos utópicos" (os pré-marxistas) e "socialismo científico". K. Mannheim (1929) pôs em paralelo ideologia (conservadora) das classes superiores e utopia (progressista) das classes

248

subalternas; designou também uma "*intelligentzia* sem

prisões" como a camada social apta a produzir utopias.

Podemos considerar que toda a utopia critica o presente em nome de um passado arquético ou de um princípio supostamente elementar, e em vista de um futuro que pende para a mudança social valorizada (utopia progressiva) ou denunciada (utopia retrogressiva). Denominam-se agrupamentos voluntários utópicos os que correspondem a este modelo de funcionamento (seitas, ordens religiosas, certos agrupamentos políticos e sindicais, certas formas de comunidade e de cooperativismo, etc.).

Mais que qualquer outro membro da escola de Francoforte, H. Marcuse (1964) viu o futuro aberto à utopia de uma libertação humana total, uma vez a técnica posta ao serviço de um projecto humanista. Viria no entanto a decretar, em 1968, "o fim da utopia". Actualmente, nos escritos de J. Habermas, a "comunicação" desempenha um papel utópico.

J. S.

- Desroche (1975), Giannitti (1971), Ruyer (1950), Séguy (1971).

249

V

Valores: Os valores são a expressão de princípios gerais, de orientações fundamentais e primeiramente de preferências e crenças colectivas.

Em toda a sociedade, a determinação dos objectivos efectua-se a partir de uma representação do desejável e manifesta-se em ideais colectivos. Tais valores, que,

sistematicamente ordenados, se organizam numa visão do mundo, aparecem muitas vezes como um dado irreduzível, um núcleo estável, um conjunto de variáveis independentes.

Empreendeu-se a tarefa de comparar os sistemas que os integram nas diferentes áreas culturais. T. Parsons (1951) distinguiu assim quatro modelos de organização, caracterizados cada um deles pela preponderância de certos tipos de valores; a sociedade americana, por exemplo, privilegia menos os valores associados à manutenção dos modelos culturais que os que estão ligados à realização (*achievement*). Mais empiricamente, F. R. Kluckhohn e F. L. Strodbeck propuseram, por seu turno, que se distribuíssem os sistemas de valores por meio de critérios gerais de diferenciação, como a relação ao tempo, à natureza, etc. Na sua esteira, reter-se-á aqui a especificação dos valores em dominantes, desviantes e variantes - manifestando estes últimos, entre as duas primeiras categorias, ao mesmo tempo a latitude de que o indivíduo dispõe na escala em questão e a plasticidade do sistema em cujo seio eles se encontram distribuídos.

Tratando-se dos valores dominantes, eles foram sucessivamente - no Ocidente medieval, moderno e contemporâneo - religiosos, políticos e económicos. Coube portanto à Igreja, depois ao Estado e finalmente à empresa encarregar-se deles, controlá-los, impô-los. Necessariamente combinados, retiram no fim de contas a sua eficácia de uma tradição de que são solidários. Esta última confere-lhes um poder que arrasta a convicção, suscita a adesão e assegura a integração. Seria errado exagerar o papel dos valores na realização da coesão social: é verdade que eles congregam o grupo, mas também o separam. Por fim, a sensibilidade ao

que eles representam não é idêntica no conjunto do corpo social; os intelectuais, nomeadamente, caracterizam-se por uma maior atenção em relação a eles, particularmente vigilante em certas ocasiões.

Entre as grandes sociologias clássicas, a de M. Weber atribui uma importância considerável aos valores, tanto na constituição de uma organização económica e social como na evolução social e política. Os sociólogos, actualmente - F. Bourricaud e F. Chazel, em particular -, salientaram um deslocamento do interesse daquilo que é valorizado no duplo processo de avaliação e de valorização. A noção de conflito de valores ganha nesta perspectiva um relevo novo; dá disso testemunho, por exemplo, a análise, feita por D. Bell (1976), das contradições culturais do capitalismo.

B. V.

Vanguardismo: A noção de vanguarda é indissociável da de modernidade, tal como ela foi elaborada ao longo do séc. XIX. A arte moderna caracterizou-se pela sua vontade de ruptura com os valores sociais dominantes e com as convenções artísticas estabelecidas. Num mundo concebido não já como uma natureza mas como uma história, os

250

artistas instalaram-se na ruptura permanente e a prioridade tornou-se o critério máximo da apreciação estética (Klein 1970).

No espaço da alta cultura foi possível, a partir de então, distinguir a cultura "clássica" no sentido de "classificada", integrada no património histórico, e a cultura de vanguarda.

Esta última exigia, para ser compreendida na negatividade das suas intenções, um grau elevado de cumplicidade cultural e/ou um forte desfaseamento cronológico. Após 1945, este foi-se encurtando. O mercado e os museus, se não o gosto maioritário, acolheram sem demora as vagas sucessivas do estilo vanguardista internacional e institucionalizaram-no.

Esta oficialização coincidiu com o esgotamento progressivo das vanguardas arrastadas por um turbilhão mais repetitivo que inovador. Na frente avançada da arte são actualmente objecto de concorrência por parte dos produtos de uma nova cultura "média" onde os elementos tirados da cultura popular estão lado a lado com as bases da cultura erudita. Se a novidade continua a ser o critério de referência, doravante ela é dissociada de uma visão linear da história. Parece de facto que a moda tomou o lugar das vanguardas, parêntese da história da arte.

R. M.

- Bell (1976), Clair (1983).

VEBLEN (Thorstein), economista e sociólogo americano (Manitowoc, Wisconsin, 1857 - perto de Menlo Park, Califórnia, 1929): Autor da *Théorie de la Classe de Loisir* (1899), Veblen produziu uma crítica do capitalismo selvagem e especulativo da América dos anos 1880-1890. Essa análise mantém-se pertinente para todas as sociedades que permitem realizar lucro sem fornecer trabalho produtivo. Da sua concepção evolucionista da história destaca-se a ideia de uma interpretação desta última a partir de um feixe de instintos. O instinto artesão, pacífico, que supõe o gosto pelo trabalho e pelo trabalho bem feito, deveria concorrer em

última análise para o bem da humanidade. Distingue-se do instinto predador, característico de uma sociedade de tempo livre em que a especulação desabrocha à custa da produção, em que se colhe o que não se semeou. O termo "tempo livre" não supõe nem descanso nem preguiça; evoca um consumo improdutivo do tempo que exprime o desdém para com um trabalho produtivo e testemunha com ostentação a capacidade pecuniária para proporcionar a si próprio uma vida ociosa. O tempo livre supõe a propriedade, e a inveja que se suscita naquele que, para viver, tem de sujar as suas mãos é o padrão com que se mede a estima de que se é objecto. Na cultura humanista, isto é, não prática, o requinte das maneiras apontam outras tantas formas de tempo livre.

L. D.-G.

Velhice: A velhice deve ser compreendida como uma construção social produzida pelos quadros sociais, perpetuamente renegociada e redefinida em função desses quadros. não pode ser reduzida a uma realidade biológica feita de usuras e de incapacidades, que resultam do processo contínuo da degenerescência. Cada sociedade, em cada período da história, reinterpreta socialmente as diferenças biológicas e cronológicas que separam os indivíduos, a fim de elaborar a organização social do ciclo de vida e de atribuir papéis e estatutos sociais específicos a cada escalão de idade. Os papéis e os estatutos dos velhos foram

251

flutuantes ao longo da história (Minois 1987). A velhice nas sociedades pré-industriais não foi sistematicamente dotada

de um estatuto prestigioso em virtude da valorização da sua sabedoria e da sua experiência. Se o advento da sociedade industrial se traduziu, sobretudo, por uma degradação do estatuto social dos velhos, este movimento não envolveu todas as classes sociais desta sociedade com a mesma força. Podemos encontrar uma ilustração disso mesmo no facto de a entrada na velhice, identificável na nossa sociedade pelo acesso ao estatuto de inactivo, não se verificar na mesma idade em todas as classes sociais. A perda da inserção social e a redução do sistema de funções, ou mesmo "a morte social", intervêm mais cedo para as classes populares que para as classes superiores, sendo estas últimas susceptíveis de pôr a render o conjunto dos seus recursos sociais para prolongar os seus papéis e as suas funções da idade adulta (Guillemard 1971). O limiar da velhice é pois flutuante em função das sociedades, e, no interior de uma mesma sociedade, segundo a classe a que se pertence. É preciso sublinhar que o desenvolvimento dos sistemas de reforma que acompanham o florescimento da sociedade industrial levou a fazer da idade da reforma um dos limiares significativos da entrada na velhice. Nestas sociedades, a velhice ganhou os contornos da reforma. Mas, progressivamente, novos recortes interiores à última etapa da vida emergiram, tais como a terceira e a quarta idades, que traduzem tanto o prolongamento deste período da vida (na França, a esperança de vida aos 60 anos é da ordem dos 20 anos, INSEE, 1985) como a tomada em consideração da velhice como problema social e não já como questão meramente privada e familiar. Nestas condições, a multiplicação das intervenções em favor da velhice levou a distinguir uma velhice dependente que tem a ver com as

instituições médico-sociais, de uma velhice autónoma, que tem mais a ver com políticas de animação e de integração social (Guillemard 1980).

A.-M. G.

- Communication (1983).

Violência colectiva: Utilização, por um conjunto de indivíduos, da força física em ordem a atingir a integridade das pessoas ou dos bens. Este comportamento pode ser politicamente orientado. À excepção da visão apologética que dela dão F. Nietzsche ou G. Sorel (onde ela aparece como a parteira da História), a violência colectiva é geralmente marcada com o sinete da ilegitimidade. É, entendido que os opositores podem recorrer a outros meios de acção para se fazerem ouvir. Se a violência é efectivamente susceptível de cessar a partir do momento em que se instaura o diálogo, será ainda necessário que as condições estruturais de um tal diálogo estejam reunidas: a violência colectiva, que pode ser trazida pelos excluídos do sistema, não tem como único suporte os "falhados" da socialização. Ao apoiarem-se na hipótese frustração = agressão, certos autores (Gurr 1970) contribuíram para reforçar a impressão de irracionalidade contida no fenómeno: este é-nos apresentado sob os traços de uma súbita explosão de cólera. Outros autores contestaram a hipótese segundo a qual os indivíduos mais frustrados seriam os mais inclinados a participar em tais manifestações de violência. Nesta perspectiva, a irracionalidade já não pode ser o agente da violência colectiva: analisando o movimento

252

luddita (destruição das máquinas no início da era industrial), alguns historiadores mostram que a violência contra os bens pode, na realidade, disfarçar uma estratégia relativamente racional ("arrematação colectiva pela via do tumulto").

Desligada do puro juízo moral, a violência não se apresenta portanto necessariamente ao sociólogo sob o prisma de um fenómeno disfuncional.

P. M.

- Aron (1973), Coser (1956), Tilly (1978).

253

W

WEBER (Max), economista e sociólogo alemão (Erfurt 1864 - Munique 1920): Após uma tese de doutoramento sobre a história agrária romana, Weber consagra ao ensino universitário apenas alguns anos. Primeiramente, é a sua saúde que dele o afasta; seguidamente, uma herança permite-lhe voltar-se em definitivo para a investigação. Não apenas Weber domina a sociologia alemã na viragem do século, mas a sua influência é, ainda hoje, considerável, em todas as especialidades da sociologia.

As análises do poder e dos seus tipos de legitimidade, da burocracia e das suas estruturas e funções forneceram o enquadramento conceptual e o conteúdo de numerosos capítulos da ciência política e da teoria das organizações. A sua reflexão sobre a epistemologia das ciências sociais, as soluções que ele propõe mantêm-se actuais: quer se trate da

especificidade das ciências sociais relativamente às ciências da natureza, da elaboração dos conceitos ideais-típicos, do papel da compreensão das acções humanas no trabalho do sociólogo, da selecção de objectos científicos na infinidade do real graças às relações, aos valores da diferença entre essas relações aos valores e os juízos de valor, ou finalmente do pôr em evidência a causalidade nomeadamente através da comparação.

Mas o seu estudo mais célebre é *L'Éthique protestante et l'esprit du capitalisme* (1920), onde Weber demonstra que os comportamentos dos indivíduos só são inteligíveis se se tomar em consideração as suas concepções do mundo, uma parte das quais é constituída pelas crenças religiosas. É pois bem sem razão que se reduz por vezes a tese weberiana a uma crítica de Marx segundo a qual a religião explicaria a economia. É verdade que há homologia estrutural entre o capitalismo e a ética protestante; e é de facto esse *ethos*, que caracteriza o puritano e que está ausente de todas as civilizações não ocidentais, que os seus *Aufsätze zur Religions soziologie* (1920) puseram em evidência. Para falar verdade, todos os trabalhos de história social e económica de Weber são uma procura da solução para a obsidiante questão da especificidade histórica do capitalismo. Será no seu *magnum opus* inacabado, *Economie et société* (1922a), que ele sistematizará a sua sociologia religiosa integrando-a numa sociologia geral. Embora esta obra não esteja escrita *more geometrico*, o projecto weberiano é de facto o de construir todo o edifício social a partir de elementos irreduzíveis, de formas complexas a partir de tipos puros. Ora, para Weber, o átomo sociológico é o indivíduo e não as estruturas que se tem tendência a coisificar. A partir das

acções dos indivíduos que classifica em quatro tipos (racional em finalidade, racional em relação a um valor, afectiva, tradicional), Weber deduz os conceitos de relações sociais de comunidade, de agrupamento, etc., explica as regularidades e as legitimidades. Assim, por síntese abstractiva, progressiva, constrói os "tipos-ideais" das sociologias económica, política, religiosa, jurídica.

FIM